



RELATÓRIO ANUAL 1992

BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO

Dados-Chave

(milhões de ecus)

1992 1991

Financiamentos

Montante total	17 032,5	15 393,3
Por conta de recursos próprios	16 904,0	15 219,6
dos quais empréstimos	16 830,3	15 219,6
dos quais garantias	73,7	—
Por conta de outros recursos	128,5	173,7

Na Comunidade	16 139,7	14 477,3
Nos Estados ACP e nos PTU	252,0	389,5
Nos países de Bacia Mediterrânica	320,8	241,5
Nos países da Europa Central e Oriental	320,0	285,0

Recursos obtidos	12 973,6	13 672,3
Em moedas comunitárias	9 057,7	10 001,9
Em moedas não comunitárias	3 915,9	3 670,4

Desembolsos efectuados	14 897,7	15 508,8
Por conta de recursos próprios	14 797,5	15 315,8
Por conta de outros recursos	100,2	193,0

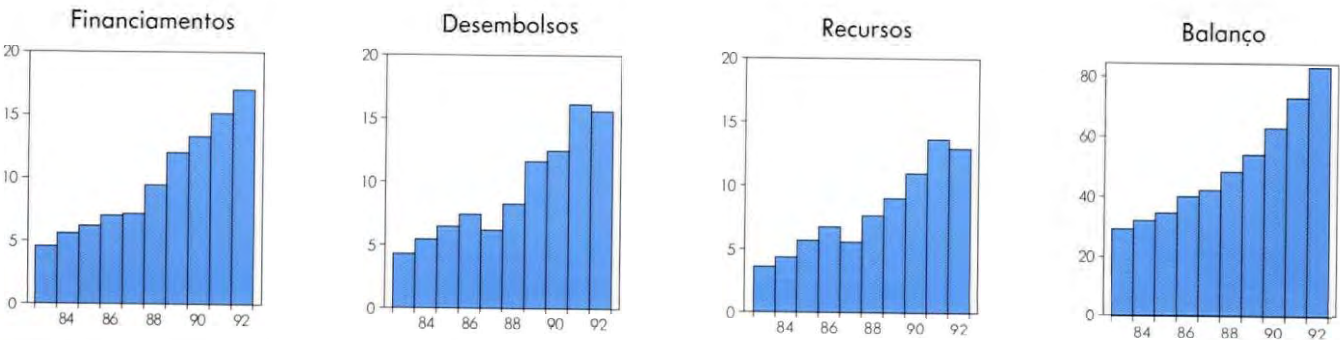
Operações em curso		
Financiamentos por conta de recursos próprios e garantias	84 273,5	72 713,3
Financiamentos por conta de outros recursos	5 413,8	6 337,6
Empréstimos obtidos a curto, médio e longo prazo	67 783,5	58 892,6

Capital subscrito	57 600,0	57 600,0
realizado e a realizar	4 320,9	4 320,9

Reservas e resultados de gestão	7 838,0	6 718,9
---------------------------------	---------	---------

Total do balanço	84 666,7	74 290,7
------------------	----------	----------

Efectivos do Banco	785	751
--------------------	-----	-----



Nota: Os montantes destes gráficos são expressos em milhares de milhões de ecus.

BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO

O Banco Europeu de Investimento (BEI), a instituição financeira da Comunidade Europeia, foi criado pelo Tratado de Roma que instituiu a Comunidade Económica Europeia; os seus estatutos fazem parte integrante do Tratado.

O BEI é uma instituição de direito público, autónoma no seio da Comunidade, e os seus membros são os doze Estados que integram a CEE, os quais subscreveram conjuntamente o seu capital.

Como **instituição comunitária**, o BEI adapta constantemente a sua acção à evolução das políticas comunitárias, promovendo o reforço da coesão económica e social e a realização do Mercado Único.

Como **banco**, o BEI trabalha em estreita colaboração com o sector bancário, tanto para obter os seus recursos no mercado de capitais, como para conceder financiamentos.

O BEI outorga empréstimos a partir de recursos próprios, essencialmente constituídos pelo produto dos fundos que obtém no mercado de capitais, mas que também incluem capitais próprios (capital realizado e reservas).

No exterior da CEE, concede também financiamentos a partir de recursos orçamentais da Comunidade ou dos Estados-membros.

Na Comunidade

O Banco está essencialmente vocacionado para contribuir de uma forma concreta para o desenvolvimento harmonioso e equilibrado da Comunidade, em conformidade com as regras de uma gestão bancária rigorosa.

Nos termos do artigo 20º dos Estatutos, o Banco vela por que «os seus fundos sejam utilizados da forma mais racional no interesse da Comunidade».

- protecção do ambiente e da qualidade de vida, assim como salvaguarda do património arquitectónico e natural;
- ordenamento urbano;
- consecução dos objectivos comunitários no domínio da energia;
- reforço da competitividade internacional da indústria comunitária e da sua integração a nível europeu;
- apoio às actividades das pequenas e médias empresas.

INVESTIMENTOS

O BEI financia projectos de entidades públicas e privadas em todos os sectores produtivos, incluindo:

- infra-estruturas nos domínios das comunicações, do ambiente e da energia,
- a indústria, os serviços e a agricultura.

Os projectos de grande dimensão são financiados por meio de **empréstimos individuais** concluídos directamente, ou através de intermediários financeiros.

Os investimentos das pequenas e médias empresas são em geral financiados por meio de **empréstimos globais**.

Os empréstimos globais são, na prática, linhas de crédito temporárias abertas a bancos ou a instituições de crédito de âmbito europeu, nacional ou regional, que afectam as verbas concedidas para financiar, em conformidade com os critérios do BEI, projectos do sector produtivo, em geral de pequenas e médias empresas, e projectos de infra-estruturas, sobretudo nos domínios das comunicações e do ambiente, realizados por autarquias locais.

De um modo geral, o montante do empréstimo concedido pelo Banco não pode exceder 50% do custo do investimento⁽¹⁾, sendo o saldo coberto por capitais próprios do promotor ou por outros créditos. O BEI facilita o financiamento de programas de investimento, em coordenação com a acção dos Fundos Estruturais e de outros instrumentos

OBJECTIVOS

Em conformidade com as orientações definidas no artigo 130º do Tratado de Roma, e tendo em conta a evolução das políticas comunitárias, os investimentos a financiar devem contribuir para um ou mais dos seguintes objectivos:

- desenvolvimento económico das regiões menos favorecidas;
- melhoria das infra-estruturas de transportes e de telecomunicações de interesse europeu;

⁽¹⁾ Este limite máximo foi elevado para os projectos financiados no quadro do instrumento de crédito decidido em Edimburgo, ver caixa pág. 20.

financeiros da Comunidade; os empréstimos do BEI podem ser articulados com subvenções nacionais ou comunitárias.

Os serviços do BEI procedem à instrução dos projectos, analisando o seu interesse económico e viabilidade, bem como a sua coadunação com os critérios de intervenção do Banco, as orientações das políticas comunitárias e a regulamentação em vigor em matéria de protecção do ambiente e de adjudicação. São igualmente analisadas a situação financeira do promotor, as perspectivas de *cash flow* e as garantias facultadas.

Uma vez concluída a instrução e sob proposta do Comité Executivo do Banco, o Conselho de Administração decide da concessão do financiamento, tendo em conta os pareceres formulados pelo Estado-membro interessado e pela Comissão das Comunidades Europeias.

CARACTERÍSTICAS DOS EMPRÉSTIMOS

Vencimento

O BEI outorga empréstimos a médio e a longo prazo, cujo vencimento depende das características e da vida prevista do projecto. De um modo geral, o vencimento varia entre 7 e 12 anos caso se trate de projectos industriais, podendo prolongar-se até 20 anos ou mais, caso se trate de infra-estruturas.

Pode ser concedido um período de carência do reembolso do capital, cuja duração varia em geral entre 2 e 5 anos.

Divisas

Os empréstimos são desembolsados ao par e, consoante a fórmula escolhida:

- numa só divisa, sobretudo na moeda dos Estados-membros ou em ecus;
- em várias divisas, em cabazes-padrão cujo vencimento, composição e taxa são pré-determinados, ou em conjuntos de moedas ajustados às disponibilidades do BEI e às preferências dos seus mutuários.

Taxas de juro

O crédito de primeira ordem («AAA») de que o Banco usufrui permite-lhe angariar fundos nas melhores condições do momento.

Dado que não prossegue fins lucrativos, o BEI empresta os fundos obtidos no mercado a uma taxa que é constantemente ajustada, e que corresponde ao custo de mercado de cada moeda, acrescido de uma margem de 0,15% destinada a cobrir as despesas administrativas.

As taxas são fixadas na data de assinatura do contrato, ou na data de cada desembolso (no caso dos contratos a taxa aberta). De um modo geral, os empréstimos são concedidos a taxa fixa, mas também podem sê-lo a taxa revisível após um período determinado, que geralmente medeia entre 4 e 10 anos; podem igualmente ser concedidos a taxa variável, eventualmente convertível em taxa fixa.

Os critérios de fixação das taxas são idênticos para todos os países e sectores. O BEI não concede bonificações de juros, mas estas podem ser outorgadas por entidades terceiras.

No exterior da Comunidade

O BEI concede também financiamentos no exterior da Comunidade, mediante autorização do Conselho de Governadores. Esta disposição aplica-se:

- caso a caso, quando se trate de projectos que apresentem um interesse particular para a Comunidade (como por exemplo, nos domínios das comunicações e do abastecimento energético, etc.);
- globalmente, até um montante-limite estipulado por país ou por grupo de países, no âmbito dos acordos, convenções ou decisões que regem a cooperação financeira da Comunidade.

Neste último contexto, a esfera de actividades do BEI estende-se:


- aos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico signatários da Convenção de Lomé (Estados ACP) e aos Países e Territórios Ultramarinos (PTU);
- aos países signatários de acordos de cooperação ou de associação com a Comunidade:

- na Bacia Mediterrânica;
- na Europa Central e Oriental;
- na América Latina e na Ásia.

Os financiamentos no exterior da Comunidade são concedidos segundo critérios específicos, definidos nos diferentes acordos de cooperação financeira celebrados.



RELATÓRIO ANUAL
1992



O presente relatório é igualmente
publicado nas seguintes línguas:

DA	ISBN	92-861-0277-1
DE	ISBN	92-861-0278-X
EN	ISBN	92-861-0280-1
ES	ISBN	92-861-0276-3
FR	ISBN	92-861-0281-X
GR	ISBN	92-861-0279-8
IT	ISBN	92-861-0282-8
NL	ISBN	92-861-0283-6

ISBN 92-861-0284-4
Redacção concluída em 23 de Março de
1993

35.º RELATÓRIO ANUAL DO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO

ÍNDICE

PRIMEIRA PARTE

Órgãos de chefia

Página

Conselho de Governadores	4
Comitê de Fiscalização	4
Conselho de Administração	5
Comitê Executivo - organigrama	6

Preâmbulo	9
----------------------------	----------

O BEI, instituição financeira da Comunidade	11
--	-----------

Actividade em 1992	11
Contexto económico	14
Contexto comunitário	17

O BEI em 1992

Financiamentos na Comunidade	25
<i>Apresentação por objectivos de política comunitária</i>	<i>28</i>
<i>Apresentação por países</i>	<i>38</i>

Financiamentos no exterior da Comunidade	47
<i>Estados ACP e PTU</i>	<i>47</i>
<i>Países mediterrânicos</i>	<i>51</i>
<i>Países da Europa Central e Oriental</i>	<i>53</i>

Recursos obtidos em 1992	55
<i>Evolução do mercado de capitais</i>	<i>55</i>
<i>Operações lançadas nos mercados financeiros</i>	<i>57</i>

Resultados de gestão	62
--------------------------------	----

Estrutura do BEI	63
----------------------------	----

Caixas

O Fundo Europeu de Investimento (FEI) (p. 18) — O BEI e o Tratado da União Europeia (p. 19) — O instrumento de crédito de Edimburgo (p. 20) — Cooperação internacional e assistência técnica em favor do ambiente (p. 22) — O BEI na Europa Central e Oriental (p. 24) — Os empréstimos globais na Comunidade (p. 26) — Admissibilidade: uma característica específica do BEI (p. 30) — Os transportes em meio urbano (p. 33) — O desenvolvimento do gás natural (p. 35) — Os financiamentos APEX (p. 50) — Desembolsos e valores em curso (p. 60).

SEGUNDA PARTE

Demonstrações financeiras	68
Lista dos financiamentos	84
Quadros estatísticos	97
Notas ao leitor	115

CONSELHO DE GOVERNADORES

Composição em 1 de Junho de 1993

Presidente

Piero BARUCCI (Itália)

Guido CARLI (Itália)
até 28 de Junho de 1992

Bertie AHERN (Irlanda)
até 9 de Junho de 1992

BÉLGICA

Philippe MAYSTADT, Ministro das Finanças

DINAMARCA

Mogens LYKKETOFT, Ministro das Finanças

Henning DYREMOSE, Ministro das Finanças
até Janeiro de 1993

ALEMANHA

Theo WAIGEL, Ministro Federal das Finanças

GRÉCIA

Stephanos MANOS, Ministro da Economia Nacional

Efthymios CHRISTODOULOU, Ministro da Economia Nacional
até Fevereiro de 1992

ESPAÑA

Carlos SOLCHAGA CATALÁN, Ministro da Economia e das Finanças

FRANÇA

Edmond ALPHANDÉRY, Ministro da Economia

Michel SAPIN, Ministro da Economia e das Finanças
até Março de 1993

Pierre BÉRÉGOVOY, Ministro de Estado, Ministro da Economia, das Finanças e do Orçamento
até Abril de 1992

IRLANDA

Bertie AHERN, Ministro das Finanças

ITÁLIA

Piero BARUCCI, Ministro do Tesouro

Guido CARLI, Ministro do Tesouro
até Junho de 1992

LUXEMBURGO

Jacques SANTER, Primeiro Ministro, Ministro de Estado e Ministro do Tesouro

PAÍSES BAIXOS

Wim KOK, Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças

PORTUGAL

Jorge BRAGA DE MACEDO, Ministro das Finanças

REINO UNIDO

Kenneth CLARKE, Chanceler do Tesouro

Norman LAMONT, Chanceler do Tesouro
até Maio de 1993

COMITÉ DE FISCALIZAÇÃO

Composição em 1 de Junho de 1993

Presidente

João PINTO RIBEIRO, Juiz Conselheiro, Tribunal de Contas, Lisboa

Albert HANSEN, Secretário-Geral do Conselho do Governo, Luxemburgo
até Junho de 1992

Membros

João PINTO RIBEIRO

Constantin THANOPOULOS, Vice-Governador, Banco Nacional de Crédito Predial de Grécia, Atenas

Albert HANSEN

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Composição em 1 de Junho de 1993

Presidente: Sir Brian UNWIN

Vice-Presidentes:

Lucio IZZO

Alain PRATE

Ludovicus MEULEMANS

Hans DUBORG

José de OLIVEIRA COSTA

Wolfgang ROTH

Ernst-Günther BRODER e Roger LAVELLE exerceram as funções de, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente até Março de 1993, tendo sido subsequentemente nomeados Presidente honorário e Vice-Presidente honorário.

Administradores

Luigi ARCUTI	Presidente dell'Istituto Mobiliare Italiano, Roma
Bruno BIANCHI	Condirettore Centrale, Banca d'Italia, Roma
Richard BRANTNER	Sprecher des Vorstands der Kreditanstalt für Wiederaufbau, Francoforte
Corneille BRÜCK	Président du Conseil d'administration de la Banque et Caisse d'Épargne de l'État, Luxemburgo
Jos de VRIES	Plaatsvervangend Directeur, Directie Buitenlandse Financiële Betrekkingen, Ministério das Finanças, Haia
Mario DRAGHI	Direttore Generale del Tesoro, Ministério do Tesouro, Roma
Huw P. EVANS	Deputy Secretary (Overseas Finance), Tesouro, Londres
Vicente J. FERNÁNDEZ	Subdirector General del Tesoro y Política Financiera, Ministério da Economia e das Finanças, Madrid
Manuel E. FRANÇA E SILVA	Director-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças, Lisboa, <i>até Julho de 1992</i>
Winfried HECK	Ministerialdirigent, Ministério Federal das Finanças, Bona
Philippe JURGENSEN	Directeur Général de la Caisse Française de Développement, Paris
Yves LYON-CAEN	Président Directeur Général du Crédit National, Paris
Rudolf MORAWITZ	Ministerialdirigent, Ministério da Economia, Bona
Miguel MUÑIZ DE LAS CUEVAS	Presidente del Instituto de Crédito Oficial, Madrid
Ariane OBOLENSKY	Chef du Service des Affaires Internationales, Direction du Trésor, Ministério da Economia, Paris, <i>a partir de Setembro de 1992</i>
Maurice O'CONNELL	Second Secretary, Ministério das Finanças, Dublin
Manuel PINHO	Director-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças, Lisboa, <i>a partir de Setembro de 1992</i>
Giovanni RAVASIO	Director-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas
Alexander J. O. RITCHIE	Former Chairman, The Union Discount Company of London, plc, Londres
Denis SAMUEL-LAJEUNESSE	Chef du Service des Affaires Internationales, Direction du Trésor, Ministério da Economia e das Finanças, Paris, <i>até Julho de 1992</i>
Lars TYBJERG	Membro do Conselho de Administração do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, Londres
Jan H. G. VANORMELINGEN	Directeur-generaal van de Administratie der Thesaurie, Ministério das Finanças, Bruxelas
Roy WILLIAMS	Deputy Secretary, Ministério do Comércio e da Indústria, Londres
Dimitrios ZACHARIADIS-SOURAS	Ex-Conselheiro do Ministério da Economia Nacional, Ministério da Economia Nacional, Atenas
Suplentes:	
David BOSTOCK	Under Secretary, Head of European Community Group (Overseas Finance), Tesouro, Londres
Pierre DUQUESNE	Sous-Directeur des Affaires Multilatérales, Direction du Trésor, Ministério da Economia, Paris
L. Fernanda FORCIGNANÒ	Direttore Generale dei Servizi Speciali e del Contenzioso del Tesoro, Ministério do Tesouro, Roma
M.J.L. JONKHART	President-Directeur, de Nationale Investeringsbank N.V., Haia
Eberhard KURTH	Ministerialdirektor, Ministério Federal da Cooperação Económica, Bona
Eneko LANDÁBURU ILLARRAMENDI	Director-Geral das Políticas Regionais, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas, <i>a partir de Maio de 1993</i>
Thomas O'DWYER	Director-Geral da Coordenação das Políticas Estruturais, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas, <i>até Maio de 1993</i>
Oliver PAGE	Head of the Developing World Division, Bank of England, Londres
Eckard PIESKE	Ministerialdirigent, Ministério Federal das Finanças, Bona
Hélène PLOIX	Directeur Général adjoint de la Caisse des Dépôts et Consignations, Paris
Giovanni SACCO	Dirigente Superiore, Direzione Generale del Tesoro, Ministério do Tesouro, Roma
Michael J. SOMERS	Chief Executive, National Treasury Management Agency, Dublin
J. I. C. TOSCANO	Subdirector-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças, Lisboa

COMITÉ EXECUTIVO

Composição em 1 de Junho de 1993

Presidente: Sir Brian UNWIN
 Vice-Presidentes: Lucio IZZO
 Alain PRATE
 Ludovicus MEULEMANS
 Hans DUBORG
 José de OLIVEIRA COSTA
 Wolfgang ROTH

Ernst-Günther BRODER e Roger LAVELLE exerceram as funções de, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente até Março de 1993, tendo sido subsequentemente nomeados Presidente honorário e Vice-Presidente honorário.

Organigrama

em 1 de Junho de 1993

Grupo Consultivo: Dieter HARTWICH, Eugenio GREPPI, Philippe MARCHAT e Herbert CHRISTIE

DIRECÇÃO

Secretário-Geral
 Dieter HARTWICH
Direcção da
Administração-Geral

DEPARTAMENTO

Auditoria Interna
 Informação e Relações Públicas
 Coordenação

DIVISÃO

Jean-Claude CARREAU
 Karl Georg SCHMIDT
 Andrew ALLEN

Pessoal

Ronald STURGES

Administração do Pessoal
 Política do Pessoal
 Recrutamento

Gerlando GENUARDI
 Daphne VENTURAS
 Jörg-Alexander UEBBING

Secretariado e Assuntos Gerais

Bruno EYNARD

Secretariado
 Tradução
 Serviços Internos

Peter HELGER
 Christopher SIBSON
 Adriaan ZILVOLD

Serviços de Gestão

Roger ADAMS

Organização e Métodos
 Orçamento

Dominique de CRAYENCOUR
 Hugo WOESTMANN

Tecnologias de Informação

Rémy JACOB

Estudos e Desenvolvimento

Albert BRANDT

Gabinete de Representação em Bruxelas

Joachim MÜLLER-BORLE

Financiamentos na Comunidade

Direcção 1

Eugenio GREPPI ⁽¹⁾

Operações na Itália, Roma

Giorgio RATTI, Director Central
 Ernest LAMERS

Filippo MANZI
 Agostino FONTANA
 Caroline REID

Operações em Espanha

José OLIVA MARIN

Gabinete de Madrid

Jos VAN KAAM
 Francisco DOMINGUEZ
 Fernando DE LA FUENTE
 (Chefe do Gabinete)

Operações na Dinamarca e na Alemanha

Fridolin WEBER-KREBS

Henk DELSING
 Paul DONNERUP

Direcção 2

Pitt TREUMANN

Operações em França, na Grécia, na Bélgica, no Luxemburgo e nos Países Baixos

Gérard d'ERM

Gabinete de Atenas

Konstantin ANDREOPOULOS
 Alain BELLAVOINE
 Christian CAREAGA
 Arghyro YARMENITOU
 (Chefe do Gabinete)

Operações no Reino Unido, no Mar do Norte, na Irlanda e em Portugal

Francis CARPENTER

Gabinete de Lisboa
 Gabinete de Londres

Richard POWER
 Andreas VERYKIOS
 Filipe CARTAXO
 Thomas BARRETT
 (Acessor de Direcção)

 Guy BAIRD
 (Chefe do Gabinete)

Unidades organizacionais ligadas
 às Direcções 1 e 2

Coordenação

Administração dos financiamentos

Thomas HALBE

André DUNAND

Manfred KNETSCH
 Alessandro MORBILLI
 Brian FEWKES
 José Manuel MORI

⁽¹⁾ Dirige igualmente o grupo de coordenação de todas as operações na Comunidade.

Organigrama (cont.)

DIRECÇÃO

**Direcção dos Financiamentos
no exterior da Comunidade**
Thomas OURSIN

DEPARTAMENTO

DIVISÃO

Coordenação

Apoio ao controlo dos financiamentos

ACP 1/ALA

Rex SPELLER

ACP 2

Jean-Louis BIANCARELLI

Países Mediterrânicos

Pietro PETTOVICH

Europa de Leste

Terence BROWN

Martin CURWEN

Alfred KAWAN

Claudio CORTESE

Patrick THOMAS

Jacqueline NOËL

Nicolas URMES

Guy BERMAN

Justin LOASBY

Robert WILSON

Walter CERNOIA

Christopher KNOWLES

**Direcção das Finanças
e da Tesouraria**
Philippe MARCHAT

Mercado de Capitais

Ulrich DAMM

Tesouraria

Luc WINAND

Contabilidade Geral

François ROUSSEL

Coordenação

Henri-Pierre SAUNIER

Jean-Claude BRESSON

Ulrich MEIER

Thomas HACKETT

Joseph VOGTEN

Lucio RAGUSIN

Eberhard UHLMANN

Ralph BAST

Iain JAMIESON

Ernest ERPELDING

Charles ANIZET

Luis BOTELLA MORALES

Direcção de Estudos
Herbert CHRISTIE

Estudos Económicos na Comunidade

Michel DELEAU

Estudos Económicos no exterior da Comunidade

Luigi GENAZZINI

Estudos Financeiros

Alfred STEINHERR

Coordenação

Jacques GIRARD

Patrice GÉRAUD

Carlo BOLATTI

Horst FEUERSTEIN

Mateu TURRO CALVET

Stephen McCARTHY

Daniel OTTOLENGHI

Henri BETTELHEIM
(Acessor de Direcção)

Pier Luigi GILIBERT

Marie-Odile KLEIBER

Documentação e Biblioteca

Direcção dos Assuntos Jurídicos

Xavier HERLIN ⁽¹⁾

Giannangelo MARCHEGANI

Roderick DUNNETT

Marc DUFRESNE

Robert WAGENER

Hans-Jürgen SEELIGER

**Serviço de Consultores
Técnicos**

CHEFES DE GRUPO

Agro-indústria

Jean-Jacques SCHUL ⁽²⁾

Indústria transformadora, electrotecnia e telecomunicações

J. Garry HAYTER

Petro-energia, indústria química, aeronáutica e turismo

Hemming JØRGENSEN

Energia eléctrica, minas e gestão de resíduos

Günter WESTERMANN

Infra-estruturas

Peter BOND

CONSULTORES TÉCNICOS

Peder PEDERSEN

Patrick MULHERN

Bernard BÉLIER

Jean-Jacques MERTENS

Constantin CHRISTOFIDIS

Richard DEELEY

René VAN ZONNEVELD

Barend STOFKOPER

Jean-Pierre DAUBET

Philippe OSTENC

Luis LÓPEZ RODRÍGUEZ

⁽¹⁾ Com funções de director desde 1. 1. 1991.

⁽²⁾ Assegura a coordenação das actividades do serviço dos CT.

PREÂMBULO

Em 1992, ano difícil, quer para a construção europeia, quer para a economia mundial, o Banco Europeu de Investimento viu confirmada a sua missão de instituição financeira vocacionada para promover o reforço da coesão económica e social na Comunidade. Expandindo e diversificando a sua acção, o Banco concedeu durante o ano mais de 17 mil milhões de ecus.

Cerca de dois terços dos financiamentos destinaram-se a projectos situados nas regiões menos favorecidas ou em regiões em fase de reconversão económica. Em 1992, verificou-se um aumento de 40% das verbas outorgadas nestas regiões, o que eleva o total dos financiamentos concedidos pelo BEI nos últimos oito anos em favor do desenvolvimento regional comunitário para mais de 50 mil milhões de ecus. Esta acção tem sido desenvolvida em estreita ligação com a dos fundos estruturais, no âmbito da colaboração estabelecida com a Comissão, que visa obter uma maior sinergia das duas formas de financiamento comunitário.

A prioridade dada ao desenvolvimento regional não tem, todavia, prejudicado o apoio concedido a outras políticas comunitárias. O Banco tem desenvolvido constantemente a sua acção em favor das redes transeuropeias de transportes, telecomunicações e energia, cuja concretização é um requisito do pleno exercício da liberdade de circulação de pessoas, mercadorias e informações. Paralelamente, tem também prosseguido o seu apoio a projectos de protecção ou de gestão do ambiente, sectores em que mais que duplicou os seus financiamentos em 1992.

Para financiar os seus empréstimos, o BEI angariou no mercado de capitais o contravalor de cerca de 13 mil milhões de ecus em 1992. Apesar das turbulências cambiais verificadas, confirmou a sua posição de primeira ordem no mercado de capitais e continuou a assumir plenamente a sua missão de intermediário financeiro ao serviço da integração europeia.

O exercício de 1993 assinala o 35º aniversário do BEI, que continuará a promover a transição da Comunidade para a União Económica e Monetária. O Banco empenha-se em cumprir a sua missão alargando as suas actividades tradicionais e desenvolvendo novas formas de intervenção, na linha traçada pelo Conselho Europeu de Edimburgo de 11 e 12 de Dezembro de 1992.

No quadro da perspectiva europeia de crescimento, o BEI criou um instrumento adicional de crédito de 5 mil milhões de ecus, destinado a acelerar o financiamento de infra-estruturas que se integrem nas redes transeuropeias, ou que contribuam para a protecção do ambiente. A partir de Fevereiro de 1993, o seu Conselho de Administração adoptou uma série de decisões de financiamento que abrangem cerca de mil milhões de ecus, e se destinam a uma quinzena de projectos em sete Estados-membros da Comunidade.

O BEI tem prosseguido a identificação de projectos viáveis que possam ser abrangidos por este instrumento, trabalhando igualmente na criação do Fundo Europeu de Investimento (FEI). Este fundo tem como principal tarefa prestar garantias financeiras para grandes infra-estruturas comunitárias e para projectos de pequenas e médias empresas.

No termo de cerca de nove anos de presidência, confio ao meu sucessor uma instituição competente e apta a responder aos reptos que a época actual impõe à construção europeia. Durante estes anos, alargámos o domínio de actividades do Banco, tanto no seio como no exterior da Comunidade, apoiámos a diversificação das políticas comunitárias e fizemos do BEI a mais importante instituição financeira multilateral do mundo.

Agradeço a todos quantos tornaram isso possível.

Ernst-Günther BRÖDER
Presidente

O BEI, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DA COMUNIDADE

Actividade em 1992

O Banco Europeu de Investimento, a instituição financeira da Comunidade, tem como missão contribuir para o desenvolvimento equilibrado, a integração e a coesão económica e social de todos os Estados-membros. Nesse sentido, faculta recursos bancários para apoiar o financiamento de projectos na

Comunidade, mas intervêm também em países terceiros com os quais esta celebrou acordos de cooperação económica e financeira.

No cumprimento da sua missão, o BEI concede empréstimos por conta de recursos próprios e garantias (ver nota 5e

pág. 116), e, principalmente no exterior da CEE, financiamentos sob mandato e por conta de recursos orçamentais da Comunidade ou dos Estados-membros; estes financiamentos são contabilizados fora do balanço, na secção especial (ver pag. 70).

Os contratos de financiamento assinados em 1992 atingiram o total de 17 033 milhões (¹) (15 393 milhões em 1991), o que corresponde a um acréscimo de 11% a preços correntes e de 9% em termos reais (ver nota 7 pag. 116). Os empréstimos por conta de recursos

(¹) Salvo indicação em contrário, todos os valores indicados neste relatório são expressos em ecus, e foram arredondados ao milhão.

próprios cifraram-se em 16 830 milhões, as garantias em 74 milhões, e os financiamentos a partir de outros recursos em 129 milhões (174 milhões em 1991).

Para poder satisfazer o elevado volume de pedidos de desembolso (14 798 milhões contra 15 320 milhões em 1991), o BEI **angariou no mercado de capitais** 12 974 milhões (13 672 milhões em

1991), obtendo 69% dos fundos a médio e a longo prazo a taxa fixa, e 31% a taxa variável.

Cerca de 75% dos recursos foram obtidos em moedas comunitárias, lideradas pelo quarto ano consecutivo pelo ecu (1 937 milhões, que representaram cerca de 15% do total dos fundos angariados).

Quadro 1: **Montante dos contratos assinados em 1992, de 1988 a 1992 e de 1973 a 1992**

Distribuição segundo a origem dos recursos e a localização dos projectos

	1992		1988-1992		1973-1992	
	montante	%	montante	%	montante	%
Empréstimos por conta de recursos próprios e garantias	16 904,0	99,2	66 917,1	98,4	117 551,8	93,5
na Comunidade	16 139,7	94,8	63 715,7	93,7	110 093,3	87,5
dos quais empréstimos	16 066,0	94,3	63 404,5	93,2	109 552,2	87,1
dos quais garantias	73,7	0,5	311,2	0,5	541,1	0,4
fora da Comunidade	764,3	4,5	3 201,4	4,7	7 458,5	5,9
Financiamentos por conta de outros recursos	128,5	0,8	1 102,6	1,6	8 217,6	6,5
na Comunidade	—	—	497,6	0,7	6 386,4	5,1
fora da Comunidade	128,5	0,8	605,0	0,9	1 831,2	1,5
Total geral	17 032,5	100,0	68 019,7	100,0	125 769,4	100,0
na Comunidade	16 139,7	94,8	64 213,3	94,4	116 479,7	92,6
fora da Comunidade	892,8	5,2	3 806,4	5,6	9 289,7	7,4

Os créditos para investimentos **na Comunidade** ascenderam a 16 140 milhões (ver lista pág. 84), valor que representa um acréscimo de 12% num ano.

Foram financiados projectos em todos os Estados-membros da Comunidade, tendo-se registado um acentuado aumento das actividades em Espanha, em Portugal, no Reino Unido e na Alemanha, o qual, neste último país, decorreu do desenvolvimento das operações nos *Länder* orientais.

O BEI prosseguiu a sua acção em favor do desenvolvimento harmonioso e equilibrado da Comunidade, tendo os financiamentos para apoio do desenvolvimento regional, seu objectivo prioritário, representado 70% do total. Mais de 90% do montante concedido destinaram-se a investimentos situados nas zonas abrangidas pela acção dos fundos estruturais comunitários.

O BEI contribui também para o reforço da coesão económica e social da Comu-

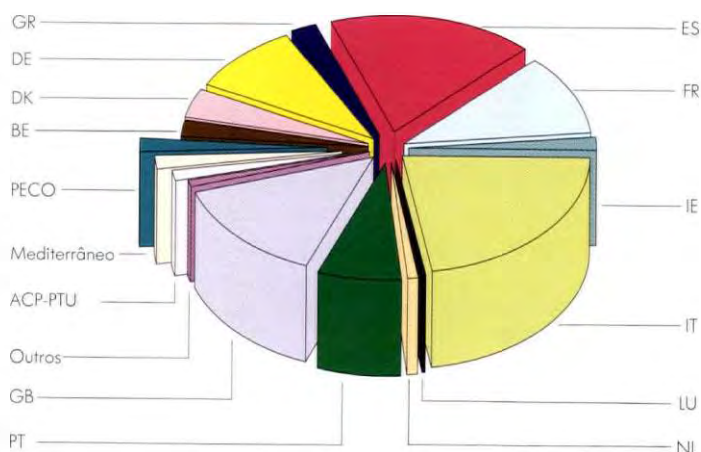
nidade, financiando o desenvolvimento de redes de infra-estruturas que asseguram as comunicações entre as diferentes regiões e facilitam as ligações de interesse comunitário. Além disso, concede créditos para investimentos necessários à protecção do ambiente e à melhoria da qualidade de vida, ou que visam explorar recursos energéticos da Comunidade e diversificar as suas fontes de abastecimento.

Actividade do BEI segundo a localização dos projectos ⁽¹⁾

Montante dos Contratos assinados
(milhões de ecus)

1992: 17 032,5		1991: 15 393,3	
montante	%	montante	%
396,6	2,5	Bélgica	115,6 0,8
690,8	4,3	Dinamarca	538,6 3,7
1 663,9	10,3	Alemanha	1 300,1 9,0
377,5	2,3	Grécia	366,9 2,5
3 020,6	18,7	Espanha	2 342,5 16,2
1 895,1	11,7	França	1 924,4 13,3
303,5	1,9	Irlanda	237,0 1,6
3 796,9	23,5	Itália	4 000,7 27,6
42,8	0,3	Luxemburgo	28,6 0,2
154,4	1,0	Países Baixos	175,4 1,2
1 230,4	7,6	Portugal	1 002,1 6,9
2 407,2	14,9	Reino-Unido ⁽²⁾	2 145,0 14,8
159,7	1,0	Outros ⁽³⁾	300,4 2,1
16 139,7	100,0	Comunidade	14 477,3 100,0
252,0	28,2	ACP-PTU	389,5 42,5
320,8	35,9	Mediterrâneo	241,5 26,4
320,0	35,8	PECO	285,0 31,1
892,8	100,0	Fora de Comunidade	916,0 100,0

Distribuição
(1992)



⁽¹⁾ Para as siglas, ver nota 3 pág. 115.

⁽²⁾ No início de 1992, verificou-se uma alteração contratual de um financiamento assinado em 1991, que conduziu ao aumento do montante relativo ao Reino Unido, o qual se repercutiu nos valores referentes ao exercício de 1991.

⁽³⁾ Projectos de interesse comunitário situados no exterior do território dos Estados-membros (ver nota 5d pág. 115).

Ao financiar projectos do sector produtivo, o BEI dá uma importância especial ao reforço da competitividade internacional da indústria comunitária e ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas, cujo papel económico é muito importante, sobretudo a nível nacional.

A orientação dos financiamentos do BEI ilustra o seu empenhamento na prossecução dos objectivos da Comunidade, e a sua aptidão para propor condições de financiamento adequadas às necessidades dos investidores.

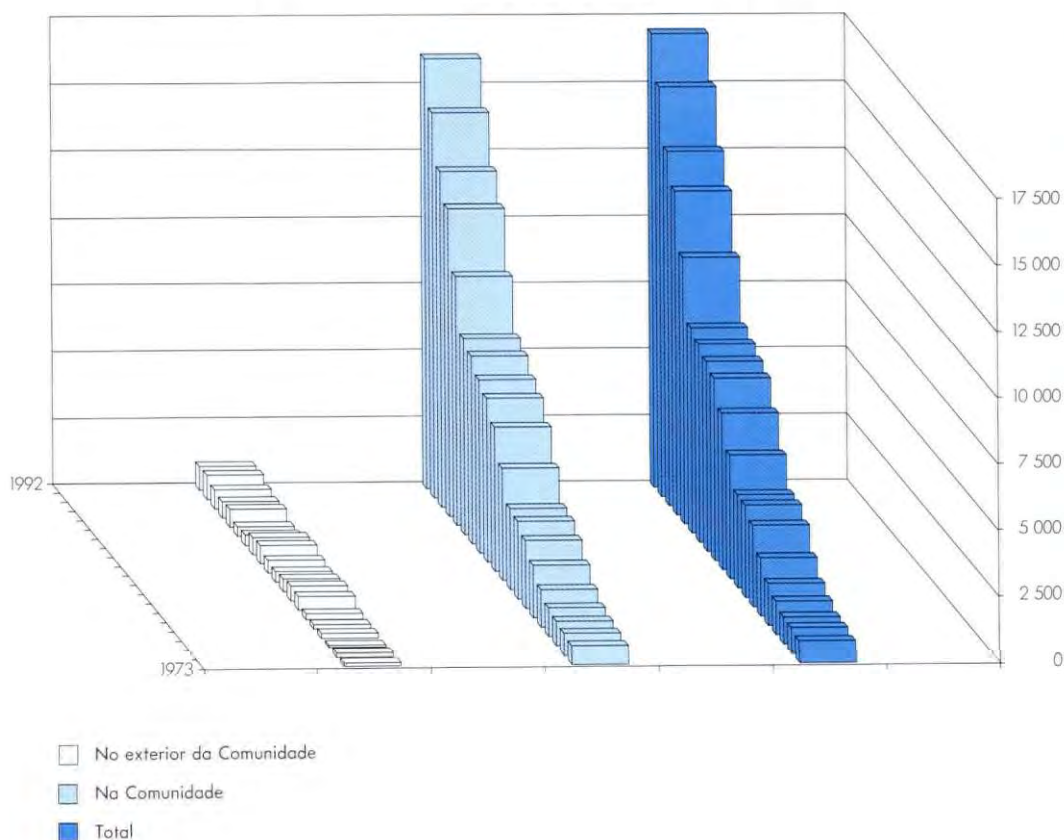
No exterior da Comunidade, os financiamentos concedidos no quadro da cooperação comunitária com países terceiros ascenderam a 893 milhões (916 milhões em 1991), dos quais 764 milhões a cargo de recursos próprios e 129 milhões a cargo de recursos orçamentais (ver lista pág. 94).

Nos países da margem sul do Mediterrâneo, os financiamentos no âmbito dos protocolos financeiros foram complementados com os primeiros empréstimos extraprotocolo concedidos ao abri-

go da Política Mediterrânica Renovada (321 milhões). No que se refere à Europa Central e Oriental, os financiamentos foram alargados a todos os países em que o BEI pode intervir (PECO), tendo sido outorgados 320 milhões, e quanto aos países da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e aos Países e Territórios Ultramarinos (PTU), foram concedidos 252 milhões.

Montante dos contratos assinados de 1973 a 1992

(milhões de ecus correntes)



Contexto económico

1992 : CRESCIMENTO FRACO E DEGRADAÇÃO DO EMPREGO

Na Comunidade, como em todos os grandes países industrializados, o crescimento da economia foi fraco, inscrevendo-se num processo de desaceleração que data de 1989, e que conduziu a um novo agravamento do desemprego.

Em muitos Estados-membros, esta degradação do contexto económico foi acompanhada de uma estagnação ou de um declínio do investimento.

No exterior da Comunidade, a maioria dos grandes países teve de enfrentar dificuldades diversas: um relançamento hesitante e a persistência do défice nos Estados Unidos, abrandamento econó-

mico no Japão e deterioração global da situação na ex-URSS. Estas dificuldades, que se aliaram a tensões entre parceiros comerciais, conduziram a que o crescimento da economia mundial fosse fraco, apesar dos bons resultados de diversos países recém-industrializados ⁽¹⁾.

Na Comunidade, o crescimento do PIB voltou a registar uma quebra em 1992, cifrando-se em +1,1%, (contra 1,4% em 1991, 2,8% em 1990, 3,4% em 1989 e 4,1% em 1988). Esta retracção foi marcada em quase todos os países, com excepção da Irlanda e da França.

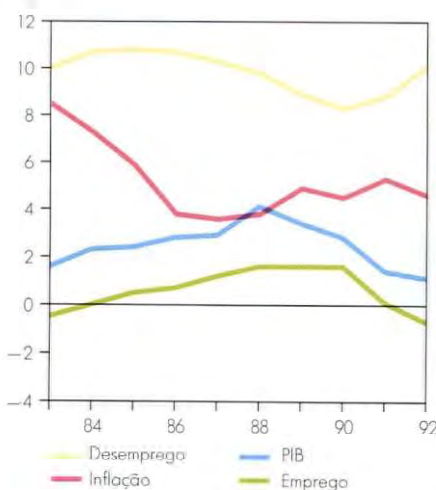
Pela primeira vez desde a recessão no início da década de 80, o investimento global, calculado com base na FBCF, decresceu em termos reais (-0,3%), se

se excluirmos os novos Länder. Se estes forem incluídos, o valor é ligeiramente positivo (+0,4%).

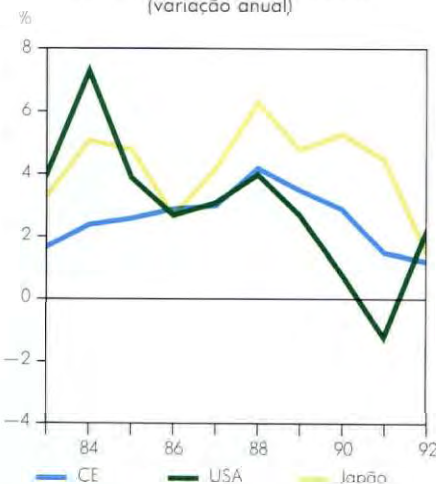
A retracção das despesas em bens de equipamento acentuou-se: -1,5% (-0,7% com os novos Länder), contra -0,2% em 1991, e 4,8% de crescimento em 1990 e 8,5%, 10,6% e 8,5% nos três anos anteriores.

Esta evolução foi mais marcada na Dinamarca (-12%), em França (-4,3%), na parte ocidental da Alemanha (-2%), nos Países Baixos (-0,8%) e na Itália (-0,7%).

PIB, inflação, emprego e desemprego (variação anual)



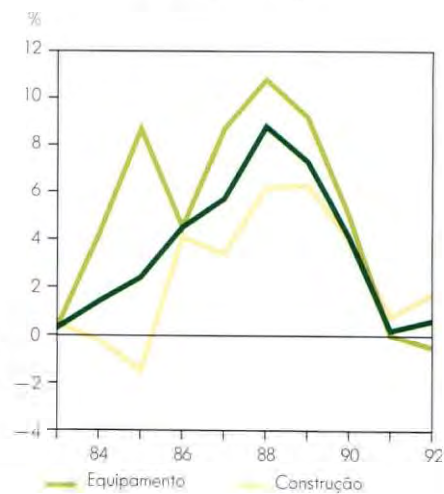
PIB/PNB comparação internacional (variação anual)



(1) As estatísticas macroeconómicas deste capítulo são extraídas dos orçamentos económicos de 1992-1993 publicados pela Comissão e das Perspectivas Económicas da OCDE. Foram revistas no início de 1993, mas têm ainda um carácter provisório. As taxas de crescimento relativas aos agregados físicos são expressas em volume. A inflação é medida pelo índice de preços ao consumidor.

Exceptuando os gráficos relativos às balanças comerciais e de transacções correntes, em que os valores referentes à Alemanha incluem os novos Länder desde 1991, estes só são considerados nos restantes gráficos a partir de 1992.

FBCF e suas componentes (variação anual)

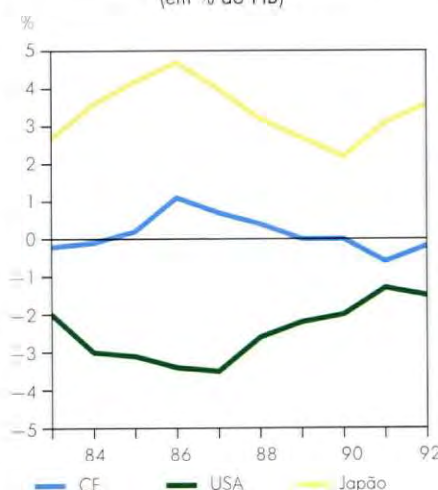


A degradação da situação económica e o nível alto das taxas de juro também tiveram impacto no investimento no sector da construção - conquanto este parece ter registado um pequeno aumento - o que conduziu a um agravamento acentuado da situação do emprego.

O desemprego agravou-se em quase todos os Estados-membros, afectando 9,5% da população activa (10,1% com as regiões orientais da Alemanha) contra 8,8% em 1991. Pela primeira vez desde há uma dezena de anos, o emprego total diminuiu.

Apesar da subida dos preços na importação, a inflação tendeu a abrandar

Balanças comerciais fob/fob: comparação internacional
(em % do PIB)

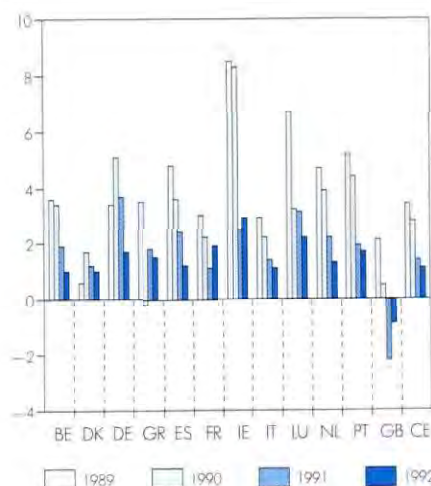


No Japão, o crescimento económico abrandou acentuadamente, tendo o PNB progredido de 1,5%, contra 4,4% em 1991.

O investimento global decresceu pela primeira vez desde 1983 (-0,7%), e o consumo privado registou a taxa de crescimento mais baixa desde 1981.

Tendo em conta o fraco crescimento das importações (depois de uma diminuição em 1991), em particular de produtos industriais, os excedentes das balanças comercial e de transacções correntes aumentaram, aproximando-se, respectivamente, de +3,6% e +3,2% do PIB.

PIB 1989-1992
(taxa de crescimento)



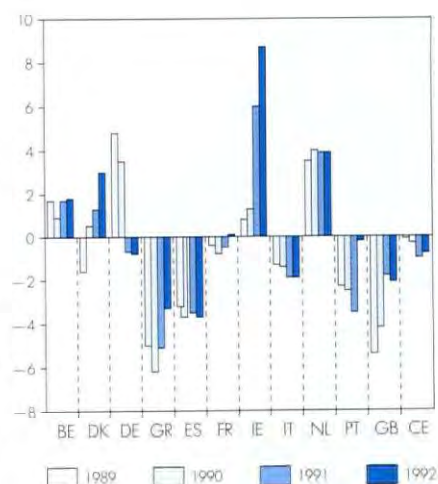
(4,5% contra 5,3%) persistindo as taxas elevadas na Grécia (16%) e em Portugal (9,1%).

Tendo em conta o abrandamento das importações, a balança comercial da Comunidade é excedentária, se não se considerarem as regiões orientais da Alemanha (+1,2% do PIB) e ligeiramente deficitária, se estas forem incluídas. Observa-se uma quase estabilidade do défice da balança de transacções correntes.

Nos Estados Unidos, depois da recessão de 1991, a taxa de crescimento do PIB tornou-se positiva (+2% contra -1,3%) e a inflação decresceu. Verificou-se um novo agravamento do défice do orçamento federal e a situação do emprego voltou a degradar-se.

O relançamento das importações conduziu, depois da melhoria de 1991, a um novo agravamento do défice da balança comercial (-1,5% do PIB contra -1,3% em 1991) e do da balança de transacções correntes (-1% do PIB).

Balanças de transacções correntes 1989-1992
(em relação ao PIB)



Em África, o processo de democratização e de reformas estruturais prosseguiu-se nalguns países, atenuando um pouco os desequilíbrios financeiros, mas ainda não evidenciando em muitos casos quaisquer efeitos reais significativos.

Alguns países encontram-se numa situação particularmente instável, ou de crise declarada, cujas consequências económicas são graves.

Globalmente, o contexto internacional desfavorável – em particular, a degradação dos termos de troca e a quase estagnação dos mercados de exportação – contribuiu para agravar as dificuldades internas. A taxa de crescimento económico continua a ser inferior à do crescimento demográfico.

A evolução dos **países mediterrânicos** em 1992 foi muito diferente de país para país.

No Médio Oriente, o relançamento da actividade económica permitiu reduzir o défice orçamental, sem todavia atenuar as tensões inflacionistas.

Quanto ao Magrebe, as reformas económicas mantiveram um ritmo firme, tanto em Marrocos, que teve um ano de más colheitas, como na Tunísia, que teve

um excelente ano agrícola. A Argélia continua a defrontar-se com crescentes dificuldades políticas e económicas.

Globalmente, e tendo em conta as restrições decorrentes de uma retracção da procura por parte dos países desenvolvidos, os países desta região registaram uma recuperação relativa, mantendo globalmente um certo equilíbrio no que se refere aos preços, às finanças públicas e à balança de pagamentos.

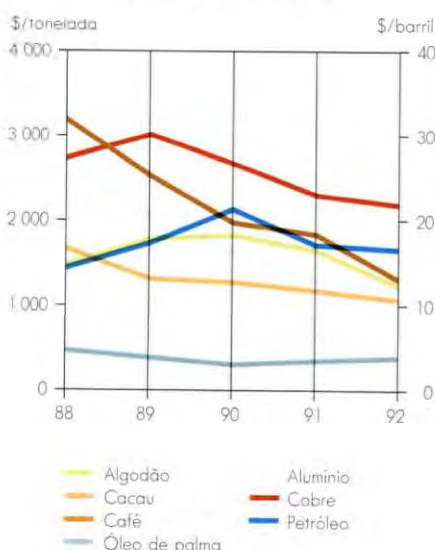
Nos países da **Europa Central e Oriental**, a evolução da situação económica está intimamente ligada ao avanço das reformas.

Na Polónia, na Hungria e na ex-República Federal Checa e Eslovaca, a inflação voltou a decrescer, enquanto a retracção da produção atingiu um valor mínimo, e as exportações registaram um grande crescimento, incentivado pelos acordos celebrados com a Comunidade. Tendo em conta o elevado volume de investimentos, que contribuiu para um aumento das reservas cambiais, a premência do financiamento externo diminuiu. Na Bulgária, e sobretudo na Roménia, os indicadores são mais desfavoráveis. A estabilização afigura-se difícil de conseguir, apesar da implementação de políticas macroeconómicas rigorosas.

No conjunto destes países, o emprego voltou a degradar-se acentuadamente.

Nos novos Estados Independentes da ex-URSS, a produção continuou a decrescer e a inflação a agravar-se. Estes países confrontam-se com graves problemas financeiros, devido à dificuldade em obter créditos junto de bancos estrangeiros e ao reduzido volume dos investimentos estrangeiros.

Evolução do preço de certas matérias primas
(dólares constantes 1990)



Contexto comunitário

1992: UM ANO DE TURBULÊNCIAS

1992 foi um ano fértil em acontecimentos, favoráveis e desfavoráveis à construção europeia.

Depois da assinatura do Tratado da União Europeia em Maastricht, em 7 de Fevereiro, o processo de ratificação registou um fracasso na Dinamarca e tem progredido mais lentamente do que previsto no Reino Unido. Em finais de 1992, tinha sido levado a bom termo em dez países.

No segundo semestre, a grave crise cambial provocou importantes tensões no seio do Sistema Monetário Europeu, obrigando a reajustamentos das paridades e conduzindo a que algumas moedas suspendessem a sua participação no mecanismo de câmbio.

Na sequência das primeiras conclusões do Conselho Europeu de Lisboa de 26 e 27 de Junho, o acordo atingido em Edimburgo em 12 de Dezembro marcou a resolução dos Estados-membros de

avançar, apesar das dificuldades encontradas. O prosseguimento da constituição do Espaço Económico Europeu, e a abertura, em Fevereiro de 1993, das negociações para a adesão da Áustria, da Suécia e da Finlândia, demonstram a atracção que a Comunidade continua a exercer.

Se 1 de Janeiro de 1993 não assinalou a entrada em vigor do Tratado da União Europeia, marcou a instauração do Mercado Único Europeu, trinta e cinco anos depois da entrada em vigor do Tratado de Roma, e vinte anos após a adesão da Dinamarca, da Irlanda e do Reino Unido.

No decurso deste ano de turbulência, o Banco Europeu de Investimento continuou a cumprir a sua missão como instituição financeira da Comunidade, tendo reforçado a sua acção em favor da coesão económica e social, e apoiado a realização de investimentos nas regiões menos favorecidas. Em colaboração com a Comissão e os Estados-membros, o Banco empenhou-se na

instituição de um Fundo Europeu de Investimento, cuja criação rápida foi preconizada pelo Conselho Europeu de Edimburgo, paralelamente à de um instrumento de crédito destinado a acelerar o financiamento de infra-estruturas europeias. Por outro lado, o campo de acção do BEI foi alargado à América Latina e à Ásia, assim como a diversos países da Europa Central.

Tanto no seio da Comunidade como no exterior desta, o BEI contribui para a concretização das grandes orientações comunitárias, por meio de realizações concretas, e para tal trabalha em estreita colaboração com as instâncias e os parceiros interessados, instituições europeias, nacionais e regionais, a banca e os promotores de projectos.

No futuro, o Banco continuará a colocar a sua competência profissional ao serviço do desenvolvimento equilibrado da Comunidade, dando sempre prioridade à qualidade nas suas actividades.

O Tratado da União Europeia sublinha a missão cometida ao BEI de promoção da **coesão económica e social**. Durante o exercício, o BEI empenhou-se em cumprir essa missão, quer desenvolvendo as suas actividades tradicionais, quer elaborando novos tipos de intervenção. Esta abordagem dupla foi aprovada pelo Conselho Europeu de Edimburgo, cujas conclusões reforçam o papel do BEI como instituição financeira da Comunidade.

Com vista ao **relançamento económico** na Europa, o Conselho Europeu de Edimburgo preconizou a instauração de medidas nacionais e comunitárias tendentes a melhorar as perspectivas de crescimento e a criar postos de trabalho permanentes, e inscritas no âmbito da convergência das economias definida no Tratado da União Europeia.

No que se refere às **acções comunitárias** de promoção do relançamento económico, duas conclusões dizem directamente respeito ao BEI:

— o BEI é convidado a instaurar, com o acordo da Comissão, um instrumento

temporário de crédito de 5 mil milhões de ecus, para acelerar o financiamento de projectos de infra-estruturas, especialmente os relacionados com as redes transeuropeias (ver caixa pág. 20);

— além disso, o Fundo Europeu de Investimento (FEI), destinado a promover o financiamento de redes transeuropeias e de PME's, deve ser criado o mais rapidamente possível (ver caixa pág. 18).

O FUNDO EUROPEU DE INVESTIMENTO (FEI)

Na sua declaração sobre o relançamento económico na Europa, o Conselho Europeu de Edimburgo «convidou ... o Conselho ECOFIN e o BEI a darem seguimento urgente e favorável à criação tão rápida quanto possível de um Fundo Europeu de Investimento, dotado de um capital de 2 mil milhões de ecus, detido pelo BEI, outras instituições financeiras e a Comissão». Esta resolução surge na sequência dos trabalhos que o Banco e a Comissão empreenderam em estreita concertação, e que foram prosseguidos por um grupo de trabalho do Conselho de Administração do Banco. Após consulta do Parlamento Europeu, uma conferência intergovernamental realizada em 25 de Março aprovou um aditamento ao protocolo relativo aos Estatutos do BEI, que dá poderes ao Conselho de Governadores do mesmo para criar um Fundo Europeu de Investimento. Esse aditamento será submetido a ratificação, segundo os procedimentos específicos a cada Estado-membro.

* * *

Sendo criado por uma decisão do Conselho de Governadores do BEI, o FEI será uma **entidade autónoma**, dotada de personalidade jurídica própria e com uma contabilidade distinta da do Banco. A sua gestão corrente será assegurada por este, sob mandato.

O capital subscrito inicial ascenderá a 2 mil milhões de ecus, dos quais 20% deverão ser realizados, e segundo as primeiras estimativas, cobrirá entre 6 a 10 mil milhões de ecus de garantias. 40% do capital subscrito será detido pelo BEI, 30% pela Comissão e o restante, ou seja, 30%, por instituições financeiras. O BEI financiará a sua participação no capital a partir dos seus excedentes anuais.

O objectivo principal do FEI consistirá em contribuir para a consolidação do mercado interno e para o reforço da coesão económica e social, especialmente nas seguintes áreas:

- **grandes projectos de infra-estruturas** no âmbito das redes transeuropeias (RTE), cuja realização beneficiará a actividade comunitária e favorecerá as relações internacionais;
- **iniciativas de pequenas e médias empresas** (PMEs).

As intervenções do FEI assumirão predominantemente a forma de garantias financeiras, mas numa fase ulterior, poderá ser considerada a possibilidade de contribuições em capitais próprios. As garantias de empréstimo são, em conjunto com os estudos de viabilidade e as bonificações de juro, um dos três instrumentos previstos no Tratado da União Europeia (título XII, artigo 129^o-C) para dar apoio financeiro aos projectos a realizar no domínio das redes transeuropeias.

Por seu turno, a acção em favor das PMEs corresponde aos objectivos definidos no título XIII (Indústria) e no título XIV (Coesão Económica e Social) do mesmo Tratado.

Se for caso disso, as actividades do FEI serão articuladas com outras formas de financiamento comunitário.

O FEI funcionará com base em critérios bancários, pelo que promoverá o financiamento privado de infra-estruturas, complementando ou substituindo parcialmente as garantias do Estado. No que se refere às PMEs, a viabilidade constituirá um critério de apreciação primordial.

* * *

O FEI constitui uma estrutura original, em termos de composição dos seus membros, na medida em que permitirá associar entidades públicas e privadas, comunitárias e nacionais, com vista a apoiar a realização de investimentos importantes para o relançamento económico e o desenvolvimento equilibrado da Comunidade.

No que respeita às **acções estruturais** da Comunidade, o Conselho Europeu assinalou que o financiamento de projectos e de programas de investimento com fundos angariados no mercado de capitais pode constituir um complemento importante e contribuir para o saudável reforço da coesão económica e social. O Conselho lembrou também as disposições do Protocolo de Maastricht sobre a coesão, segundo as quais «o BEI deve continuar a consagrar a maior parte dos seus recursos ao fomento da coesão económica e social» e deverão ser revistas «as necessidades de capital do BEI, logo que tal se revele necessário para esse efeito».

O Conselho «reconhece a amplitude dos esforços desenvolvidos pelo BEI neste domínio» e pede ao Banco «sob reserva das exigências do Tratado e dos seus Estatutos, que desenvolva ainda mais os seus financiamentos nos Estados-membros que beneficiam do Fundo de Coesão e nas regiões da Comunidade abrangidas pelo objectivo 1».

A acção do BEI é assim promovida na maioria dos seus domínios de intervenção.

Tal acontece principalmente no domínio do **desenvolvimento regional**. Em 1992, o BEI concedeu 11 800 milhões, ou seja, 70% dos seus financiamentos, para apoiar projectos nas regiões menos favorecidas da Comunidade.

Mais de 90% das verbas destinaram-se a regiões abrangidas pela acção dos fundos estruturais da Comunidade, e mais de metade a investimentos nas regiões desfavorecidas (objectivo 1).

Nestas regiões, o apoio comunitário será reforçado uma vez implementadas as decisões tomadas em 1992.

O acordo sobre as perspectivas financeiras da Comunidade até 1999 prevê que sejam atribuídos para acções estruturais, durante sete anos, recursos orçamentais no valor de 177 000 milhões (aos preços de 1992). As subvenções concedidas concentrar-se-ão, mais do

O BEI E O TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA

O Tratado da União Europeia assinado em 7 de Fevereiro de 1992, e cujo processo de ratificação se prosseguia no início de 1993, altera e completa o Tratado de Roma (ver Relatório Anual de 1991, páginas 17 e 18).

Diversos artigos referem-se ao BEI:

— o artigo 4^o-B (antigo artigo 3^o do Tratado de Roma) refere-se à instituição do Banco Europeu de Investimento;

— o artigo 198^o-D (antigo artigo 129^o) define o BEI;

— o artigo 198^o-E (antigo artigo 130^o) refere os objectivos que lhe são cometidos, prevendo que o BEI, além de financiar projectos, facilitará o financiamento de programas de investimento, em articulação com as intervenções dos fundos estruturais e dos demais instrumentos financeiros comunitários. A sua contribuição para as políticas comunitárias é inerente ao papel que lhe é confiado de apoio à coesão económica e social, o qual é especificado no protocolo anexo ao Tratado;

— o artigo 104^o-C, n.º 11, especifica o papel do BEI na via para a convergência das economias;

— por último, o artigo 130^o-W trata do seu contributo na cooperação para o desenvolvimento.

Os artigos 198^o-D e 198^o-E figuram no Capítulo V do Tratado consagrado às instituições comunitárias.

que anteriormente, nas regiões abrangidas pelo objectivo 1, através da acção dos fundos estruturais e do Fundo de Coesão.

Tal como foi dito anteriormente, o Conselho Europeu pediu ao BEI que desenvolvesse os seus financiamentos nestas regiões e sublinhou a importância do seu papel complementar, tendo também preconizado que o BEI examine «com o Conselho e a Comissão, de que forma poderá contribuir com os Estados-membros para melhorar o funcionamento dos fundos estruturais e do Fundo de Coesão».

No que toca ao Fundo de Coesão, o Conselho Europeu indicou que, quando for caso disso, o BEI poderá ser convidado pela Comissão a contribuir para a avaliação dos projectos.

Por último, no âmbito do acordo sobre o **Espaço Económico Europeu (EEE)**, celebrado entre a Comunidade e os países da EFTA, estes decidiram criar um instrumento que visa prestar assistência financeira para promover o desenvolvimento e o ajustamento estrutural na Grécia, na Irlanda e em Portugal, e nas regiões de Espanha abrangidas pelo objectivo 1. A gestão deste instrumento foi confiada ao BEI, nos termos de um acordo de cooperação assinado em Junho de 1992 pelo Presidente do BEI e pelos embaixadores dos países da EFTA; um acordo complementar celebrado entre o BEI e a Comissão assegura a coordenação entre este instrumento e os fundos estruturais comunitários. Em finais de Fevereiro, foi assinado um protocolo adicional que deverá permitir a entrada em vigor, a meio do ano, do

acordo e do instrumento financeiro celebrado com os países da EFTA, exceptuando a Suíça.

A opção do Conselho Europeu de Edimburgo de promover o relançamento económico, concretizando projectos nacionais e comunitários de **infra-estruturas**, está na linha do apoio que o Banco sempre deu a este sector, para o qual tem canalizado uma parcela importante dos seus financiamentos. Em

1992, os empréstimos para infra-estruturas em geral (transportes, telecomunicações, energia e ambiente) representaram 73% do total, e os empréstimos para investimentos mais directamente ligados às redes transeuropeias, 27%.

Esta acção poderá ser reforçada pelas decisões de Edimburgo, tendo em conta a sinergia que se pretende obter com a concertação de iniciativas nacionais e comunitárias. Além disso, uma vez ins-

taurado, o Fundo Europeu de Investimento poderá prestar a sua garantia para o financiamento de projectos, e consequentemente, facilitar a respectiva realização.

* * *

A decisão de incluir infra-estruturas de protecção do **ambiente** nos instrumentos financeiros, criados ou confirmados em Edimburgo, vem apoiar a concreti-

O INSTRUMENTO DE CRÉDITO DE EDIMBURGO

Na «Declaração relativa ao incentivo à recuperação económica na Europa», o Conselho Europeu de Edimburgo convidou «o Conselho e o BEI, em plena concertação com a Comissão, a darem seguimento urgente e favorável à criação de um novo instrumento temporário de crédito de 5 mil milhões de ecus no seio do BEI... com vista a acelerar o financiamento de projectos de infra-estruturas, nomeadamente os relacionados com as redes transeuropeias»

* * *

No início de Fevereiro, o Conselho de Governadores do BEI aprovou os critérios de aplicação deste novo instrumento, que poderá contribuir para:

- o financiamento de projectos de redes transeuropeias nos domínios dos transportes, das telecomunicações e da energia;
- o financiamento de outros projectos nestes sectores (transportes, telecomunicações e energia) que permitam melhorar o acesso das regiões em causa às ditas redes transeuropeias;
- o financiamento de projectos no sector do ambiente.

Poderão ser abrangidos projectos em que participem países da Europa Central e Oriental ou outros países europeus membros da EFTA, desde que contribuam para a realização de redes transeuropeias ou as complementem.

O BEI manterá os seus critérios usuais de apreciação da viabilidade técnica, económica e financeira dos projectos em causa, definindo os tipos de financiamento que melhor se ajustam às características dos projectos e dos promotores, quer em termos de vencimento, quer de período de carência. Consoante as necessidades de financiamento, o Banco poderá proceder a uma elevação dos limites máximos estabelecidos em relação ao custo total (de 50% para 75%, no que se refere a empréstimos do BEI, e de 70% para 90%, no que se refere à combinação de financiamentos - empréstimos e subsídios).

A desejada aceleração dos financiamentos poderá processar-se mais rapidamente, na medida em que os empréstimos do Banco se integrarão em programas apropriados, que podem mobilizar recursos provenientes de diversas fontes, nacionais ou comunitárias, e que se adaptam às características específicas dos projectos e dos promotores.

Em finais de Fevereiro, o Conselho de Administração do BEI aprovou os primeiros financiamentos no âmbito do instrumento de crédito de Edimburgo, no valor total de mil milhões de ecus, que se destinam a projectos em sete países. Na linha das conclusões do Conselho Europeu de Edimburgo, para que este novo instrumento tenha o maior impacto possível, os Estados-membros, a Comissão e o Banco terão de trabalhar em estreita concertação, de forma a que se crie uma sinergia de acções na prossecução do objectivo comum.

zação do quinto programa comunitário para o ambiente, adoptado em Dezembro de 1992.

Este programa preconiza um desenvolvimento duradouro e respeitador do ambiente, sublinhando a importância da integração e da coordenação com outras políticas comunitárias. Tanto na Comissão como no Parlamento, procedeu-se ao estudo da interacção entre o ambiente, por um lado, e os transportes, a competitividade industrial e a política regional, por outro.

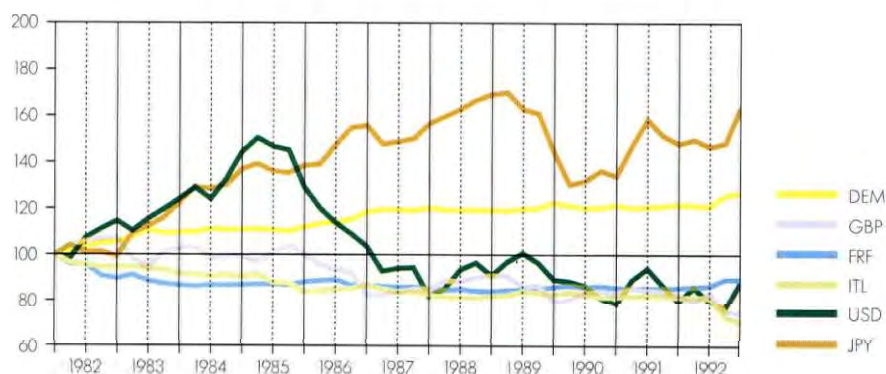
O BEI acompanha estas iniciativas, incrementando os seus financiamentos em favor da protecção do ambiente e da qualidade de vida (4 500 milhões em 1992).

Além disso, participa activamente em diversas iniciativas de cooperação internacional (ver caixa pág. 22), dando particular atenção aos investimentos que contribuam para um desenvolvimento persistente no exterior da Comunidade; no quadro da Política Mediterrânica Renovada, concede financiamentos com condições privilegiadas para estes investimentos, especialmente os que visem assegurar uma melhor gestão dos recursos hídricos nos países da Bacia Mediterrânica.

* * *

A instauração do mercado único em 1 de Janeiro de 1993, o grande número de medidas tomadas e, em grande parte, a sua transposição para as leis

Variação das moedas em relação ao ecu de 1982 a 1992
(com base na taxa de conversão estatística - 1º trimestre de 1982 = 100)



nacionais, devem contribuir para reforçar a **competitividade internacional das empresas** europeias e consequentemente, favorecer o relançamento económico.

A importância mais uma vez reconhecida das PME's para a criação de postos de trabalho e para o crescimento, bem como o seguimento dado aos programas apresentados pela Comissão para promover a competitividade das empresas ou relacionados com a investigação, o desenvolvimento e a tecnologia, estão na linha de acção do Banco.

Em 1992, o Banco concedeu 2 600 milhões nestes diferentes domínios, destinando-se mais de metade das verbas a investimentos nas regiões menos favorecidas.

* * *

Durante o ano em apreço, o mecanismo de câmbio do sistema monetário europeu foi submetido a grandes turbulên-

cias, que conduziram a reajustamentos das paridades e à suspensão da participação da lira italiana e da libra inglesa.

O **ecu**, que tinha beneficiado da dinâmica criada pelo Tratado de Maastricht, também foi afectado por esta crise, tendo o montante das emissões internacionais nesta divisa sido reduzido para um terço durante o ano.

Para reforçar a utilização do ecu nas transacções comerciais, a Comissão procedeu ao arrolamento das barreiras jurídicas a ultrapassar nos diferentes Estados-membros.

Apesar do ambiente difícil, o ecu continuou a ocupar a primeira posição entre as moedas angariadas pelo BEI (cerca de 2 mil milhões, que representam 15% do total).

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM FAVOR DO AMBIENTE

Desde 1988, o BEI tem colaborado com diferentes parceiros ⁽¹⁾ nas acções de cooperação internacional tendentes a promover a emergência e a subsequente realização de projectos que contribuam para a protecção do ambiente e para a concretização de um desenvolvimento estável. Estas iniciativas complementam as empreendidas no âmbito das suas actividades usuais na Comunidade e no exterior desta, na medida em que 18% das verbas concedidas pelo BEI nos últimos cinco anos se destinaram à protecção ou à gestão do ambiente.

* * *

Esta orientação coaduna-se com as disposições do Tratado da União Europeia, que sublinha «a promoção, a nível internacional, de medidas destinadas a enfrentar os problemas regionais ou mundiais do ambiente».

A principal actividade do BEI neste domínio continua a ser a sua participação no **Programa de Assistência Técnica para o Ambiente no Mediterrâneo (METAP)**, em que também se associam o BIRD, a Comissão e o PNUD. A primeira fase do mesmo já foi concluída, tendo sido empreendidas cerca de sessenta acções diferentes, implementadas na maioria dos países mediterrânicos, e que consistiram sobretudo em estudos de viabilidade de projectos. Entre as actividades dirigidas pelo BEI e já concluídas, figuram o estudo das diferentes alternativas para colectores de esgotos no Cairo, dos problemas de armazenagem e de tratamento de resíduos perigosos em Israel, e do funcionamento de estações de tratamento de águas residuais na bacia do Pó. Muitos destes es-

tudos permitiram definir, e subsequentemente financiar projectos concretos.


Em 1993, iniciar-se-á a segunda fase do METAP (1993-1995), com um programa de actividades reforçado e alargado a países como o Líbano e a Albânia, especialmente dirigido para dois domínios: a melhoria do ambiente urbano e a utilização racional e gestão da água.

O BEI participa numa outra iniciativa relacionada com a **protecção do Mar Báltico**, em que participam todos os países por ele banhados, além da Comissão, do BERD, do BIRD e do NIB. Em colaboração com a Comissão, o Banco supervisionou a realização de um estudo que visa definir um programa de investimentos prioritários na bacia do Oder, a qual cobre um terço da Polónia e algumas regiões da Alemanha e da República Checa. Foi elaborado um relatório global sobre as possibilidades de melhoria do ambiente no Báltico, o qual foi apresentado numa conferência de ministros realizada em Helsínquia, em Abril de 1992. A aplicação das conclusões deste relatório suscita, nomeadamente, a questão da disponibilidade de meios financeiros adequados, problema evocado pela conferência de ministros realizada em Gdansk, em Março de 1993.

Está em vias de conclusão um outro estudo relativo à **protecção do Elba**, o qual foi supervisionado pelo BEI, em colaboração com a Comissão e com a Comissão Internacional para a Protecção do Elba, e que permitiu identificar os investimentos prioritários a realizar na bacia superior deste rio. Este estudo complementa a análise já feita sobre toda a bacia do Elba.

O BEI participou também nos trabalhos preparatórios da conferência de ministros sobre o ambiente na Europa, realizada em Abril de 1993 em Lucerna, e na elaboração de um programa ambiental para a bacia do Danúbio, duas iniciativas que beneficiam da experiência já adquirida com o Mediterrâneo e o Báltico.

⁽¹⁾ Comissão das Comunidades Europeias, Banco Mundial (BIRD), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD) e Banco Nórdico de Investimento (NIB).



O BEI continua a ser um dos principais emitentes em ecus no mercado internacional. Em finais de 1992, os empréstimos em curso contraídos em ecus ascendiam a 10 500 milhões, representando 15,5% do total, contra 15,7% no ano anterior. Em 1992, os desembolsos de empréstimos efectuados em ecus representaram cerca de 18% do total. No final do ano, os empréstimos em curso desembolsados em ecus atingiam os 13 400 milhões.

Em 1993, o Conselho Europeu de Edimburgo deu o seu acordo quanto ao início das negociações com os países da EFTA candidatos à adesão.

Quando da criação do **Espaço Económico Europeu (EEE)**, foi considerada a perspectiva de adesão da Áustria, da Suécia, da Finlândia e da Noruega. O acordo firmado inclui um instrumento de crédito destinado a reforçar a coe-

ção económica e social, cuja gestão foi cometida ao BEI (ver pág. 19).

A cooperação com os **países da Europa Central e Oriental** deverá alargar-se à Estónia, à Letónia e à Lituânia, países signatários de acordos comerciais e de cooperação económica com a Comunidade (ver caixa pág. 24). Uma vez que o Conselho de Governadores tenha dado a sua aprovação, o BEI poderá intervir nestes países.

Nos **países da Bacia Mediterrânica**, o ano de 1992 foi marcado pela implementação da Política Mediterrânica Renovada. Os protocolos financeiros celebrados com cada país foram complementados com uma vertente de cooperação financeira extraprotocolo, destinada sobretudo a apoiar a cooperação regional e a protecção do ambiente. Os investimentos correspondentes a este último objectivo são abrangidos pelos financiamentos do BEI, e gozam de uma bonificação de juros a cargo de fundos comunitários.

O agravamento dos conflitos na ex-Jugoslávia conduziu a que fosse mantida a suspensão da cooperação financeira. Está a ser concluído um acordo de coo-

peração, que inclui uma vertente financeira em que o BEI participa.

O domínio de actividades do BEI foi alargado aos países da **América latina e da Ásia** signatários de acordos de cooperação com a Comunidade. Respondendo à solicitação nesse sentido do Conselho de Ministros, o Conselho de Governadores do BEI decidiu em 22 de Fevereiro de 1993 autorizar o financiamento de projectos de interesse mútuo nestes países, dentro de um limite máximo de 750 milhões, a conceder durante três anos.

Para reforçar a garantia do orçamento comunitário concedida aos financiamentos (nomeadamente, do BEI) para projectos em países terceiros, os Estados-membros decidiram criar um **Fundo de Garantia** para os financiamentos comunitários e as garantias prestadas a países terceiros.

O BEI NA EUROPA CENTRAL E ORIENTAL

Nos últimos três anos, os financiamentos do BEI nos países da Europa Central e Oriental, que ascenderam a 820 milhões, contribuíram para promover a transição dos mesmos para a economia de mercado.

O BEI financiou projectos nos sectores da energia, das telecomunicações e dos transportes, muitos dos quais se integram no âmbito mais vasto das redes transeuropeias, contribuindo assim para a integração europeia.

O BEI apoiou igualmente projectos industriais, especialmente de pequenas e médias empresas, sector que absorveu uma parcela importante dos financiamentos nestes países. As empresas comunitárias podem participar nestes investimentos, por exemplo por meio de *joint-ventures*, um instrumento que deverá ser cada vez mais utilizado, com a introdução de reformas e a entrada em vigor dos Acordos Europeus de Associação. De sublinhar a prioridade dada às questões relacionadas com o ambiente, tanto no domínio das infra-estruturas, como no da indústria.

Os financiamentos do BEI fazem parte integrante da assistência prestada pela Comunidade e pelos seus Estados-membros. Graças ao seu *know-how* específico e ao conhecimento que tem dos sectores bancário e empresarial e dos mercados europeus, o BEI dá um contributo valioso, que reforça o impacto da ajuda comunitária. O Banco actua em coordenação com a Comissão, e instaurou uma cooperação estreita com outras instituições que exercem actividades na Europa Central e Oriental, em particular, com o BERD, de que é um dos membros fundadores.

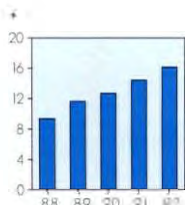
O acesso aos financiamentos do BEI constitui um elemento importante da ajuda comunitária a países terceiros; as dis-

posições do Tratado de Maastricht reforçam o papel do Banco na implementação das acções comunitárias, uma posição que tem o apoio do Parlamento Europeu. Para os seis países em que o BEI pode intervir, a ratificação dos acordos de associação significará o início de uma nova fase de cooperação mais estruturada, em que continuarão a ter acesso aos financiamentos do BEI. Além disso, o Banco deverá ser convidado pelo Conselho a alargar as suas actividades à Estónia, à Letónia e à Lituânia (os três Estados Bálticos) ⁽¹⁾. A área de intervenção do BEI na Europa Central e Oriental corresponderá sensivelmente à do programa comunitário PHARE (subvenções financiadas a partir do orçamento comunitário). O Conselho deverá decidir, após parecer do Parlamento Europeu, a fixação de um novo limite máximo de garantia global para os financiamentos do BEI na Europa Central e Oriental, que assegure a continuidade da acção comunitária nesta região.

As novas orientações do programa PHARE adoptadas pelo Conselho possibilitarão uma articulação das subvenções comunitárias com os empréstimos do BEI, o que garantirá uma maior eficácia da ajuda comunitária. Além disso, na sequência das conclusões do Conselho Europeu de Lisboa de Julho de 1992, o instrumento EURATOM poderá passar a abranger projectos que visem melhorar o grau de eficácia e de segurança do parque nuclear dos países da Europa Central e Oriental, assim como da Comunidade dos Estados Independentes (CEI). Sob reserva de uma decisão favorável do Conselho, o mandato cometido ao Banco para a gestão dos financiamentos EURATOM será assim alargado.

⁽¹⁾ A Eslovénia é abrangida pelo programa PHARE e pelo Acordo de Intercâmbio e de Cooperação concluído com a CEE, cujo protocolo financeiro prevê financiamentos do BEI.

FINANCIAMENTOS NA COMUNIDADE



Contratos de financiamento assinados: Em 1992, o BEI celebrou contratos de financiamento no valor de 16 140 milhões (contra 14 477 milhões em 1991), que se distribuíram da seguinte forma: 12 882 milhões para empréstimos individuais (incluindo uma garantia prestada para

um empréstimo, no valor de 74 milhões) e 3 258 milhões para empréstimos globais acordados com bancos ou instituições financeiras.

Financiamentos concedidos: Para se poder ter uma perspectiva mais operacional das actividades, os financiamentos do Banco são divididos em empréstimos individuais (12 882 milhões) e créditos concedidos no âmbito de emprés-

timos globais em curso (4 071 milhões), distribuídos por sectores e objectivos de política comunitária quando da sua afectação final (ver caixa pág. 26).

Nesta perspectiva, os financiamentos na Comunidade cifraram-se em 16 953 milhões, em comparação com 13 710 milhões em 1991.

* Nota: os montantes destes gráficos são expressos em milhares de milhões de ecus.

DISTRIBUIÇÃO POR SECTORES

O exercício de 1992 caracterizou-se por um forte aumento dos financiamentos (tanto na forma de empréstimos individuais, como na de créditos no âmbito de empréstimos globais) para infra-estruturas de transportes e para o tratamento de águas residuais e de resíduos sólidos, tendo-se observado uma retracção dos empréstimos no sector energético e uma estabilização dos financiamentos à indústria (ver quadro E pág. 99).

Globalmente, as **infra-estruturas** representaram 73% dos financiamentos do exercício (66% em 1991).

Observou-se um grande aumento dos financiamentos para **infra-estruturas de comunicação** (6 543 milhões, contra 4 515 milhões em 1991), que representaram 38% do montante total. Os empréstimos para **os transportes** (4 553 milhões) destinaram-se a redes de estradas e de auto-estradas, aos caminhos-de-ferro, aos transportes urbanos - em grande crescimento - e aos trans-

portes aéreos e marítimos. Os financiamentos para redes telefónicas e para as **telecomunicações** por cabo e por satélite ascenderam a 1 990 milhões.

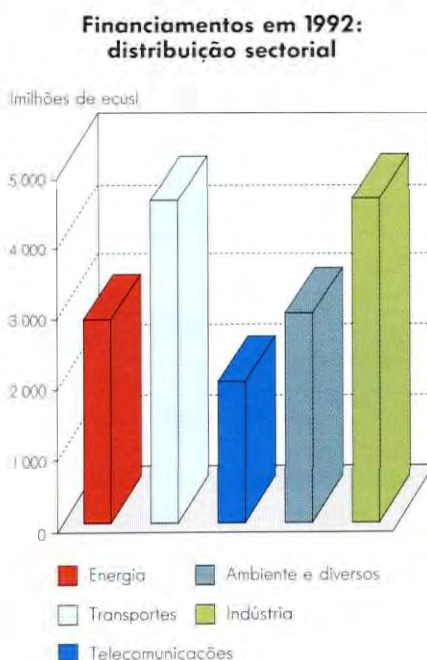
Os créditos para a **gestão da água e dos resíduos** cifraram-se em 2 149 milhões, ou seja, o dobro de 1991, tendo

sido concedidos 848 milhões para equipamento de pequena e média dimensão.

Foram ainda concedidos 808 milhões para **infra-estruturas urbanas** e para diversas instalações realizadas por autarquias locais.

No sector da **energia**, depois do surto registado em 1991, os financiamentos cifraram-se em 2 872 milhões (17% da actividade), contra 3 102 milhões em 1991 e 1 582 milhões em 1990, destinando-se essencialmente ao reforço da capacidade de produção e de transporte de linhas de alta e média tensão (1 767 milhões) e à exploração dos recursos em hidrocarbonetos e das redes de transporte e de distribuição de gás (1 074 milhões).

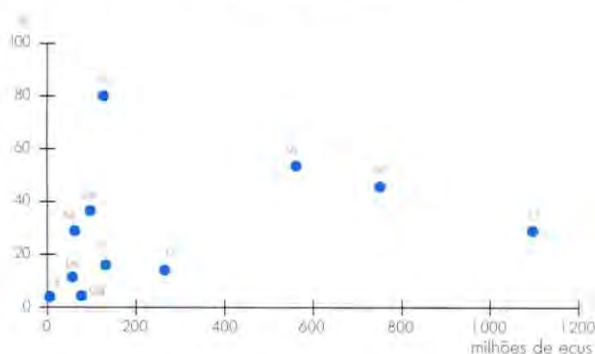
Na indústria, nos serviços e na agricultura, os financiamentos elevaram-se, tal como em 1991, a 4 582 milhões (27% da actividade). Os empréstimos individuais representaram 47% do total (2 152 milhões) e foram canalizados para uma vasta gama de projectos, sobretudo na indústria.



OS EMPRÉSTIMOS GLOBAIS NA COMUNIDADE

O BEI recorre aos empréstimos globais para financiar projectos de pequena e média dimensão que, por razões de ordem prática, não poderiam ser financiados por meio de empréstimos individuais. Estes empréstimos são concedidos a intermediários financeiros de âmbito nacional ou regional, que os utilizam de acordo com o Banco e segundo os seus critérios económicos, técnicos e financeiros ⁽¹⁾, e o seu campo de aplicação tem vindo a alargar-se, para acompanhar a evolução das necessidades e a diversificação das políticas comunitárias.

Empréstimos globais: montantes anuais e quota-parte na actividade por países
(médias 1988-1992)



Uma vasta gama de financiamentos...

Os empréstimos globais correspondem em geral a mais de um objectivo de política comunitária, destinando-se:

- nas regiões menos favorecidas, a PME's da indústria, dos serviços (sobretudo do turismo) e da agricultura, bem como a pequenas infra-estruturas;
- no exterior destas regiões, a projectos de PME's industriais e turísticas;
- e ainda, independentemente da respectiva localização, a projectos de pequena e média dimensão que contribuam para os objectivos comunitários nos domínios da protecção do ambiente, da energia, dos transportes e das tecnologias avançadas.

A colaboração com o sector bancário tem vindo a alargar-se constantemente, e o BEI mantém contactos com cerca de

uma centena de parceiros - instituições financeiras ou bancos comerciais.

Em 1992, foram concluídos empréstimos globais no valor total de 3 258 milhões (3 758 milhões em 1991 e 3 296 milhões em 1990), sendo outorgados 8 788 créditos, no valor total de 4 071 milhões, no âmbito dos empréstimos globais em curso (10 271 créditos no valor de 2 991 milhões em 1991) ⁽²⁾.

... para pequenas infra-estruturas ...

O exercício em apreço caracterizou-se pela concessão de um elevado volume de créditos para investimentos de pequena e média dimensão no sector das infra-estruturas, em muitos casos de iniciativa de autarquias locais; foram outorgados 1 384 créditos, no valor de 1 642 milhões (475 milhões em 1991), que representaram 30% das verbas concedidas no âmbito de empréstimos globais. Mais de metade do montante total (848 milhões) destinou-se à melhoria da gestão da água e dos resíduos e cerca de um terço ao sector dos transportes, principalmente rodoviários e urbanos; o restante distribuiu-se entre infra-estruturas diversas e pequenas unidades de produção de electricidade.

... e sobretudo para PME's

Cerca de três quintos das verbas concedidas no âmbito de empréstimos globais destinaram-se a pequenas e médias empresas situadas na maioria dos países e, essencialmente, em regiões menos desenvolvidas. O desdobramento das PME's em função do respectivo número de efectivos evidencia um predomínio das empresas com menos de 50 empregados (que absorveram mais de metade das verbas e cerca de três quartos do número de créditos). Desde 1988, foram concedidos mais de 9 700 milhões a cerca de 36 500 PME's, montante que representa mais de metade dos financiamentos à indústria e aos serviços.

⁽¹⁾ O período de afectação dos empréstimos globais pode escalonar-se por vários exercícios, facto que explica a diferença existente entre o valor dos empréstimos globais assinados em 1992 e o dos créditos afectados no mesmo ano. Além disso, dado que diversos empréstimos globais têm um carácter multisectorial e multi-objectivo, só a análise das afectações finais permite determinar o sector em que se inscrevem os investimentos e o objectivo por estes visado.

⁽²⁾ Apresenta-se nos quadros E, F, G, H, I e L (cf. pág. 99 e seguintes) a distribuição dos créditos por países, regiões, sectores e objectivos.

O financiamento de projectos de pequena e média dimensão, na maioria dos casos da iniciativa de PME's, registou um ligeiro recuo. No total, foram concedidos 7 404 créditos (2 430 milhões) no âmbito dos empréstimos globais em curso, principalmente nos sectores da indústria (5 103 créditos no valor de 1 905 milhões) e dos serviços (2 264 créditos no valor de 518 milhões).

Os financiamentos na Comunidade cobriram em média 30% do custo total dos investimentos, cujo montante global foi avaliado, com base em estimativas previsionais, em cerca de 58 mil milhões, que correspondem a cerca de 5,3% do investimento global comunitário.

A quota-parte do sector privado no total dos investimentos financiados em 1992 foi de cerca de 50%; nos domínios da energia e das infra-estruturas foi de 25%, e nos da indústria e dos serviços foi de 80%, tendo sido de 100% no que se refere aos créditos no âmbito de empréstimos globais.

Globalmente, pode considerar-se, com base nos dados disponíveis, que os projectos financiados pelo BEI nos sectores da indústria e dos serviços deverão contribuir directamente para a criação de 36 500 postos de trabalho permanentes, cerca de dois terços dos quais nas regiões menos favorecidas; 75% destes postos devem ser criados por PME's.

Quadro 2: Financiamentos concedidos na Comunidade em 1992
(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

Distribuição por países e por sectores								
(milhões de ecus)								
	Total	Empréstimos individuais	Créditos no âmbito de empréstimos globais	Infra-estruturas				Indústria serviços agricultura
				Transportes	Telecomunicações	Ambiente e diversos	Energia	
Bélgica	318,6	131,3	187,2	47,9	—	4,2	83,4	183,1
Dinamarca	702,0	636,6	65,4	342,7	61,2	45,0	200,3	52,9
Alemanha	2 164,1	791,3	1 372,7	263,9	97,9	842,1	104,0	856,1
Grécia	391,9	311,8	80,2	182,2	—	82,7	74,9	52,1
Espanha	3 195,3	2 948,4	246,9	1 386,3	659,6	491,5	316,8	341,1
França	2 039,8	1 159,2	880,6	1 231,6	—	130,4	9,5	668,4
Irlanda	291,1	290,4	0,6	64,9	46,0	106,3	23,9	50,0
Itália	3 772,1	2 724,6	1 047,5	69,4	737,6	280,1	1 050,4	1 634,6
Luxemburgo	42,8	42,8	—	—	30,9	—	—	11,9
Países Baixos	165,0	67,7	97,3	—	—	—	67,7	97,3
Portugal	1 303,6	1 210,5	93,1	512,1	268,2	28,8	184,1	310,5
Reino Unido	2 407,2	2 407,2	—	451,9	—	945,6	685,7	324,0
Outros (*)	159,7	159,7	—	—	88,6	—	71,1	—
Total	16 953,1	12 881,5	4 071,6	4 552,7	1 990,0	2 956,7	2 871,7	4 582,0

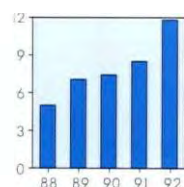
(*) Financiamentos equiparados a operações na Comunidade (ver nota ao leitor 5d pág. 115)

Apresentação por objectivos de política comunitária

Como instituição financeira da Comunidade, o BEI tem por missão financiar investimentos que contribuam para um ou mais dos objectivos inerentes às orientações enunciadas no Tratado de Roma e precisadas no Tratado da União Europeia, e também às políticas comunitárias específicas adoptadas ao longo dos anos.

Os financiamentos concedidos pelo BEI são apresentados segundo as diferentes políticas comunitárias a que correspondem os projectos financiados.

Tal como ilustrado no gráfico, certos projectos visam mais de um objectivo de política comunitária, pelo que os valores apresentados, especialmente nos quadros, não podem ser acumulados.



Desenvolvimento regional: Os empréstimos individuais e os créditos no âmbito de empréstimos globais para projectos de

interesse regional ascenderam a 11 793 milhões (8 492 milhões em 1991), o que representa um acréscimo de cerca de 40%. Em cinco anos, estes financiamentos mais que duplicaram e a sua quota-parte passou de cerca de 60% do montante total para cerca de 70%.

Quadro 3: **Desenvolvimento regional**

(montantes em milhões de ecus)

	Total	Empréstimos individuais	Créditos no âmbito de empréstimos globais	
	montante	montante	montante	número
Montante total	11 792,8	9 246,2	2 546,6	5 902
Energia	1 475,0	1 406,5	68,5	37
Transportes	3 444,2	2 940,6	503,6	624
Telecomunicações	1 552,7	1 552,7	—	—
Água e saneamento	1 181,2	795,3	385,9	405
Outras infra-estruturas	708,4	582,3	126,1	55
Indústria e agricultura	2 989,9	1 911,4	1 078,5	3 056
Serviços	441,4	57,4	384,0	1 725

Tal como nos anos anteriores, mais de 90% dos financiamentos para o desenvolvimento regional, ou seja, 10 925 milhões, destinaram-se a projectos situados nas regiões abrangidas pela acção dos fundos estruturais da Comunidade.

As regiões desfavorecidas (objectivo 1) absorveram cerca de 6 372 milhões, e as regiões afectadas pelo declínio indus-

trial ou em reconversão (objectivos 2 e 5b), 4 553 milhões. Foram ainda concedidos 246 milhões para projectos abrangidos por diversas outras acções comunitárias específicas de desenvolvimento regional (nomeadamente, os programas integrados mediterrânicos).

Desde a aplicação da reforma dos fundos estruturais em 1989, os financiamentos do BEI nas regiões abrangidas pela acção estrutural comunitária cifram-se em 30 700 milhões. Mais de 20% deste montante foi concedido em conjugação com subvenções comunitárias. Nas regiões abrangidas pelo objectivo 1, foram concedidos 17 900 milhões.

Os financiamentos concedidos em 1992 para o desenvolvimento regional revelam que o BEI manteve e até reforçou a prioridade dada a projectos situados nas regiões abrangidas pela acção estrutural da Comunidade, a qual não foi afectada pelo desenvolvimento dos financiamentos no âmbito de outras políticas comunitárias.



Neste contexto, de assinalar que diversos projectos situados nas regiões de desenvolvimento regional contribuem para satisfazer outros objectivos comunitários específicos (ver gráfico na página anterior).

Por conseguinte, cerca de um terço dos financiamentos nas regiões abrangidas pelo objectivo 1 destinaram-se a infra-estruturas de comunicação de interesse comunitário, 15% visaram objectivos de política energética e 10%, objectivos no domínio do ambiente.

A quota-parte dos financiamentos de interesse regional varia segundo os sectores e os países, tal como ilustrado nos gráficos a seguir.

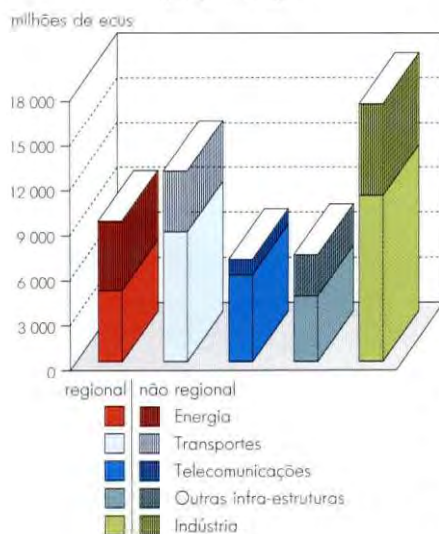
O facto de grande parte destes financiamentos se destinar aos transportes e

Quadro 4: **Desenvolvimento regional e acção dos fundos estruturais** (*)

	1989	1990	1991	1992	Total
Financiamentos na Comunidade a cargo de recursos próprios (milhões de ecus)	11 020	12 174	13 585	16 936	53 715
<i>dos quais desenvolvimento regional</i>	<i>7 071</i>	<i>7 440</i>	<i>8 492</i>	<i>11 793</i>	<i>34 795</i>
%	64	61	63	70	65
Desdobramento do desenvolvimento regional em %					
Zonas de intervenção comunitária	89	89	92	95	92
<i>Zonas de acção dos fundos estruturais</i>	<i>84</i>	<i>84</i>	<i>87</i>	<i>93</i>	<i>88</i>
objectivo 1	48	46	51	54	50
objectivos 2 e 5b	36	38	36	39	38
<i>Zonas de acções específicas</i>	<i>5</i>	<i>5</i>	<i>5</i>	<i>2</i>	<i>4</i>
Outras (zonas de ajuda nacional adicional e projectos relativos a várias regiões)	11	11	8	5	8

(*) ver apresentação por países quadro G pág. 101

Quota-parte dos financiamentos de interesse regional por sectores (1989-1992)



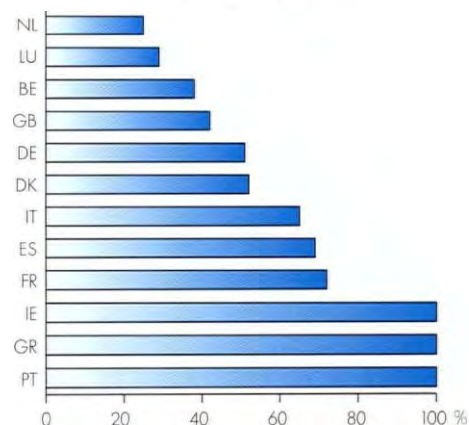
às telecomunicações é explicado pelas carências das regiões desfavorecidas nestes domínios e, também, pelo facto de a maioria das redes de comunicação de interesse europeu se estender a estas regiões.

No que se refere à distribuição por países, a quota-parte dos financiamentos de interesse regional varia entre um quarto e um terço nos países do Benelux, e 100% nos países totalmente abrangidos pela acção dos fundos estruturais no âmbito do objectivo 1.

Estas diferenças entre países são evidentes quando se equacionam os financiamentos do BEI com o investimento global (que inclui sectores como a habitação, não abrangida pelos financiamentos do Banco). Em 1992, o montante acumulado dos empréstimos individuais e dos créditos no âmbito de empréstimos globais correspondeu a cerca de 1,5% da formação bruta de capital fixo na Comunidade, mas esta percentagem foi nitidamente mais elevada nos países ou regiões menos prósperos: da

ordem dos 8% em Portugal, 4,7% na Irlanda, 3,6% na Grécia, 3,2% em Espanha, 3,5% no Mezzogiorno italiano (2% no total do país) e 1,4 % nos *Länders* orientais da Alemanha (0,6% no total do país).

Quota-parte dos financiamentos de interesse regional por países (1989-1992)



ADMISSIBILIDADE: UMA CARACTERÍSTICA ESPECÍFICA DO BEI

O BEI foi investido da missão de contribuir para o desenvolvimento equilibrado da Comunidade, cumprindo os preceitos de uma gestão bancária rigorosa. A sua acção tem sempre acompanhado a evolução do contexto e das políticas comunitárias, e o Banco só financia projectos que contribuam para objectivos comunitários - facto que o distingue das demais instituições financeiras.

A «admissibilidade», ou seja, a possibilidade de um projecto ser financiado pelo BEI, exige que o investimento previsto contribua para o **desenvolvimento regional**, vise a modernização ou a reconversão de empresas, ou a criação de novas actividades exigidas pelo estabelecimento progressivo do mercado comum, ou apresente um interesse comum (artigo 130º do Tratado de Roma, que passou a artigo 198º-E do Tratado da União Europeia).

O desenvolvimento regional

Definido pelo Tratado de Roma como principal objectivo das actividades do BEI, o financiamento de projectos que contribuam para a valorização das regiões menos desenvolvidas é a grande prioridade deste (ver pág. 28). O Tratado da União Europeia confirma os objectivos do BEI e especifica que este «deve continuar a dedicar a maior parte dos seus recursos à promoção da coesão económica e social».

O BEI desenvolve assim uma acção contínua em favor de investimentos nas regiões desfavorecidas ou em fase de reconversão dos diferentes países da Comunidade. Nos últimos anos, actuando em conjunção com as intervenções dos fundos estruturais comunitários, o Banco consagrou dois terços dos seus financiamentos às áreas menos favorecidas e consideradas prioritárias (sobretudo: Grécia, Irlanda, Portugal, Mezzogiorno italiano, a maioria das regiões de Espanha e os *Länders* orientais alemães).

O interesse comum

A noção de interesse comum significa a inclusão na acção do BEI de objectivos considerados de importância comunitária, e que são objecto de políticas ou de medidas comuns.

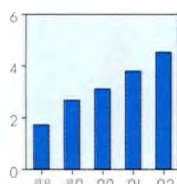
O desenvolvimento rápido do intercâmbio entre Estados-membros e com o exterior, a redução da dependência energética da Comunidade, a preocupação de proteger o ambiente e a necessidade de reforçar a competitividade da indústria europeia traduziram-se na definição progressiva das orientações e políticas comunitárias. O BEI pôde assim dispor de directivas que lhe permitiram alargar o seu campo de acção, com o consentimento dos seus órgãos de decisão e no enquadramento dos seus preceitos habituais.

Desde 1987, os financiamentos do BEI para **grandes infra-estruturas europeias** de transportes e de telecomunicações mais que quadruplicaram. Estas infra-estruturas integram-se em redes fundamentais para a Comunidade.

Os critérios de admissibilidade do BEI neste domínio são as três vertentes da **política energética da Comunidade**: desenvolvimento dos recursos endógenos, diversificação das importações e utilização mais racional da energia. A realização do mercado interno realça a importância da interligação das redes de gás e de electricidade, quer entre os Estados-membros, quer com o exterior.

O BEI certifica-se sempre de que os projectos que financia não têm um impacte negativo no **ambiente**, financiando também projectos que contribuem especificamente para a protecção do ambiente, tais como redes de saneamento básico e equipamento destinado a reduzir a poluição atmosférica. Também contribui para a melhoria da qualidade de vida financiando projectos de transportes e de ordenamento urbano.

O desenvolvimento regional e o reforço da competitividade da economia europeia implicam o apoio aos **objectivos industriais**, tanto no que se refere a projectos de grandes empresas situadas em regiões desfavorecidas, ou que contribuem para o reforço da competitividade internacional da indústria comunitária e para a sua integração, caso se situem fora dessas zonas, como no que toca a projectos de PMEs, que o BEI apoia em colaboração com o sector bancário.



Infra-estruturas de comunicação de interesse comunitário: A implantação progressiva de grandes redes de comunicação

que abranjam todo o território europeu é um dos requisitos do mercado único, e a sua importância foi reiterada pelo Conselho de Edimburgo (ver caixa pág. 20).

Os financiamentos do BEI destinados a este tipo de investimentos aumentaram regularmente, atingindo os 4 533 milhões em 1992 (3 803 milhões em 1991). Nos últimos cinco anos, cifraram-se no total em cerca de 16 mil milhões, tendo contribuído para projectos de um montante de cerca de 65 mil milhões (respectivamente, 6 mil milhões e 23 mil milhões só para os transportes terrestres).

Em 1992, os empréstimos para infra-estruturas de **transportes** de interesse comunitário ascenderam a 2 543 milhões, e destinaram-se sobretudo a *eixos rodoviários e ferroviários* (em Espanha, em França, em Portugal, na Dinamarca, no Reino Unido, na Grécia e na Itália),

incluindo grandes obras como o túnel da Mancha, as pontes do Grande Belt e do Severn, auto-estradas e comboios de alta velocidade.

No domínio dos *transportes aéreos*, os financiamentos destinaram-se sobretudo ao reforço das capacidades aeroportuárias na Alemanha e em Portugal, e à modernização das frotas no Reino Unido, na Irlanda e na Itália, tendo também abrangido a melhoria do controlo e da segurança do tráfego no espaço aéreo europeu. Ainda no domínio dos transportes, foi financiado o reforço de infra-estruturas portuárias na Itália, Espanha, Dinamarca, Irlanda e França.

No que se refere às **telecomunicações**, foram concedidos 1 990 milhões para o prosseguimento de programas de reforço das ligações telefónicas internacionais na Itália, Espanha, Dinamarca, Irlanda, Alemanha e Portugal, e para satélites de telecomunicações e/ou de telerdifusão, ou de comunicações com os

Quadro 5: Infra-estruturas de comunicação de interesse comunitário

(milhões de ecus)

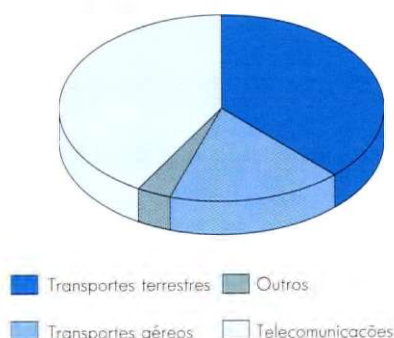
Montante total ⁽¹⁾	4 533,1
Transportes	2 543,1
Caminhos-de-ferro	937,2
Estradas e auto-estradas	1 097,2
Transportes aéreos	415,4
Outros	93,3
Telecomunicações	1 990,0
Redes convencionais	1 481,9
Redes especializadas	229,8
Satélites e cabos internacionais	278,2

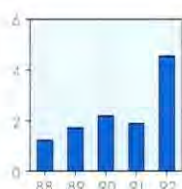
⁽¹⁾ Dos quais créditos no âmbito de empréstimos globais: 5,8 milhões

navios e veículos terrestres (da organização internacional Inmarsat).

Cerca de 70% destes financiamentos de interesse comunitário foram canalizados para projectos situados nas regiões menos favorecidas da Comunidade, especialmente as periféricas, ou que facilitavam o acesso às mesmas, e que assim contribuíam para o desenvolvimento económico e a melhor integração destas regiões na Comunidade.

Infra-estruturas de comunicação de interesse comunitário (1988-1992: 15 986 milhões)





Protecção do ambiente: A conscientização crescente dos custos económicos e sociais da poluição traduz-se no aumento e na diversificação dos projectos de protecção e de melhoria do ambiente.

O BEI tem contribuído activamente neste domínio, concedendo em 1992 financiamentos no valor de 4 548 milhões (contra 1 888 milhões em 1991), que abrangeram uma vasta gama de projectos, nomeadamente, de melhoria da qualidade de vida urbana ou de iniciativa das autarquias locais.

Em muitos casos, o objectivo de protecção do ambiente conjugou-se com outros objectivos comunitários, tendo mais de 65% dos financiamentos visado projectos situados nas regiões menos favorecidas da Comunidade e 12%, projectos no sector energético.

Os projectos destinados a melhorar o *abastecimento de água potável* ou a *recolha e tratamento de águas residuais* absorveram metade dos financiamentos (2 261 milhões), consistindo essencial-

Quadro 6: Protecção do ambiente e da qualidade de vida

(milhões de ecus)

	Total	Empréstimos individuais	Créditos no âmbito de empréstimos globais
Montante total	4 548,2	3 458,0	1 090,2
Protecção e gestão da água	2 261,3	1 556,7	704,6
Gestão de resíduos	132,7	39,5	93,2
Luta contra a poluição atmosférica	760,3	683,5	76,8
Ordenamento urbano	968,2	922,1	46,1
Outras iniciativas	425,7	256,2	169,5

mente em grandes programas que abrangiam vastas bacias hidrográficas (Reino Unido, Espanha, Portugal, Grécia e Itália).

Na Alemanha e em França, diversos projectos realizados por autarquias locais foram financiados no âmbito de empréstimos globais.

Os financiamentos abrangeram também obras de recolha e tratamento de resíduos sólidos domésticos e industriais, e diversos projectos de combate à erosão dos solos e às inundações.

Foi também financiado equipamento destinado a reduzir as *emissões de fumos* e de cinzas provenientes de centrais eléctricas a carvão, de centrais de incineração e de empresas industriais (760 milhões).

Em 1992, observou-se um forte acréscimo dos financiamentos para a melhoria do *ambiente urbano* (968 milhões), que visaram sobretudo os transportes colectivos e certas obras viárias. Foram fi-

nanciadas linhas de metropolitano, tradicional ou ligeiro, de carros eléctricos e de autocarros em Atenas, Lisboa, Valência, Ruão, Nantes, Estrasburgo e Manchester, assim como obras viárias, túneis, parques de estacionamento e circulares em diversas cidades.

Foi também financiado o ordenamento de centros urbanos, alguns dos quais apresentam interesse histórico e arquitectónico, como os de Barcelona, Dublin, Ferrara e Savona.

De lembrar que, em regra, o BEI certifica-se de que todos os projectos que financia respeitam a regulamentação nacional e comunitária em matéria de ambiente.

OS TRANSPORTES EM MEIO URBANO

O «Livro verde sobre o ambiente urbano», criado pela Comissão, e a resolução do Parlamento Europeu sobre «o congestionamento do trânsito e os transportes urbanos» sublinharam as consequências ambientais do desenvolvimento do trânsito automóvel e a necessidade de tomar medidas adequadas.

Uma perspectiva integrada...

Se o diagnóstico da situação é relativamente simples de estabelecer, as consequências a retirar do mesmo e as soluções a dar são menos evidentes. Efectivamente, há que facilitar o acesso aos grandes centros urbanos, mas evitando criar congestionamentos custosos. As políticas de ordenamento e os investimentos consequentes devem, pois, articular de uma forma coerente e equilibrada os transportes individuais com os transportes colectivos, sem esquecer o problema do estacionamento no centro das cidades.

Os financiamentos do BEI neste contexto, que têm vindo a aumentar, visam melhorar o ambiente urbano e a qualidade de vida dos habitantes. Assim, o Banco financia projectos que evitem a passagem de veículos em trânsito (em particular os veículos pesados) pelos centros urbanos, bem como projectos que promovam transportes colectivos adequados, ou obras que melhorem as condições de trânsito ou de estacionamento e reduzam os seus inconvenientes.

É dada uma atenção particular à inserção destes investimentos num plano integrado dos diferentes tipos de transportes utilizados na área urbana em causa.

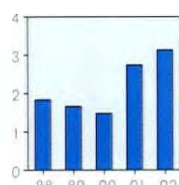
Entre 1988 e 1992, os financiamentos do Banco para projectos de transportes urbanos aumentaram acentuadamente, cifrando-se em 2 mil milhões durante este período.

... dos diferentes tipos de transportes urbanos

Foram concedidos diversos empréstimos (363 milhões) para a construção de variantes e de circulares: Atenas e Salónica, Barcelona, Bilbao e Valência, Lião, Athlone e Dublin, Nápoles, Lisboa e Porto. Foram também financiadas obras nas vias urbanas, que visavam sobretudo melhorar o trânsito no centro das cidades: túneis, como em Caserta e em Marselha, pontes, como em Copenhaga, parques de estacionamento, como em Atenas, Lião e Catanzaro, e investimentos diversos de autarquias locais (463 milhões).

Nos últimos anos, o BEI tem apoiado cada vez mais o desenvolvimento dos transportes colectivos, dependendo a modalidade adoptada da dimensão e das características das aglomerações, das obras já existentes e de opções de ordem tecnológica ou política. Neste contexto, concedeu cerca de 200 milhões para linhas de caminhos-de-ferro suburbanas e regionais (Barcelona, Madrid, Valência, Nápoles, Roma, Lisboa e Porto) e de ligação a aeroportos.

Mais recentemente, o Banco concedeu 477 milhões para linhas de metropolitano clássicas (Atenas, Madrid, Valença, Nápoles e Lisboa), 225 milhões para linhas de metropolitano ligeiro, geralmente automatizado, (Toulouse, Londres e Manchester) e 275 milhões para linhas de carros eléctricos (Estugarda, Estrasburgo e Nantes), linhas combinadas metropolitano/autocarro (Ruão), funiculares (Nápoles e Orvieto) e redes de autocarros em cidades mais pequenas.



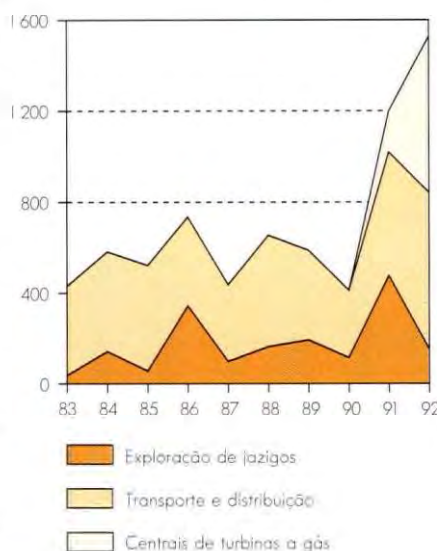
Objectivos energéticos: O financiamento de investimentos conformes com os objectivos comunitários no domínio da energia

ascenderam a 3 132 milhões, contra 2 743 milhões em 1991 e uma média de 1 900 milhões nos cinco anos anteriores.

Este acréscimo, numa altura em que os financiamentos no sector energético propriamente dito diminuem, decorre do número particularmente elevado de projectos industriais de todas as dimensões financiados por força da sua contribuição para as economias de energia.

Os financiamentos concedidos para projectos que permitiam *uma utilização mais racional da energia* ascenderam a

Financiamento de projectos no sector do gás
(em milhões de ecus)



1 553 milhões, dos quais 166 milhões se destinaram a diversos projectos de pequena e média dimensão. Foram financiadas centrais de cogeração de electricidade e de calor, redes de distribuição de electricidade, de calor e de gás, e equipamento em diversas refinarias. De assinalar que muitos dos projectos financiados incluem equipamento destinado a reduzir os efeitos negativos no ambiente.

O BEI prosseguiu o apoio ao desenvolvimento dos *recursos endógenos* da Comunidade, concedendo 947 milhões, os quais foram canalizados para a exploração de jazigos de petróleo e de gás na Itália, no Mar da Irlanda e nos sectores britânico, dinamarquês e norueguês do Mar do Norte e para o respectivo transporte, assim como para a valorização de aproveitamentos hidroeléctricos na Itália, na Grécia e em Espanha.

Quadro 7: Objectivos energéticos

	(milhões de ecus)		
	Total	Empréstimos individuais	Creditos no âmbito de empréstimos globais
Montante total	3 132,4	2 966,8	165,6
Recursos endógenos	946,6	946,6	—
Hidroelectricidade	383,6	383,6	—
Energia nuclear	11,9	11,9	—
Hidrocarbonetos	551,1	551,1	—
Diversificação das importações	632,4	632,4	—
Gás natural	433,5	433,5	—
Carvão	198,9	198,9	—
Utilização racional	1 553,4	1 387,8	165,6
Produção de electricidade/calor	746,6	726,6	19,8
Transporte e distribuição de electricidade/calor	233,4	218,3	15,1
Distribuição de gás natural	88,3	39,2	49,1
Tratamento de resíduos e outros	30,6	6,5	24,1
Racionalização do consumo	454,7	397,2	57,5

Com vista a promover a *diversificação do abastecimento energético* da Comunidade, foram outorgados 632 milhões para o transporte de gás natural, sobretudo na Itália (secções do novo gasoduto para o transporte de gás proveniente da Argélia) e na Alemanha (redes dos *Länder* orientais).

Foram também financiadas diversas centrais a gás natural na Itália, no Reino Unido, na Grécia e nos Países Baixos, bem como outras centrais que utilizam carvão importado.

O DESENVOLVIMENTO DO GÁS NATURAL

O gás natural afirma-se como um combustível com um importante potencial de desenvolvimento na Europa, cuja utilização poderá ser muito difundida, sobretudo para a produção de electricidade.

Efectivamente, apresenta diversas vantagens:

- o recurso ao gás natural pode ser positivo em termos ambientais, por exemplo, no que se refere à redução da poluição atmosférica;
- os recursos em gás são importantes. Existem numerosos jazigos na Comunidade ou na plataforma continental desta, sobretudo no Mar do Norte, e reservas disponíveis em áreas vizinhas, como na Noruega, na Argélia, na Europa Oriental e no Médio Oriente. Além disso, foram já implantadas ou estão a ser construídas redes interligadas de gasodutos.

A estes aspectos, que preconizam o recurso ao gás, aliam-se os progressos técnicos, que permitiram desenvolver novas tecnologias, que utilizam turbinas a gás para a produção de electricidade. Estas tecnologias têm um rendimento energético elevado, um custo de instalação inferior ao de equipamento alternativo, e são menos poluentes.

O emprego de turbinas a gás para a produção de electricidade limitava-se até aqui à cobertura dos períodos de pico, devido ao seu elevado custo de exploração. A introdução das centrais a gás de ciclo combinado (turbina a gás combinada com uma caldeira de recuperação e uma turbina a vapor), assim como a evolução do preço do gás em relação ao de outros recursos, tornou a sua utilização competitiva para a produção de electricidade. Futuramente, estas turbinas pode-

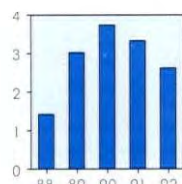
rão funcionar com outros combustíveis, como o carvão, após gaseificação.

O BEI tem financiado diversos projectos no sector do gás, concedendo nos últimos cinco anos 3 514 milhões para a exploração e o transporte/armazenagem/distribuição de gás natural.

No mesmo período, os financiamentos no domínio da produção de energia, que acompanharam a evolução tecnológica, ascenderam a 867 milhões. Foram financiadas numerosas centrais de cogeração de electricidade/calor com turbinas a gás na Itália (Génova e Milão) e nos Países Baixos (Ede).

O Banco apoia cada vez mais a construção de centrais de produção de electricidade. No Reino Unido, desde que o sector da energia eléctrica foi privatizado, têm surgido projectos de centrais com turbinas a gás, tendo o BEI financiado dois deles: Barking no sudeste, e Teesside no nordeste do país. Na Itália, o BEI financiou centrais que utilizam unicamente gás natural (centrais de Levante e Azotati, próximo de Veneza, e de Turbigo, próximo de Milão) ou como complemento ou alternativa ao carvão (centrais de Fusina, próximo de Veneza e La Spezia, na costa ligúrica). Também financiou centrais que podem funcionar a gás na Grécia (próximo de Atenas e em Creta) e nos Países Baixos (em Buggenum, no Limburgo).

Em diversos países da Comunidade, os programas de investimento incluem cada vez mais este tipo de equipamento, prevendo-se que o mesmo aconteça em diversos países da Europa Central dotados de redes de gás, e em certos países em vias de desenvolvimento que dispõem de recursos em gás.



Objectivos industriais: O abrandamento dos investimentos no sector produtivo, que se deveu em parte ao facto de diversas empresas, na perspectiva da entrada em vigor do mercado único, já terem adaptado os seus meios de produção, traduziu-se numa redução das verbas outorgadas para o reforço da competitividade internacional das empresas e a promoção da respectiva integração europeia.

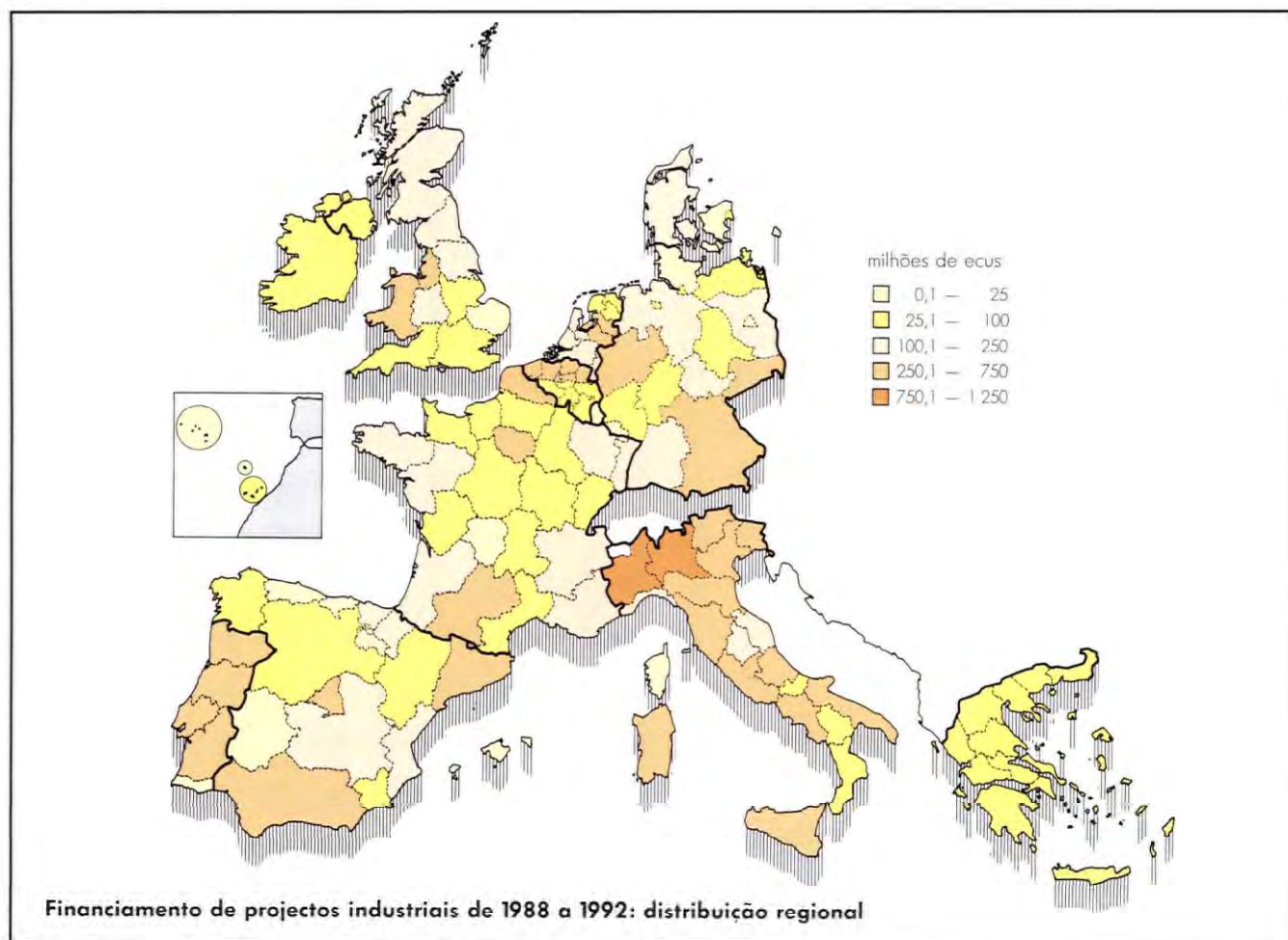
Neste contexto, os financiamentos ascenderam a 2 623 milhões (3 322 milhões em 1991), dos quais 64% se destinaram a projectos situados nas regiões menos desenvolvidas.

Os projectos de pequenas e médias empresas em toda a Comunidade foram financiados através de empréstimos globais, tendo sido concedidos, no âmbito de empréstimos globais em curso, 7 223 créditos no valor de 2 138 milhões (em 1991, 9 548 créditos no valor de 2 354 milhões e em 1990, 7 447

Quadro 8: **Objectivos industriais**

(milhões de ecus)

Montante total	2 622,8
Competitividade internacional e integração europeia das grandes empresas	477,1
Projectos de pequena dimensão que desenvolvem tecnologias de ponta	7,5
Projectos de pequenas e médias empresas	2 138,2
<i>regiões assistidas</i>	1 334,9
<i>fora das regiões assistidas</i>	803,3



créditos no valor de 1 976 milhões); 57% das verbas (1 335 milhões) destinaram-se a 4 693 projectos de PME implantadas nas regiões assistidas.

As pequenas e médias empresas constituem um elemento vital do aparelho produtivo em todos os países da Comunidade; têm (sobretudo as de menor dimensão) um peso económico particularmente importante em diversas regiões desfavorecidas, e estão estreitamente ligadas ao desenvolvimento regional.

80% do total das verbas outorgadas (1 700 milhões) destinaram-se a PME

com menos de 250 empregados e um volume de negócios inferior a 20 milhões. Cerca de 80% das PME financiadas tinham menos de 50 efectivos e absorveram cerca de 60% dos créditos concedidos.

Os empréstimos individuais para projectos tendentes a reforçar a **competitividade internacional de empresas** de maior dimensão ou a promover a respectiva **integração europeia** ascenderam a 477 milhões (924 milhões em 1992), destinando-se aos sectores da construção automóvel e aeronáutica, da farmácia, da electrónica e dos serviços.

Cerca de 62% das verbas foram canalizadas para projectos situados nas regiões assistidas, dos quais aproximadamente dois terços eram empreendidos conjuntamente por empresas de vários Estados-membros, a que se associavam em certos casos parceiros de países terceiros; a maioria dos projectos implicava a introdução ou difusão de técnicas ou processos inovadores no respectivo sector.

Foram ainda concedidos 7 milhões no âmbito de empréstimos globais para projectos de pequena e média dimensão que desenvolviam tecnologias avançadas em diversos sectores.

Quadro 9: **Financiamento de pequenas e médias empresas**
Créditos concedidos em 1992 no âmbito de empréstimos globais em curso

(montantes em milhões de ecus)

País	Total		Desenvolvimento regional		Fora das regiões assistidas	
	número	montante	número	montante	número	montante
Total	7 223	2 138,2	4 694	1 334,9	2 529	808,3 ⁽¹⁾
Bélgica	287	183,1	92	48,5	195	134,6
Dinamarca	155	52,0	43	24,1	112	27,9
Alemanha	403	320,8	351	276,2	52	44,6
Grécia	44	48,1	44	48,1	—	—
Espanha	661	162,0	440	101,6	221	60,4 ⁽¹⁾
França	3 557	317,9	2 234	214,2	1 323	103,7
Irlanda	1	0,6	1	0,6	—	—
Itália	1 855	913,0	1 385	552,9	470	360,1
Países Baixos	202	97,2	46	25,2	156	72,0
Portugal	58	43,5	58	43,5	—	—

⁽¹⁾ dos quais 16,8 milhões a cargo de recursos do NIC

Apresentação dos financiamentos por países

Empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais (ver quadro H pág. 101)

BÉLGICA

Contratos assinados em 1992: 396,6 milhões (1991: 115,6 milhões)

Empréstimos individuais: 131,3 milhões

Empréstimos globais: 265,32 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso: 187,2 milhões

Na Bélgica, os financiamentos distribuíram-se entre créditos a **pequenas e médias empresas** e empréstimos individuais para projectos no sector energético e para instalações de controlo do tráfego aéreo.

Durante o exercício, foram financiadas 287 PME's no âmbito dos empréstimos

globais. No sector da **energia**, foram concedidos 83 milhões para a construção de um terminal de gás em Zeebrugge e de um gasoduto que transportará gás natural do Mar do Norte para a França, e ulteriormente para Espanha e Itália. Foi também financiado um centro de tratamento de resíduos com reduzida radioactividade, predominantemente industriais.

O BEI continuou a apoiar o reforço do **controlo do tráfego aéreo** (48 milhões), financiando instalações do centro nacional de controlo aéreo e do centro operacional da Eurocontrol, situadas próximo do aeroporto de Bruxelas; foi também concedido um empréstimo para a instalação de sistemas harmonizados de controlo do tráfego aéreo.

DINAMARCA

Contratos assinados em 1992: 690,8 milhões (1991: 538,6 milhões)

Empréstimos individuais: 636,6 milhões

Empréstimos globais: 54,2 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso: 65,4 milhões

Os financiamentos na Dinamarca destinaram-se principalmente a **infra-estruturas de comunicação** e à **energia**.

No domínio dos *transportes*, foram concedidos 343 milhões, prosseguindo-se o

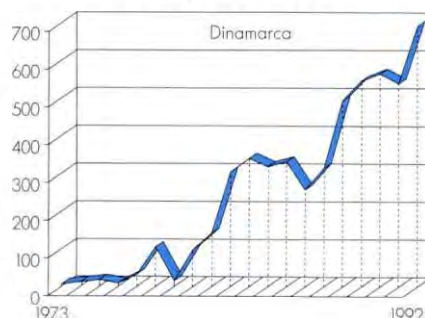
financiamento da ponte sobre o Grande Belt e da respectiva ligação a Copenhaga, bem como de vários lanços da auto-estrada norte-sul (E45), e apoiando-se também o programa de modernização dos caminhos-de-ferro. O Banco

financiou ainda a compra de *ferries* de ligação com a Suécia através dos estreito de Øresund, obras no porto de Århus (no âmbito de um empréstimo global) e a reconstrução de uma ponte entre Copenhaga e a ilha de Amager.

Dinamarca: 1973-1992

O total dos financiamentos outorgados na Dinamarca desde a adesão deste país à Comunidade ascendeu a 5 150 milhões de ecus (40 852 milhões de coroas dinamarquesas). Estes financiamentos promoveram a realização de investimentos no valor de cerca de 14 000 milhões, sendo mais de metade das verbas canalizada para projectos situados nas regiões menos favorecidas, como o norte da Jutlândia.

Uma parcela importante dos empréstimos contribuiu para o aproveitamento



dos recursos em petróleo e, sobretudo, em gás natural (abastecimento, armazenagem e redes de transporte e de distribuição) e o desenvolvimento do aquecimento urbano.

No que respeita às infra-estruturas de comunicação, foram financiados: a melhoria das telecomunicações e o reforço dos principais eixos rodoviários e ferroviários. Os financiamentos no sector industrial foram relativamente limitados, destinando-se sobretudo às PME's.

61 milhões foram canalizados para a modernização das *telecomunicações*.

Os empréstimos individuais totalizaram 155 milhões e destinaram-se à modernização da rede de *armazenagem, transporte e distribuição de gás* do Mar do Norte.

90 milhões foram canalizados para a cogeração de calor e electricidade a partir, eventualmente, da incineração de resíduos, e para a recolha e tratamento de águas residuais e de resíduos urbanos (nomeadamente, nos municípios de Odense, Amager e Århus). A maioria destes projectos contribui para a protecção do ambiente.

Cerca de 155 **pequenas e médias empresas industriais** receberam créditos no âmbito de empréstimos globais, no valor de 53 milhões. Mais de metade dos projectos financiados em 1992 situava-se em regiões assistidas, e predominantemente rurais.

ALEMANHA

Contratos assinados em 1992: 1 663,9 milhões (1991: 1 300,1 milhões)

Empréstimos individuais: 791,3 milhões

Empréstimos globais: 872,6 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso: 1 372,8 milhões

As actividades na Alemanha registaram um grande aumento devido ao elevado volume de pedidos de financiamento para projectos nos *Länder* orientais (713 milhões) e no domínio do ambiente.

Nos *Länder orientais*, foram concedidos empréstimos individuais, sobretudo para a **indústria e os serviços** (319 milhões), nomeadamente, para fábricas de motores e linhas de montagem de automóveis, unidades de produção de papel reciclado e fábricas de materiais de revestimento para a rede rodoviária. Foram também concedidos 350 créditos no valor de 279 milhões para pequenos projectos industriais e de serviços, sobretudo turísticos.

No domínio das **infra-estruturas**, os empréstimos individuais (49 milhões) destinaram-se à reconversão das redes para o gás natural e a obras de saneamento na região de Bitterfeld e Wolfen.

Foram ainda concedidos créditos no âmbito de empréstimos globais no valor de 66 milhões, para a realização de estações de tratamento de águas residuais, para a recolha e armazenagem de resíduos sólidos e para a redução das emissões de gases e fumos.

No restante território, os financiamentos no sector das **infra-estruturas** ascenderam a 1 089 milhões, 739 milhões dos quais se destinaram à *protecção do ambiente*, nomeadamente: obras de saneamento em Colónia, próximo de Aachen e no Breisgau, e cerca de 300 obras de pequena e média dimensão (632 milhões) para a melhoria do abastecimento de água, a recolha e o tratamento de águas residuais e de resíduos urbanos e industriais, e a redução da poluição e do ruído provocados por instalações industriais.

Foram ainda concedidos empréstimos

individuais para o reforço das *infra-estruturas aeroportuárias* de Hamburgo, Munique e Francoforte, e para a instalação do sistema Kopernikus de *transmissão por satélite*, que assegurará as emissões de rádio e de televisão em todo o país.

No domínio da *energia*, foram outorgados empréstimos individuais no valor de 104 milhões, para a instalação de uma nova caldeira de cogeração de calor/electricidade na central de Mannheim e para a rede de aquecimento urbano do Sarre.

Nos **sectores produtivos** (258 milhões), além de um projecto de modernização e de instalação de equipamento antipoluição numa refinaria de Gelsenkirchen, foram concedidos 238 milhões no âmbito de empréstimos globais para 167 projectos de pequena e média dimensão.

GRÉCIA

Contratos assinados em 1992: 377,5 milhões (1991: 366,9 milhões)

Empréstimos individuais: 311,8 milhões

Empréstimos globais: 65,8 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso: 80,2 milhões

Na Grécia, cujo território é totalmente abrangido pelo desenvolvimento regional (objectivo 1), os financiamentos do BEI destinaram-se sobretudo a infra-estruturas de transportes, a instalações de produção de electricidade e ao sector industrial.

De uma forma geral, estes financiamentos inscreveram-se nas medidas definidas no Quadro Comunitário de Apoio, ou inseriram-se em programas específicos de acção estrutural. Mais de metade dos projectos financiados beneficiou de subvenções comunitárias.

Os financiamentos para **infra-estruturas** centraram-se essencialmente no sector dos *transportes* (182 milhões, a saber: transformação em auto-estrada de um lanço do eixo Atenas-Katerini, reforço e modernização da linha férrea entre Atenas e Salónica, melhoria das instalações de controlo aéreo e prolongamento da linha de metropolitano de Atenas.

Foram também concedidos empréstimos individuais (54 milhões) para a irrigação

de perímetros agrícolas, para *redes de saneamento* em diversas cidades gregas, para a melhoria da qualidade da água de abastecimento de Atenas e para o prosseguimento do programa de reconstrução da zona de Kalamata, danificada pelo terramoto de 1986 (sob a forma de empréstimos com bonificação de juros a cargo de recursos orçamentais da Comunidade).

Foram ainda concedidos dois empréstimos globais no total de 50 milhões, que se inscreveram nas **iniciativas comunitárias** Interreg e Envireg, relativas, respectivamente, ao desenvolvimento das zonas fronteiriças da Comunidade e à protecção do ambiente, e que se destinam ao financiamento, em complemento de subvenções comunitárias, de diversas infra-estruturas que melhoram as comunicações e o ambiente.

No âmbito do empréstimo-quadro «QCA Grécia» assinado em 1991, foram concedidos seis créditos no valor total de 27 milhões para projectos de pequena e média dimensão nos domínios dos transportes, do abastecimento

de água e do saneamento, e para equipamento turístico e estabelecimentos de ensino profissional. No âmbito do empréstimo global para infra-estruturas, inscrito nos Programas Integrados Mediterrânicos, foram financiados cerca de 280 projectos nos sectores da água e dos transportes.

No domínio da *energia*, foram concedidos empréstimos individuais (75 milhões) para três centrais, duas das quais de turbinas a gás (Chania, em Creta, e Lavrion, próximo de Atenas) e uma hidroeléctrica (Pournari, no Epiro), bem como para a instalação de filtros para os fumos emanados de diversas centrais e para a melhoria do sistema de gestão da produção e do transporte de electricidade.

No que respeita ao **sector industrial**, foram concedidos 52 milhões para uma fábrica de painéis de partículas de madeira e para 44 pequenas e médias empresas.

ESPANHA

Contratos assinados em 1992: 3 020,6 milhões (1991: 2 342,5 milhões)

Empréstimos individuais: 2 948,4 milhões

Empréstimos globais: 72,2 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso: 246,9 milhões

Em Espanha, mais de 90% do total concedido (2 970 milhões) foram canalizados para projectos que contribuíam para o desenvolvimento regional. E nes-

te domínio, grande parte das verbas destinou-se a projectos situados nas regiões abrangidas pela acção dos fundos estruturais (2 929 milhões), especialmen-

te no âmbito do objectivo 1 (2 023 milhões). Cerca de metade destes projectos beneficiou de subvenções comunitárias.



O grosso dos financiamentos destinou-se a **infra-estruturas**, que absorveram 2 854 milhões. Deste total, 1 386 milhões foram canalizados para os *transportes*, essencialmente, para investimentos em projectos rodoviários: auto-estrada de Castelldefels-Sitges a sul de Barcelona, vias rápidas em diversos itinerários prioritários, novo eixo Madrid-Valência, diversas obras de estrada na Andaluzia, Múrcia, Castela-Leão e Estremadura. Foi também financiada a linha de caminho-de-ferro de alta velocidade Madrid-Sevilha e em Barcelona, a construção de um terminal de carga intermodal e obras em terminais para contentores no porto autónomo.

Uma parcela importante dos empréstimos destinou-se à melhoria dos transportes urbanos, destacando-se: obras de estrada, variante de Barcelona e res-

pectiva ligação à auto-estrada de Sitges, e prolongamento do metropolitano de Valença.

No domínio das *telecomunicações*, o BEI financiou o prosseguimento da modernização da rede telefónica e a colocação em serviço de satélites para a rádio/teledifusão (660 milhões).

Foram concedidos também 491 milhões para obras de adução de água, de *saneamento básico*, especialmente em Madrid, na Andaluzia, na Catalunha, na Galiza, nas Astúrias e em Castela-La Mancha, e para obras de ordenamento e de renovação urbana no centro e no porto antigo de Barcelona.

No sector da *energia*, foram concedidos 317 milhões para a modernização e a extensão das redes de transporte/distri-

buição de electricidade e para o desenvolvimento de pequenas centrais hidroeléctricas.

Na **indústria**, em que foram concedidos 341 milhões, a maioria dos empréstimos individuais destinou-se à modernização de refinarias de petróleo e à respectiva adaptação para a produção de gasolina sem chumbo. Os restantes financiamentos foram canalizados para uma unidade de fraccionamento para a produção de gases industriais e para a modernização de seis fábricas de aparelhos electrodomésticos. Foram ainda concedidos créditos no âmbito de empréstimos globais, para 660 projectos de pequena e média dimensão da indústria e do turismo.

FRANÇA

Contratos assinados em 1992: 1 895,1 milhões (1991: 1 924,4 milhões)

Empréstimos individuais: 1 159,2 milhões

Empréstimos globais: 735,9 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso: 880,6 milhões

Os financiamentos nas regiões assistidas (1 371 milhões) representaram mais de dois terços do total concedido em França, destinando-se sobretudo a projectos situados nas zonas abrangidas pelos objectivos 2 e 5b da acção dos fundos estruturais, e a diversos projectos de pequena e média dimensão realizados na Córsega e nos departamentos ultramarinos abrangidos pelo objectivo 1.

No domínio das **infra-estruturas**, foram concedidos 1 372 milhões, metade dos quais para projectos nas regiões

assistidas, que se dividiam em três categorias:

— grandes *infra-estruturas ferroviárias e rodoviárias*, necessárias para as ligações regionais e de interesse europeu (488 milhões), nomeadamente, prosseguimento de dois grandes projectos: o Túnel da Mancha e o TGV-Nord, e lançamentos da rede de auto-estradas;

— projectos de *transportes urbanos*, em franco crescimento (302 milhões), a saber: linhas de metropolitano ou de

carros eléctricos em Ruão, Nantes e Estrasburgo, e obras viárias e parques de estacionamento em Lião;

— *investimentos de menor dimensão* (582 milhões) financiados sobretudo no âmbito de empréstimos globais e realizados por autarquias locais, designadamente: obras de estrada, redes de saneamento e uma central de cogeração de calor e electricidade em Grenoble.

Os restantes financiamentos foram canalizados para a indústria e os serviços

(668 milhões). Na **indústria**, foram concedidos empréstimos individuais para uma fábrica de automóveis franco-italiana e uma unidade de produção de edulcorantes sintéticos no Norte-Pas-de-Calais, e para fábricas de enge-

nharia aeronáutica no Midi-Pirinéus e na região parisiense. Foram também concedidos 197 milhões no âmbito de empréstimos globais, para 2 233 projectos de pequena e média dimensão.

No sector dos **serviços**, os financiamentos destinaram-se à realização do parque de diversões da Eurodisneyland e a 1 350 projectos de PMEs, sobretudo nos domínios dos serviços às empresas e do turismo.

IRLANDA

Contratos assinados em 1992: 303,5 milhões (1991: 237 milhões)

Empréstimos individuais: 290,4 milhões

Empréstimos globais: 13 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso: 0,6 milhão

Os financiamentos na Irlanda, cujo território é totalmente abrangido pela acção dos fundos estruturais no âmbito do objectivo 1, destinaram-se sobretudo a **infra-estruturas** (241 milhões).

Foram financiados os **transportes** rodoviários (obras de estrada), aéreos (renovação da frota que assegura as ligações com os restantes países da Comunidade) e marítimos (construção de um terminal para contentores no porto de Waterford).

O BEI contribuiu para o prosseguimento do reforço das **telecomunicações** internas e internacionais, tendo também apoiado a renovação e o ordenamento do bairro do Temple Bar em Dublin.

Foram ainda financiadas diversas pequenas obras no domínio dos transportes, e de melhoria da adução de água e da recolha e tratamento de águas residuais.

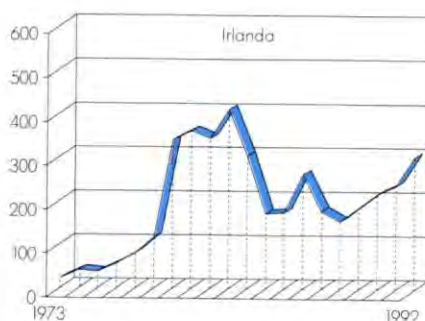
No domínio da **energia**, foi concedido um empréstimo para a rede de transporte e distribuição de electricidade.

Foram também concedidos 49 milhões para a modernização e a ampliação de diversos institutos de formação técnica superior.

A maior parte (96%) dos financiamentos na Irlanda destinou-se a investimentos previstos nos programas de aplicação dos fundos estruturais, muitos dos quais beneficiaram de subvenções comunitárias.

Irlanda: 1973-1992

Os contratos de financiamento assinados desde a adesão da Irlanda à Comunidade totalizaram 4 000 milhões de ecus (mais de 2 800 milhões de libras irlandesas), sendo quase metade das verbas concedida de 1979 a 1983, sob a forma de empréstimos com bonificação de juros a cargo de recursos orçamentais da Comunidade. Estes financiamentos apoiaram a realização de pro-



jectos no valor de 9 200 milhões de ecus.

Estes projectos consistiam principalmente em infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento do país ou às ligações com o Reino Unido e a Comunidade: estradas, linhas telefónicas, adução de água, redes eléctricas e de gás, e centros de formação. Foram também financiadas cerca de 1 700 empresas, geralmente de pequena dimensão.

ITÁLIA

Contratos assinados em 1992: 3 796,9 milhões (1991: 4 000,7 milhões)

Empréstimos individuais: 2 724,6 milhões

Empréstimos globais: 1 072,4 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso: 1 047,5 milhões

Na Itália, cerca de três quintos das verbas concedidas na forma de empréstimos individuais e de créditos no âmbito de empréstimos globais destinaram-se a projectos que contribuíam para o desenvolvimento regional (2 386 milhões de um total de 3 772 milhões), nomeadamente, a projectos industriais (1 169 milhões, 48% dos quais para PMEs) e a infra-estruturas energéticas (1 217 milhões).

Cerca de 75% destes montantes (1 754 milhões) destinaram-se a projectos situados no *Mezzogiorno*. 1 559 milhões foram canalizados para zonas abrangidas pelo objectivo 1 dos fundos estruturais, 94% dos quais se destinaram a eixos prioritários previstos pelos quadros comunitários de apoio. Cerca de 22% das verbas complementaram subvenções comunitárias.

Nas regiões do *Centro Norte*, foram concedidos 632 milhões no âmbito do desenvolvimento regional.

* * *

Do ponto de vista sectorial, os financiamentos distribuíram-se entre **a indústria e os serviços** (1 635 milhões) e as **infra-estruturas** (2 137 milhões)

Na indústria e nos serviços, foram concedidos empréstimos individuais (639 milhões) para a construção aeronáutica

e automóvel (motores de avião, veículos de duas rodas e oficinas de pintura), para indústrias ligadas às comunicações (fábricas de tubos catódicos, impressoras, cabos em fibras ópticas, aparelhos de telecomunicações, etc.) e para as indústrias química, farmacêutica e petroquímica.

Foram concedidos também 996 milhões no âmbito de empréstimos globais, para cerca de 1 850 projectos de menor dimensão, na maioria da iniciativa de PMEs.

No sector das infra-estruturas de comunicação, foram concedidos 807 milhões, sobretudo para o prosseguimento do reforço das redes de *telecomunicações* no *Mezzogiorno* e em diversas regiões do Centro-Norte e para os *transportes*, destinando-se sobretudo à compra de aviões para as ligações aéreas e a protecção civil, a novos lanços da auto-estrada dos túneis em direcção à Suíça, e a obras no porto de Livorno.

O BEI prosseguiu o financiamento de projectos de melhoria da água de abastecimento e de desenvolvimento das redes de *recolha e de tratamento de águas residuais* e de resíduos sólidos urbanos e industriais, os quais incluem obras de combate à erosão e às inundações (consolidação de terrenos, reflorestação, construção de diques, etc.).

Os financiamentos neste sector (265 milhões) destinaram-se sobretudo às gran-

des bacias hidrográficas (Pó, Tibre e Arno), a importantes zonas urbanas (Roma, Aosta, Génova e Livorno) e a grandes parques naturais (Costa Adriática, Lago de Garda, Lago Maior e Lagoa de Veneza).

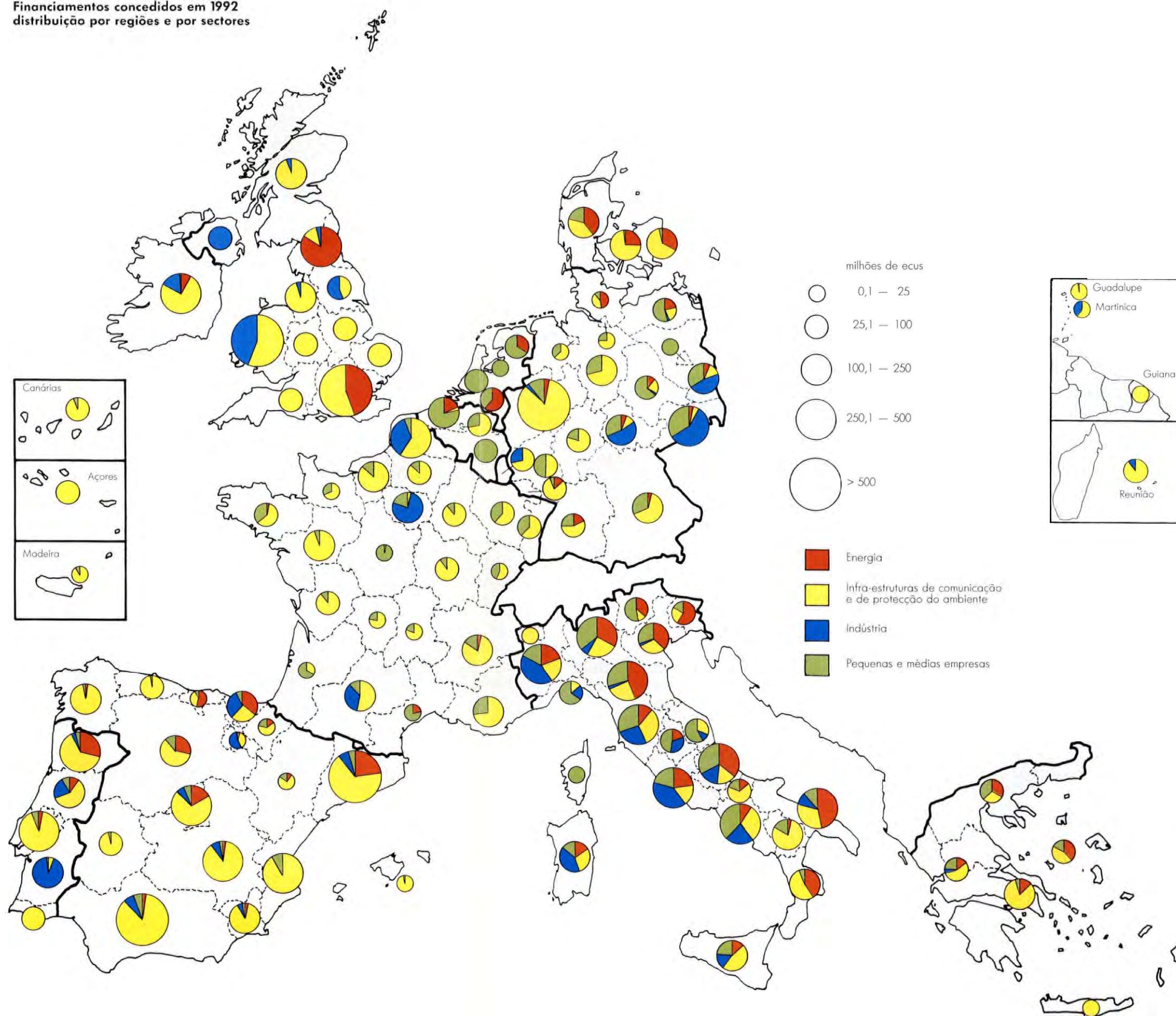
Foram ainda financiadas obras de restauração de centros históricos, como em Ferrara, Bolonha e Macerata (15 milhões).

No domínio da *energia*, foram concedidos 1 050 milhões para reforçar a capacidade de produção de electricidade (centrais térmicas, hidroelétricas, de cogeração de electricidade/vapor ou de turbinas a gás), com uma grande preocupação ambiental. Foram também concedidos créditos para linhas de transporte e de distribuição de electricidade.

Os restantes financiamentos contribuíram para o desenvolvimento de jazigos terrestres e marítimos de hidrocarbonetos, e para redes de transporte e de distribuição de gás natural, nomeadamente, secções do segundo gasoduto Argélia-Tunísia-Itália.

Cerca de 20% dos financiamentos (671 milhões, 450 milhões dos quais concedidos nas regiões assistidas) destinaram-se a investimentos que visavam a protecção do ambiente e a melhoria da qualidade de vida, a gestão da água e dos resíduos, e equipamento em centrais eléctricas e em diversas unidades industriais.

Financiamentos concedidos em 1992
distribuição por regiões e por sectores



LUXEMBURGO

Empréstimos individuais concluídos em 1992: 42,8 milhões (1991: 28,6 milhões)

Foram concedidos dois empréstimos para a construção de uma fábrica de fitas magnéticas audio e video, implan-

tada numa zona de reconversão industrial no sul do país, e para a compra e lançamento de um satélite de teledifu-

são, cujos canais são utilizados por diversas empresas europeias.

PAÍSES BAIXOS

Contratos assinados em 1992: 154,5 milhões (1991: 175,4 milhões)

Empréstimos individuais: 67,7 milhões

Empréstimos globais: 86,8 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso: 97,3 milhões

Nos Países Baixos, os empréstimos individuais (68 milhões) destinaram-se ao sector da **energia**, tendo sido financiada a construção de duas centrais a gás natural (uma em Ede, de cogeração de calor/electricidade com turbinas a gás e

outra em Buggenum, que pode utilizar carvão como combustível, após gaseificação).

Foi também financiado um gasoduto de ligação à costa do jazigo de Markham, na plataforma continental holandesa.

No âmbito de empréstimos globais, que totalizaram 97 milhões, foram financiadas 202 **pequenas e médias empresas industriais**, 46 das quais (25 milhões) se situavam nas regiões menos desenvolvidas do país.

PORTUGAL

Contratos assinados em 1992: 1 230,4 milhões (1991: 1 002,1 milhões)

Empréstimos individuais: 1 210,5 milhões

Empréstimos globais: 19,9 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso: 93,1 milhões

Os financiamentos em Portugal, cujo território é totalmente abrangido pelo desenvolvimento regional (objectivo 1), destinaram-se essencialmente a projectos que se inscreviam no quadro comunitário de apoio, metade dos quais beneficiaram de subvenções comunitárias.

Cerca de 75% das verbas concedidas destinaram-se a **infra-estruturas** (993 milhões), principalmente de *transportes* e *telecomunicações*, com vista a reforçar as redes do país e a melhorar as ligações com os restantes países da Comunidade. Foram financiadas obras nas auto-estradas A1 (Lisboa-Porto), A3 (Cruz-Braga) e A7 (Braga-Famalicão), e na rede de estradas nacional, o prosse-

guimento da modernização dos caminhos-de-ferro, e o reforço do sistema de controlo do tráfego aéreo. Ainda no domínio dos transportes, foi financiado o prolongamento do metropolitano de Lisboa.

No domínio das telecomunicações, além de conceder novos empréstimos para a rede telefónica, especialmente nas áreas de Lisboa e do Porto, o BEI financiou a instalação de um sistema de telefones móveis.

Foi ainda financiado o reforço da *produção de electricidade* a partir de recursos hídricos, e da rede de transporte e de distribuição de electricidade, além

das redes de *adução de água* e de *saneamento*, sobretudo no âmbito dos empréstimos globais em curso.

Os financiamentos na **indústria** (311 milhões) foram principalmente canalizados para a modernização de uma refinaria de petróleo em Sines, com vista à produção de produtos ligeiros e à redução das emissões poluentes. Foram ainda financiados: equipamento para a produção de pasta de papel sem cloro, em conformidade com as normas ambientais, uma fábrica de componentes para automóveis e outra de equipamento eléctrico, e cerca de 50 pequenas e médias empresas.



REINO UNIDO

Empréstimos individuais assinados em 1992: 2 407,2 milhões (1991: 2 090,5 milhões)

Cerca de dois terços das verbas concedidas no Reino Unido destinaram-se a projectos nas regiões de desenvolvimento regional (1 472 milhões, contra 700 milhões em 1991), que se situavam essencialmente em zonas abrangidas pelo objectivo 2, e integravam-se, na sua maioria, nos quadros comunitários de apoio.

Mais de metade dos financiamentos para **infra-estruturas** (2 083 milhões) destinou-se a programas de investimento no domínio do *ambiente*, nomeadamente, redes de abastecimento de água e equipamento de recolha e de tratamento de águas residuais e de resíduos sólidos (946 milhões).

No total, os financiamentos no sector da água concedidos desde 1989 nas diferentes regiões do país cifraram-se em 2 230 milhões (690 milhões dos quais foram outorgados em 1992).

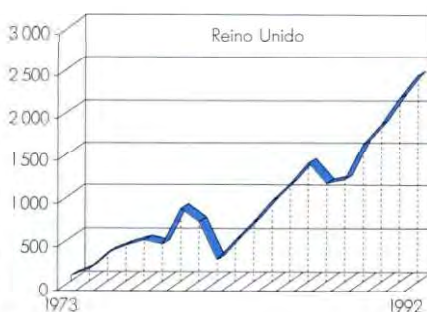
No domínio dos *transportes*, foram concedidos 452 milhões para o prosseguimento da construção do Túnel da Mancha, a construção de uma ponte rodoviária no estuário do Severn e diversas obras rodoviárias, especialmente no País de Gales. Em Manchester, o BEI financiou a realização de uma linha de metropolitano ligeiro no centro da cidade. Foi também financiada a modernização da frota aérea britânica.

No sector da *energia*, foram concedidos 686 milhões, essencialmente para a produção de electricidade em duas centrais equipadas com turbinas a gás em Teesside, no nordeste, e em Barking, no sudeste. Foi também financiada a exploração de jazigos de petróleo e de gás no Mar do Norte.

Nos sectores da **indústria e dos serviços**, os financiamentos ascenderam a 324 milhões e destinaram-se à modernização de fábricas de automóveis no País de Gales e na Irlanda do Norte, e ao sector químico, principalmente a unidades de produção de gases industriais, e a uma fábrica de placas de silício para semicondutores.

Reino Unido: 1973-1992

Os financiamentos concedidos no Reino Unido desde a adesão deste país à Comunidade ascenderam a 18 600 milhões de ecus (12 300 milhões de libras), dois terços dos quais foram outorgados a partir de 1985, tendo contribuído para a realização de projectos no valor de cerca de 71 000 milhões de ecus, metade dos quais situada nas regiões menos desenvolvidas do país. Foram apoiados importantes programas de melhoria da



qualidade da água, bem como da respectiva distribuição e tratamento. Foi também financiado o reforço das redes de transportes, incluindo o Túnel da Mancha. A valorização dos recursos em hidrocarbonetos do Mar do Norte e o reforço da produção de electricidade também absorveram montantes significativos.

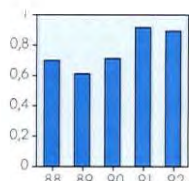
Na indústria e nos serviços, os financiamentos destinaram-se a uma gama muito diversificada de empresas.

No exterior do território dos **Estados-membros**, o BEI contribuiu para a realização de projectos que apresentavam interesse para a Comunidade, nos termos do artigo 18º dos seus Estatutos.

No sector das **telecomunicações**, concedeu um empréstimo de 15 milhões e uma garantia de 74 milhões à empresa INMARSAT, para um programa de quatro satélites que asseguram as transmissões em todo o mundo para os navios, aviões e veículos terrestres.

No domínio da **energia**, foi financiada a valorização dos jazigos de hidrocarbonetos de Snorre e de Veslefrikk, no sector norueguês do Mar do Norte (71 milhões).

FINANCIAMENTOS NO EXTERIOR DA COMUNIDADE



Os financiamentos no exterior da Comunidade ascenderam a 892,8 milhões, sendo concedidos: 764,3 milhões sob a forma

de empréstimos a cargo de recursos próprios, garantidos pelos Estados-membros ou pelo orçamento comunitário, e 128,5 milhões sob a forma de operações com capitais de risco a cargo de recursos orçamentais da Comunidade ou dos Estados-membros.

Nos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e nos Países e Territórios Ultramarinos (PTU), os financiamentos cifraram-se em 252 milhões (389,5 milhões em 1991), dos quais 130,5 mi-

lhões a cargo de recursos próprios, com bonificação de juros, e 121,5 milhões na forma de capitais de risco a cargo de recursos orçamentais dos Estados-membros, concedidos por intermédio do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED).

Nos países da Bacia Mediterrânica, o ano foi marcado pela aplicação efectiva da Política Mediterrânica Renovada, que comporta a conclusão da quarta geração de protocolos financeiros com a maioria dos países. Os financiamentos elevaram-se a 320,8 milhões (241,5 milhões em 1991), dos quais 313,8 milhões a cargo de recursos próprios e 7 milhões a cargo de capitais de risco por conta de recursos orçamentais da Comunidade.

Nos países da Europa Central e Oriental (PECO), o BEI concedeu um montante total de 320 milhões (285 milhões em 1991).

A maioria dos projectos de investimento foi financiada conjuntamente com instituições financeiras bilaterais dos Estados-membros, a Comissão, o Banco Mundial e outras instituições de ajuda ao desenvolvimento; com vista a coordenar os financiamentos nos países da Europa Central e Oriental interessados, foi iniciada uma cooperação muito estreita com o BERD.

ESTADOS ACP E PTU

A acção do BEI abrangeu 26 países ACP e 4 PTU. Parte destes financiamentos foi concedida no âmbito da quarta Convenção de Lomé (130,5 milhões a cargo de recursos próprios e 110,4 milhões a cargo de capitais de risco) e parte, no âmbito da terceira Convenção (11,1 milhões a cargo de capitais de risco) (ver também balanço sumário desta convenção no Relatório Anual de 1991, pág. 46).

Em 4 países, o BEI só concedeu empréstimos a cargo de recursos próprios (97 milhões, que representam 39% do total); em 22, concedeu exclusivamente capitais de risco (118 milhões, ou seja, 47% das verbas), e em 4 combinou as duas formas de financiamento (37 milhões, ou seja, 14% das verbas).

60% dos financiamentos destinaram-se aos sectores da indústria e dos serviços, e sobretudo, a iniciativas de PME's, que receberam 143 créditos (72 milhões) no âmbito de empréstimos globais, concedidos em colaboração com bancos de fomento nacionais ou regionais. O sec-

tor energético (produção/distribuição de electricidade) absorveu 22% do total e as infra-estruturas de transportes, de telecomunicações, de abastecimento de água e de saneamento, 18%.

Cerca de 60% dos financiamentos destinaram-se a projectos do sector privado, cuja importância no processo de desenvolvimento tem vindo a crescer nos últimos anos. O BEI continuou a contribuir para a reabilitação de indústrias e de infra-estruturas existentes.

Quadro 10: **Convenções, protocolos financeiros e decisões em vigor ou negociados em 31/03/93**

(milhões de ecus)

		Período de vigência	Empréstimos por conta de recursos próprios do BEI (1)	Intervenções por conta de recursos orçamentais		Total
Tipo de acordo				Operações com capitais não reemboláveis (2)	Ajudas não reemboláveis (3)	
Estados ACP - PTU						
ACP	Convenção de Lomé IV	1990-1995	1 200	825	9 975 (4)	12 000
PTU	Decisão do Conselho	1990-1995	25	25	115 (4)	165
Bacia Mediterrânica (5)						
Turquia	4.º protocolo financeiro ainda não executado		225	—	50	600 (6)
Eslovénia	Protocolo financeiro ainda não executado		150	—	20 (7)	170
Argélia	4.º protocolos financeiros	1992-1996	280	18	52	350
Marrocos		1992-1996	220	25	193	438
Tunísia		1992-1996	168	15	101	284
Egipto		1992-1996	310	16	242	568
Jordânia		1992-1996	80	2	44	126
Israel		1992-1996	82	—	—	82
Libano	ajuda excepcional para a reconstrução		50	—	—	50
II	2.º protocolo financeiro		34	—	—	34
II	3.º protocolo financeiro		53	1	19	73
II	4.º protocolo financeiro	1992-1996	45	2	22	69
Síria	3.º protocolo financeiro	1987-1991	110	2	34	146
II	4.º protocolo financeiro ainda não executado		115	2	41	158
Malta	3.º protocolo financeiro	1988-1993	23	2,5	12,5	38
Chipre	3.º protocolo financeiro	1988-1993	44	5	13	62
Vertente «horizontal» extraprotocolo		Decisão do Conselho	1 800	25	205 (8)	2 030
Países da Europa Central e Oriental (9)						
Polónia - Hungria	II	1990-1993	1 000			1 000
República Checa e Eslováquia,	II					
Bulgária e Roménia	II	1991-1993	700			700
Estónia, Letónia e Lituânia	em negociação	1993-1996	200			200
Países da América Latina e da Ásia						
	Decisão do Conselho	1993-1996	750			750

⁽¹⁾ Empréstimos que beneficiam de bonificação de juros por conta de recursos do FED, quando se trate de projectos nos Estados ACP e PTU, e por conta de recursos do orçamento geral das Comunidades, quando se trate de projectos nos países da Bacia Mediterrânica. Os montantes necessários para as bonificações de juro são imputados nas ajudas não reembolsáveis.

⁽²⁾ Concedidas e geridas pelo Banco.

⁽³⁾ Concedidas e geridas pela Comissão das CE.

⁽⁴⁾ Inclui as verbas destinadas a bonificações de juros dos empréstimos do BEI.

⁽⁵⁾ As verbas disponíveis no âmbito dos protocolos financeiros anteriores poderão ser utilizadas simultaneamente, quer se trate da totalidade das dotações previstas (Libano e Síria), ou de saldos por afectar.

⁽⁶⁾ Dos quais 325 milhões na forma de empréstimos com condições especiais a cargo de recursos orçamentais.

⁽⁷⁾ Unicamente para as bonificações de juros dos empréstimos do BEI para projectos de transportes de interesse comum.

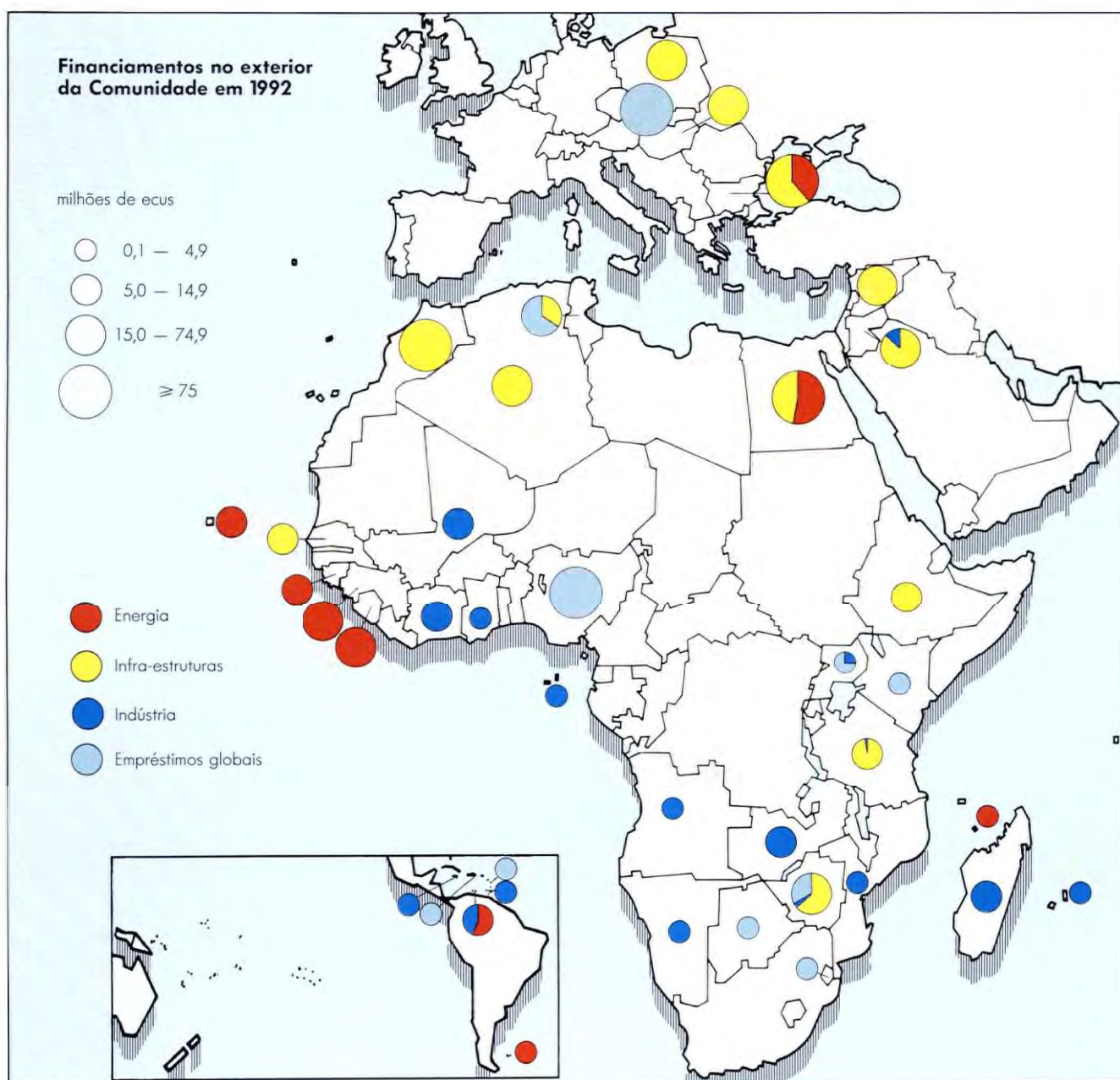
⁽⁸⁾ Dos quais cerca de 100 milhões na forma de bonificações de juros para os empréstimos do BEI no sector do ambiente.

⁽⁹⁾ Créditos orçamentais concedidos pela Comissão das CE (PHARE), no valor total de 2 270 milhões para o período de 1990-1992, e de cerca de 1 000 milhões para 1993.

Em **África**, os financiamentos abrangem 24 países e ascenderam a 235,6 milhões (121 milhões a cargo de recursos próprios e 114,6 milhões a cargo de capitais de risco). Foram concedidos os

primeiros financiamentos na Serra Leoa e na Namíbia. Cerca de dois terços das verbas destinaram-se à **África Ocidental** (152,6 milhões).

No domínio do abastecimento de electricidade, foram concedidos: 20 milhões na **Guiné**, para o reforço da central de Tombo em Conakry, 15,5 milhões na **Serra Leoa**, para a reabilitação da cen-



OS FINANCIAMENTOS APEX

O BEI utiliza desde há alguns anos os empréstimos globais «APEX» para o financiamento das suas operações no exterior da Comunidade. Inicialmente concedidos nos países da África, das Caraíbas e do Pacífico signatários da Convenção de Lomé, estes empréstimos alargaram-se à Bacia Mediterrânica e mais recentemente, aos países da Europa Central e Oriental.

Este tipo de financiamento destina-se a apoiar projectos de pequenas e médias empresas produtivas, por meio das instituições de crédito nacionais, e dado que carece de intermediários financeiros sólidos, tem também por fim apoiar e consolidar a posição destes.

Enquanto o empréstimo global clássico é canalizado através de uma só instituição de crédito (em muitos casos, um banco de fomento), o financiamento APEX é colocado à disposição de um organismo do governo (em geral, o Banco Central ou o Ministério das Finanças), que o afecta a «bancos participantes» que satisfaçam as condições exigidas; estes podem con-

ceder créditos a empresas produtivas e outras, em função da viabilidade dos projectos apresentados e dos critérios de admissibilidade acordados com o Banco. Em virtude de a afectação se processar em vários níveis, estes empréstimos são designados por «em pirâmide», sendo o ápex a sua ponta.

As vantagens de um empréstimo «em pirâmide» são: uma maior eficácia, graças à maior concorrência estabelecida no seio do meio financeiro local, uma maior distribuição dos financiamentos pelo conjunto da economia e, ainda, a possibilidade de o Banco conhecer melhor o sector financeiro local, o que lhe permite ser mais eficaz.

Só uma experiência mais longa poderá confirmar estas vantagens, mas os primeiros resultados são encorajantes. Outras instituições financeiras multilaterais, tais como o BIRD, também utilizam técnicas de financiamento «em pirâmide», como em certos casos de cofinanciamento com o BEI.

tral de KingTom em Freetown, e 7 milhões na **Guiné-Bissau** e 5,4 milhões em **Cabo Verde**, para o reforço da capacidade de produção de electricidade. No domínio das telecomunicações, o BEI contribuiu para a modernização da rede do norte do **Senegal** (13 milhões).

No sector da indústria, foi concedido um importante empréstimo global para projectos de PMEs na **Nigéria** (75 milhões), para a debulha de algodão no **Mali** (10 milhões), para fábricas de con-

servas de peixe na **Costa do Marfim** (6,5 milhões) e para o fabrico de alumínio no **Gana** (0,2 milhão).

Na **África Austral** (59,1 milhões), exceptuando um empréstimo de 15 milhões para o saneamento básico em Harare, capital do **Zimbábue**, os financiamentos tenderam a apoiar projectos em sectores produtivos: fábricas de produtos farmacêuticos e de tecelagem de algodão na **Zâmbia** (11 milhões), cultura de camarões em **Madagáscar** (6,5 milhões), pedreiras de granito negro em **Angola** (3,1 milhões), fábricas de processamento de semente de caju em **Mozambique** (3 milhões) e de lacticínios na **Ilha Maurícia** (2,6 milhões), e fábricas de curtumes na **Namíbia** (2,5 milhões).

Foram também outorgados empréstimos globais a bancos de fomento e tomadas de participação no Zimbábue, no **Botsuana** e na **Suazilândia**, principalmente para PMEs (15 milhões).

Foram ainda concedidos créditos (0,65 milhão) para dois estudos de viabilidade: de uma central eléctrica que aproveitaria as cataratas do Lago Vitória (Zâmbia), e da possibilidade de exploração dos recursos em cobre e zinco de Sanyati, no Zimbábue.



Na **África Oriental e Equatorial**, foram concedidos 23,9 milhões: 11 milhões para a extensão do porto de Dar es-Salam, na **Tanzânia**, 6 milhões para a reabilitação de uma parte da rede de telecomunicações da **Etiópia** e 6 milhões para investimentos de pequena dimensão, principalmente na indústria, no âmbito dos créditos concedidos a bancos de desenvolvimento do **Uganda** e do **Quénia**.

Foram também financiados estudos de viabilidade (0,9 milhão) no Uganda,

para uma criação-piloto de enguias e em **São Tomé**, para o plano director da electricidade.

Nas **Caraíbas**, foram concluídos empréstimos globais com bancos da **República Dominicana** (3 milhões) e da **Dominica** (2,5 milhões), e foi concedido 0,3 milhão para um estudo de viabilidade de uma fábrica de soda cáustica na **Jamaica**.

Nos **PTU**, foram concedidos quatro empréstimos: 7 milhões nas **Antilhas**

Neerlandesas, para o reforço de uma central eléctrica na Ilha de Bonaire e para os serviços de refeições no aeroporto de Curaçau; 2,5 milhões nas **Malvinas**, para a instalação de reservatórios de combustível; 1 milhão na **Ilha Mayotte**, para o reforço das instalações de produção de electricidade e 0,15 milhão em **Montserrat**, para um estudo no sector energético.

PAÍSES MEDITERRÂNICOS

Os financiamentos nos países da Bacia Mediterrânica ascenderam a 321 milhões, dos quais 7 milhões a cargo de recursos orçamentais.

Estes financiamentos inscreveram-se essencialmente no quadro dos protocolos financeiros celebrados, mas pela primeira vez, dois projectos foram financiados no contexto da vertente «horizontal» extraprotocolo, que tem por fim complementar os protocolos celebrados. Instituída pela nova política mediterrânica da Comunidade, esta vertente compõe-se de empréstimos do BEI, até um limite de 1 800 milhões, e de fundos orçamentais, até um limite de 230 milhões ⁽¹⁾.

Os empréstimos destinaram-se principalmente a projectos que apresentavam

um interesse comum, especialmente nos sectores dos transportes, da energia, das telecomunicações e do ambiente, beneficiando neste último caso de bonificações de juro a cargo de fundos orçamentais.

Grande parte dos financiamentos nestes países destinou-se a projectos de valorização dos respectivos recursos hídricos, para melhorar o abastecimento das populações e da indústria e a irrigação dos terrenos agrícolas, e para garantir condições mais satisfatórias de saneamento básico.

A importância dada pela acção comunitária ao desenvolvimento a longo prazo da Bacia Mediterrânica está na linha das conclusões da Conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento e o ambiente realizada no Rio de Janeiro em Junho de 1992 (ver caixa pág. 22).

Foram também financiados projectos nos domínios das infra-estruturas de base, transportes, telecomunicações e electricidade, e de apoio aos investimentos de empresas privadas, especialmente no quadro de *joint ventures* com empresas de Estados-membros da Co-

munidade. Em 1992, estes investimentos absorveram 214 créditos no âmbito de empréstimos globais em curso, no valor de 29 milhões.

Argélia

Foram concedidos 53 milhões para a barragem de Taksebt, que garantirá o abastecimento de água potável e para uso industrial de Argel e das cidades da Cabília, e permitirá desenvolver a irrigação na planície de Mitdja.

Marrocos

Foi outorgado um empréstimo de 80 milhões, no âmbito da vertente extraprotocolo, para o reforço das telecomuni-

⁽¹⁾ 205 milhões de ajudas não reembolsáveis, incluindo 105 milhões para bonificações de juro, e 25 milhões para *joint ventures* com capitais de risco.

cações, indispensável ao desenvolvimento da economia marroquina.

O projecto inclui o reforço das ligações com a Europa por meio de novos cabos de fibras ópticas (projecto já financiado na parte europeia, ver Relatório Anual de 1991, pág. 29), e entre os sete principais centros económicos do país, assim como a melhoria da rede local.

Tunísia

Foram concedidos dois empréstimos globais (32 milhões, dos quais 7 milhões a cargo de recursos orçamentais) para o apoio de projectos de PME's da indústria e do turismo, e um financiamento extraprotocolo para redes de esgotos e

estações de tratamento em três cidades costeiras (17 milhões).

Egipto

Foram concedidos 95,4 milhões para a implantação de redes de esgotos, que abrangerão uma parte da população da margem oriental da cidade do Cairo, e para o reforço do transporte de electricidade no norte do Alto-Egipto, mediante construção de uma nova linha e de subestações.

Jordânia

Os financiamentos (23 milhões) destinaram-se à reabilitação e ao alargamento de um lanço de auto-estrada entre

Amã e Akaba, única via de acesso ao mar do país, à reabilitação das redes de adução de água de duas importantes cidades do norte e ao alargamento de uma zona industrial próximo de Amã.

Síria

Foi concedido um empréstimo de 20,4 milhões, com as verbas remanescentes do segundo protocolo financeiro, para a valorização de mais de 10 000 hectares de terrenos agrícolas na faixa costeira do distrito de Lattakia, por meio da construção da barragem de Al Thawra no rio Snobar, e de obras de irrigação.

Quadro 11: Financiamentos no exterior da Comunidade

(milhões de ecus)

(milhões de euros)

	Total	Recursos próprios	Recursos orçamentais	Empréstimos individuais				
				Energia	Transportes e telecomunicações	Água	Indústria, agricultura e serviços	Empréstimos globais
ACP-PTU	252,0	130,5	121,5	55,4	30,0	15,0	49,3	102,3
África	235,6	121,0	114,6	47,9	30,0	15,0	45,9	96,8
Caraíbas	5,8	—	5,8	—	—	—	0,3	5,5
PTU	10,6	9,5	1,1	7,5	—	—	3,1	—
Mediterrâneo	320,8	313,8	7,0	50,4	95,0	140,4	3,0	32,0
Argélia	53,0	53,0	—	—	—	53,0	—	—
Marrocos	80,0	80,0	—	—	80,0	—	—	—
Tunísia	49,0	42,0	7,0	—	—	17,0	—	32,0
Egipto	95,4	95,4	—	50,4	—	45,0	—	—
Jordânia	23,0	23,0	—	—	15,0	5,0	3,0	—
Síria	20,4	20,4	—	—	—	20,4	—	—
Europa Central e Oriental	320,0	320,0	—	45,0	190,0	—	—	85,0
Bulgária	115,0	115,0	—	45,0	70,0	—	—	—
Hungria	70,0	70,0	—	—	70,0	—	—	—
Polónia	50,0	50,0	—	—	50,0	—	—	—
Ex-R.F.C.E.	85,0	85,0	—	—	—	—	—	85,0
Total	892,8	764,3	128,5	150,8	315,0	155,4	52,3	219,3

PAÍSES DA EUROPA CENTRAL E ORIENTAL

Com os primeiros financiamentos na Bulgária e na ex-República Federal Checa e Eslovaca, passaram a ser abrangidos todos os países que subscreveram os acordos em vigor.

Em 1992, os financiamentos destinaram-se sobretudo a infra-estruturas de base, que absorveram 235 milhões de um total de 320 milhões. Foram também concedidos 17 créditos no âmbito de empréstimos globais em curso, no valor de 42 milhões.

Bulgária

Foram concedidos dois empréstimos (115 milhões) para a melhoria das co-

municações internacionais, mediante instalação de uma rede para grandes utilizadores e operadores económicos e industriais, que também descongestionará os circuitos locais. Foi também financiada a conclusão de uma unidade da central eléctrica de Maritsa, que será dotada de equipamento antipoluição e melhorará os recursos energéticos do país.

Ex-República Federal Checa e Eslovaca

Foi concedido um empréstimo global de 85 milhões para o financiamento de investimentos de empresas industriais, de serviços e do turismo, incluindo projectos de protecção do ambiente e de economias de energia, nas diferentes regiões do país.

No início de 1993, este empréstimo foi subdividido em dois empréstimos diferentes, atendendo à criação das duas repúblicas checa e eslovaca, com as quais o BEI prosseguirá os financiamentos no âmbito dos acordos em vigor.

Hungria

Foram outorgados 70 milhões para a melhoria das infra-estruturas de transportes: construção de variantes e obras em diversos troços rodoviários, e construção de instalações modernas de controlo do tráfego aéreo, que permitirão integrar a Hungria no sistema europeu de gestão e de controlo aéreo.

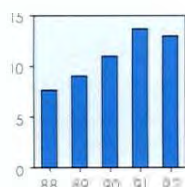
Polónia

Foram concedidos 50 milhões para a melhoria das instalações do aeroporto de Varsóvia: novos terminais e equipamento para passageiros, extensão das pistas de aterragem e reforço das instalações, que permitirão fazer face à duplicação do tráfego de passageiros prevista até ao ano 2005.



2 A realização de redes transeuropeias de comuni-
1 cações é um requisito da consecução do Mercado
3 Único; em 1992, o BEI financiou infra-estruturas de
transporte que permitem transpor obstáculos naturais:
o Túnel da Mancha (1: «Transmanche Speed Train») e a
ponte sobre o Grande-Belt, na Dinamarca (2: fundações
da ponte Leste rodoviária). No exterior da Comunidade,
60% das verbas concedidas destinaram-se à indústria e
aos serviços (3: fábrica de lacticínios na Ilha Maurícia;
4: fábrica de debulha de algodão em Koutiala, no Mali).

RECURSOS OBTIDOS EM 1992



Recursos obtidos:

Em 1992, o BEI angariou no mercado 12 920 milhões, contra 13 671 milhões em 1991. O decréscimo verificado decorreu do abrandamento dos desembolsos de empréstimos observado no decurso do ano (14 798 milhões, contra 15 316 milhões em 1991).

Num contexto cambial particularmente agitado no segundo semestre, o BEI procurou satisfazer os pedidos de desembolso mantendo uma presença activa no mercado e procedendo a swaps de montantes elevados (3 194 milhões, contra 1 334 milhões em 1991).

O total dos recursos obtidos cifrou-se em 12 974 milhões, após swaps: 8 886 milhões foram angariados com **taxa**

fixa a médio e a longo prazo, e 4 087 (cerca de um terço) com **taxa variável**.

A distribuição das verbas angariadas por divisas revela uma regressão das moedas comunitárias, que representaram, contudo, 70% do total após swaps; o ecu mantém a primeira posição, sendo seguido do marco alemão e do dólar.

EVOLUÇÃO DO MERCADO DE CAPITAIS

As taxas de juro nos principais países da OCDE evoluíram de forma diferente. Apesar da grande liberalização da política monetária verificada em 1991 e 1992, a economia americana manteve-se letárgica durante a maior parte do ano. As taxas de juro a curto prazo permaneceram a um nível historicamente baixo. Em contrapartida, as taxas a longo prazo mantiveram-se elevadas, devido ao efeito conjunto de uma grande procura de capitais e do receio de um novo surto da inflação. Durante o segundo semestre, verificou-se, contudo, um ligeiro decréscimo das taxas dos empréstimos obrigacionistas, tendo os

operadores pensado que a fraca actividade económica mundial e o grave défice federal americano conteriam as tensões inflacionistas.

No Japão, apesar da liberalização progressiva da política monetária, o contexto económico continuou a degradar-se, acarretando uma redução das taxas de juro dos empréstimos obrigacionistas.

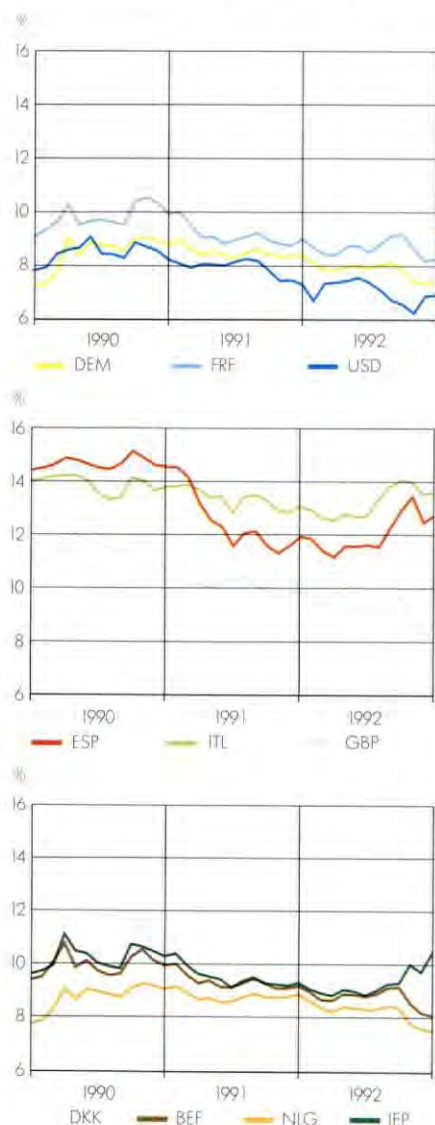
Na Comunidade Europeia, as taxas de juro mantiveram-se elevadas. As tensões observadas no seio do sistema monetário europeu, que reflectiam as dificuldades de diversos países, foram ampliadas com a rejeição do Tratado de Maastricht pela Dinamarca e provocaram grandes perturbações nos mercados financeiros. A convergência das taxas de juro a curto e a longo prazo verificada nos anos anteriores deu lugar a um aumento dos diferenciais das taxas de juro.

Neste contexto, vários países escandinavos puseram fim à ligação da respectiva moeda ao ecu. A Espanha e Portugal viram-se obrigados a desvalorizar as respectivas moedas, e o Reino Unido e a Itália suspenderam a sua participação no mecanismo de câmbio do sistema monetário europeu.

Prosseguindo a tendência observada no ano anterior, o volume de emissões obrigacionistas no mercado internacional e estrangeiro continuou a aumentar, e o montante total dos fundos obtidos através de emissões públicas de obrigações tradicionais e de obrigações com taxa variável registou um acréscimo de 12% em 1992, atingindo os 334 mil milhões de dólares.

Taxa de rendimento bruto das obrigações do Tesouro a 10 anos

Para facilitar a comparação, todos os rendimentos são expressos numa base anual.



O baixo nível das taxas de juro a curto prazo nos Estados Unidos e a perspectiva de um decréscimo a curto prazo das taxas de juro na Europa conduziram a um surto da emissão de obrigações com taxa variável, que representaram 13% das novas emissões. As turbulências no mercado cambial conduziram a um grande aumento de fundos angariados por parte de diversos países, preocupados em reconstituir as respectivas reservas cambiais.

A quota-parte das emissões de residentes da zona da OCDE aumentou sensivelmente, conquanto se tenha confirmado o regresso dos emitentes latino-americanos e de certos países da Europa oriental.

Prosseguindo a tendência que se vinha a verificar desde há anos, o papel da intermediação bancária internacional na obtenção de fundos voltou a reduzir-se, mas o montante total das operações bancárias internacionais estabilizou em 125 mil milhões de dólares. Este facto resulta da reticência da banca, confrontada com regras de solvabilidade mais severas, em aumentar os seus créditos internacionais, aliada às pretensões dos emitentes de obter condições de financiamento mais vantajosas.

A distribuição por moedas da actividade obrigacionista sofreu grandes mudanças em 1992. Na sequência da liberalização contínua de diversos mercados financeiros, as emissões em moedas anteriormente consideradas como periféricas, tais como o ecu, o franco francês, a lira italiana e a peseta espanhola, continuaram a aumentar significativamente na primeira metade do ano, mas subsequentemente, devido à crise

cambial, os emitentes voltaram-se para moedas mais tradicionais. Este regresso ao «núcleo duro» beneficiou sobretudo o dólar americano, o marco alemão e o franco suíço.

Durante todo o ano, o dólar americano confirmou a sua proeminência no mercado de emissões obrigacionistas internacionais. O total de fundos obtidos em dólares registou um acréscimo de 40% e a quota desta divisa, que anteriormente tendia a decrescer, representou cerca de 38% do total do mercado. O montante dos fundos angariados em ienes japoneses manteve-se estável, tendo esta moeda mantido a segunda posição, com uma quota do mercado de 12%.

A hierarquia das moedas europeias alterou-se profundamente. O ecu, cuja utilização tinha aumentado muito nos anos anteriores, registou um decréscimo de mais de 30% durante o ano, enquanto o marco alemão despertou mais interesse, e com um acréscimo de cerca de 70%, passou a ser a terceira moeda mais utilizada nas emissões internacionais, seguido do franco francês, da libra britânica e do franco suíço.

Em 1992, confirmou-se a tendência para emissões obrigacionistas de grande dimensão (como, por exemplo, as emissões a nível mundial), susceptíveis de beneficiar de uma maior liquidez nos mercados secundários, a qual, no entanto, foi travada em certos mercados europeus pela crise que sobreveio no segundo semestre.

OPERAÇÕES LANÇADAS NOS MERCADOS FINANCEIROS

Em 1992, na sequência de uma ligeira diminuição do desembolso de empréstimos, o Banco reduziu a **angariação de fundos nos mercados financeiros**, que se cifrou em 12 920 milhões, contra 13 671 milhões no ano anterior. Devido às dificuldades encontradas em certos mercados de capitais, especialmente no último trimestre de 1992, foram angariados substancialmente menos fundos nos mercados comunitários, facto que beneficiou as moedas não comunitárias.

Os fundos continuaram a ser angariados essencialmente a médio e a longo prazo (12 808 milhões, contra 12 538 milhões em 1991).

Para poder dispor de recursos adequados às suas necessidades, numa altura em que o acesso a certos mercados de capitais se revelava difícil, o Banco teve

de proceder a operações de *swap*; o montante dos **recursos obtidos** em 1992, tendo em conta os ajustamentos inerentes a este tipo de operação, ascendeu a 12 974 milhões, contra 13 672 milhões em 1991, o que representa um decréscimo de 5%.

Estes recursos foram principalmente obtidos a **taxa fixa** (8 886 milhões); a angariação a **taxa variável** continuou a aumentar, representando um terço do total (um quarto em 1991). Os fundos foram obtidos principalmente através de *swaps* de taxa fixa para taxa variável, e do lançamento de emissões com taxa variável; o recurso ao papel comercial (112 milhões) limitou-se à emissão de uma nova *tranche* em ITL.

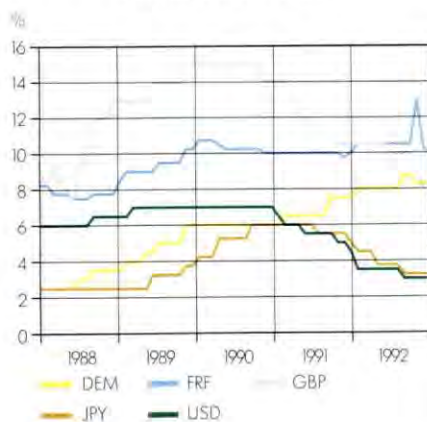
Os *swaps* de divisas e/ou de taxas de juro constituíram uma parte importante da actividade do Banco, tendo vários fins em vista: obter recursos em condições vantajosas, angariar moedas não disponíveis no mercado de capitais, oferecer emissões a taxa fixa a partir de empréstimos obrigacionistas com taxa variável ou vice-versa, e constituir uma cobertura de risco para a volatilidade das taxas, para os empréstimos obrigacionistas com taxa fixa. Estas operações de *swap* representaram um montante total de 3 671 milhões, mas tendo em conta as inversões de *swaps* efectuadas para fins de cobertura de risco, o seu montante efectivo ascendeu a 3 194 milhões.

Na origem da maior parte das operações de *swap* esteve a necessidade de divisas para o desembolso de empréstimos (2 781 milhões), tendo essas operações permitido dispor, em condições vantajosas, de moedas tais como o ECU, o DEM, a GBP, a ITL, a ESP e o USD. Após a alteração do regime fiscal italiano das euro-obrigações emitidas pelo

Estado ou por entidades equiparadas, incluindo o BEI, houve que aproveitar as oportunidades do mercado que permitissem baixar o custo de obtenção dos recursos. Num contexto marcado pela fragilização de um grande número de instituições financeiras, o BEI continuou a pautar-se por uma política rigorosa ao efectuar operações de *swap*, especialmente no que toca à escolha das instituições com quem concluía tais operações.

Face à extrema volatilidade das taxas a longo prazo prevalecente em 1992, e particularmente no último trimestre, o Banco utilizou sempre que possível os seus **instrumentos de cobertura de risco** habituais: o contrato de fixação diferida das taxas de juro e o *swap* de taxas de juro fixas para taxas de juro variáveis, com possibilidade de inversão. Estas operações, que foram utilizadas em diversas moedas (ECU, DEM, FRF, GBP, ITL, NLG, ESP, USD e JPY),

Taxas de juro oficiais das principais divisas



Evolução do dólar (1) e do iene (100) em relação ao ecu



Quadro 12: Recursos obtidos

(montantes em milhões de ecus)

	Antes swaps			Depois swaps	
	montante	q ₀	Swaps montante	montante	q ₀
1. OPERAÇÕES A MÉDIO E A LONGO PRAZO					
Empréstimos obtidos a taxa fixa	11 156,0	86,3	— 2 453,7	8 702,3	67,1
Comunidade	6 701,5	51,9	— 739,5	5 961,9	46,0
FRF	1 461,0	11,3	— 72,2	1 388,7	10,7
DEM	1 436,5	11,1	— 183,4	1 253,2	9,7
ECU	1 130,0	8,7	—	1 130,0	8,7
GBP	953,3	7,4	— 254,0	699,3	5,4
ITL	798,3	6,2	— 129,7	668,6	5,2
ESP	463,5	3,6	— 100,3	363,3	2,8
BEF	237,9	1,8	—	237,9	1,8
NLG	86,6	0,7	—	86,6	0,7
PTE	85,2	0,7	—	85,2	0,7
LUF	49,3	0,4	—	49,3	0,4
Países Terceiros	4 454,5	34,5	— 1 714,2	2 740,3	21,1
CHF	946,8	7,3	—	946,8	7,3
USD	1 233,6	9,5	— 309,6	924,0	7,1
JPY	1 228,3	9,5	— 358,9	869,4	6,7
CAD	716,9	5,5	— 716,9	—	—
AUD	194,7	1,5	— 194,7	—	—
SEK	134,2	1,0	— 134,2	—	—
Empréstimos obtidos a taxa variável	1 432,1	11,1	2 543,3	3 975,4	30,6
ECU	500,0	3,9	306,5	806,5	6,2
GBP	—	—	728,9	728,9	5,6
ITL	—	—	545,2	545,2	4,2
DEM	146,4	1,1	183,4	329,8	2,5
ESP	—	—	284,9	284,9	2,2
NLG	216,5	1,7	—	216,5	1,7
FRF	—	—	72,2	72,2	0,6
JPY	211,6	1,6	358,9	570,4	4,4
USD	357,7	2,8	63,4	421,1	3,2
Títulos a médio prazo em USD	219,8	1,7	— 35,8	184,0	1,4
TOTAL	12 807,8	99,1	53,8	12 861,7	99,1
2. OPERAÇÕES A CURTO PRAZO					
Papel comercial					
ITL	111,9	0,9	—	111,9	0,9
TOTAL (1+2)	12 919,7	100,0	53,8 (¹)	12 973,6	100,0

(¹) Ajustamentos de swap

Quadro 13: **Evolução dos recursos obtidos**

	(milhões de ecus)				
	1988	1989	1990	1991	1992
Operações a médio e a longo prazo (após swap)	7 413,6	8 764,9	9 804,3	12 539,7	12 861,7
Empréstimos obrigacionistas públicos	5 772,0	7 791,3	8 217,7	11 614,9	12 103,4
Empréstimos obrigacionistas privados	1 274,9	973,6	1 230,3	575,5	535,9
Operações interbancárias	311,2	—	—	—	—
Titulos a médio prazo	55,5	—	356,3	349,3	222,3
Operações a curto prazo	—	200,0	1 145,7	1 132,6	111,9
Papel comercial	—	200,0	1 145,7	1 132,6	111,9
Participação de terceiros no financiamento dos empréstimos	—	32,1	35,6	—	—
Total	7 666,1	9 034,5	10 995,6	13 672,3	12 973,6
<i>dos quais certificados de depósito</i>	<i>252,5</i>	<i>37,5</i>	<i>10,0</i>	<i>—</i>	<i>—</i>

permitiram cobrir, consoante as moedas, entre 50 e 100% do montante dos recursos destinados aos desembolsos de empréstimos a taxa fixa.

Graças à utilização destes instrumentos de cobertura de risco, o BEI pôde, para uma grande parte das divisas, dissociar em termos de tempo a angariação de fundos do desembolso de empréstimos; além disso, constituiu na sua tesouraria uma carteira de obrigações utilizável como fonte geradora de liquidez, disponibilizando fundos para o desembolso de empréstimos. Deste modo, durante todo o ano de 1992, o BEI pôde continuar a oferecer aos promotores de projectos a maioria das divisas que estes pretendiam.

A descida das taxas a longo prazo, nomeadamente do BEF, do USD e do JPY, levou o BEI a proceder a novos **reembolsos antecipados de empréstimos obrigacionistas**, fazendo uso de cláusulas estabelecidas nas condições de algumas das suas emissões. No total, angariou 1 107 milhões com esta finalidade,

emitindo títulos no âmbito de um programa de *Medium-Term Notes* em USD no mercado americano e lançando novas emissões.

* * *

A angariação em moedas comunitárias ascendeu a 9 058 milhões, tendo-se processado num contexto difícil, sobretudo para as moedas mais afectadas na crise cambial do segundo semestre.

Até à rejeição do Tratado de Maastricht pela Dinamarca, o **ecu** foi muito procurado pelos investidores, que estavam confiantes quanto à convergência das moedas europeias em relação a esta divisa. O Banco pôde colocar facilmente duas emissões de grande dimensão, uma de 500 milhões com taxa variável, e outra de 400 milhões com taxa fixa, além de duas colocações privadas no valor de 180 milhões reservadas a investidores italianos.

As oportunidades começaram subseqüentemente a escassear e, exceptuando uma emissão com taxa fixa de 300 milhões, aumentada seguidamente para 550 milhões, que foi lançada logo após o resultado positivo do referendo

irlandês sobre o Tratado de Maastricht, o grosso da angariação foi feito por meio de **swap** de divisas não comunitárias. Efectivamente, o BEI foi um dos raros emitentes capaz de assumir compromissos futuros em ecus durante este período. Apesar das crescentes dificuldades do mercado, o Banco manteve-se activo, continuando a emitir títulos a curto prazo por meio dos seus programas de papel comercial denominados em ecus. Em 1992, o ecu continuou a ser, pelo quarto ano consecutivo, a moeda mais angariada pelo BEI (1 937 milhões).

Beneficiando de um mercado activo e dinâmico durante todo o ano, o **marco alemão** voltou a assumir a segunda posição entre as moedas angariadas, com o montante de 1 583 milhões, que se concentrou sobretudo no segundo semestre. No primeiro semestre, o recurso ao mercado foi relativamente modesto, com duas emissões de 393 milhões; subseqüentemente, o relançamento dos desembolsos, numa altura em que o Bundesbank liberalizava o mercado internacional do marco ale-

mão, permitiu aumentar o número de emissões, tendo sido lançadas duas emissões de 1 000 milhões de DEM, cujo volume visava aumentar a liquidez do mercado e consequentemente, melhorar as condições de emissão do Banco no futuro. Uma fracção importante de uma destas emissões com taxa fixa foi objecto de *swap* para taxa variável.

Em **francos franceses**, foram angariados 1 461 milhões, por meio de cinco emissões, que se distribuíram regularmente pelo ano. O mercado mais solicitado foi o do eurofranco. De assinalar que o Banco foi a primeira instituição a reabrir este mercado depois dos ataques sofridos pelo franco no mercado cambial, no último trimestre. Além disso, prosseguiu a sua política de constituição de emissões *benchmark* que permitissem aumentar a liquidez do mercado, aumentando com novas *tranches* fungíveis a emissões já existentes. Em contrapartida, o BEI só interveio uma vez no mercado doméstico, com uma emissão de 2 000 milhões de FRF (289 milhões).

O total dos fundos angariados em **libras esterlinas** ascendeu a 1 428 milhões, sendo 953 milhões obtidos em quatro emissões no mercado da euro-libra, três das quais foram lançadas durante o primeiro semestre, beneficiando de um *spread* mais favorável entre a rentabilidade oferecida pelas obrigações do Banco e a da dívida pública britânica. Depois da saída da GBP do Sistema Monetário Europeu, a subsequente redução das taxas permitiu efectuar uma última emissão em eurolibras. Os restantes recursos em GBP foram obtidos através de *swaps* de dólares australianos e de dólares canadianos.

A angariação em **liras italianas** ascendeu a 1 326 milhões. Nos três primeiros trimestres, o BEI voltou-se sobretudo para o sector da eurolira, onde lançou duas emissões de grande dimensão (500 000 milhões de ITL cada uma), que totalizaram 647 milhões. A alteração do regime fiscal das euro-obrigações e as turbulências cambiais que se verificaram limitaram temporariamente a possibilidade de acesso a este mercado, mas o Banco regressou ao mesmo no final do ano com uma operação de dimensão mais reduzida. Além disso, aumentou o seu programa de papel comercial em liras. Os restantes recursos - 416 milhões - foram obtidos por meio de operações de *swap* de divisas a par-

tir de emissões em dólares americanos e canadianos, e por meio de uma colocação privada efectuada no início do ano no mercado da eurolira.

A angariação em **pesetas** foi travada pelas dificuldades encontradas pelo Banco no acesso ao mercado de capitais reservado a não residentes (mercado «Matador»). As actividades concentraram-se no primeiro trimestre, tendo sido angariados 648 milhões. 464 milhões foram obtidos através de três emissões, de montantes compreendidos entre 15 e 25 mil milhões de ESP. Posteriormente, o Banco recorreu a operações de *swap* de divisas para obter os recursos necessários em ESP, quer a partir do USD - através de euro-emissões ou de títulos a médio prazo - quer do dólar canadiano.

Nos países do Benelux, onde não se verificaram grandes alterações em relação ao ano anterior, foram obtidos 590 milhões. No mercado **holandês**, foram lançadas duas emissões (uma com taxa fixa e a outra com taxa variável), no montante total de 303 milhões. No mercado **belga**, o Banco apenas procedeu a uma emissão pública de um valor bastante elevado (238 milhões). No **Luxemburgo**, o BEI lançou uma emissão pública de 49 milhões, montante superior ao dos anos anteriores.

Em Portugal, conquanto não atingisse os níveis do ano anterior, o BEI manteve a sua presença no mercado das obrigações estrangeiras denominadas em **escudos** (mercado «Caravela»), lançando no segundo trimestre uma emissão com taxa fixa de 85 milhões (15 mil milhões de PTE). Subsequentemente,

DESEMBOLSOS E VALORES EM CURSO

Os desembolsos efectuados em 1992 no contexto dos empréstimos concedidos a partir de recursos próprios ascenderam a 14 798 milhões (14 384 milhões na Comunidade e 414 milhões no exterior desta).

O montante dos empréstimos por conta de recursos próprios e das garantias em curso passou de 72 713 milhões em 31 de Dezembro de 1991 para 84 273 milhões em 31 de Dezembro de 1992.

Os desembolsos efectuados em 1992 no âmbito dos financiamentos a cargo de recursos da Comunidade ou dos Estados-membros ascenderam a 100 milhões, dos quais 9 milhões para empréstimos no âmbito do NIC e 91 milhões para financiamentos nos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e em certos países da Bacia Mediterrânica. O montante em curso das operações da secção especial passou de 6 338 milhões em 1991 para 5 414 milhões em finais de 1992.

Quadro 14: Distribuição por divisas dos recursos obtidos

(milhões de ecus)

	ECU	DEM	FRF	GBP	ITL	ESP	NLG	BEF	PTE	LUF	USD	JPY	CHF	Total
1992														
montante	1 937	1 583	1 461	1 428	1 326	648	303	238	85	49	1 529	1 440	947	12 974
%	14,9	12,2	11,3	11,0	10,2	5,0	2,3	1,8	0,7	0,4	11,8	11,1	7,3	100,0
1991														
montante	2 500	1 198	1 378	1 837	1 466	813	369	166	250	24	2 262	627	782	13 672
%	18,3	8,8	10,1	13,4	10,7	5,9	2,7	1,2	1,8	0,2	16,5	4,6	5,7	100,0

também aqui, a crise cambial impediu o lançamento de mais emissões.

Em 1992, o **dólar americano** ocupou a terceira posição entre as divisas angariadas; uma parte importante dos 1 811 milhões obtidos foi utilizada para operações de *swap*, pelo que o montante utilizado para o desembolso de empréstimos concedidos e o reembolso antecipado de empréstimos contraídos ascendeu a 1 529 milhões. Durante o primeiro trimestre, a descida das taxas em dólares e a relativa estabilidade da cotação do dólar em relação às moedas europeias mantiveram os níveis da procura nesta divisa, tanto a taxa fixa como a taxa variável.

Foram lançadas duas emissões no mercado do eurodólar no total de 775 milhões, que ofereciam, tendo em conta os vencimentos inferiores a dez anos, melhores condições que o mercado doméstico (*Yankee bond market*). No final do ano, o dólar foi a moeda de apoio para as operações de *swap*, tanto no mercado internacional, como, conquanto em menor medida, no mercado americano. Uma emissão de 400 milhões de USD com taxa variável, mas com limites máximo e mínimo estabelecidos (emissão

com *collar*), foi utilizada para uma operação de *swap* para ecus a taxa variável, e em seguida, foi aumentada através de uma *tranche* de 100 milhões, que por sua vez se utilizou para uma outra operação de *swap* para libras italianas a taxa variável. O mesmo se passou com uma emissão de 120 milhões de USD, que serviu para uma operação de *swap* para pesetas a taxa variável. Para além disso, o BEI tirou partido das condições favoráveis oferecidas pelos mercados da coroa sueca e do dólar canadiano, para obter dólares americanos a taxa variável através de operações de *swap*.

No mercado do **iene**, relativamente activo e dinâmico, e que registou uma descida substancial das taxas, o BEI obteve 1 440 milhões, por meio de seis emissões lançadas no mercado do euro-iene. Estas repartiram-se por todo o ano, e os seus montantes foram relativamente elevados (entre 20 mil milhões e 60 mil milhões de ienes), sendo aumentadas, sempre que possível, por meio de *tranches* fungíveis, e permitindo a constituição de emissões de referência com uma liquidez comparável às emissões globais de grandes emitentes. Uma parte importante destas emissões destinou-se ao refinanciamento de empréstimos reembolsados antecipadamente.

O BEI aumentou acentuadamente a sua angariação de **francos suíços**, para

947 milhões, a fim de satisfazer a grande procura por parte dos investidores durante o segundo semestre do ano, altura em que as taxas fixas se revelaram atraentes. A quase totalidade dos fundos foi obtida através de quatro emissões públicas, com montantes nominais compreendidos entre 200 e 500 milhões de CHF, e de uma colocação privada no valor de 150 milhões de CHF.

A contribuição do mercado do **dólar canadiano** para a angariação de fundos foi significativa. Em três emissões internacionais, foram obtidos 717 milhões, que o Banco aproveitou para efectuar operações de *swap* para obter divisas comunitárias.

No mercado doméstico de capitais **australiano**, o BEI efectuou uma emissão de 195 milhões, integrada no programa de 350 milhões de AUD constituído em 1991. O produto desta angariação foi objecto de *swap* para libras esterlinas a taxa variável.

No início do ano, o Banco entrou pela primeira vez no mercado da **coroa sueca**, procedendo a uma emissão pública de 134 milhões, com *swap* para dólares US a taxa variável.

Resultados de gestão

Para possibilitar a comparação dos valores do exercício em apreço com os dos exercícios anteriores e facilitar a sua compreensão, optou-se, para efeitos de apresentação dos resultados de gestão, por extrair das diferentes rubricas da demonstração de resultados, os elementos que melhor reflectem a actividade do Banco.

Uma dotação de 150 milhões, proveniente da demonstração de resultados, foi aplicada para um fundo para riscos bancários gerais.

Tal como nos anos anteriores, em 1992, os fundos próprios continuaram a ser a principal fonte geradora de receitas do BEI. O montante dos juros e comissões recebidos no exercício, relativos a em-

préstimos concedidos, cifrou-se em 6 596 milhões (5 724 milhões em 1991), enquanto os juros e custos relativos a empréstimos obtidos ascenderam a 5 780 milhões (5 020 milhões em 1991). As comissões recebidas cifraram-se em 16 milhões, o mesmo montante de 1991.

Os rendimentos resultantes de juros e comissões sobre aplicações passaram de 496 milhões em 1991 para 548 milhões em 1992, em virtude do maior volume de capitais mobilizados.

O saldo entre os proveitos e os encargos financeiros foi positivo, cifrando-se em 1 milhão (36 milhões em 1991).

O resultado das actividades correntes do Banco, tendo em conta as diferenças cambiais e após imputação da amortização das despesas de emissão e dos prémios de reembolso (105 milhões), das despesas e gastos administrativos e das amortizações de edifícios, instalações e material, elevou-se a 1 175,3 milhões.

Após imputação do efeito originado pelas alterações de paridades relativamente ao ecu (—56,2 milhões), e da dotação de 150 milhões para o fundo para riscos bancários gerais, o resultado líquido do exercício cifrou-se em 969,1 milhões em 1992, contra 1 083 milhões em 1991.

O Conselho de Administração decidiu recomendar ao Conselho de Governadores a aplicação do resultado líquido do exercício, no montante de 969,1 milhões, para as reservas suplementares.

Em 31 de Dezembro de 1992, o total do balanço elevava-se a 84 667 milhões, contra 74 290 milhões na data homóloga de 1991, o que representa um acréscimo de mais de 14%.

ESTRUTURA DO BEI

ÓRGÃOS DE DECISÃO

(em 1 de Junho de 1993)

Conselho de Governadores:

Bertie AHERN presidiu ao Conselho de Governadores até à Sessão Anual de 9 de Junho de 1992, data em que, de acordo com o sistema de rotação anual, Guido CARLI, Governador pela Itália, lhe sucedeu na presidência.

Dado que Guido CARLI foi entretanto substituído por Piero BARUCCI na qualidade de Governador pela Itália, este último assumiu as funções de Presidente do Conselho de Governadores em 28 de Junho de 1992.

Conselho de Administração:

Desde a publicação do último Relatório Anual, Ariane OBOLENSKY e Manuel PINHO foram nomeados administradores em substituição, respectivamente, de Denis SAMUEL-LAJEUNESSE e Manuel E. FRANÇA E SILVA, que cessaram funções em Julho de 1992.

O Conselho de Administração agradece aos membros cessantes o valioso contributo dado ao Banco.

Comité Executivo:

O Conselho de Governadores nomeou Sir Brian UNWIN Presidente do Banco Europeu de Investimento a partir de 1 de Abril de 1993. O novo Presidente, que sucede a Ernst-Günther BRODER, em funções desde 1984, foi membro do Conselho de Administração do BEI de 1983 a 1985 e exercia o cargo de Presidente da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Indirectos britânica.

O Conselho de Governadores nomeou também para o cargo de Vice-Presidente, a partir de 1 de Abril de 1993, Wolfgang ROTH, economista e porta-voz para os assuntos de política económica do grupo social-democrata no Bundestag. O novo Vice-Presidente substitui Roger LAVELLE, que exercia funções desde 1989.

O Conselho de Governadores e o Conselho de Administração manifestaram o seu profundo reconhecimento a Ernst-Günther BRODER e a Roger LAVELLE, pelo inestimável contributo dado ao Banco, e o Conselho de Governadores conferiu-lhes o título de, respectivamente, Presidente honorário e Vice-Presidente honorário.

Comité de Fiscalização:

Na sessão anual, o Conselho de Governadores procedeu à recondução, para os exercícios de 1992, 1993 e 1994, do membro do Comité de Fiscalização que cessava funções, a saber, Albert

HANSEN. Em conformidade com o sistema usual de rotação, a presidência do Comité foi assumida por João PINTO RIBEIRO, até aprovação das contas do exercício de 1992 na Sessão Anual de 1993.

Em 1992, o Comité prosseguiu o seu trabalho habitual de verificação dos livros e das contas, contando para esse efeito com o apoio dos serviços de auditoria do Banco, em particular, dos peritos do serviço de auditoria interna e dos revisores externos (Price Waterhouse). No âmbito dos seus trabalhos, o Comité visitou projectos de investimento financiados em diversos países.

Em Dezembro de 1992, foi renovado o Acordo celebrado em 1989 entre a Comissão, o Tribunal de Contas e o Banco, que define os aspectos práticos do controlo das operações abrangidas pela garantia do orçamento comunitário e das operações administradas pelo Banco sob mandato da Comissão, conferido em nome das Comunidades Europeias.

GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Estrutura organizacional

O crescimento dos financiamentos na Alemanha, na Dinamarca e na Europa de Leste, bem como o maior papel desempenhado pela tecnologia informática na gestão, conduziram à criação de novos departamentos e consequentemente, a uma reestruturação dos serviços do Banco.

Pessoal

Desde a publicação do último relatório anual, verificaram-se as seguintes mudanças:

— *Direcção dos Financiamentos no Exterior da Comunidade*: Jacques SILVAIN, director, aposentou-se, sendo as suas responsabilidades confiadas a Thomas OURSIN, director do Departamento ACP1 que, por seu turno, foi substituído por Rex SPELLER, director do Departamento ACP2. Jean-Louis BIANCARELLI, chefe da Divisão França, Direcção 2 dos Financiamentos na Comunidade, foi nomeado director do Departamento ACP2, em substituição de Rex SPELLER;

— *Direcção dos Assuntos Gerais*: Joachim MÜLLER-BORLE, responsável pelo

Gabinete de Representação de Bruxelas, foi promovido a director de departamento.

Na sequência das mudanças verificadas na organização do Banco, foram feitas as seguintes nomeações:

— *Direcção dos Financiamentos no Exterior da Comunidade*: Terry BROWN, chefe de divisão da Unidade Europa de Leste, foi nomeado director do Departamento Europa de Leste;

— *Direcção 1 dos Financiamentos na Comunidade*: Fridolin WEBER-KREBS, chefe da Divisão Alemanha/Dinamarca do Departamento Alemanha/Dinamarca/Espanha, foi nomeado director do Departamento Alemanha/Dinamarca;

— *Direcção dos Assuntos Gerais*: Rémy JACOB, chefe da Divisão Administração do Pessoal do Departamento de Pessoal, foi nomeado director do Departamento Tecnologias de Informação.

Em 1992, o Banco foi enlutado com o falecimento prematuro de um membro do seu pessoal, Roland FOUSS.

Efectivos

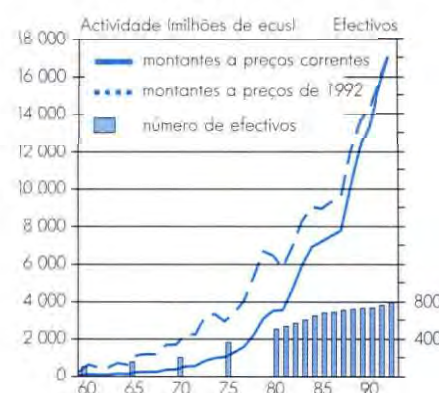
Em 31 de Dezembro de 1992, ascendia a 785 o número de efectivos do Banco, o que representa um acréscimo de 4,5% a relação a finais de 1991. Nos últimos cinco anos, o crescimento anual médio foi de 2,3%. A percentagem de quadros tem sido crescente, passando de 50% do pessoal em 1988, para 54% em 1992. O crescimento do pessoal concentrou-se nas direcções encarregadas da concessão e administração dos financiamentos,

e da angariação e gestão dos recursos.

Com efeito, nos últimos cinco anos, o aumento médio anual dos financiamentos foi de 14%, tendo como pano de fundo o alargamento da área geográfica de intervenção e a diversificação das políticas comunitárias.

	Efectivos	Quadros	Pessoal administrativo e auxiliar
1988	710	357	353
1989	718	366	352
1990	724	368	356
1991	751	400	351
1992	785	424	361

Evolução dos efectivos e da actividade global do Banco



Política de pessoal

Os aperfeiçoamentos introduzidos no sistema de remuneração e de promoção segundo o rendimento pessoal instaurado em 1988, que foram apreciados de uma forma aturada e construtiva pelos Representantes do Pessoal, permitem concluir que o mesmo já faz parte da «cultura» do Banco.

A formação dispensada em 1992 representou 5 900 dias, que correspondem a uma média de 7,5 dias ao ano por pessoa, tendo incidido sobretudo na actualização e adaptação dos conhecimentos técnicos, e nos métodos de gestão. Esta vertente dirigiu-se primordialmente ao nível de chefes de divisão. O número de dias de formação dedicado às línguas e à tecnologia informática representou dois terços do total e abrangeu todo o pessoal.

Ainda no domínio da formação, foram facultados meios adicionais, tanto em termos quantitativos, como qualitativos.

Desde 1992, o recrutamento de novos quadros tem-se processado numa perspectiva de concertação interdireccional, visando a selecção de indivíduos com um perfil pluridisciplinar, facto que reforça o potencial de adaptação dos recursos humanos às necessidades e me-

lhora a harmonia entre os diferentes serviços.

Representantes do Pessoal

O Colégio dos Representantes do Pessoal compõe-se de 11 pessoas (3 das quais são eleitas pelo conjunto do pessoal, e 8 pelas diferentes categorias do mesmo), e nos termos de uma convenção acordada com a administração, tem competência para examinar todas as questões relacionadas com o pessoal.

QUESTÕES DE ORDEM GERAL

Sede do Banco:

O Conselho Europeu de Edimburgo de 11 de Dezembro de 1992 e os representantes dos governos dos Estados-membros fixaram as sedes definitivas das instituições; assim, foi confirmada a localização da sede do BEI no Grão-Ducado do Luxemburgo.

Extensão do Edifício

Desde 1980, o BEI ocupa um edifício construído na zona do Kirchberg, no Luxemburgo. Dado que se prevêem maiores necessidades em espaço, foi decidido ampliar as instalações; as obras foram iniciadas em 1992, e prevê-se que estejam concluídas em finais de 1994.

Bolsas BEI

Desde 1978, o BEI tem concedido todos os anos três bolsas de estudo para a obtenção de pósgraduações no Instituto Universitário Europeu de Florença, as

quais visam incentivar a investigação no domínio dos assuntos europeus.

Os Institutos de Economia e de Estatísticas da Universidade de Copenhaga administram a bolsa de estudos «Erling Jørgensen», criada em 1990 em memória do antigo Vice-Presidente do BEI, e que visa apoiar a realização de um trabalho sobre aspectos políticos e económicos relacionados com a Comunidade.

Prémio BEI

O Prémio BEI, que ascende a 12 000 ecus e é atribuído de dois em dois anos, visa incentivar o estudo do investimento e do seu financiamento nas seus múltiplos aspectos, nas instituições universitárias dos Estados-membros da Comunidade. O próximo prémio será conferido em 1993.

* * *

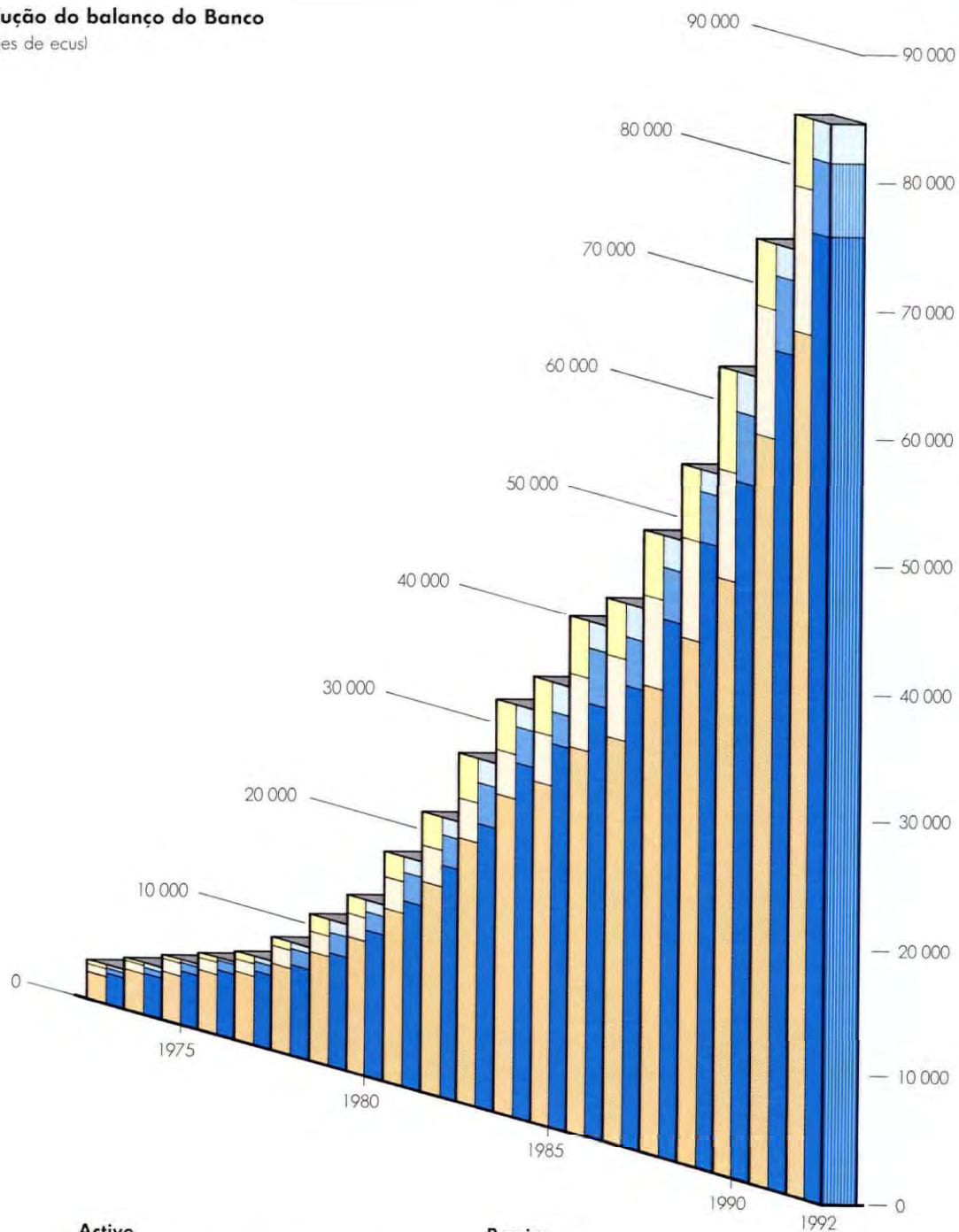
O Conselho de Administração felicita o pessoal do Banco pelo seu alto nível de competência e produtividade, e pelo rigor e qualidade do seu trabalho, exortando-o a prosseguir nesta via.

Luxemburgo, 23 de Março de 1993

O Presidente
do Conselho de Administração
Ernst-Günther Bröder

Evolução do balanço do Banco

(milhões de ecus)



Demonstrações financeiras

Tendo em conta a deterioração contínua do clima financeiro, o BEI entendeu ser prudente constituir a partir de 31 de Dezembro de 1992 um fundo para riscos bancários gerais, criado em conformidade com a directiva do Conselho das Comunidades Europeias de 8 de Dezembro de 1986, relativa às contas anuais e às contas consolidadas dos bancos e outros estabelecimentos financeiros (artigo 38º - ver nota A ponto 7 das demonstrações financeiras).

	Página
Balanço	68
Demonstração da Secção Especial	70
Demonstração de resultados	72
Anexos	73
Relatório dos auditores externos	82
Declaração do Comité de Fiscalização	83
 Actividade de Financiamento	
Lista dos financiamentos na Comunidade	84
Lista dos financiamentos no exterior da Comunidade	94
 Quadros estatísticos	
Montante dos contratos assinados	
Quadros A e B	97
Financiamentos na Comunidade	
Quadros C a L	98
Financiamentos no exterior da Comunidade	
Quadros M a Q	110
Recursos obtidos	
Quadros R a T	113
 Notas ao leitor	 115

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

Em ecus — ver notas explicativas às demonstrações financeiras

ACTIVO	31. 12. 1992	31. 12. 1991
1. Caixa e disponibilidades junto dos bancos centrais e dos serviços de cheques postais	31 894 470	72 139 050
2. Efeitos públicos admissíveis para refinanciamento junto dos bancos centrais (Nota B)	405 641 824	584 582 489
3. Créditos sobre instituições de crédito		
a) à vista	151 377 992	230 160 840
b) outros créditos (Nota C)	3 018 069 613	2 665 819 898
c) empréstimos: valor concedido ⁽¹⁾	32 467 485 044	27 715 581 211
menos parcela não desembolsada	<u>3 270 697 646</u>	<u>2 879 684 704</u>
	29 196 787 398	24 835 896 507
	32 366 235 003	27 731 877 245
4. Créditos sobre clientes		
empréstimos: valor concedido ⁽¹⁾	51 414 713 209	44 627 157 601
menos parcela não desembolsada	<u>4 898 512 139</u>	<u>3 748 624 562</u>
	46 516 201 070	40 878 533 039
5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo (Nota B)		
a) de emitentes públicos	1 152 736 286	898 111 571
b) de outros emitentes	<u>345 129 998</u>	<u>679 630 753</u>
	1 497 866 284	1 577 742 324
6. Acções e outros títulos de rendimento variável (Nota N)	36 000 000	18 000 000
7. Activos incorpóreos		
despesas de emissão e prémios de reembolso por amortizar	419 818 095	460 475 440
8. Activos corpóreos (Nota D)	40 698 530	37 626 019
9. Outros activos		
a) valores a receber dos Estados-membros para ajustamento do capital (Nota E)	2 136 945	624 797
b) a receber a título de bonificações de juro desembolsadas antecipadamente no âmbito do SME (Nota F)	99 511 291	117 734 891
c) devedores diversos (Nota G)	<u>335 190 352</u>	<u>71 604 290</u>
	436 838 588	189 963 978
10. Capital subscrito, exigido, mas não realizado ⁽³⁾	664 437 500	828 875 000
11. Contas de regularização	2 251 050 800	1 910 879 819
	<u>84 666 682 164</u>	<u>74 290 694 403</u>

MAPAS RESUMO EM ANEXO:

⁽¹⁾ Empréstimos e garantias, pág. 74

⁽²⁾ Dívidas representadas por títulos, pág. 77

⁽³⁾ Subscrições de capital, pág. 77

1. Débitos para com instituições de crédito

a) à vista	7 455 422	—	
b) a prazo ou com pré-aviso (Nota O)	<u>158 445 225</u>	<u>219 714 068</u>	
		165 900 647	219 714 068

2. Débitos representados por títulos ⁽²⁾

a) certificados e obrigações em circulação	63 286 462 026	53 488 145 602	
b) outros	<u>4 497 057 937</u>	<u>5 404 480 400</u>	
		67 783 519 963	58 892 626 002

3. Outros passivos

a) valores a pagar aos Estados-membros para ajustamento do capital (Nota E)	5 105 351	3 806 371	
b) bonificações de juros recebidas antecipadamente (Nota F)	365 462 195	403 964 798	
c) credores diversos (Nota G)	978 957 238	938 116 893	
d) diversos (Nota G)	<u>20 961 011</u>	<u>40 176 489</u>	
		1 370 485 795	1 386 064 551

4. Contas de regularização

3 005 306 473 2 597 808 716

5. Provisões para riscos e encargos

fundo de pensões (Nota H)	182 523 862	154 641 051	
-------------------------------------	-------------	-------------	--

6. Fundo para riscos bancários gerais

(Nota I)	150 000 000	—	
--------------------	-------------	---	--

7. Capital ⁽³⁾

subscrito	57 600 000 000	57 600 000 000	
não exigido	— <u>53 279 061 724</u>	— <u>53 279 061 724</u>	
		4 320 938 276	4 320 938 276

8. Reservas (Nota M)

a) fundo de reserva	5 760 000 000	5 635 440 641	
b) reservas suplementares	<u>958 901 739</u>	—	
		6 718 901 739	5 635 440 641

9. Resultado do exercício

969 105 409 1 083 461 098
84 666 682 164 74 290 694 403

RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

31. 12. 1992

31. 12. 1991

Garantias ⁽¹⁾

— no âmbito de empréstimos concedidos por terceiros	287 465 625	244 804 996	
— no âmbito da participação de terceiros nos financiamentos do Banco	<u>103 834 432</u>	<u>125 765 279</u>	
		391 300 057	370 570 275

Depósitos especiais para o serviço de empréstimos obtidos (Nota Q)

4 120 218 348 2 114 215 479

Contratos de swap (Nota R)

— de divisas	267 800 000	186 400 000	
— de juros	<u>70 600 000</u>	<u>45 700 000</u>	
		338 400 000	232 100 000

Carteira de títulos

— compras a prazo	17 031 792	93 966 821	
— vendas a prazo (Nota S)	<u>988 449 545</u>	<u>153 881 997</u>	

DEMONSTRAÇÃO DA SECÇÃO ESPECIAL (1) EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

Em ecus — ver notas explicativas às demonstrações financeiras

ACTIVO

31. 12. 1992

31. 12. 1991

Países da Comunidade

Por conta de recursos da Comunidade Europeia da Energia Atómica

Financiamentos concedidos:

— valores desembolsados (2)	1 336 307 924	1 558 849 764
---------------------------------------	---------------	---------------

Por conta de recursos da Comunidade Económica Europeia (Novo Instrumento Comunitário - NIC)

Financiamentos concedidos:

— valores a desembolsar	61 033 724	94 926 971
— valores desembolsados	2 384 923 215	3 128 791 824
Total (3)	2 445 956 939	3 223 718 795

Turquia

Por conta de recursos dos Estados-membros

Financiamentos concedidos:

— valores a desembolsar	17 178 562	18 592 626
— valores desembolsados	194 280 016	207 981 236
Total (4)	211 458 578	226 573 862

Países da Bacia Mediterrânica

Por conta de recursos da Comunidade Económica Europeia

Financiamentos concedidos:

— valores a desembolsar	1 852 441	6 550 804
— valores desembolsados	283 769 730	285 772 856
	285 622 171	292 323 660

Operações com capitais de risco:

— valores a desembolsar	20 756 760	23 099 707
— valores desembolsados	31 419 766	22 723 114
	52 176 526	45 822 821
Total (5)	337 798 697	338 146 481

Países de África, das Caraíbas e do Pacífico, e Países e Territórios Ultramarinos

A cargo de recursos da Comunidade Económica Europeia

Convenções de Yaoundé (I e II)

Financiamentos (valores desembolsados)	71 727 475	73 181 999
Contribuições para a formação de capitais de risco:		
— valores desembolsados	1 274 779	1 222 427
Total (6)	73 002 254	74 404 426

Convenções de Lomé (I, II, III e IV)

Operações com capitais de risco:

— valores a desembolsar	378 700 860	338 669 590
— valores desembolsados	630 529 654	577 235 317
Total (7)	1 009 230 514	915 904 907
Total geral	5 413 754 906	6 337 598 235

Nota:

Total dos valores desembolsados por reembolsar, referentes a créditos concedidos com condições especiais pela Comissão e relativamente aos quais o Banco aceitou um mandato de cobrança da CEE:

a) no âmbito das Convenções de Lomé I, II e III: em 31. 12. 1992: 1 250 415 521; em 31. 12. 1991: 1 107 352 302

b) no âmbito dos protocolos celebrados com os países da Bacia Mediterrânica: em 31. 12. 1992: 137 166 091; em 31. 12. 1991: 133 502 076

(1) A Secção Especial foi instituída pelo Conselho de Governadores em 27 de Maio de 1963; o seu objectivo, redefinido pela decisão de 4 de Agosto de 1977, consiste no registo das operações que o Banco efectua sob mandato e por conta de terceiros.

zembro de 1985, até à concorrência de um montante total de três mil milhões, para o financiamento de centrais nucleares nos países da Comunidade, sob mandato e por conta e risco da Comunidade Europeia da Energia Atómica: 2 773 167 139

A adicionar: ajustamentos cambiais + 170 447 417

A deduzir: reembolsos — 1 607 306 632
1 336 307 924

(2) Montante inicial dos contratos celebrados no âmbito das decisões do Conselho das Comunidades Europeias nº 77/271/EURATOM de 29 de Março de 1977, nº 82/170/EURATOM de 15 de Março de 1982 e nº 85/537/EURATOM de 5 de De-

Fundos em gestão fiduciária*Sob mandato das Comunidades Europeias*

Comunidade Europeia da Energia Atómica	1 336 307 924	1 558 849 764
Comunidade Económica Europeia:		
— Novo Instrumento Comunitário	2 384 923 215	3 128 791 824
— Protocolos financeiros com os países da Bacia Mediterrânica	315 189 496	308 495 970
— Convenções de Yaoundé (I e II)	73 002 254	74 404 426
— Convenções de Lomé (I, II, III e IV)	630 529 654	577 235 317
	4 739 952 543	5 647 777 301
<i>Sob mandato dos Estados-membros</i>	194 280 016	207 981 236
Total	4 934 232 559	5 855 758 537

Fundos a desembolsar

Financiamentos no quadro do Novo Instrumento Comunitário	61 033 724	94 926 971
Créditos à Turquia, protocolo complementar	17 178 562	18 592 626
Financiamentos e operações com capitais de risco nos países da Bacia Mediterrânica	22 609 201	29 650 511
Operações com capitais de risco, Convenções de Lomé (I, II, III e IV)	378 700 860	338 669 590
Total	479 522 347	481 839 698
Total geral	5 413 754 906	6 337 598 235

(3) Montante inicial dos contratos celebrados no âmbito das decisões do Conselho das Comunidades Europeias nº 78/870/CEE de 16 de Outubro de 1978 (Novo Instrumento Comunitário), nº 82/169/CEE de 15 de Março de 1982, nº 83/200/CEE de 19 de Abril de 1983 e nº 87/182/CEE de 9 de Março de 1987, visando a promoção de investimentos na Comunidade e bem assim nº 81/19/CEE de 20 de Janeiro de 1981, visando a reconstrução das regiões da Grécia afectadas pelos terramotos em Fevereiro/Março de 1981, sob mandato e por conta e risco da Comunidade Económica Europeia: 6 399 144 856

A adicionar: ajustamentos cambiais + 55 434 709

A deduzir: anulações 187 976 280

reembolsos 3 820 646 346 — 4 008 622 626

2 445 956 939

(4) Montante inicial dos contratos celebrados para o financiamento de projectos na Turquia, sob mandato e por conta e risco dos Estados-membros: 417 215 000

A adicionar: ajustamentos cambiais + 6 111 825

A deduzir: anulações 215 000

reembolsos 211 653 247 — 211 868 247

211 458 578

(5) Montante inicial dos contratos celebrados para o financiamento de projectos nos países do Magrebe e do Machereque, assim como em Malta, Chipre, Turquia e Grécia (10 000 000 concedidos antes da adesão deste país à CEE, em 1 de Janeiro de 1981), sob mandato e por conta e risco da Comunidade Económica Europeia: 364 209 000

A deduzir: anulações 6 939 157

reembolsos 19 263 804

ajustamentos cambiais 207 342 — 26 410 303

337 798 697

(6) Montante inicial dos contratos celebrados para o financiamento de projectos nos Estados Africanos, Malgaxe e Maurício Associados e nos Países, Territórios e Departamentos Ultramarinos (EAMMA-PTDU), sob mandato e por conta e risco da Comunidade Económica Europeia:

— empréstimos com condições especiais 139 483 056

— contribuições para a formação de capitais de risco 2 502 615 141 985 671

A adicionar:

— juros capitalizados 1 178 272

— ajustamentos cambiais 9 803 543 + 10 981 815

A deduzir:

— anulações 1 573 610

— reembolsos 78 391 622 — 79 965 232

73 002 254

(7) Montante inicial dos contratos celebrados para o financiamento de projectos nos países de África, das Caraíbas e do Pacífico, assim como nos Países e Territórios Ultramarinos (ACP/PTU) sob mandato e por conta e risco da Comunidade Económica Europeia:

— empréstimos condicionais e subordinados 1 177 157 000

— tomadas de participação 16 516 855 1 193 673 855

A adicionar:

— juros capitalizados + 1 602 927

A deduzir:

— anulações 89 161 580

— reembolsos 90 281 688

— ajustamentos cambiais 6 603 000 — 186 046 268

1 009 230 514

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

Em ecus — ver notas explicativas às demonstrações financeiras

	31. 12. 1992	31. 12. 1991
1. Juros e proveitos equiparados (Nota J)	7 163 685 217	6 221 537 252
2. Juros e custos equiparados	— 5 793 738 694	— 5 031 397 497
3. Comissões recebidas (Nota K)	15 938 655	16 119 506
4. Comissões pagas	— 5 692 086	— 4 749 467
5. Resultados de operações financeiras	14 016 664	60 450 325
6. Outros proveitos de exploração	179 582	198 627
7. Gastos gerais administrativos: (Nota L)	— 106 510 146	— 94 242 745
a) custos com o pessoal	87 903 715	77 291 920
b) outros gastos administrativos	18 606 431	16 950 825
8. Correções de valor em relação a:	— 112 607 794	— 108 934 203
a) despesas de emissão e prémios de reembolso	104 563 489	102 017 382
b) edifícios e aquisições de instalações, equipamento básico e outro material (Nota D)	8 044 305	6 916 821
9. Dotações para o fundo para riscos bancários gerais	— 150 000 000	—
10. Resultado da actividade corrente	1 025 271 398	1 058 981 798
11. Menos-valia/mais-valia líquida resultante da reavaliação dos activos do Banco não sujeitos ao ajustamento previsto no artigo 7º dos Estatutos (Nota A §1)	— 56 165 989	+ 24 479 300
12. Resultado do exercício (Nota M)	<u>969 105 409</u>	<u>1 083 461 098</u>

MAPA DE FLUXOS DE TESOURARIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

Em ecus — ver notas explicativas às demonstrações financeiras

31. 12. 1992

31. 12. 1991

A. Fundos originados pelas actividades de exploração

Resultado do exercício	969 105 409	1 083 461 098
Ajustamentos que permitem conciliar o resultado do exercício com a variação líquida de fundos decorrente das actividades de exploração:		
— dotações para o fundo para riscos bancários gerais . . .	150 000 000	—
— amortizações	112 607 794	108 934 203
— aumento dos juros e comissões a pagar e dos juros recebidos antecipadamente	407 497 757	556 993 037
— aumento dos juros e comissões a receber	— 340 170 981	— 336 519 115
Variação líquida de fundos (1)	1 299 039 979	1 412 869 223

B. Fundos originados pelas operações de investimento

Empréstimos concedidos

Desembolsos líquidos	— 15 103 250 505	— 15 328 918 805
Reembolsos	5 516 839 187	4 458 128 303
Ajustamentos cambiais	— 412 147 604	— 181 873 299

Carteira de títulos

Vendas	8 881 456 190	8 485 021 935
Compras	— 8 958 055 844	— 8 803 597 199
Variação líquida da provisão para depreciação	— 1 611 195	— 42 937 806
Ajustamentos cambiais	— 1 942 217	— 1 060 794

Outros

Variação líquida das rubricas terrenos, edifícios e instalações .	— 11 116 816	— 10 015 641
Outras variações de activos	1 273 596	18 750 026

Variação líquida de fundos (2)	— 10 088 555 208	— 11 406 503 280
---	-------------------------	-------------------------

C. Fundos originados pelas operações de financiamento

Débitos representados por títulos

Empréstimos contraídos a médio e a longo prazo:

Proveitos de emissões	12 328 159 206	12 811 209 268
Reembolsos	— 4 572 976 770	— 3 407 203 063
Ajustamentos cambiais	935 037 438	174 262 763
Aumento líquido das despesas de emissão e dos prémios de reembolso	— 63 906 144	— 91 602 216
Variação líquida dos swaps de divisas	— 269 390 967	— 75 999 674

Empréstimos contraídos a curto prazo:

Variação líquida	— 278 996 224	1 128 062 736
----------------------------	---------------	---------------

Outros passivos

Capital realizado pelos Estados-membros	164 437 500	164 437 500
Variação líquida das dívidas para com instituições de crédito .	— 53 813 421	— 513 468 026
Variação de outras rubricas do passivo	33 546 816	— 36 009 677

Variação líquida de fundos (3)	8 222 097 434	10 153 689 611
---	----------------------	-----------------------

Mapa resumo da variação de fundos

Disponibilidades no início do exercício	3 541 953 019	3 381 897 465
Variação líquida de fundos originada por:		
(1) actividades de exploração	1 299 039 979	1 412 869 223
(2) operações de investimento	— 10 088 555 208	— 11 406 503 280
(3) operações de financiamento	8 222 097 434	10 153 689 611
Total das variações líquidas de fundos	— 567 417 795	160 055 554
Disponibilidades no final do exercício	2 974 535 224	3 541 953 019

Análise das disponibilidades

Caixa e disponibilidades junto dos bancos centrais e dos serviços de cheques postais	31 894 470	72 139 050
Títulos cujo vencimento ocorre num período inferior a três meses após emissão	409 886 657	730 856 428
Créditos sobre instituições de crédito:		
— contas à vista	151 377 992	230 160 840
— contas de depósito a prazo	2 381 376 105	2 508 796 701
	2 974 535 224	3 541 953 019

MAPA RESUMO DE EMPRÉSTIMOS E GARANTIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

Em ecus — ver notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Total dos empréstimos concedidos (*)

Montante total histórico dos empréstimos concedidos, calculado com base nas paridades em vigor na data de assinatura dos contratos	120 034 957 627
A adicionar:	
ajustamentos cambiais	+ 1 049 156 891
	121 084 114 518

(*) Os empréstimos concedidos incluem, além dos valores desembolsados, os valores a desembolsar:

A deduzir:	
rescisões e anulações	1 459 378 438
reembolsos de capital	35 638 703 395
participação de terceiros	103 834 432
	— 37 201 916 265
Total dos empréstimos concedidos . . .	83 882 198 253

2. Limite estatutário para a concessão de empréstimos e garantias

Nos termos do nº 5 do artigo 18º dos Estatutos, a responsabilidade total decorrente dos empréstimos e garantias concedidos pelo Banco não deve exceder 250 % do capital subscrito.

Tendo em conta o capital actual, este limite é de 144 000 milhões, ascendendo o total dos empréstimos e garantias concedidos a 84 273 498 310, decomposto como segue:

— total dos empréstimos concedidos .	83 882 198 253
— total das garantias concedidas (rubricas extrapatrimoniais):	
no âmbito de empréstimos concedidos por terceiros	287 465 625
no âmbito de participações de terceiros nos financiamentos do Banco	103 834 432
	391 300 057
Total dos empréstimos e garantias concedidos	84 273 498 310

Empréstimos concedidos

a instituições de crédito intermediárias	directamento ao beneficiário final	Total
--	------------------------------------	-------

3. Análise do total dos empréstimos concedidos

Valores desembolsados	29 196 787 398	46 516 201 070	75 712 988 468
Parcela não desembolsada	3 270 697 646	4 898 512 139	8 169 209 785
Total dos empréstimos concedidos	32 467 485 044	51 414 713 209	83 882 198 253

4. Decomposição dos valores não desembolsados por tipo de taxa de juro

a uma taxa de juro e num conjunto de divisas fixo, determinados no contrato de financiamento	58 701 369	102 746 458	161 447 827
a uma taxa de juro fixa, determinada no contrato de financiamento, podendo o Banco seleccionar as divisas a desembolsar	391 603 500	955 925 473	1 347 528 973
a uma taxa de juro aberta, podendo o Banco seleccionar as taxas de juro e o conjunto de divisas a desembolsar	2 684 726 491	3 006 105 291	5 690 831 782
a uma taxa de juro variável	37 825 566	375 272 624	413 098 190
a uma taxa de juro revisível	97 840 720	458 462 293	556 303 013
Parcela não desembolsada	3 270 697 646	4 898 512 139	8 169 209 785

5. Escalonamento do reembolso dos empréstimos já desembolsados

Período a decorrer até à data de vencimento final

até três meses	466 475 188	634 078 998	1 100 554 186
mais de três meses a um ano	2 566 193 317	3 322 783 661	5 888 976 978
mais de um ano a cinco anos	14 872 839 341	18 863 553 624	33 736 392 965
mais de cinco anos	11 291 279 552	23 695 784 787	34 987 064 339
Empréstimos já desembolsados	29 196 787 398	46 516 201 070	75 712 988 468

6. Decomposição dos empréstimos já desembolsados em função da divisa de reembolso

divisas dos Estados-membros e ecu	24 133 142 657	34 314 938 447	58 448 081 104
outras divisas	5 063 644 741	12 201 262 623	17 264 907 364
Total dos empréstimos já desembolsados	29 196 787 398	46 516 201 070	75 712 988 468

7. Distribuição dos empréstimos segundo a localização dos projectos

Localização dos projectos	Número	Total dos empréstimos concedidos	Parcela não desembolsada	Valores já desembolsados	% do total
7.1 Empréstimos para investimentos na Comunidade e outros equiparados (*)					
Alemanha	264	6 144 258 263	10 168 235	6 134 090 028	7,32
França	413	10 698 687 653	1 346 917 713	9 351 769 940	12,75
Itália	2 159	24 994 189 607	1 085 763 838	23 908 425 769	29,80
Reino Unido	370	9 670 708 002	1 345 666 903	8 325 041 099	11,53
Espanha	233	10 428 360 336	529 959 105	9 898 401 231	12,43
Bélgica	44	1 019 287 351	198 185 324	821 102 027	1,22
Países Baixos	37	1 308 709 703	130 803 391	1 177 906 312	1,56
Dinamarca	193	3 915 694 551	—	3 915 694 551	4,67
Grécia	197	2 521 150 327	283 478 465	2 237 671 862	3,01
Portugal	210	5 051 884 983	1 046 676 958	4 005 208 025	6,02
Irlanda	220	2 657 735 176	70 577 280	2 587 157 896	3,17
Luxemburgo	7	109 535 548	—	109 535 548	0,13
Outros equiparados (*)	26	945 876 828	16 516 641	929 360 187	1,13
Total	4 373	79 466 078 328	6 064 713 853	73 401 364 475	94,74

7.2 Empréstimos para investimentos no exterior da Comunidade

7.2.1 Países da Bacia Mediterrânica

Ex-Jugoslávia	20	630 071 265	195 235 000	434 836 265	
Egipto	19	396 335 357	184 099 000	212 236 357	
Argélia	13	355 081 336	219 094 000	135 987 336	
Marrocos	13	334 491 610	151 000 000	183 491 610	
Tunísia	25	261 692 917	109 153 000	152 539 917	
Jordânia	22	106 963 730	40 663 500	66 300 230	
Síria	5	73 577 023	20 400 000	53 177 023	
Chipre	5	47 602 431	8 571 500	39 030 931	
Malta	3	39 661 491	—	39 661 491	
Turquia	7	30 574 193	—	30 574 193	
Libano	3	6 437 848	—	6 437 848	
Sub-total	135	2 282 489 201	928 216 000	1 354 273 201	2,72

7.2.2 Países da Europa Central e Oriental

Hungria	7	307 344 698	250 900 000	56 444 698	
Polónia	6	295 260 482	207 055 140	88 205 342	
Bulgária	2	115 000 000	115 000 000	—	
Ex-R.F. Checa e Eslovaca	1	85 000 000	85 000 000	—	
Roménia	1	25 101 667	23 000 000	2 101 667	
Sub-total	17	827 706 847	680 955 140	146 751 707	0,99

7.2.3 Países ACP/PTU

Nigéria	8	310 939 955	205 109 458	105 830 497	
Zimbábue	11	125 668 656	64 203 442	61 465 214	
Costa do Marfim	14	118 064 716	24 373 452	93 691 264	
Quênia	12	116 109 827	23 069 300	93 040 527	
Trinidade e Tobago	5	68 565 821	40 711 290	27 854 531	
Camarões	8	65 411 445	—	65 411 445	
Ilhas Fiji	10	49 952 677	11 952 228	38 000 449	
Jamaica	6	46 776 401	25 458 765	21 317 636	
Papúasia-Nova Guiné	6	41 164 281	2 880 000	38 284 281	
Gana	4	40 822 703	20 000 000	20 822 703	
Botsuana	9	34 809 977	2 500 000	32 309 977	
Ilha Maurícia	7	30 233 493	2 000 000	28 233 493	
Senegal	4	24 245 027	10 588 547	13 656 480	
Mauritânia	2	21 926 078	12 500 000	9 426 078	
Guiné	2	18 577 603	12 000 000	6 577 603	
Antilhas Neerlandesas	5	17 506 131	7 480 000	10 026 131	
Gabão	3	15 917 804	—	15 917 804	
Baamas	2	15 651 819	—	15 651 819	
Regional — África	1	14 000 000	14 000 000	—	
Malawi	6	11 771 639	70 310	11 701 329	
Barbados	5	11 002 133	4 121 000	6 881 133	
Zaire	1	10 686 603	—	10 686 603	
Polinésia Francesa	3	10 046 000	—	10 046 000	
Zâmbia	1	9 720 309	—	9 720 309	
Suazilândia	4	9 416 481	1 345 320	8 071 161	
Congo	3	7 534 841	—	7 534 841	
Ilhas Caimão	3	6 204 189	1 225 709	4 978 480	
África Oriental	1	6 140 189	—	6 140 189	
Santa Lúcia	2	5 995 931	—	5 995 931	
Niger	2	4 792 113	—	4 792 113	
Nova Caledónia	1	4 358 883	—	4 358 883	
África Ocidental	2	4 258 272	—	4 258 272	
África Central	1	3 704 423	1 580 000	2 124 423	
Aruba	2	3 300 000	3 300 000	—	
Ilhas Virgens Britânicas	1	3 150 513	1 106 971	2 043 542	
São Vicente	1	2 975 787	—	2 975 787	
Togo	1	2 929 676	—	2 929 676	
Malvinas	1	2 500 000	2 500 000	—	
Tonga	1	2 010 089	1 109 000	901 089	
Belize	2	1 941 867	—	1 941 867	
Burkina Faso	1	1 700 124	—	1 700 124	
Seychelles	1	1 680 261	140 000	1 540 261	
Libéria	2	1 265 123	—	1 265 123	
Montserrat	1	494 017	—	494 017	
Sub-total	168	1 305 923 877	495 324 792	810 599 085	1,55
Total	320	4 416 119 925	2 104 495 932	2 311 623 993	5,26
Total Geral	4 693	83 882 198 253	8 169 209 785	75 712 988 468	100,00

(*) Os empréstimos efectuados nos termos do nº 1, parágrafo 2, do artigo 18º dos Estatutos, referentes a projectos que, embora se situem fora do território dos Estados-membros, são considerados de interesse para a Comunidade, são equiparados a empréstimos na Comunidade.

8. Decomposição dos empréstimos por principais tipos de garantia obtida (a)

8.1 Empréstimos para investimentos na Comunidade e outros equiparados (b)

Empréstimos concedidos aos Estados-membros ou por estes garantidos	38 523 141 110 (c-d)	
Empréstimos concedidos a instituições públicas de Estados-membros ou por estas garantidos	3 768 353 875	
Empréstimos concedidos a instituições financeiras (bancos, instituições de crédito de longo prazo e companhias de seguros) ou por estas garantidos	24 665 603 247	(c)
Empréstimos garantidos por empresas (que não instituições financeiras) sob controlo maioritário de Estados-membros ou de instituições públicas na Comunidade	2 063 951 069	(c)
Empréstimos garantidos por caução real sobre edifícios	258 131 580	
Empréstimos garantidos por empresas (que não bancos) do sector privado	8 483 380 037	
Empréstimos garantidos por caução real sobre outros bens activos; outras cauções	1 703 517 410	
Sub-total	79 466 078 328	

8.2 Créditos para investimentos no exterior da Comunidade

8.2.1 África, Caraíbas e Pacífico — Países e Territórios Ultramarinos

Empréstimos concedidos aos Estados ACP signatários dos acordos de cooperação, ou por estes garantidos:

Primeira Convenção de Lomé	48 542 584
Segunda Convenção de Lomé	257 243 160
Terceira Convenção de Lomé	591 585 875
Quarta Convenção de Lomé	298 366 851
	<u>1 195 738 470</u>

Empréstimos garantidos por outras entidades:

Primeira Convenção de Lomé	4 358 883
Segunda Convenção de Lomé	18 610 788
Terceira Convenção de Lomé	37 585 365
Quarta Convenção de Lomé	49 630 371
	<u>110 185 407</u>
Total ACP/PTU	1 305 923 877 (e)

8.2.2 Países terceiros da Bacia Mediterrânica beneficiários da cooperação financeira com a CEE

Protocolos financeiros

Empréstimos concedidos aos países signatários destes protocolos, ou por estes garantidos ou contragarantidos	2 185 489 201
--	---------------

Cooperação «horizontal»

Empréstimos concedidos aos países beneficiários desta cooperação ou por estes garantidos	97 000 000
--	------------

Total Mediterrâneo	2 282 489 201 (c)
------------------------------	-------------------

8.2.3 Países terceiros da Europa Central e Oriental (PECO)

Empréstimos concedidos aos países signatários dos acordos de cooperação financeira ou por estes garantidos	827 706 847 (f)
--	-----------------

Sub-total	4 416 119 925
-----------	---------------

Total dos empréstimos concedidos	83 882 198 253
--	----------------

(a) Certos empréstimos estão cobertos por vários tipos de garantia ou de caução.

(b) Os empréstimos efectuados nos termos do nº 1, parágrafo 2, do artigo 18º dos Estatutos, referentes a projectos que embora se situem fora do território dos Estados-membros, são considerados de interesse para a Comunidade, são equiparados a empréstimos na Comunidade.

(c) O montante da caução global concedida pela CEE ascendia a 3 734 088 393 ecus em 31 de Dezembro de 1992, em comparação com 3 312 030 500 ecus em 31 de Dezembro de 1991. Esta caução destina-se a cobrir todos os riscos decorrentes de compromissos financeiros nos países da Bacia Mediterrânica e ainda, compromissos financeiros assumidos na Grécia, em Espanha e em Portugal, relativos a empréstimos outorgados antes da adesão destes países à CEE, cujo valor concedido atingia 639 746 532 ecus em 31 de Dezembro de 1992.

(d) O total dos empréstimos garantidos pela CEE elevava-se a 5 466 091 em 31 de Dezembro de 1992.

(e) Os montantes da caução concedida pelos Estados-membros para cobertura de todos os riscos emergentes dos compromissos financeiros assumidos no contexto das convenções de Lomé elevam-se, respectivamente a:

- Primeira Convenção: 52 901 467 ecus
- Segunda Convenção: 275 853 948 ecus
- Terceira Convenção: 485 895 800 ecus
- Quarta Convenção: 261 000 000 ecus.

(f) Os empréstimos concedidos em países da Europa Central e Oriental (PECO) beneficiam de garantia total da CEE.

MAPA RESUMO DAS DÍVIDAS REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

Em ecus — ver notas explicativas às demonstrações financeiras

Pagáveis em	Empréstimos obtidos					Swap de divisas			Valor líquido	
	Valor em dívida em 31. 12. 1991	Valor em dívida em 31. 12. 1992	Taxa média	Vencimento		Valores a pagar (+) Valores a receber (—)		Taxa média	Valor em dívida em 31. 12. 1991	Valor em dívida em 31. 12. 1992
						31. 12. 1991	31. 12. 1992			
ECU	9 269 862 502	10 472 732 820	9,32	1993/2004		458 276 406 +	764 789 816 +	9,47	9 728 138 908	11 237 522 636
DEM	8 532 030 479	10 169 218 655	7,35	1993/2016		92 875 074 —	91 301 902 —	9,61	8 439 155 405	10 077 916 753
FRF	5 447 796 673	6 784 552 734	9,59	1993/2003		439 264 031 +	458 076 212 +	9,00	5 887 060 704	7 242 628 946
GBP	5 894 383 771	5 833 303 742	9,75	1993/2011		492 936 210 +	858 754 762 +	10,99	6 387 319 981	6 692 058 504
ITL	4 698 392 243	4 657 631 981	11,96	1993/2004		—	366 461 156 +	16,04	4 698 392 243	5 024 093 137
BEF	2 067 759 261	2 170 817 394	8,86	1993/2002		—	—	—	2 067 759 261	2 170 817 394
NLG	4 019 196 018	4 018 749 894	7,86	1993/2009		—	—	—	4 019 196 018	4 018 749 894
DKK	72 892 824	76 305 746	11,34	1994/1997		—	—	—	72 892 824	76 305 746
IEP	97 868 809	100 920 801	9,30	1993/1996		—	—	—	97 868 809	100 920 801
LUF	420 116 001	431 449 535	8,13	1993/1998		—	—	—	420 116 001	431 449 535
ESP	2 218 295 956	2 416 632 768	11,93	1993/2002		76 577 105 +	255 957 163 +	13,99	2 294 873 061	2 672 589 931
PTE	486 419 177	576 620 162	13,46	1993/1999		—	—	—	486 419 177	576 620 162
USD	6 921 392 523	8 709 946 587	8,05	1993/2008		284 630 120 —	642 952 964 —	6,62	6 636 762 403	8 066 993 623
CHF	3 234 382 135	3 901 960 784	6,06	1993/2004		320 857 380 +	330 786 639 +	7,37	3 555 239 515	4 232 747 423
JPY	4 721 994 760	5 599 232 093	5,65	1993/2008		692 334 780 —	767 906 792 —	6,33	4 029 659 980	4 831 325 301
ATS	76 795 264	79 951 738	6,86	1995/1996		—	—	—	76 795 264	79 951 738
CAD	479 113 736	1 232 397 805	9,04	1995/2002		479 113 736 —	1 232 397 805 —	9,04	—	—
AUD	226 828 093	426 252 614	9,08	1999/2001		226 828 093 —	426 252 614 —	9,08	—	—
SEK	—	116 973 293	10,00	1999/1999		—	116 973 293 —	10,00	—	—

Total 58 885 520 225 67 775 651 146

Prémio de reembolso 7 105 777 7 868 817

Total 58 892 626 002 67 783 519 963

Indicam-se no quadro a seguir os montantes totais de capital necessários para o reembolso dos empréstimos obtidos.

	Certificados e obrigações	Outros	Total
Vencimentos: até três meses	3 742 220 121	184 102 387	3 926 322 508
mais de três meses a um ano	3 316 997 269	424 409 602	3 741 406 871
mais de um ano a cinco anos	24 107 092 702	1 922 812 195	26 029 904 897
mais de cinco anos	32 120 151 934	1 965 733 753	34 085 885 687
Total	63 286 462 026	4 497 057 937	67 783 519 963

MAPA RESUMO DAS SUBSCRIÇÕES DE CAPITAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

Em ecus — ver notas explicativas às demonstrações financeiras

Estados-membros	Capital subscrito ⁽¹⁾	Capital não exigido ⁽²⁾	Capital realizado e a realizar		
			realizado em 31. 12. 1992	a realizar ⁽³⁾	Total
Alemanha	11 017 450 000	10 189 970 950	702 357 400	125 121 650	827 479 050
França	11 017 450 000	10 189 970 950	702 357 400	125 121 650	827 479 050
Itália	11 017 450 000	10 189 970 950	694 482 400	132 996 650	827 479 050
Reino Unido	11 017 450 000	10 189 970 950	702 357 400	125 121 650	827 479 050
Espanha	4 049 856 000	3 747 237 310	255 902 090	46 716 600	302 618 690
Bélgica	3 053 960 000	2 825 758 011	192 973 420	35 228 569	228 201 989
Países Baixos	3 053 960 000	2 825 758 011	192 973 420	35 228 569	228 201 989
Dinamarca	1 546 308 000	1 430 762 746	97 708 016	17 837 238	115 545 254
Grécia	828 380 000	766 479 995	52 344 331	9 555 674	61 900 005
Portugal	533 844 000	493 953 399	33 732 514	6 158 087	39 890 601
Irlanda	386 576 000	357 689 755	24 426 952	4 459 293	28 886 245
Luxemburgo	77 316 000	71 538 697	4 885 433	891 870	5 777 303
Total	57 600 000 000	53 279 061 724	3 656 500 776	664 437 500	4 320 938 276

⁽¹⁾ Por decisão do Conselho de Governadores de 11 de Junho de 1990 e com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1991, o capital subscrito do Banco foi elevado de 28 800 000 000 ecus para 57 600 000 000 ecus, em resultado da conversão em capital subscrito e realizado de um montante de 1 225 000 000 ecus transferido da conta de reservas suplementares, e do aumento das contribuições dos Estados-membros em 27 575 000 000 ecus, a realizar até à concorrência de 1,81323663 %.

⁽²⁾ O Conselho de Administração pode exigir o pagamento do montante que eventualmente venha a ser necessário para fazer face às obrigações do Banco perante os seus mutuantes.

⁽³⁾ No âmbito do aumento aprovado em 11 de Junho de 1990, os Estados-membros deverão pagar em ecus ou na respectiva moeda nacional, um total de 500 000 000 ecus, em dez semestralidades iguais, a primeira, em 30 de Abril de 1994 e a última em 31 de Outubro de 1998. No que se refere à parcela ainda por realizar a título do aumento de capital aprovado em 11 de Junho de 1985, os Estados-membros pagarão o montante global de 164 437 500 ecus em quatro semestralidades iguais de 82 218 750 ecus, a primeira, em 30 de Abril de 1993 e a última, em 31 de Outubro de 1993.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 1992 — em ecus

Nota A — Principais princípios contabilísticos

1. Bases de conversão

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º dos Estatutos, o Banco adopta o ecu utilizado pelas Comunidades Europeias como unidade de medida para as contas de capital dos Estados-membros e para a apresentação das suas demonstrações financeiras.

O valor do ecu é igual à soma dos seguintes montantes das moedas nacionais dos Estados-membros:

DEM	0,6242	NLG	0,2198	IEP	0,008552
GBP	0,08784	BEF	3,301	GRD	1,440
FRF	1,332	LUF	0,13	ESP	6,885
ITL	151,8	DKK	0,1976	PTE	1,393

As taxas de conversão entre as divisas dos Estados-membros e o ecu, determinadas com base nas taxas do mercado, são publicadas diariamente no Jornal Oficial das Comunidades Europeias.

O Banco emprega também estas taxas de conversão para calcular as taxas aplicáveis às restantes divisas utilizadas nas suas operações.

As operações do Banco são efectuadas nas moedas dos Estados-membros, em ecus e em divisas não comunitárias.

Os seus recursos provêm do seu capital, dos empréstimos que contrai e dos rendimentos líquidos acumulados nas diferentes moedas, sendo detidos, investidos ou emprestados nas mesmas moedas.

Na elaboração dos balanços de 31 de Dezembro de 1992 e de 31 de Dezembro de 1991, foram utilizadas as seguintes taxas de conversão:

1 ECU =	31. 12. 1992	31. 12. 1991
Marco alemão	1,95560	2,03553
Franco francês	6,66782	6,95338
Libra esterlina	0,798221	0,716117
Lira italiana	1 787,42	1 542,40
Peseta espanhola	138,648	129,668
Franco belga	40,1777	41,9308
Florim holandês	2,19669	2,29352
Coroa dinamarquesa	7,57479	7,92945
Dracma grega	260,198	235,065
Escudo português	177,760	179,886
Libra irlandesa	0,743157	0,766332
Franco luxemburguês	40,1777	41,9308
Dólar americano	1,21090	1,34093
Franco suíço	1,76307	1,81763
Libra libanesa	2 225,10	1 179,35
Iene japonês	151,060	167,549
Xelim austríaco	13,7583	14,3238
Dólar canadiano	1,53603	1,55078
Dólar australiano	1,75952	1,76345
Franco CFA	333,391	347,669
Coroa sueca	8,54896	7,45020

Os activos e passivos do Banco são convertidos em ecus. Os ganhos ou perdas resultantes dessa conversão afectam directamente o apuramento dos resultados do exercício.

Os montantes correspondentes à quota-parte de capital paga pelos Estados-membros na respectiva moeda nacional, os quais são objecto de reajustamento periódico, nos termos do artigo 7.º dos Estatutos, estão excluídos desta conversão.

2. Efeitos públicos e outros efeitos admissíveis para refinanciamento junto dos bancos centrais e obrigações e outros títulos de rendimento fixo.

As obrigações do tesouro nacionais, os certificados de caixa e outras obrigações são geralmente avaliados pelo seu valor de

aquisição, ou pelo mais baixo de entre os valores nominal e de mercado, quando inferiores ao valor de aquisição.

3. Créditos sobre instituições de crédito e sobre clientes

Os empréstimos estão apresentados no activo do Banco pelo respectivo valor líquido de desembolso.

4. Activos corpóreos

Os terrenos e edifícios estão apresentados pelo respectivo valor de aquisição, líquido da amortização inicial do edifício de Luxemburgo/Kirchberg e das amortizações acumuladas. A amortização dos edifícios de Luxemburgo/Kirchberg e de Lisboa é apurada pelo método das quotas constantes ao longo de um período de, respectivamente, 30 e 25 anos. As instalações, o equipamento básico e outro material são integralmente amortizados no ano de aquisição.

5. Activos incorpóreos

As despesas de emissão e os prémios de reembolso são amortizados ao longo da vida do empréstimo, por referência aos montantes de capital em dívida.

6. Fundo de pensões

O Banco constituiu um fundo de pensões para o seu pessoal. As contribuições do BEI e do pessoal, determinadas em função de estudos actuariais desenvolvidos de três em três anos, estão investidas nos activos do Banco.

7. Fundo para riscos bancários gerais

Esta rubrica abrange os montantes que o Banco decide afectar à cobertura dos riscos inerentes aos seus financiamentos, tendo em conta que estes, que constituem a sua principal actividade, implicam riscos particulares.

A dotação para esta provisão está inscrita individualmente na demonstração de resultados, na rubrica «Dotações para o fundo para riscos bancários gerais».

8. Impostos

O Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades das Comunidades Europeias, anexo ao Tratado de 8 de Abril de 1965 que instituiu o Conselho Único e a Comissão Única das Comunidades Europeias, estipula que os bens, receitas e outros haveres do Banco estão isentos de quaisquer impostos directos.

9. Operações de swap de taxas de juro e de divisas

O BEI realiza operações de swap de divisas, destinadas a converter em moeda diferente da original o produto de um empréstimo obtido, e a fim de obter as verbas necessárias ao serviço do empréstimo na moeda de origem, efectua simultaneamente operações de conversão a prazo. O BEI efectua também operações de swap de taxas de juro, destinadas a substituir uma obrigação a taxa fixa por uma obrigação a taxa variável denominada na mesma moeda, ou vice-versa.

10. Operações sobre instrumentos financeiros a prazo

São exclusivamente utilizadas pelo Banco para efeitos de cobertura do risco, em caso de flutuação do valor da sua carteira de obrigações; as operações realizadas nos mercados regulamentados que se encontrem pendentes à data do fecho de contas, são reavaliadas segundo o valor de cotação nessa data. Nesta conformidade, por derrogação à consistência do princípio contabilístico adoptado pelo Banco para a avaliação da sua carteira, as obrigações cobertas por tais operações são apresentadas ao seu valor de cotação. Os ganhos e perdas resultantes das operações de cobertura afectam directamente o apuramento de resultados, de maneira simétrica aos ganhos e perdas resultantes da parte coberta da carteira.

Nota B —

	Efeitos públicos admissíveis para refinanciamento junto dos bancos centrais		Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	
	31. 12. 1992	31. 12. 1991	31. 12. 1992	31. 12. 1991
O escalonamento por prazos de vencimento é o seguinte:				
até três meses	148 218 957	236 915 780	322 649 209	569 800 898
mais de três meses a um ano	34 073 840	21 410 451	44 610 696	89 106 784
mais de um ano a cinco anos	91 400 962	157 929 945	428 136 416	434 967 418
mais de cinco anos	<u>131 948 065</u>	<u>168 326 313</u>	<u>702 469 963</u>	<u>483 867 224</u>
	<u>405 641 824</u>	<u>584 582 489</u>	<u>1 497 866 284</u>	<u>1 577 742 324</u>
Valor de cotação	407 698 152	585 923 611	1 503 459 499	1 582 717 137

Nota C — Créditos sobre instituições de crédito (outros créditos)

	31. 12. 1992	31. 12. 1991	Depósitos a prazo	
Produto de empréstimos obtidos por receber			O escalonamento por prazos de vencimento é o seguinte:	
O escalonamento por prazos de vencimento é o seguinte:				
até três meses	636 693 508	—	até três meses	2 358 547 158 2 462 953 465
mais de três meses a um ano	—	157 023 197	mais de três meses a um ano	20 084 538 45 835 572
	<u>636 693 508</u>	<u>157 023 197</u>	mais de um ano a cinco anos	2 744 409 7 664
				<u>2 381 376 105 2 508 796 701</u>
				<u>3 018 069 613 2 665 819 898</u>

Nota D — Activos corpóreos

	Terrenos	Edifício Luxemburgo/ /Kirchberg	Edifício Lisboa	Instalações equipamento básico e outro material	Total
Valor de aquisição líquido no início do ano	3 265 713	34 095 800	264 506	—	37 626 019
Aquisições do exercício	12 030	4 741 481	—	6 363 305	11 116 816
Amortizações do exercício	—	1 667 000	14 000	6 363 305	8 044 305
Valor líquido contabilístico 1992	<u>3 277 743</u>	<u>37 170 281</u>	<u>250 506</u>	<u>—</u>	<u>40 698 530</u>

Nota E — Valores a receber ou a pagar a Estados-membros para ajustamento do capital

A aplicação das taxas de conversão indicadas na Nota A conduz ao ajustamento dos montantes pagos na respectiva moeda nacional pelos Estados-membros, como contribuição para o capital do Banco, nos termos do artigo 7º dos Estatutos.

Os montantes a receber ou a pagar pelo Banco são os seguintes:

	31. 12. 1992	31. 12. 1991
A receber:		
Itália	1 954 065	—
Espanha	40 386	246 687
Grécia	142 494	353 467
Irlanda	—	24 643
	<u>2 136 945</u>	<u>624 797</u>

A pagar:

Alemanha	3 577 177	2 382 092
Itália	—	248 682
Bélgica	200 206	479 124
Países Baixos	<u>1 327 968</u>	<u>696 473</u>
	<u>5 105 351</u>	<u>3 806 371</u>

Nos termos da decisão do Conselho de Governadores de 30 de Dezembro de 1977, sempre que a diferença entre a taxa de conversão histórica e a taxa de conversão aplicada na determinação do ajustamento varie num intervalo superior a 1,5 %, a quantia a pagar ou a receber pelo Banco será liquidada no dia 31 de Outubro de cada ano: Caso essa diferença varie num intervalo inferior a 1,5 %, os montantes a ajustar serão transferidos para as contas de ajustamento, as quais não são remuneradas.

Nota F — Bonificações de juro recebidas antecipadamente

a) Uma parcela dos montantes recebidos no âmbito do SME foi disponibilizada como adiantamento concedido a longo prazo. Este valor tem a sua contrapartida no activo, na rubrica 9 b) «A receber a título de bonificações de juro desembolsadas antecipadamente no âmbito do SME».

b) «As bonificações de juro recebidas antecipadamente» (rubrica 3 b)) no passivo abrangem:

— os montantes das bonificações de juro relativos aos empréstimos concedidos para o financiamento de projectos no exterior da Comunidade, no contexto das convenções celebradas com os Estados ACP e dos protocolos acordados com os países da Bacia Mediterrânica, e bem assim, as bonificações de juro relativas a certas operações de crédito no seio da Co-

munidade financiadas com recursos próprios do Banco, disponibilizados no âmbito do Sistema Monetário Europeu (SME) em conformidade com o Regulamento (CEE) n.º 1736/79 do Conselho das Comunidades Europeias, de 3 de Agosto de 1979;

— os montantes recebidos a título de bonificações de juro relativos a empréstimos concedidos a partir de recursos da CEE, no quadro das decisões do Conselho das Comunidades Europeias n.º 78/870 de 16 de Outubro de 1978 (Novo Instrumento Comunitário), n.º 82/169 de 15 de Março de 1982 e n.º 83/200 de 19 de Abril de 1983, e bem assim nos termos do Regulamento (CEE) n.º 1736/79 do Conselho das Comunidades Europeias de 3 de Agosto de 1979, alterado pelo Regulamento (CEE) n.º 2790/82 do mesmo Conselho, de 18 de Outubro de 1982.

Nota G — Contas diversas

Devedores diversos:	31. 12. 1992	31. 12. 1991
empréstimos para habitação e adiantamentos ao pessoal	50 463 021	44 546 767
outros	36 579 125	27 057 523
operações de swap de divisas	248 148 206	—
	<u>335 190 352</u>	<u>71 604 290</u>

Credores diversos:
contas da Comunidade Económica Europeia:

— operações no âmbito da Secção Especial e outros saldos relacionados, por regularizar	822 991 570	839 854 889
— contas de depósito . . .	39 710 979	47 845 230
outros	116 254 689	50 416 774
	<u>978 957 238</u>	<u>938 116 893</u>

Diversos no passivo:		
operações de swap de divisas	—	21 242 761
outras	20 961 011	18 933 728
	<u>20 961 011</u>	<u>40 176 489</u>

Nota H — Provisões para riscos e encargos (fundo de pensões)

O montante do fundo de pensões em 31 de Dezembro de 1992, de 182 523 862 (31 de Dezembro de 1991: 154 641 051), reflecte o resultado da avaliação actuarial dos benefícios acumulados nos termos do regulamento do fundo, acrescido das contribuições do Banco e do pessoal e do rendimento gerado pelo próprio fundo, e deduzido dos levantamentos efectuados

após essa avaliação actuarial.

Os encargos do Banco relativamente ao fundo de pensões, incluindo o crédito de juros, totalizaram 23 404 194 no exercício de 1992, em comparação com 20 017 142 no exercício de 1991.

Nota I — Fundo para riscos bancários gerais

O Banco aplicou 150 000 000 na cobertura dos riscos inerentes aos seus financiamentos, tendo em conta que estes, que

constituem a sua principal actividade, implicam riscos particulares.

Nota J — Distribuição geográfica dos juros e proveitos equiparados (rubrica 1 da demonstração de resultados):

	31. 12. 1992	31. 12. 1991
Alemanha	438 348 590	321 408 613
França	897 409 282	787 678 692
Itália	2 198 269 677	2 055 497 115
Reino Unido	771 545 603	709 486 003
Espanha	813 459 957	601 140 524
Bélgica	67 386 141	53 799 131
Países Baixos	96 035 319	72 977 048
Dinamarca	316 380 498	250 678 477
Grécia	190 273 755	182 251 984
Portugal	347 553 686	269 646 273
Irlanda	218 179 799	209 047 431
Luxemburgo	10 454 173	4 093 500
	<u>6 365 296 480</u>	<u>5 517 704 791</u>

Outros países	230 501 349	206 130 793
	<u>6 595 797 829</u>	<u>5 723 835 584</u>

Outros proveitos ⁽¹⁾	567 887 388	497 701 668
	<u>7 163 685 217</u>	<u>6 221 537 252</u>

(¹) Incluem:

Juros e comissões sobre aplicações	548 291 013	496 349 619
--	-------------	-------------

Outros proveitos da carteira de títulos	19 596 375	1 352 049
	<u>567 887 388</u>	<u>497 701 668</u>

Nota K — **Distribuição geográfica das comissões recebidas** (rubrica 3 da demonstração de resultados)

	31. 12. 1992	31. 12. 1991			
Alemanha	38 020	40 658	Grécia	234 237	261 161
França	952 553	1 173 341	Portugal	26 684	30 558
Itália	1 481 044	1 958 110	Irlanda	291 258	323 471
Reino Unido	276 547	304 017	Luxemburgo	—	—
Espanha	90 163	115 836		3 878 684	4 760 530
Bélgica	58 833	109 772			
Países Baixos	3 070	2 334	Instituições comunitárias .	12 059 971	11 358 976
Dinamarca	426 275	441 272		15 938 655	16 119 506

Nota L — **Gastos gerais administrativos**

	31. 12. 1992	31. 12. 1991			
Custos com o pessoal:			Outros gastos administra-		
Remunerações e subsídios	67 785 427	59 523 784	tivos	18 606 431	16 950 825
Encargos sociais	13 796 015	12 098 999		106 510 146	94 242 745
Outros custos	6 322 273	5 669 137			
	87 903 715	77 291 920	Em 31 de Dezembro de 1992, ascendia a 785 o número de fun-		
			cionários ao serviço do Banco (751 em 31 de Dezembro de		
			1991).		

Nota M — **Reservas e aplicação do resultado líquido do exercício**

Em 9 de Junho de 1992, o Conselho de Governadores decidiu transferir o resultado líquido do exercício, no montante de 1 083 461 098, como segue:

— 124 559 359 para o fundo de reserva, que atinge assim 10 % do capital subscrito;

— o saldo de 958 901 739 para as reservas suplementares.

Demonstração do movimento das contas de reservas em 31 de Dezembro de 1992

	Situação em 31. 12. 1991	Aplicação do resultado líquido do exercício de 1991	Situação em 31. 12. 1992
Fundo de reserva	5 635 440 641	+ 124 559 359	5 760 000 000
Reservas suplementares	—	+ 958 901 739	958 901 739
	5 635 440 641	+ 1 083 461 098	6 718 901 739

O Comité Executivo decidiu propor ao Conselho de Administração que recomendasse ao Conselho de Governadores a transferência do resultado do exercício de 1992, após dotação

de 150 milhões de ecus para o fundo para riscos bancários gerais, ou seja, do montante de 969 105 409, para as reservas suplementares.

Nota N — **Ações e outros títulos de rendimento variável**

Esta rubrica, no montante de 36 000 000, representa as duas primeiras das cinco anualidades iguais (90 000 000 no total) a

pagar pelo Banco a título de subscrição (300 000 000) no capital do BERD.

Nota O — **Débitos para com instituições de crédito (a prazo ou com pré-aviso)**

	31. 12. 1992	31. 12. 1991
O escalonamento por prazos de vencimento é o seguinte:		
— até três meses	5 039 621	72 332 305
— mais de três meses a um ano	153 405 604	—
— mais de um ano a cinco anos	—	147 381 763
	158 445 225	219 714 068

Activos		Passivos	
31. 12. 1992	31. 12. 1991	31. 12. 1992	31. 12. 1991
69 307 984 493	60 191 097 962	61 803 259 174	53 442 907 785

Nota Q — **Depósitos especiais para o serviço de empréstimos obtidos**

Esta rubrica é constituída pelos títulos e obrigações vencidos, mas ainda pendentes de cobrança.

Nota R — **O cálculo do risco associado às transacções no âmbito de contratos de swap a prazo** é efectuado nos termos da directiva do Conselho 89/647/CEE de 18 de Dezembro

de 1989, relativa ao coeficiente de solvabilidade das instituições de crédito.

Nota S — **Extracto das operações a prazo ainda não liquidadas em 31 de Dezembro de 1992**

O montante de 988 449 545 inclui o valor de 869 991 291, que representa os contratos que o Banco transaccionou no MATIF (4 000 contratos em ecus e 3 599 em FRF) e no LIFFE

(800 contratos em DEM e 1 562 em GBP) para cobertura da carteira de títulos em ECU, FRF, DEM e GBP contra flutuações nas taxas de juro.

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Ao Presidente do
Banco Europeu de Investimento
Luxemburgo

Examinámos as demonstrações financeiras do Banco Europeu de Investimento em 31 de Dezembro de 1992 e de 1991, que acompanham este relatório. Os nossos exames foram realizados de acordo com os padrões internacionais de auditoria.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas, que foram elaboradas em conformidade com princípios contabilísticos internacionais, aplicados de forma consistente, apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira do Banco Europeu de Investimento em 31 de Dezembro de 1992 e de 1991, os resultados das suas operações e as alterações na situação financeira nos anos então findos. Os princípios contabilísticos de maior significado na preparação das demonstrações financeiras são descritos na Nota A das notas explicativas.

Os mapas financeiros abrangidos pela nossa opinião são os seguintes:

- Balanço
- Demonstração da Secção Especial
- Demonstração de resultados
- Mapa de fluxos de tesouraria
- Mapa resumo de empréstimos e garantias
- Mapa resumo de dívidas representadas por títulos
- Mapa resumo das subscrições de capital
- Notas explicativas às demonstrações financeiras

Luxemburgo, 5 de Fevereiro de 1993

PRICE WATERHOUSE

COMITÉ DE FISCALIZAÇÃO

O Comité de Fiscalização do Banco compõe-se de três membros, nomeados pelo Conselho de Governadores por um período de três anos. Todos os anos, um dos membros é reconduzido nas suas funções ou é substituído. A presidência é exercida por um ano, pelo membro cujo mandato cessa durante o exercício. O Comité verifica que as operações do Banco foram realizadas na observância dos procedimentos prescritos pelos Estatutos, controla a regularidade das operações e dos livros e certifica-se de que as demonstrações financeiras reflectem exactamente, no que respeita ao activo e ao passivo, a situação do Banco.

Para realizar esta tarefa, o Comité de Fiscalização baseia-se no trabalho contínuo da Divisão de Auditoria Interna do Banco e de uma empresa internacional de auditoria, bem como nas actividades de controlo dos serviços do Banco.

O Comité de Fiscalização dá o seu parecer ao Conselho de Governadores que, antes de aprovar o Relatório Anual e as contas do final do exercício, ouve a seguinte declaração:

Declaração do Comité de Fiscalização

O Comité, constituído nos termos do artigo 14º dos Estatutos e do artigo 25º do Regulamento Interno do Banco Europeu de Investimento, para verificar a regularidade das suas operações e dos seus livros,

- após verificação dos livros, peças contabilísticas e documentos cujo exame entendeu ser necessário no exercício das suas funções,
- após leitura do relatório elaborado pela Price Waterhouse em 5 de Fevereiro de 1993,

considerando o Relatório Anual de 1992, o balanço do Banco e a situação da Secção Especial em 31 de Dezembro de 1992, assim como a demonstração de resultados relativa ao exercício findo nessa data, na redacção aprovada pelo Conselho de Administração na sessão de 23 de Março de 1993,

considerando os artigos 22º, 23º e 24º do Regulamento Interno,

certifica pela presente:

que as operações do Banco no decurso do exercício de 1992 foram realizadas em conformidade com as formalidades e os preceitos estipulados pelos Estatutos e pelo Regulamento Interno,

que o balanço, a demonstração de resultados e a situação da Secção Especial estão conformes com os registos contabilísticos e reflectem exactamente, no que respeita ao activo e ao passivo, a situação do Banco.

Luxemburgo, 4 de Maio de 1993

O Comité de Fiscalização

J. PINTO RIBEIRO

C. THANOPOULOS

A. HANSEN

LISTA DOS PROJECTOS FINANCIADOS NA COMUNIDADE EM 1992 (1)

O montante total dos empréstimos para projectos na Comunidade ascendeu a 16 140 milhões. Estas operações são financiadas a cargo de recursos próprios, assumindo o Banco a respectiva responsabilidade financeira, e são registadas no balanço.

O BEI conclui empréstimos globais com um número crescente de instituições financeiras e de bancos comerciais, com os quais trabalha em estreita colaboração. Alguns dos empréstimos individuais também são concedidos por intermédio de instituições ou de bancos (que são mencionados no início da lista referente a cada país).

Indicam-se à direita os símbolos correspondentes aos objectivos de política comunitária visados pelos empréstimos individuais. Salvo indicação específica em contrário, os empréstimos globais têm um carácter multisectorial e multi-objectivo (ver caixa página 26).

Os referidos símbolos são os seguintes:

- desenvolvimento regional
- competitividade das empresas e integração europeia
- infra-estruturas comunitárias
- ◆ objectivos energéticos
- ◀ protecção do ambiente e ordenamento urbano

	milhões de ecus
BÉLGICA (16 466,7 milhões de francos belgas)	396,6
<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(131,3)</u>
Intermediários: <i>Société Nationale de Crédit à l'Industrie, Banque Indosuez Belgique S.A.</i>	
Tratamento e acondicionamento de resíduos sólidos nucleares em Dessel, próximo de Antuérpia <i>ONDRAF - Organisation Nationale des Déchets Radioactifs et matières fissiles enrichies</i> 500,0 milhões de BEF	11,9 ■◆◀
Terminal em Zeebrugge para a recepção de gás natural norueguês e gasoduto até Blaregnies (fronteira francesa) <i>Distrigaz S.A.</i> 3 000,0 milhões de BEF	71,5 ◆
Centro nacional de controlo do tráfego aéreo <i>Régie des Voies Aériennes/Regie der Luchtweegen</i> 930,0 milhões de BEF	22,9 ●
Construção da sede do organismo encarregado da segurança do tráfego aéreo na Europa <i>Eurocontrol</i> 630,6 milhões de BEF	15,0 ●
Aperfeiçoamento e harmonização de sistemas europeus de controlo do tráfego aéreo <i>Eurocontrol</i> 406,1 milhões de BEF	10,0 ●
<u>Empréstimos globais</u>	<u>(265,3)</u>
Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão: <i>Kredietbank N.V.</i> 3 000,0 milhões de BEF	72,3
<i>Banque Bruxelles Lambert S.A.</i> 3 000,0 milhões de BEF	71,5
<i>Société Nationale de Crédit à l'Industrie</i> 2 000,0 milhões de BEF	49,2
<i>Générale de Banque S.A.</i> 1 000,0 milhões de BEF	24,6
<i>Cera Hoofdkantoor C.V.</i> 1 000,0 milhões de BEF	23,8
<i>Crédit Général S.A. de Banque</i> 1 000,0 milhões de BEF	23,8

DINAMARCA (5 494,2 milhões de coroas dinamarquesas)	690,8
<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(636,6)</u>
Intermediário: <i>I/S Elsam</i>	
Central a carvão de cogeração de calor e electricidade em Odense <i>I/S Fynsværket</i> 296,0 milhões de DKK	37,3 ◆
Modernização de uma fábrica de incineração de resíduos urbanos e cogeração de calor e electricidade em Copenhaga <i>I/S Amager Forbrændning</i> 60,0 milhões de DKK	7,9 ◆◀
Estação de bombagem em Filso, para o oleoduto de ligação dos jazigos do sector dinamarquês do Mar do Norte ao terminal de Fredericia; gasoduto a partir de Torslunde e reservatório de armazenagem de gás em Stenlille <i>Dansk Naturgas A/S</i> 442,0 milhões de DKK	55,7 ◆
Rede de transporte e de distribuição de gás natural: — no centro e no norte da Jutlândia <i>Naturgas Midt/Nord I/S</i> 400,0 milhões de DKK	50,4 ◆
— na Grande Copenhaga <i>Hovedstadregionens Naturgas I/S</i> 386,5 milhões de DKK	48,9 ◆
Rede de esgotos e estação de tratamento de águas residuais; construção e modernização de estações de depuração <i>Município de Århus</i> 200,0 milhões de DKK	26,2 ◀
Rede de esgotos e estação de tratamento de águas residuais; condutas de aquecimento urbano <i>Município de Odense</i> 88,0 milhões de DKK	11,1 ◆◀
Electrificação e modernização da linha de caminho-de-ferro Nyborg-Odense <i>Danske Statsbaner - DSB</i> 859,9 milhões de DKK	110,0 ■●
Lanços de auto-estrada: Århus - Ålborg, Vejle - Horsens (Jutlândia do norte) e Ringsted - Skovse (Sjælland) da auto-estrada de ligação de Copenhaga ao Grande-Belt <i>Reino da Dinamarca</i> 207,4 milhões de DKK	26,2 ■●
Ponte rodoviária suspensa sobre a parte leste da ligação fixa do Grande Belt <i>A/S Storebæltsforbindelsen</i> 1 177,3 milhões de DKK	148,5 ■●

(1) As aberturas de crédito são de um modo geral expressas no contravalor da moeda nacional.

	milhões de ecus		milhões de ecus
Reconstrução da ponte de Knippelsbro no centro de Copenhaga <i>Københavns Havnevesen</i> 63,0 milhões de DKK	7,9 ◀	— na região de Bitterfeld e de Wolfen (Saxónia-Anhalt) <i>Abwasserzweckverband «Unter Mulde»</i> 19,9 milhões de DEM	10,1 ■◀
Modernização e racionalização do serviço de ferries entre Helsinger (Dinamarca) e Hälsingborg (Suécia) <i>DSB</i> 350,0 milhões de DKK	45,2 ●	Novo terminal «leste» no aeroporto internacional de Francoforte do Meno <i>Flughafen Frankfurt Main AG</i> 125,0 milhões de DEM	62,2 ●
Reforço do sistema de comutação digital e de transmissão por fibras ópticas no Sjælland e em Bornholm <i>KTAS-Kjøbenhavns Telefon A/S</i> 485,0 milhões de DKK	61,2 ■●	Novo aeroporto internacional em Erding, a nordeste de Munique <i>Flughafen München GmbH</i> 200,0 milhões de DEM	97,9 ●
<u>Empréstimos globais</u>	<u>(54,2)</u>	Novo terminal no aeroporto internacional de Hamburgo; hangares para a revisão de aviões de grande porte <i>Flughafen Hamburg GmbH</i> 33,0 milhões de DEM	16,2 ●
Financiamento pelas autarquias locais de infra-estruturas de pequena e média dimensão <i>Kommunekredit</i> 174,7 milhões de DKK	22,6	Instalação do sistema Kopernikus-DFS de transmissão por satélite e de sistemas de telecontrolo temex <i>Deutsche Bundespost</i> 200,0 milhões de DEM	97,9 ●
Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão <i>Finance for Danish Industry International S.A.</i> 250,0 milhões de DKK	31,6	Construção de centrais de fabrico de revestimento betuminoso e de betão para a reabilitação da rede rodoviária nos <i>Länder</i> orientais <i>Teerbau GmbH</i> 10,0 milhões de DEM	4,9 ■
ALEMANHA (3 373,2 milhões de marcos alemães)	1 663,9	Modernização da refinaria de Gelsenkirchen-Horst para a produção de produtos petrolíferos ligeiros (Renânia do Norte-Vestefália) <i>Ruhr Öl GmbH</i> 39,3 milhões de DEM	19,3 ■◀◀
<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(791,3)</u>	Unidade de montagem de automóveis 148,5 milhões de DEM	75,3 ■
Intermediários: <i>Westdeutsche Landesbank Girozentrale, Kreditanstalt für Wiederaufbau, Südwestdeutsche Landesbank Girozentrale, Landesbank Hessen-Thüringen Girozentrale, IKB Deutsche Industriebank AG, Hamburgische Landesbank Girozentrale, Norddeutsche Landesbank Girozentrale, General Motors Coordination Center N.V., Commerzbank AG, Bayerische Vereinsbank</i>		Fábrica de motores de automóveis 349,8 milhões de DEM	177,5 ■
Nova caldeira na central a carvão de cogeração de vapor e electricidade em Mannheim <i>Großkraftwerk Mannheim AG</i> 32,1 milhões de DEM	15,8 ◆◀	Matadouro e fábrica de transformação de carnes em Eberswalde (Brandeburgo) <i>Plumrose Schorfheider GmbH & Co</i> 25,0 milhões de DEM	12,7 ■
Reconversão da actual rede de gás de cidade para o gás natural nas regiões orientais <i>Verbundnetz Gas AG</i> 80,0 milhões de DEM	39,2 ■◆	Construção de uma fábrica de papel de jornal em Schwedt, no Oder (Brandeburgo) <i>Zeitungsdruckpapierfabrik Haindl Schwedt GmbH</i> 100,0 milhões de DEM	48,8 ■
Ampliação da rede de transporte e de distribuição de calor <i>Fernwärme-Verbund Saar GmbH</i> 12,0 milhões de DEM	6,1 ■◆	<u>Empréstimos globais</u>	<u>(872,6)</u>
Redes de esgotos e estações de tratamento de águas residuais: — em Colónia <i>Município de Colónia</i> 130,0 milhões de DEM	63,5 ◀	Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão: <i>Westdeutsche Landesbank Girozentrale</i> 653,6 milhões de DEM	320,8
— em Breisgau (Bade-Vurtemberg) <i>Abwasserzweckverband Breisgauer Bucht</i> 10,0 milhões de DEM	4,9 ◀	<i>Kreditanstalt für Wiederaufbau</i> 381,5 milhões de DEM	186,5
— em Soers, próximo de Aachen <i>Município de Aachen</i> 79,5 milhões de DEM	39,1 ◀	<i>Norddeutsche Landesbank Girozentrale</i> 230,7 milhões de DEM	112,6
		<i>IKB Deutsche Industriebank AG</i> 192,3 milhões de DEM	95,2
		<i>Bremer Landesbank Kreditanstalt Oldenburg Girozentrale</i> 183,7 milhões de DEM	90,2
		<i>Südwestdeutsche Landesbank Girozentrale</i> 73,4 milhões de DEM	35,8
		<i>Landesbank Schleswig Holstein Girozentrale</i> 32,1 milhões de DEM	15,8
		<i>Hamburgische Landesbank Girozentrale</i> 31,9 milhões de DEM	15,7

	milhões de ecus		milhões de ecus
GRÉCIA (93 157,7 milhões de dracmas)	377,5	Modernização e ampliação de uma fábrica de painéis de partículas em Chalkis (Grécia Central e Oriental) <i>Shelman S.A.</i>	
<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(311,7)</u>	1 000 milhões de GRD	4,0 ■
Intermediário:		<u>Empréstimos globais</u>	<u>(65,8)</u>
<i>Ethniki Trapeza Ependíseon Viomichanikis Anaptixeos A.E. (ETEBA)</i>		Empréstimos-quadro no âmbito dos programas comunitários de apoio ao financiamento de infra-estruturas	
Irrigação de 1 100 ha na planície de Drama (Macedónia Oriental)		<i>República Helénica</i>	
<i>República Helénica</i>	5,7 ■	— situadas nas regiões fronteiriças (Interreg)	30,0
1 400 milhões de GRD		7 500 milhões de GRD	
Substituição de filtros electrostáticos em duas centrais a lignite na região de Kardíá-Ptolémaís (Macedónia Ocidental)		— de protecção do ambiente (Envirreg)	20,0
<i>Dimosia Ephirisi Ilektrismou DEI (Public Power Corporation)</i>		5 000 milhões de GRD	
3 000 milhões de GRD	12,0 ■◀	Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão	
Construção de uma pequena central hidroeléctrica em Pournari, próximo de Arta (Epiro)		<i>Trapeza Pisteos A.E. (Credit Bank S.A.)</i>	
<i>DEI</i>	12,0 ■◆	4 000 milhões de GRD	15,8
3 000 milhões de GRD			
Instalação de uma unidade em ciclo combinado na central eléctrica de Chania (Creta)		ESPANHA (402 000 milhões de pesetas)	3 020,6
<i>DEI</i>	20,9 ■◆	<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(2 948,4)</u>
5 300 milhões de GRD		Intermediário:	
Reconversão para a produção em ciclo combinado a gás ou a diesel, de duas turbinas da central de Lavrion (Ática)		<i>Instituto de Crédito Oficial</i>	
<i>DEI</i>	20,0 ■◆	Reforço e modernização da rede de transporte e distribuição de electricidade:	
5 100 milhões de GRD		— em todo o país	
Instalação de um novo sistema de controlo da rede interligada de produção e transporte de electricidade		<i>Red Eléctrica de España S.A.</i>	
<i>DEI</i>	10,0 ■◆	5 000,0 milhões de ESP	38,2 ■◆
2 500 milhões de GRD		— na Catalunha	
Abastecimento de água potável a Atenas		<i>Fuerzas Eléctricas de Cataluña</i>	
<i>República Helénica</i>	4,9 ■◀	12 000,0 milhões de ESP	92,9 ■◆
1 300 milhões de GRD		— na zona de Barcelona	
Rede de esgotos e estações de tratamento de águas residuais em Heráclion (Creta), Larissa (Tessália), Corfu e Chios; reforço e melhoria do abastecimento de água potável a Heráclion		<i>Hidroeléctrica de Cataluña S.A.</i>	
<i>República Helénica</i>	17,7 ■◀	5 000,0 milhões de ESP	36,1 ■◆
4 500 milhões de GRD		— no País Basco, em Madrid e na região de Castela e Leão	
Modernização das infra-estruturas ferroviárias na linha Atenas-Idomeni (fronteira norte)		<i>Hidroeléctrica Ibérica Iberduero S.A.</i>	
<i>OSE - Organismos Sidirodromon Ellados</i>	45,0 ■●	20 000,0 milhões de ESP	144,5 ■◆
11 400 milhões de GRD		Rede de esgotos e estações de tratamento de águas residuais na Catalunha	
Reconversão em auto-estrada do lanço Varibobi-Yliki do eixo Atenas-Salónica		<i>Junta de Saneamiento de Cataluña</i>	
<i>República Helénica</i>	19,7 ■●	5 000,0 milhões de ESP	36,1 ■◀
5 000 milhões de GRD		Rede de adução de água e de saneamento básico, e obras de protecção contra as inundações	
Ampliação da rede de metropolitano de Atenas		<i>Junta de Andalucía</i>	
<i>Attiko Metro A.E.</i>	105,0 ■◀	14 722,0 milhões de ESP	106,3 ■◀
24 700 milhões de GRD		Ampliação da rede de adução de água e de saneamento básico da Grande Madrid	
Melhoria do sistema de controlo aéreo		<i>Canal de Isabel II</i>	
<i>República Helénica</i>	9,0 ■●	3 000,0 milhões de ESP	21,7 ■◀
2 300 milhões de GRD		Construção de uma linha ferroviária de alta velocidade entre Madrid e Sevilha	
Reconstrução de edifícios públicos e industriais, e obras em estradas e na rede de esgotos na zona de Kalamata (Peloponeso), danificada pelo terramoto de Setembro de 1986		<i>RENFE - Red Nacional de los Ferrocarriles Españoles</i>	
<i>República Helénica</i>	22,4 ■	37 325,0 milhões de ESP	284,2 ■●
5 500 milhões de GRD		Lanço de auto-estrada entre Castelldefels e Sitges, a sul de Barcelona, e respectivos acessos	
<i>Tameio Parakatathikon kai Daneion (TPD)</i>	3,4 ■	<i>Autopistas de Cataluña S.A.</i>	
800 milhões de GRD		6 000,0 milhões de ESP	46,3 ■●

	milhões de ecus		milhões de ecus
Conclusão do lanço oeste da circular de Barcelona e ligação à auto-estrada de Sitges <i>Gestion de Infraestructuras S.A.</i> 5 900,0 milhões de ESP	45,6 ■●	Rede de abastecimento de água potável e estação de tratamento de águas residuais; melhoria da rede rodoviária regional; instauração da primeira fase de um plano de combate a incêndios florestais <i>Comunidad Autónoma de Galicia</i> 10 000,0 milhões de ESP	77,4 ■◀
Obras em cerca de 3 000 km de estradas regionais <i>Junta de Andalucía</i> 25 000,0 milhões de ESP	193,6 ■	Modernização de três refinarias em Tarragona, Cartagena et Puertollano <i>Repsol Petróleo S.A.</i> 5 900,0 milhões de ESP	45,5 ■◆◀
<i>Comunidad Autónoma de Extremadura</i> 4 848,0 milhões de ESP	35,0 ■	Modernização e racionalização de uma refinaria de petróleo em Bilbao para a produção de gasolina sem chumbo, e instalação de uma unidade de cogeração de vapor e electricidade <i>Petróleos del Norte S.A.</i> 5 500,0 milhões de ESP	42,4 ■◆◀
<i>Comunidad Autónoma de Castilla y León</i> 8 965,0 milhões de ESP	64,8 ■	Modernização de uma refinaria em Huelva (Andaluzia) para a produção de produtos petrolíferos ligeiros <i>ERTOIL S.A.</i> 6 200,0 milhões de ESP	44,8 ■◆
<i>Comunidad Autónoma de Murcia</i> 5 000,0 milhões de ESP	38,7 ■	Construção de uma unidade de fraccionamento para o fabrico de gases industriais em El Morell (Tarragona) <i>Carburos Messer Griesheim Gases Industriales S.A.</i> 2 000,0 milhões de ESP	15,5 ▶
Construção de vários troços de vias rápidas em seis dos principais eixos espanhóis <i>Ministerio das Obras Públicas e dos Transportes</i> 49 958,4 milhões de ESP	360,9 ■●	Modernização e reestruturação de seis fábricas de aparelhos electrodomésticos nas zonas de Barcelona e Madrid e na provincia de La Rioja <i>Electrolux Holding S.A.</i> 4 000,0 milhões de ESP	30,9 ■
Construção do eixo rodoviário Madrid-Valência <i>Ministerio das Obras Públicas e dos Transportes</i> 20 832,0 milhões de ESP	150,5 ■●	<u>Empréstimos globais</u>	(72,2)
Construção da circular de Barcelona, incluindo os respectivos acessos <i>Generalidad de Cataluña</i> 10 350,0 milhões de ESP	80,0 ●	Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão:	
Construção de novos terminais para contentores, automóveis e produtos petrolíferos; restauração do bairro do porto antigo <i>Puerto Autónomo de Barcelona</i> 1 000,0 milhões de ESP	7,2 ●◀	<i>Banco Español de Crédito S.A.</i> 5 000,0 milhões de ESP	36,1
Construção de um terminal de manutenção de carga em Barcelona <i>Centro Intermodal de Logística S.A.</i> 1 000,0 milhões de ESP	7,2 ■●	<i>Banco Central Hispanoamericano S.A.</i> 5 000,0 milhões de ESP	36,1
Renovação urbana do centro histórico de Barcelona <i>Promoción Ciudad Vieja S.A.</i> 8 000,0 milhões de ESP	62,0 ◀	FRANÇA (12 889,2 milhões de francos franceses)	1 895,1
Extensão e modernização do metropolitano <i>Comunidad Autónoma de Valencia</i> 10 000,0 milhões de ESP	72,2 ■◀	<u>Empréstimos individuais</u>	(1 159,2)
Modernização e reforço da rede telefónica <i>Telefónica de España S.A.</i> 51 450,0 milhões de ESP	397,4 ■●	Intermediários: <i>Caisse Nationale des Autoroutes (CNA), Paribas</i>	
Ampliação e modernização da rede de rádio e tele-difusão <i>Ente Público de la Red Técnica de Television</i> 26 000,0 milhões de ESP	201,3 ■●	Central de cogeração de calor e electricidade <i>Compagnie de chauffage intercommunale de l'agglomération grenobloise</i> 50,0 milhões de FRF	7,5 ◆
Aquisição, lançamento e exploração de dois satélites de telecomunicações e de teledifusão que asseguram a cobertura da Península Ibérica, das Canárias e das Baleares <i>HISPASAT S.A.</i> 8 050,0 milhões de ESP	60,8 ■●	Túnel da Mancha <i>Eurotunnel plc</i> 1 117,2 milhões de FRF	160,9 ●
Estação de tratamento de águas residuais de Albacete; melhoria da rede rodoviária regional <i>Comunidad Autónoma de Castilla La Mancha</i> 4 000,0 milhões de ESP	30,9 ■◀	Linha de TGV-Norte entre Paris e a fronteira belga, com ligação ao Túnel da Mancha <i>Société Nationale des Chemins de Fer Français</i> 500,0 milhões de FRF	72,6 ■●
Melhoria da rede de esgotos e do tratamento de resíduos urbanos e industriais; protecção das zonas costeiras; melhoria da rede rodoviária regional; ordenamento de uma zona industrial <i>Comunidad Autónoma de Asturias</i> 10 000,0 milhões de ESP	77,3 ■◀	Novos lanços da rede de auto-estradas: — A83, lanço Nantes - Niort <i>ASF - Société des Autoroutes du Sud de la France S.A.</i> 555,0 milhões de FRF	82,5 ■
		— A16, lanço Isle-Adam - Amiens <i>SANEF - Société des Autoroutes du Nord et de l'Est de la France S.A.</i> 400,0 milhões de FRF	59,1 ■●

	milhões de ecus		milhões de ecus
— A39, lanço Dijon - Dôle <i>SAPRR - Société des Autoroutes Paris Rhin-Rhône S.A.</i> 300,0 milhões de FRF	43,1 ●	<u>Empréstimos globais</u> (735,9)	
— A26, entre o Túnel da Mancha e o sul da França: lanço Châlon-sur-Marne - Troyes Nord <i>SANEF</i> 280,0 milhões de FRF	40,3 ■●	Financiamento de infra-estruturas públicas de pequena e média dimensão: <i>Crédit Local de France - CAECL S.A.</i>	
— A29, Le Havre - Amiens - Saint-Quentin, lanço Le Havre - Yvetot Est <i>SAPN - Société de l'Autoroute Paris-Normandie</i> 200,0 milhões de FRF	29,5 ■●	— Ródano-Alpes 400,0 milhões de FRF	57,8
Obras de estrada entre Saint-Claude e Oyonnax <i>Département du Jura</i> 55,0 milhões de FRF	7,9 ■	— Bretanha 300,0 milhões de FRF	45,0
Construção da circular norte <i>Communauté Urbaine de Lyon</i> 600,0 milhões de FRF	87,1 ◀	— Região do Loire 250,0 milhões de FRF	36,1
Obras viárias (melhoria do trânsito e do estacionamento) <i>Communauté Urbaine de Lyon</i> 100,0 milhões de FRF	15,0 ◀	— Norte-Pas-de-Calais 250,0 milhões de FRF	36,1
Construção de um segundo cais para navios <i>ferries</i> no porto de Caen-Quistreham <i>Chambre de Commerce et d'Industrie de Caen</i> 60,0 milhões de FRF	8,7 ■●	— Auvergne, Limousin e Poitou-Charentes 200,0 milhões de FRF	30,0
Construção de uma segunda linha de eléctricos <i>District de l'Agglomération Nantaise</i> 600,0 milhões de FRF	90,1 ■◀	— Lorena 200,0 milhões de FRF	28,9
Construção do metropolitano <i>Société du Métro de l'Agglomération Rouennaise</i> 450,0 milhões de FRF	65,0 ◀	<i>CNCA - Caisse Nationale de Crédit Agricole S.A.</i> (autarquias locais para a protecção do ambiente) 700,0 milhões de FRF	105,1
Construção de um troço da primeira linha de eléctricos <i>Compagnie des Transports Strasbourgeois</i> 300,0 milhões de FRF	45,0 ◀	Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão: <i>Caisse Centrale des Banques Populaires</i> 750,0 milhões de FRF	107,9
Construção de uma fábrica de aspartame em Dunkerque-Gravelines (Norte) <i>Euro-Aspartame S.A.</i> 400,0 milhões de FRF	59,5 ■	<i>Locafrance S.A.</i> 500,0 milhões de FRF	75,1
Fabrico de veículos de turismo e utilitários em Hordain-Valenciennes (Norte) <i>Sevelnord S.A.</i> 750,0 milhões de FRF	112,6 ■▶	<i>Banque Fédérative du Crédit Mutuel S.A.</i> 400,0 milhões de FRF	60,0
Desenvolvimento e fabrico de inversores de impulso para motores de avião em Meudon La Forêt (e paralelamente, em Burnley, Inglaterra) <i>Hurel-Dubois S.A. - Société de construction d'avions</i> 150,0 milhões de FRF	21,9 ▶	<i>Sociétés BTP - Bâtiments Travaux Publics</i> 350,0 milhões de FRF	50,3
Construção de uma oficina para o fabrico do equipamento interno dos Airbus A 330/340 próximo de Toulouse-Blagnac <i>SNI Aérospatiale S.A.</i> 250,0 milhões de FRF	36,3 ■▶	<i>Caisse Centrale de Crédit Coopératif</i> 300,0 milhões de FRF	45,0
Modernização dos processos de desenvolvimento e de fabrico de motores de aviões nas instalações de Genevilliers e de Villaroche <i>SNECMA - Société Nationale d'Etude et de Construction de Moteurs d'Aviation</i> 272,0 milhões de FRF	40,8 ▶	<i>Bail Equipement S.A.</i> 300,0 milhões de FRF	43,5
Parque de diversões em Marne-la-Vallée (Ile de France) <i>Eurodisneyland SNC</i> 500,0 milhões de FRF	73,7 ▶	<i>Caisse Fédérale du Crédit Mutuel de Bretagne</i> 100,0 milhões de FRF	15,0
		IRLANDA (231,2 milhões de libras irlandesas)	303,5
		<u>Empréstimos individuais</u> (290,4)	
		Intermediários: <i>Barclays Bank plc</i>	
		Ampliação e reforço da rede de transporte e de distribuição de electricidade <i>Electricity Supply Board</i> 18,3 milhões de IEP	23,9 ■◆
		Melhoria da rede de estradas <i>Irlanda, Ministério das Finanças</i> 25,0 milhões de IEP	32,7 ■
		Construção de um novo terminal para navios porta-contentores em Belview <i>Waterford Harbour Commissioners</i> 10,0 milhões de IEP	13,0 ■●
		Reforço da frota aérea para as ligações intracomunitárias <i>AER Lingus plc</i> 14,7 milhões de IEP	19,1 ■●
		Ampliação e modernização da rede de telecomunicações <i>Irish Telecommunications Investments plc</i> 35,0 milhões de IEP	46,0 ■●

	milhões de ecus		milhões de ecus
Reabilitação do bairro do Temple Bar em Dublin <i>Temple Bar Properties Ltd</i> 5,0 milhões de IEP	6,7 ■◀	Reforço do equipamento de transporte e distribuição de electricidade: <i>ENEL</i> — Calábria e Sardenha 70 000 milhões de ITL	45,2 ■
Obras de estrada; melhoria da adução de água; rede de esgotos e estações de tratamento de águas resi- duais <i>Irlanda, Ministério das Finanças</i> 75,3 milhões de IEP	99,6 ■◀	— Abruzos, Molise, Lácio-Sul e Apúlia 40 000 milhões de ITL	23,1 ■
Modernização e ampliação de institutos de ensino superior técnico <i>Irlanda, Ministério das Finanças</i> 37,9 milhões de IEP	49,4 ■	— Sardenha 20 000 milhões de ITL	12,9 ■◆
<u>Empréstimo global</u>	(13,0)	Valorização de jazigos de gás natural: <i>AGIP SpA - Azienda Generale Industria Petroli</i> — Roseto Montestillo, em terra, a oeste de Foggia (Apúlia) e Pisticci, em terra, a sul de Matera (Basilica- cata) 15 000 milhões de ITL	9,7 ■◆
Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão <i>Allied Irish Banks plc</i> 10,0 milhões de IEP	13,0	— Annabella, ao largo de Pesaro (Marcas), Amelia, Cervia, Porto Garibaldi/Agostino, ao largo de Ravena (Emília-Romanha), e Correggio, em terra, a nordeste de Reggio-Emília (Emília-Romanha) 235 000 milhões de ITL	140,0 ◆
ITÁLIA (6 079 900 milhões de liras)	3 796,9	Valorização do jazigo de petróleo de Rospo Mare, no Mar Adriático, ao largo de Vasto (Abruzos) <i>AGIP SpA</i> 15 000 milhões de ITL	9,7 ■◆
<u>Empréstimos individuais</u>	(2 724,6)	Extensão da rede de transporte de gás natural no Centro-Norte (Toscana, Emília-Romanha e Veneto) <i>SNAM SpA - Società Nazionale Metanodotti</i> 100 000 milhões de ITL	64,9 ■◆
Intermediários: <i>Crediop (Consorzio di Credito per le Opere Pubbli- che) — ENI (Ente Nazionale Idrocarburi) — Banca Commerciale Italiana — IMI (Istituto Mobiliare Ita- liano) — BNL (Banca Nazionale del Lavoro) — Mi- nistero del Tesoro — IRI (Istituto per la Ricostru- zione Industriale) — CIS (Credito Industriale Sardo) — Monte dei Paschi di Siena — Mediobanca (Banca di Credito Finanziario) Banca di Sicilia — Efibanca (Ente Finanziario Interbancario) — Baye- rische Vereinsbank — Istituto Bancario San Paolo di Torino — ISVEIMER (Istituto per lo Sviluppo Eco- nomico dell'Italia Meridionale) — Banca di Roma — Credito Italiano SpA — ICLE (Istituto Nazionale di Credito per il Lavoro italiano all'Estero)</i>		Duplicação do gasoduto Argélia-Tunísia-Itália: sec- ções Mazara del Vallo-Messina (Sicília), Palmi (Calá- bria)-Oricola (Abruzos) e travessia do estreito de Messina <i>SNAM SpA</i> 100 000 milhões de ITL	57,8 ■◆
Central a diversos combustíveis em Brindisi (Apúlia) <i>ENEL - Ente Nazionale per l'Energia Elettrica</i> 250 000 milhões de ITL	144,5 ■◆◀	Ampliação de três tanques subterrâneos de armaze- nagem de gás natural em San Salvo (Abruzos), Set- tala (Lombardia) et Minerbio (Emília-Romanha); esta- ção de compressão em San Salvo: <i>AGIP SpA</i> 114 000 milhões de ITL <i>SNAM SpA</i> 46 000 milhões de ITL	74,0 ■◆ 29,8 ■◆
Reconversão para gás natural da central eléctrica de Turbigo, próximo de Milão; redução das emissões poluentes <i>ENEL</i> 20 000 milhões de ITL	12,9 ◀	Extensão de redes de distribuição de gás natural: — Milão <i>Azienda Energetica Municipale</i> 90 000 milhões de ITL	58,4 ◆
Instalações de dessulfuração, de desnitrificação e de eliminação de cinzas em suspensão na central de Porto Marghera, próximo de Veneza <i>ENEL</i> 20 000 milhões de ITL	11,9 ◀	— área metropolitana de Nápoles <i>Napoletana Gas SpA</i> 20 000 milhões de ITL	13,0 ■◆
Aumento da potência das centrais termoelectricas de Levante e Azotati, próximo de Veneza <i>Edison</i> 90 000 milhões de ITL	58,1 ■◆	— área metropolitana de Roma <i>ITALGAS - Società Italiana per il Gas SpA</i> 50 000 milhões de ITL	32,4 ◆
Centrais hidroeléctricas: <i>ENEL</i> — no Centro-Norte (cinco pequenas centrais) 120 000 milhões de ITL — no Piemonte e na Lombardia 130 000 milhões de ITL	77,0 ◆ 81,7 ◆	— 95 municípios do Centro-Norte e 21 municípios do Mezzogiorno <i>Metano Città SpA</i> 50 000 milhões de ITL	31,8 ■◆
Ampliação da central de cogeração de calor e electri- cidade em Sesto San Giovanni (Milão) <i>Società Nordelettrica SpA</i> 20 000 milhões de ITL	12,9 ◆	Reforço e racionalização do abastecimento de água potável nas províncias de Alexandria, Asti, Cuneo e Turim <i>Região Piemonte</i> 43 000 milhões de ITL	27,9 ◀
		Melhoria do abastecimento de água potável e obras de saneamento em Roma, Ariccia et Aprilia <i>Região Lácio</i> 8 000 milhões de ITL	4,6 ■◀

	milhões de ecus		milhões de ecus
Rede de esgotos e estações de tratamento de águas residuais:		Obras de protecção contra a erosão e as inundações:	
— Roma-Norte, incluindo a construção de um emissário submarino		— nos cursos inferiores do Pô e do Livenza	
<i>Região Lácio</i>		<i>Ministério das Obras Públicas</i>	
13 000 milhões de ITL	7,5 ◀	16 000 milhões de ITL	10,4 ◀
— Lago de Garda e Lago Maior		— nas províncias de Matera e Potenza	
<i>Região Veneto</i>		<i>Ministério das Obras Públicas</i>	
16 000 milhões de ITL	9,7 ◀	11,0 milhões de ITL	6,4 ■◀
— Lagoa de Veneza e costa adriática		<i>Região Basilicata</i>	
<i>Região Veneto</i>		23 000 milhões de ITL	13,3 ■◀
18 000 milhões de ITL	11,7 ◀	— Nas zonas de Castellino del Biferno e de Trivento e na província de Campobasso	
— Massa Carrara, Tirrenia, Lucques, Capannori e Orbetello		<i>Região Molise</i>	
<i>Região Toscana</i>		6 000 milhões de ITL	3,9 ■◀
20 000 milhões de ITL	13,0 ■◀	— no curso do Fiumarella e em Catanzaro	
— Tortora-Diamante		<i>Região Calábria</i>	
<i>Região Calábria</i>		8 000 milhões de ITL	5,2 ■◀
6 000 milhões de ITL	3,9 ■◀	— no curso do Sacco	
— na bacia do Pô:		<i>Ministério das Obras Públicas</i>	
<i>Região Emilia-Romanha</i>		3 000 milhões de ITL	1,9 ■◀
18 000 milhões de ITL	10,4 ◀	Melhoria do abastecimento de água potável de Asti e Vercelli ; reflorestação nas zonas montanhosas da província de Turim; descarga de resíduos sólidos no vale de Scrivia	
<i>Região Lombardia</i>		<i>Região Piemonte</i>	
20 000 milhões de ITL	11,6 ◀	8 000 milhões de ITL	5,2 ◀
<i>Região Piemonte</i>			
20 000 milhões de ITL	13,0 ◀	Auto-estrada dos Túneis; últimos lanços em direcção a Domodossola (fronteira suíça) (Piemonte)	
Redes de esgotos, estações de tratamento de águas residuais e centrais de tratamento de resíduos urbanos:		<i>Autostrade - Concessioni e Costruzioni Autostrade SpA</i>	
— Perúsia, Assis e Terni (incineração)		50 000 milhões de ITL	32,4 ●
<i>Região Úmbria</i>		Obras no molhe «Toscana» do porto de Livorno para navios porta-contentores	
12 000 milhões de ITL	7,8 ◀	<i>Ministério das Obras Públicas</i>	
— Modena e Ravena		11 000 milhões de ITL	7,1 ■●
<i>Região Emilia-Romanha</i>			
9 000 milhões de ITL	5,2 ■◀	Reforço da frota que assegura as ligações aéreas regionais	
— Novi Ligure e Tortona		<i>ATI - Aero Trasporti Italiani SpA</i>	
<i>Região Piemonte</i>		46 000 milhões de ITL	29,8 ■●
2 500 milhões de ITL	1,6 ◀	Extensão e modernização da rede telefónica no Mezzogiorno	
— Sulmona e Teramo na costa adriática (incineração e compostagem)		<i>SIP - Società Italiana per l'Esercizio Telefonico</i>	
<i>Região Abruzzos</i>		800 000 milhões de ITL	517,7 ■●
15 000 milhões de ITL	9,7 ■◆◀	Modernização e desenvolvimento das telecomunicações interurbanas em seis regiões do Centro-Norte	
— área metropolitana de Florença (incineração com recuperação de energia)		<i>SIP</i>	
— bacia do Arno e Livorno (incineração)		350 000 milhões de ITL	219,9 ●
<i>Região Toscana</i>			
20 000 milhões de ITL	12,9 ◆◀	Restauração da muralha e de quatro edifícios públicos do centro histórico de Ferrara	
— Génova, na costa, e no interior (incineração)		<i>Região Emilia-Romanha</i>	
<i>Região Ligúria</i>		8 000 milhões de ITL	5,2 ◀
10 000 milhões de ITL	5,8 ◀	Renovação do centro histórico e obras em:	
— províncias de Matera e Potenza (incineração)		— Bolonha e Ferrara	
— na bacia do Mercure e em Matera (compostagem)		<i>Região Emilia-Romanha</i>	
<i>Região Basilicata</i>		9 000 milhões de ITL	5,8 ◀
15 000 milhões de ITL	9,7 ■◀	— Macerata	
— em Ancona, Macerata, Ascoli Piceno (incineração e compostagem)		<i>Região Marcas</i>	
<i>Região Marcas</i>		6 000 milhões de ITL	3,9 ■◀
25 000 milhões de ITL	16,2 ■◀	Restauração de edifícios históricos na Úmbria e da fortaleza de Priamar em Savona (Ligúria) para o desenvolvimento do turismo cultural	
Rede de esgotos e centrais de tratamento de águas residuais; obras de protecção contra a erosão:		<i>Região Úmbria</i>	
— nas zonas costeiras e no vale do Tenna		7 100 milhões de ITL	4,1 ■
<i>Região Marcas</i>		<i>Região Ligúria</i>	
9 000 milhões de ITL	5,8 ■◀	7 700 milhões de ITL	5,0 ◀
— nas zonas costeiras			
<i>Região Abruzzos</i>		Modernização de uma fábrica de cimento em Guidonia (Lácio)	
32 000 milhões de ITL	18,5 ■◀	<i>UNICEM SpA</i>	
— nas províncias de Veneza, Belluno, Vicenza e Pádua		30 000 milhões de ITL	19,5 ■
<i>Região Veneto</i>			
15 000 milhões de ITL	9,7 ◀		

	milhões de ecus		milhões de ecus
Modernização de uma fábrica de artigos em cristal em Colle di Val d'Elsa (Toscana) <i>Cristalleria Artistica «La Piana» SpA</i> 15 000 milhões de ITL	9,7 ■	Modernização e reforço de uma fábrica de tubos catódicos em Anagni (Lácio) <i>Videocolor SpA</i> 93 500 milhões de ITL	60,6 ■
Reconversão da refinaria de Sarroch para a produção de destilados com baixo teor em enxofre e maior valor acrescentado <i>SARAS SpA - Raffinerie Sarde</i> 100 000 milhões de ITL	64,8 ■◀	Modernização e ampliação de fábricas de esquentadores e de material sanitário na região das Marcas <i>Merloni Termosanitari SpA</i> 15 000 milhões de ITL	8,7 ■
Reconversão de uma refinaria próximo de Siracusa para a produção de combustíveis ligeiros com baixo teor em enxofre <i>ISAB - Industria Siciliana Asfalti Bitumi SpA</i> 26 000 milhões de ITL	16,9 ■◀	Modernização de uma fábrica de chocolates em Perugia (Úmbria) e de uma fábrica de massas alimentícias em Sansepolcro (Toscana) <i>Nestlé Italiana SpA</i> 55 000 milhões de ITL	35,5 ■
Construção de uma fábrica de polipropileno em Brindisi (Apúlia) <i>Montepolimeri Sud SpA</i> 50 000 milhões de ITL	28,9 ■	Modernização e ampliação de uma fábrica de alimentos para bebés em Latina <i>Plasmon Dietetici Alimentari SpA</i> 10 000 milhões de ITL	6,5 ■
Modernização de três fábricas de produtos químicos em Bussi (Pescara), Spinetta Marengo (Alessandria) e Porto Marghera (Veneza) <i>Ausimont SpA</i> 60 000 milhões de ITL	34,7 ■▶▶	Modernização e reforço de três fábricas de papel couché em Sora (Lácio), Avezzano e Chieti (Abruzos) <i>Cartiera di Chieti SpA</i> 40,0 milhões de ITL	26,0 ■
Modernização de instalações de produção de gases industriais próximo de Livorno (Toscana) <i>Sol Industrie SpA</i> 19 000 milhões de ITL	12,3 ■◆	<i>Cartiere Burgo SpA</i> 40 000 milhões de ITL	26,0 ■
Construção de uma unidade de produção de gases industriais em Ferrara (Emília-Romanha) <i>Italiana Gas Industriali SpA</i> 5 000 milhões de ITL	2,9 ◆	Modernização e ampliação de uma fábrica de papel de seda em Castelnuovo di Garfagnana (Toscana) <i>Cartiere Unikay SpA</i> 30 000 milhões de ITL	17,3 ■
Reestruturação e modernização de uma fábrica de cosméticos em Settimo Torinese, próximo de Turim <i>Saipo SpA</i> 15 000 milhões de ITL	9,7 ■◀	Laboratórios de investigação em Milão, no domínio da física e da engenharia biomédica <i>Ministero da Universidade e da Investigação Scientifica e Tecnologica</i> 9 800 milhões de ITL	6,4 ▶
Modernização de uma fábrica de detergentes sem fosfatos em Ferentino (Lácio) <i>Henkel Sud SpA</i> 25 000 milhões de ITL	14,4 ■	Centro de investigação e desenvolvimento farmacêutico em Nerviano (Lombardia) <i>Farmitalia Carlo Erba SpA</i> 30 000 milhões de ITL	17,3 ▶
Aperfeiçoamento e fabrico de impressoras e de cabeças de impressão por jacto de tinta sem impacto numa fábrica de San Bernardo d'Ivrea, próximo de Turim <i>ING C. Olivetti & Co SpA</i> 100 000 milhões de ITL	63,2 ■▶	Centro de investigação em biotecnologia em Génova <i>Ministero da Saúde</i> 6 700 milhões de ITL	3,9 ■▶
Modernização e transformação de oficinas de pintura em quatro fábricas de automóveis em Termini Imerese (Sicília), Cassino (Lácio), Rivalta e Mirafiori (Piemonte) <i>Fiat Auto SpA</i> 100 000 milhões de ITL	57,8 ■◀▶	<u>Empréstimos globais</u> (1 072,4)	
Modernização e instalação de novas linhas de produção numa fábrica de ciclomotores e de scooters em Pontedera, próximo de Pisa <i>Piaggio Veicoli Europei SpA</i> 40 000 milhões de ITL	23,1 ■	Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão	
Modernização e ampliação de uma fábrica de manutenção de motores de avião em Pomigliano d'Arco, próximo de Nápoles <i>Alfa Romeo Avio Società Aeromotoristica pA</i> 70 000 milhões de ITL	45,4 ■	<i>Mediocredito Centrale - Istituto Centrale per il Credito a Medio Termine</i> 455 200 milhões de ITL	285,6
Modernização de três fábricas de equipamento de telecomunicações e de telemática em Áquila (Abruzos), Santa Maria Capua Vetere (Campânia) e Palermo (Sicília) <i>Italtel Sit SpA</i> 10 000 milhões de ITL	6,5 ■	<i>IMI</i> 250 000 milhões de ITL	151,5
Ampliação de uma fábrica de cabos em fibras ópticas para as telecomunicações em Battipaglia (Campânia) <i>F.O.S. - Fibre Ottiche Sud SpA</i> 18 000 milhões de ITL	11,7 ■	<i>Banco di Napoli</i> 160 000 milhões de ITL	96,6
		<i>BNL</i> 115 300 milhões de ITL	69,4
		<i>Efibanca</i> 100 000 milhões de ITL	61,3
		<i>ISVEIMER</i> 100 000 milhões de ITL	60,6
		<i>Interbanca</i> 90 000 milhões de ITL	58,3
		<i>ICLE</i> 90 000 milhões de ITL	54,8
		<i>Istituto Regionale agrario Emilia-Romanha - Istituto Federale di Credito agrario per il Piemonte, la Liguria e la Valle d'Aosta</i> 60 000 milhões de ITL	38,9
		<i>IRFIS - Istituto Regionale per il Finanziamento alle Industrie in Sicilia</i> 60 000 milhões de ITL	36,8
		<i>Mediocredito Lombardo</i> 50 000 milhões de ITL	32,4

	milhões de ecus		milhões de ecus
<i>BIMER - Banca Emilia-Romagna per finanziamenti medio e lungo termine</i> 50 000 milhões de ITL	28,9	Ampliação das redes de adução de água; rede de esgotos e estação de tratamento de águas residuais no município de Sintra <i>Serviços Municipalizados Água e Saneamento, Município de Sintra</i> 3 000,0 milhões de PTE	17,1 ■◀
<i>Crediop - Consorzio di Credito per le Opere Pubbliche</i> 40 000 milhões de ITL	25,9		
<i>CIS - Credito Industriale Sardo</i> 30 000 milhões de ITL	19,4	Reforço e renovação da rede ferroviária no eixo Lisboa-Porto e nas ligações com Espanha, bem como nas linhas suburbanas de Sintra e de Póvoa do Varzim; renovação do material rolante <i>Caminhos-de-Ferro Portugueses, EP (CP)</i> 12 000,0 milhões de PTE	68,3 ■●
<i>Istituto Bancario San Paolo di Torino</i> 30 000 milhões de ITL	17,3		
<i>Centrobanca - Banca Centrale di Credito Popolare</i> 20 000 milhões de ITL	13,0		
<i>Banco Ambrosiano Veneto</i> 20 000 milhões de ITL	12,9	Alargamento do lanço Sacavém - Vila Franca de Xira da auto-estrada A1 Lisboa - Porto; construção dos lanços Cruz - Braga (A3) e Famalicão - Braga (A7) <i>Brisa, Auto-Estradas de Portugal, S.A.</i> 15 000,0 milhões de PTE	85,2 ■
<i>Fonpiemonte - Istituto di Credito Fondiario del Piemonte e Valle d'Aosta</i> 15 000 milhões de ITL	8,7		
LUXEMBURGO (1 795 milhões de francos luxemburgueses)	42,8	Obras em diversos troços da rede rodoviária nacional <i>Junta Autónoma de Estradas (JAE)</i> 7 300,0 milhões de PTE	41,6 ■●
<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(42,8)</u>		
Aquisição e lançamento de um satélite de teledifusão <i>SES - Société Européenne des Satellites S.A.</i> 1 295,0 milhões de LUF	30,9 ●	Novos troços rodoviários: no Algarve, da ponte sobre o Guadiana à Guia e no norte, um troço a nordeste de Vila Real (IP4) <i>Junta Autónoma de Estradas (JAE)</i> 6 000,0 milhões de PTE	34,2 ■●
Fábrica de cassettes audio e video em Bascharage <i>TDK Recording Media Europe S.A.</i> 500,0 milhões de LUF	11,9 ■	Prolongamento do metropolitano de Lisboa <i>Metropolitano de Lisboa, EP</i> 35 000,0 milhões de PTE	199,5 ■◀
PAÍSES BAIXOS (355,7 milhões de florins)	154,4	Ampliação e modernização do sistema de controlo aéreo e das instalações aeroportuárias em Lisboa, Porto, Ponta Delgada e Horta <i>Aeropostos e Navegação Aérea, EP (ANA)</i> 9 000,0 milhões de PTE	51,1 ■●
<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(67,6)</u>		
Central a gás natural ou sintético, de cogeração de calor e electricidade em Buggenum (Limburgo) <i>Demkolec BV</i> 95,7 milhões de NLG	41,6 ◆	Obras em estradas, portos e aeroportos <i>Região Autónoma dos Açores</i> 5 500,0 milhões de PTE	31,3 ■
Central de turbinas a gás de cogeração de calor e electricidade em Ede (Gelderland) <i>Warmte/Kracht Centrale Ede V.O.F.</i> 30,0 milhões de NLG	13,0 ◆	Reforço da rede telefónica: — nas áreas de Lisboa e do Porto <i>Telefones de Lisboa e Porto, S.A. (TLP)</i> 14 000,0 milhões de PTE	77,8 ■●
Gasoduto de ligação do jazigo de Markham (nordeste da plataforma continental) à costa <i>Elf Petroland Gas Transport BV</i> 30,0 milhões de NLG	13,0 ◆	— no resto do território <i>Correios e Telecomunicações de Portugal, SA (CTT)</i> 28 500,0 milhões de PTE	161,9 ■●
<u>Empréstimos globais</u>	<u>(86,8)</u>		
Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão <i>FIGG — Financieringsmaatschappij Industrieel (NIBID) Garantiefonds N.V.</i> 100,0 milhões de NLG	43,5	Desenvolvimento da rede de telemóvel em todo o território <i>TMN Telecomunicações Móveis Nacionais S.A.</i> 5 000,0 milhões de PTE	28,5 ■●
<i>ING — Internationale Nederlanden Bank NV</i> 100,0 milhões de NLG	43,3	Modernização de uma refinaria de petróleo em Sines, para a produção de produtos ligeiros <i>Petrogal SA</i> 40 353,0 milhões de PTE	230,0 ■◆◀
PORTUGAL (216 496 milhões de escudos)	1 230,4	Construção de uma fábrica de segmentos de pistões para motores de automóveis em Cantanhede <i>Cofapeuropa S.A.</i> 2 000,0 milhões de PTE	11,4 ■
<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(1 210,5)</u>		
Construção de uma central hidroeléctrica no rio Douro <i>Electricidade de Portugal, EP - EDP</i> 12 000,0 milhões de PTE	68,4 ■◆	Modernização de linhas de produção de transformadores eléctricos <i>EFACEC - Empresa Fabril de Máquinas Eléctricas S.A.</i> 1 600,0 milhões de PTE	9,1 ■
Reforço da rede de transporte e de distribuição de electricidade <i>EDP</i> 14 743,0 milhões de PTE	83,7 ■	Produção de pasta de papel sem cloro <i>Celulose Beira Industrial SA (CELBI)</i> 2 000,0 milhões de PTE	11,4 ■

	milhões de ecus		milhões de ecus
Empréstimos globais	(19,9)	Obras de estrada; abastecimento de água; rede de esgotos e estações de tratamento de águas residuais <i>Strathclyde Regional Council</i> 100,0 milhões de GBP	127,0 ■◀
Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão:			
— <i>Deutsche Bank de Investimento SA</i> 1 500,0 milhões de PTE	8,5	Obras de estrada; ordenamento de zonas industriais; centro de formação de engenharia aeroespacial <i>South Glamorgan County Council</i> 50,0 milhões de GBP	70,8 ■
— <i>IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento</i> 2 000,0 milhões de PTE	11,4		
REINO UNIDO (1 795,6 milhões de libras esterlinas)	2 407,2	Obras de estrada; prolongamento da pista do aeroporto de Humberside <i>Humberside County Council</i> 24,0 milhões de GBP	30,5 ■
Empréstimos individuais	(2 407,2)		
Construção de centrais eléctricas de turbinas a gás		Obras de estrada; adução de água e saneamento <i>Lothian Regional Council</i> 21,0 milhões de GBP	26,7 ■◀
— no nordeste <i>Teesside Power Limited</i> 200,0 milhões de GBP	254,0 ■◆		
— a leste de Londres <i>Barking Power Limited</i> 200,0 milhões de GBP	279,3 ◆	Primeira fase da construção do metropolitano ligeiro da Grande Manchester <i>Greater Manchester Transport Passenger Authority and Greater Manchester Transport Passenger Executive</i> 15,0 milhões de GBP	19,1 ■◀
Valorização dos jazigos de petróleo e de gás de Dunbar e de Ellon, no sector britânico do Mar do Norte <i>Total Oil Marine plc</i> 120,0 milhões de GBP	152,4 ◆	Renovação da frota aérea de longo curso <i>British Airways plc</i> 58,8 milhões de GBP	82,1 ●
Melhoria do abastecimento de água potável e obras de saneamento em diversas áreas:			
— Noroeste <i>North West Water Ltd</i> 140,0 milhões de GBP	193,1 ■◀	Unidades de produção de gases industriais em diversas fábricas <i>BOC Ltd</i> 30,0 milhões de GBP	42,0 ■◀
— Leste e Oeste dos Midlands <i>Severn Trent Water Ltd</i> 100,0 milhões de GBP	141,6 ■◀		
— Leste <i>Anglian Water Services Ltd</i> 55,0 milhões de GBP	77,3 ◀	Modernização e ampliação das instalações de produção de gases industriais em Brinsworth (South Yorkshire) <i>BOC Ltd</i> 20,0 milhões de GBP	25,4 ■
— bacia do Tamisa <i>Thames Water Utilities Ltd</i> 50,0 milhões de GBP	66,7 ◀		
— País de Gales <i>DWR Cymru Cyfyngedig</i> 45,0 milhões de GBP	62,8 ■◀	Aperfeiçoamento e fabrico de um motor de automóvel em Bridgend, Swansea (País de Gales) e Belfast (Irlanda do Norte) <i>Ford Motor Company Ltd</i> 200,0 milhões de GBP	254,0 ■
— Sudeste <i>Southern Water Services Ltd</i> 35,0 milhões de GBP	49,0 ◀		
— Cornualha e Devon <i>South West Water Services Ltd</i> 30,0 milhões de GBP	42,5 ■◀	Produção de placas de silício polidas para circuitos integrados em Livingston (Escócia) <i>Shin-Etsu Handotai Europe Limited</i> 1,9 milhão GBP	2,7 ■
— Nordeste <i>Northumbrian Water Ltd</i> 17,0 milhões de GBP	24,1 ■◀		
— Wessex <i>Wessex Water Services Ltd</i> 16,2 milhões de GBP	22,7 ◀		
— Bristol <i>Bristol Water plc</i> 8,0 milhões de GBP	11,2 ◀		
Túnel da Mancha <i>Eurotunnel plc</i> 139,7 milhões de GBP	195,0 ●	OUTROS ⁽¹⁾	159,7
Ponte rodoviária no estuário do Severn <i>Severn River Crossing plc</i> 66,0 milhões de GBP	83,8 ■●	Valorização dos jazigos de petróleo de Snorre e de Veslefrikk, no sector norueguês do Mar do Norte <i>Deminex (Norge) A/S</i>	71,1 ◆
Obras de estrada: <i>Gwent County Council</i> 30,0 milhões de GBP	42,5 ■	Aquisição, lançamento e exploração de satélites que asseguram as comunicações com a navegação, a aviação e os transportes terrestres <i>International Maritime Satellite Organization</i> (prestação de garantia)	14,9 ● 73,7 ●
<i>West Glamorgan County Council</i> 23,0 milhões de GBP	29,2 ■		

⁽¹⁾ Financiamentos equiparados a operações na Comunidade (ver nota 5d pág. 115).

LISTA DOS FINANCIAMENTOS NO EXTERIOR DA COMUNIDADE

O montante total dos financiamentos do BEI para projectos no exterior da Comunidade ascendeu a 892,8 milhões, destinando-se 252 milhões aos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e aos Países e Territórios Ultramarinos (PTU), 320,8 milhões aos países da Bacia Mediterrânica e 320 milhões aos países da Europa Central e Oriental.

Certos empréstimos globais (ditos APEX) são afectados a intermediários financeiros aprovados pelo BEI, para o financiamento de investimentos de PMEs (ver caixa página 50).

Os empréstimos a cargo de recursos próprios (assinalados com um ★), beneficiam na maioria dos casos de bonificação de juros: nos Estados ACP, a cargo de recursos do FED e em certos países da Bacia Mediterrânica, a cargo de recursos orçamentais da Comunidade.

Os financiamentos por conta de recursos orçamentais (assinalados com um □) são concedidos pelo BEI sob mandato, em nome e por conta e risco da Comunidade, sendo registados fora do balanço, na secção especial.

ÁFRICA

	milhões de ecus	
NIGÉRIA	75,0	
Empréstimo global para o financiamento de pequenas e médias empresas da indústria, da agro-indústria, do turismo e das minas <i>Nigerian Industrial Development Bank Ltd</i>	75,0	★
ZIMBABWE	23,5	
Ampliação das instalações de saneamento básico de Harare <i>Governo do Zimbabwe para Harare City Council</i>	15,0	★
Empréstimo global ao <i>Governo do Zimbabwe</i> para o <i>Zimbabwe Development Bank</i> , para o financiamento de PMEs da indústria, da agro-indústria, do turismo, dos transportes e das minas	8,0	★
Estudo relativo à exploração de uma nova mina de cobre e de zinco em Sanyati (leste do país) Empréstimo condicional à <i>Reunion Mining LTD</i>	0,45	□
Tomada de participação directa em nome da Comunidade no capital do <i>Zimbabwe Development Bank</i>	0,06	□
GUINÉ	20,0	
Ampliação da central eléctrica a fuel óleo de Tombo, em Conakry Empréstimo condicional à <i>República da Guiné</i> para a <i>Entreprise Nationale d'Électricité de Guinée</i>	20,0	□
SERRA LEOA	15,5	
Reabilitação de unidades de produção de electricidade na central de KingTom em Freetown Empréstimo condicional à <i>República de Serra Leoa</i> para a <i>National Power Authority</i>	15,5	□
SENEGAL	13,0	
Renovação e extensão da rede de telecomunicações no norte (Saint-Louis e vale do rio Senegal) <i>Société Nationale des Télécommunications du Sénégal</i>	13,0	★
TANZÂNIA	11,3	
Ampliação do terminal para contentores do porto de Dar es-Salam Empréstimo condicional à <i>Tanzania Harbours Authority</i>	11,0	□
Tomada de participação directa em nome da Comunidade no capital da TDFL Empréstimo condicional à <i>Tanzania Development Finance Company Ltd</i>	0,25	□

ZÂMBIA

	10,2	
Ampliação e modernização de uma fábrica de produtos farmacêuticos em Ndola Empréstimo condicional à <i>Gamma Pharmaceuticals Ltd</i>	3,0	□
Estudo de viabilidade relativo à central eléctrica das cataratas de Victoria Empréstimo condicional à <i>Zambia Electricity Supply Corporation Ltd</i>	0,18	□
Ampliação de uma fábrica de tecelagem de algodão penteado e cardado, e de fios de poliéster/algodão Empréstimos condicionais a:		
— <i>Swarp Spinning Mills Ltd</i>	4,5	□
— <i>Swarp Ltd</i> para <i>Swarp Spinning Mills Ltd</i>	2,5	□

MALI

	10,0	
Construção de uma nova fábrica de debulha de algodão em Koutiala e modernização de uma fábrica existente em Dioila Empréstimo condicional à <i>República do Mali</i> para a <i>Compagnie Malienne de Développement des Textiles</i>	10,0	□

GUINÉ-BISSAU

	7,0	
Reabilitação e ampliação das instalações de produção de electricidade Empréstimo condicional à <i>República da Guiné-Bissau</i> para a <i>Electricidade e Águas da Guiné-Bissau</i>	7,0	□

COSTA DO MARFIM

	6,5	
Modernização e ampliação de uma unidade de tratamento de atum em Abidjan — <i>Société des conserves de Côte-d'Ivoire</i>	5,5	★
— Empréstimo condicional à <i>Société des Conserves de Côte-d'Ivoire</i>	1,0	□

MADAGÁSCAR

	6,5	
Construção de uma exploração para a cultura e a exportação de camarões — Empréstimo condicional à <i>Aqualma</i>	4,8	□
— Empréstimo condicional à « <i>Pêcheries de Nossi Bé</i> » para uma tomada de participação no capital da <i>Aqualma</i>	1,7	□

ETIÓPIA

	6,0	
Reabilitação da secção setentrional da rede de telecomunicações Empréstimo condicional ao <i>Governo da Etiópia</i> para o <i>serviço etiope das telecomunicações</i>	6,0	□

CABO VERDE

	5,4	
Aumento da capacidade de produção da central do Mindelo mediante adição de dois grupos com uma capacidade unitária de 3 MW Empréstimo condicional à <i>República de Cabo Verde</i> para a <i>Empresa Pública de Electricidade e Água</i>	5,4	□

UGANDA 4,6

Estudo relativo à criação de uma exploração-piloto para a cultura de enguias no lago Vitória		
Empréstimo condicional à <i>Interfish Ltd</i>	0,6	□
Empréstimo global para o financiamento de pequenas e médias empresas da indústria, da agro-indústria, dos transportes e do turismo		
Empréstimo condicional à <i>Development Finance Corporation of Uganda</i>	4,0	□

BOTSUANA 4,0

Empréstimos globais para o financiamento de pequenas e médias empresas da indústria, da agro-indústria, dos transportes e do turismo		
— <i>Botswana Development Corporation Ltd</i>	2,5	★
— Empréstimo condicional à <i>Botswana Development Corporation Ltd</i>	1,5	□

SUAZILÂNDIA 3,5

Empréstimo global para o financiamento de pequenas e médias empresas da indústria, da agro-indústria e do turismo		
Empréstimo condicional à <i>Swaziland Industrial Development Company Ltd</i>	3,5	□

ANGOLA 3,1

Aproveitamento das pedreiras de granito negro no sul do país		
— Empréstimo condicional à <i>ANGOROCHAS</i>	2,7	□
— Empréstimo condicional à <i>ROREMINA</i> (cofinanciamento da tomada de participação da Roremina no capital da Angorochas)	0,38	□

MOÇAMBIQUE 3,0

Fábrica de tratamento de castanhas de caju		
Empréstimo condicional à <i>Companhia do Caju de Nacala SARL</i>	3,0	□

MAURÍCIA 2,6

Nova fábrica de lacticínios		
— <i>Nouvelle Maurilait</i>	2,0	★
— Empréstimo condicional à <i>Management and Development Company Ltd</i> para a <i>Nouvelle Maurilait</i>	0,6	□

NAMÍBIA 2,5

Construção de uma fábrica de curtumes em Okapuka, a norte de Windhoek		
Empréstimo subordinado à <i>Meat Corporation of Namibia Limited</i>	2,5	□

QUÊNIA 2,0

— Empréstimo global para o financiamento de tomadas de participação em pequenas e médias empresas		
— Empréstimo condicional à <i>Kenya Equity Capital Ltd</i>	2,0	□

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE 0,25

Estudo de viabilidade relativo ao plano director para a electricidade		
Empréstimo condicional ao <i>Governo de São Tomé e Príncipe</i>	0,25	□

GANA 0,2

Modernização de uma fábrica de refundição de alumínio e instalação de uma nova fundição de resíduos em Tema		
— Empréstimo condicional ao <i>Ecobank Ghana Ltd</i> para o cofinanciamento de uma tomada de participação no capital da <i>Aluminium Enterprises Ltd (AEL)</i>	0,035	□
— Empréstimo subordinado ao <i>Ecobank Ghana Ltd</i> , que o afectará à <i>AEL</i> sob a forma de avanço de accionista	0,165	□

CARAÍBAS

milhões de ecus

REPÚBLICA DOMINICANA 3,0

Empréstimo global para o financiamento de pequenas e médias empresas da indústria, da agro-indústria e do turismo		
Empréstimo condicional à <i>Asociación para el Desarrollo de Microempresas</i>	3,0	□

DOMINICA 2,5

Empréstimo global para o financiamento de pequenas e médias empresas da indústria, da agro-indústria e do turismo		
Empréstimos condicionais a:		
— <i>Agricultural Industrial and Development Bank</i>	2,0	□
— <i>Governo da Dominica</i>	0,5	□

JAMAICA 0,3

Estudo de viabilidade relativo à criação de uma fábrica de soda cáustica		
Empréstimo condicional ao <i>Jamaica Bauxite Institute Ltd</i>	0,3	□

PTU

milhões de ecus

ANTILHAS NEERLANDESAS 7,0

Ampliação e reconversão para fuel óleo pesado da central eléctrica da ilha de Bonaire		
<i>Water- en Energiebedrijf WEB - Bonaire NV</i>	4,0	★
Construção de instalações para o abastecimento de refeições no aeroporto de Curaçau		
<i>Antilliaanse Luchtvaartmaatschappij c.v.</i>	3,0	★

ILHAS MALVINAS 2,5

Construção de novas instalações de armazenagem de combustíveis (gasóleo, gasolina e cerosene) em Stanley		
<i>Stanley Services Ltd</i>	2,5	★

MAYOTTE 1,0

Reforço dos meios de produção de energia eléctrica		
Empréstimo condicional à <i>Collectivité Territoriale de Mayotte</i>	1,0	□

MONTSERRAT 0,15

Estudo sobre as necessidades de produção de electricidade de Montserrat		
Empréstimo condicional à <i>Montserrat Electricity Services Ltd</i>	0,15	□

MEDITERRÂNEO

	milhões de ecus	
EGIPTO	95,4	
Reforço da rede de transporte de electricidade de média tensão no norte do Alto-Egipto <i>Egyptian Electricity Authority</i>	50,4	★
Construção de uma nova rede de saneamento básico no Cairo <i>República Árabe do Egipto (Ministério da Reconstrução, das Novas Colectividades, da Habitação e dos Serviços Públicos)</i>	45,0	★
MARROCOS	80,0	
Reforço da rede de telecomunicações com a Europa por meio de novos cabos submarinos em fibras ópticas, e melhoria das comunicações locais <i>Office National des Postes et Télécommunications</i>	80,0	★
ARGÉLIA	53,0	
Construção de uma barragem em Taksebt, para o abastecimento de água de Argel e de Wilaya de Tizi Ouzou <i>República Argelina Democrática e Popular representada pelo Banque Algérienne de Développement</i>	53,0	★
TUNÍSIA	49,0	
Empréstimo global para o financiamento de pequenas e médias empresas <i>Banque de Développement Économique de Tunisie</i>	25,0	★
Empréstimo condicional ao <i>Banque de Développement Économique de Tunisie</i> para o financiamento de tomadas de participação	7,0	□
Construção das estações de tratamento e das redes de saneamento básico de Menzel Bourguiba, Monastir e M'saken <i>República da Tunísia</i>	17,0	★
JORDÂNIA	23,0	
Reabilitação de um troço de 71 kms da estrada Amã-Acaba <i>Reino Hachemita da Jordânia para o Ministério das Obras Públicas e da Habitação</i>	15,0	★
Reabilitação das redes de adução de água das cidades de Irbid e de Ramtha, no norte do país <i>Reino Hachemita da Jordânia para a Water Authority of Jordan</i>	5,0	★
Ampliação de uma zona industrial em Sahab, próximo de Amã <i>Reino Hachemita da Jordânia para a Jordan Industrial Estates Corporation</i>	3,0	★

SÍRIA

20,4

Construção de uma barragem no rio Snobar e de uma rede de irrigação em 10 500 ha de terras agrícolas na zona costeira de Lattakia
República Árabe Síria

20,4 ★

PAÍSES DA EUROPA CENTRAL E ORIENTAL

milhões de ecus

BULGÁRIA	115,0	
Modernização da rede de telecomunicações <i>Bulgarian Posts and Telecommunications Co Ltd</i>	70,0	★
Conclusão de uma unidade de produção a lignite da central eléctrica de Maritsa Est II (sudeste), equipamento de dessulfuração dos gases de combustão e renovação de infra-estruturas comuns da central <i>República da Bulgária para a Nazionalna Electriciska Compania</i>	45,0	★
EX-R. F. CHECA E ESLOVACA	85,0	
Empréstimo global APEX ao <i>Banco de Estado da República Federal Checa e Eslovaca</i> para o financiamento de empresas do sector industrial, turístico e dos serviços, incluindo os ligados às economias de energia e à protecção do ambiente	85,0	★
HUNGRIA	70,0	
Construção de variantes rodoviárias em Sopron, próximo da fronteira austriaca e em Szolnok, no leste do país, e reabilitação da rede rodoviária nacional <i>República da Hungria</i>	50,0	★
Reabilitação e modernização das instalações de controlo e de segurança do tráfego aéreo <i>República da Hungria, Ministério dos Transportes, das Comunicações e da Gestão da Água para Legiforgalmi és Repülöténi Igazgatóság (Serviço de Navegação Aérea e dos Aeroportos)</i>	20,0	★
POLÓNIA	50,0	
Modernização das instalações do aeroporto de Varsóvia-Okęcie <i>República da Polónia, Ministério dos Transportes e da Economia Marítima (Przedsiębiorstwo Państwowe Porty Lotnicze)</i>	50,0	★

Quadro A: Montante dos contratos assinados de 1959 a 1992

(milhões de ecus)

Anos	Total	Na Comunidade				No exterior da Comunidade		
		Total	Recursos próprios	Mandatos e garantias	Recursos do NIC	Total	Recursos próprios	Recursos orçamentais
1959/1972	2 836,7	2 450,2	2 340,1	110,1	—	386,5	155,7	230,8
1973/1980	14 340,7	12 346,2	11 739,1	132,4	474,7	1 994,5	1 381,5	613,0
1981	3 531,4	3 063,7	2 523,8	—	539,9	467,7	377,9	89,8
1982	4 630,4	4 237,1	3 446,0	—	791,1	393,3	352,1	41,2
1983	5 921,1	5 443,1	4 145,9	97,6	1 199,6	478,0	426,0	52,0
1984	6 885,9	6 188,8	5 007,0	—	1 181,8	697,1	610,7	86,4
1985	7 176,2	6 524,4	5 640,7	—	883,7	651,8	575,9	75,9
1986	7 471,7	7 071,1	6 678,1	—	393,0	400,6	314,3	86,3
1987	7 758,3	7 392,3	6 967,1	—	425,2	366,0	184,4	181,6
1988	10 060,2	9 385,4	8 843,9	185,0	356,5	674,8	502,7	172,1
1989	12 194,8	11 584,9	11 506,6	—	78,3	609,9	483,9	126,0
1990	13 338,9	12 626,0	12 549,9	52,5	23,6	712,9	669,0	43,9
1991	15 393,3	14 477,3	14 438,1	—	39,2	916,0	781,5	134,5
1992	17 032,5	16 139,7	16 066,0	73,7	—	892,8	764,3	128,5
Total	128 572,0	118 929,9	111 892,3	651,3	6 386,3	9 642,1	7 580,1	2 062,0

Quadro B: Montante dos contratos assinados de 1988 a 1992 e de 1959 a 1992

Distribuição segundo a origem dos recursos e a localização dos projectos

(milhões de ecus)

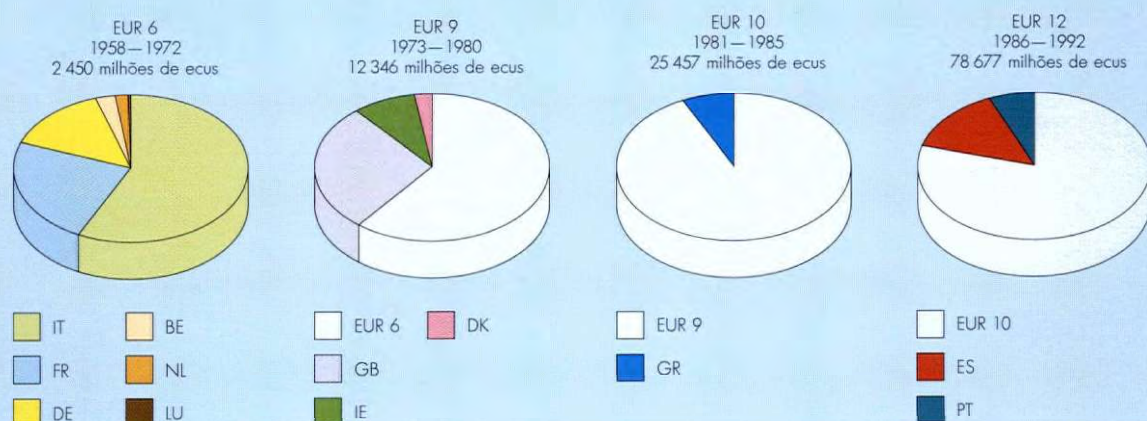
	1988-1992			1959-1992		
	Total	Recursos próprios (°)	Outros recursos	Total	Recursos próprios (°)	Outros recursos
Estados-membros	64 213,3	63 715,7	497,6	118 929,9	112 543,6	6 386,3
Bélgica	821,3	797,7	23,6	1 643,6	1 620,0	23,6
Dinamarca	2 834,0	2 802,6	31,4	5 146,4	4 612,9	533,5
Alemanha	5 287,1	5 287,1	—	7 305,0	7 305,0	—
Grécia	1 378,6	1 378,6	—	3 616,7	3 310,6	306,1
Espanha	9 865,3	9 804,2	61,1	10 960,2	10 737,9	222,3
França	8 289,6	8 183,0	106,6	16 251,7	15 001,7	1 250,0
Irlanda	1 099,7	1 099,7	—	4 001,5	3 577,5	424,0
Itália	18 748,1	18 605,1	143,0	43 385,8	40 277,8	3 108,0
Luxemburgo	83,1	83,1	—	128,4	128,4	—
Países Baixos	1 155,2	1 152,0	3,2	1 445,7	1 442,5	3,2
Portugal	4 343,3	4 343,3	—	4 923,5	4 883,7	39,8
Reino Unido	9 172,2	9 043,6	128,6	18 578,4	18 102,6	475,8
Outros (°)	1 135,7	1 135,7	—	1 543,0	1 543,0	—
ACP-PTU	1 360,0	801,7	558,3	3 566,3	2 264,8	1 301,5
Mediterrâneo	1 626,4	1 579,7	46,7	5 255,8	4 495,3	760,5
PECO	820,0	820,0	—	820,0	820,0	—
Total	68 019,7	66 917,1	1 102,6	128 572,0	120 123,7	8 448,3

Os financiamentos concedidos em Espanha e em Portugal até final de 1985, e na Grécia até final de 1980, são registados como financiamentos no exterior da Comunidade.

(°) Financiamentos equiparados a operações na Comunidade (ver nota 5 d. pag. 115).

(°) Incluindo financiamentos sob mandato e garantias.

Da Europa dos Seis à Europa dos Doze



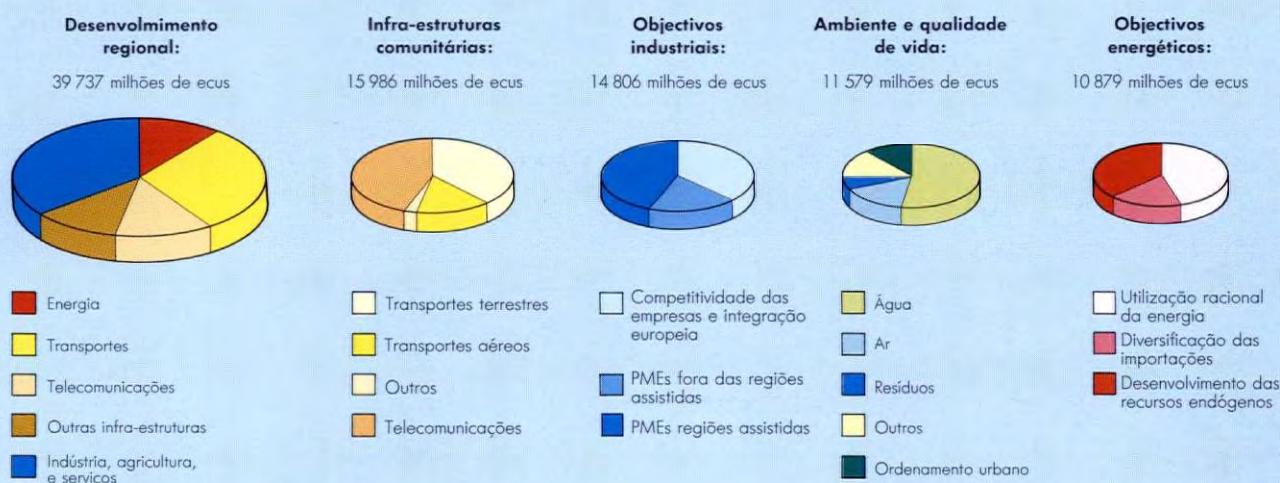
Quadro C: **Financiamentos concedidos na Comunidade de 1988 a 1992**
(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

Distribuição por países e por objectivos

(milhões de ecus)

	Desenvolvimento regional	Infra-estruturas comunitárias	Ambiente e qualidade de vida	Objectivos energéticos	Objectivos industriais	
					Competitividade internacional	Pequenas e médias empresas
Bélgica	199,4	74,9	22,2	83,4	—	533,0
Dinamarca	1 364,4	1 466,5	171,4	963,0	28,5	250,1
Alemanha	2 523,3	563,9	2 031,0	452,2	484,6	692,3
Grécia	1 183,1	159,8	322,3	300,9	—	197,3
Espanha	7 642,6	4 419,7	1 532,1	1 304,6	886,3	1 146,4
França	5 236,3	2 414,3	604,8	193,9	748,1	1 811,4
Irlanda	1 082,7	390,4	230,0	114,8	3,4	22,0
Itália	11 646,7	2 473,0	3 251,2	4 219,2	1 567,4	4 125,3
Luxemburgo	23,7	59,5	—	—	—	—
Países Baixos	406,8	420,7	3,0	88,0	261,2	280,7
Portugal	4 261,4	943,6	523,4	744,2	237,7	544,8
Reino Unido	4 166,9	1 722,6	2 887,6	2 156,2	815,5	170,3
Outros	—	876,9	—	258,8	—	—
Total	39 737,3	15 985,8	11 579,0	10 879,2	5 032,6	9 773,6

Certos empréstimos correspondem a mais de um objectivo, pelo que o total das diferentes rubricas não é acumulável.



Quadro D: **Financiamentos concedidos na Comunidade de 1988 a 1992**
(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

Distribuição por países e por sectores

(milhões de ecus)

	Total	Empréstimos	Créditos	Infra-estruturas				Indústria, serviços e agricultura
				Transportes	Telecomu- nicações	Ambiente e outras	Energia	
Bélgica	705,9	168,7	537,2	74,9	—	14,6	83,4	533,1
Dinamarca	2 833,7	2 526,3	307,5	1 116,3	365,2	133,7	937,2	281,3
Alemanha	4 966,3	2 459,2	2 507,2	688,6	146,8	1 332,2	534,4	2 264,3
Grécia	1 186,4	880,5	305,9	385,4	—	234,2	319,6	247,2
Espanha	9 957,6	8 525,9	1 431,7	2 972,9	2 440,6	1 147,5	1 029,3	2 367,4
França	7 518,7	4 507,2	3 011,5	4 094,9	34,4	308,7	166,2	2 914,6
Irlanda	1 082,7	1 060,7	22,0	317,2	188,0	301,9	181,6	94,0
Itália	18 500,3	13 260,5	5 239,8	1 327,7	2 842,5	2 005,5	4 576,5	7 748,1
Luxemburgo	83,1	83,1	—	—	59,5	—	—	23,7
Países Baixos	1 104,9	821,4	283,5	425,9	—	2,8	88,0	588,2
Portugal	4 294,2	3 669,9	624,3	1 352,0	613,1	93,5	864,0	1 371,5
Reino Unido	8 956,0	8 782,1	173,9	1 672,7	562,3	2 530,7	2 126,8	2 063,5
Outros	1 135,7	1 135,7	—	—	876,9	—	258,8	—
Total	62 325,7	47 881,2	14 444,5	14 428,5	8 129,2	8 105,3	11 165,8	20 496,8

Quadro E: Financiamentos concedidos na Comunidade em 1992
(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

Distribuição sectorial

(montantes em milhões de ecus)

	Total		Empréstimos		Créditos	
	Montante	%	BEI	Total	BEI	NIC
Energia e infra-estruturas	12 371,1	73,0	10 729,2	1 642,0	1 642,0	—
Energia	2 871,7	16,9	2 740,8	130,9	130,9	—
Produção	1 636,3	9,7	1 571,6	64,7	64,7	—
Centrais térmicas convencionais	835,2	4,9	814,2	21,0	21,0	—
Centrais hidroeléctricas	277,6	1,6	239,1	38,4	38,4	—
Centrais de produção de calor	139,2	0,8	135,3	3,9	3,9	—
Exploração de hidrocarbonetos	384,2	2,3	383,0	1,2	1,2	—
Combustíveis sólidos	0,1	.	—	0,1	0,1	—
Transporte, armazenagem e reprocessamento	592,6	3,5	592,6	—	—	—
Electricidade	214,0	1,3	214,0	—	—	—
Gás natural e petróleo	366,8	2,2	366,8	—	—	—
Combustíveis nucleares	11,9	0,1	11,9	—	—	—
Distribuição	642,8	3,8	576,6	66,2	66,2	—
Electricidade	301,2	1,8	296,5	4,8	4,8	—
Gás natural	323,2	1,9	274,0	49,1	49,1	—
Calor	18,4	0,1	6,1	12,3	12,3	—
Transportes	4 552,7	26,9	4 031,2	521,6	521,6	—
Caminhos-de-ferro	952,5	5,6	936,2	16,3	16,3	—
Estradas e auto-estradas	2 154,2	12,7	1 853,7	300,5	300,5	—
Transportes marítimos	98,5	0,6	81,3	17,2	17,2	—
Transportes urbanos	882,5	5,2	705,9	176,6	176,6	—
Transportes aéreos	426,4	2,5	415,4	11,0	11,0	—
Terminais de carga e outros	38,6	0,2	38,6	—	—	—
Telecomunicações	1 990,0	11,7	1 990,0	—	—	—
Equipamento convencional	1 481,9	8,7	1 481,9	—	—	—
Satélites e estações	278,2	1,6	278,2	—	—	—
Redes especializadas	229,8	1,4	229,8	—	—	—
Água, saneamento e resíduos sólidos	2 148,8	12,7	1 300,8	848,0	848,0	—
Abastecimento de água potável	122,4	0,7	32,8	89,6	89,6	—
Tratamento de águas residuais	981,7	5,8	387,1	594,6	594,6	—
Abastecimento e saneamento	784,3	4,6	739,4	44,9	44,9	—
Tratamento de resíduos sólidos e líquidos	140,5	0,8	61,2	79,2	79,2	—
Empreendimentos com finalidade múltipla	120,0	0,7	80,3	39,7	39,7	—
Infra-estruturas urbanas	96,1	0,6	83,5	12,6	12,6	—
Renovação urbana	84,4	0,5	83,5	0,9	0,9	—
Edifícios públicos e administrativos	3,4	.	—	3,4	3,4	—
Exposições, feiras e congressos	6,6	.	—	6,6	6,6	—
Empreendimentos urbanos compósitos	1,6	.	—	1,6	1,6	—
Infra-estruturas diversas	711,8	4,2	582,8	129,0	129,0	—
Infra-estruturas compósitas	705,6	4,2	577,1	128,5	128,5	—
Ordenamento agrícola e florestal	6,2	—	5,7	0,4	0,4	—
Indústria, agricultura e serviços	4 582,0	27,0	2 152,3	2 429,7	2 412,8	16,8
Indústria	3 897,7	23,0	1 992,5	1 905,1	1 889,1	16,0
Indústrias extractivas	21,0	0,1	—	21,0	20,7	0,3
Indústrias metalúrgicas de base	47,7	0,3	—	47,7	47,7	—
Indústria metalomecânica	422,9	2,5	63,2	359,7	359,7	—
Construção de equipamento de transporte	925,3	5,5	856,1	69,2	69,2	—
Engenharia electrotécnica	170,2	1,0	66,9	103,3	103,3	—
Electrónica	87,1	0,5	75,2	11,9	11,9	—
Indústria química	813,0	4,8	709,1	104,0	104,0	—
Borracha e matérias plásticas	90,9	0,5	—	90,9	90,9	—
Vidro e cerâmica	48,7	0,3	9,7	39,0	38,9	0,1
Materiais de construção	151,2	0,9	24,4	126,8	126,5	0,3
Indústria da madeira	111,9	0,7	4,0	107,9	107,9	—
Produtos alimentares	410,1	2,4	54,7	355,3	352,2	3,2
Têxteis, vestuário e calçado	126,9	0,7	—	126,9	126,7	0,2
Pasta de papel, papel e tipografia	322,2	1,9	129,4	192,8	180,8	12,0
Indústrias transformadoras diversas	33,3	0,2	—	33,3	33,3	—
Engenharia civil e construção	115,3	0,7	—	115,3	115,3	—
Serviços	677,3	4,0	159,8	517,5	517,0	0,4
Turismo, tempos livres e saúde	264,5	1,6	82,8	181,6	181,6	—
Investigação e desenvolvimento	27,8	0,2	27,6	0,3	0,3	—
Serviços às empresas e às autarquias	255,7	1,5	—	255,7	255,5	0,3
Recuperação e reciclagem de resíduos	13,6	0,1	—	13,6	13,6	—
Centros de formação e de ensino	50,3	0,3	49,4	0,9	0,9	—
Comércio por grosso	65,5	0,4	—	65,5	65,3	0,2
Agricultura, pescas e silvicultura	7,0	.	—	7,0	6,7	0,4
Total geral	16 953,1	100,0	12 881,5	4 071,6	4 054,8	16,8

Quadro F: Financiamentos concedidos na Comunidade de 1988 a 1992
(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

Distribuição sectorial

(montantes em milhões de ecus)

	Total		Empréstimos		Créditos	
	Montante	%	BEI + NIC	Total	BEI	NIC
Energia e infra-estruturas	41 828,8	67,1	38 515,6	3 313,3	3 306,6	6,7
Energia	11 165,8	17,9	10 688,7	477,1	470,4	6,7
Produção	5 725,1	9,2	5 565,9	159,2	154,8	4,4
Centrais térmicas convencionais	1 880,3	3,0	1 852,3	28,1	28,1	—
Centrais hidroeléctricas	860,8	1,4	755,7	105,2	101,3	3,9
Energias geotérmica e alternativas	88,5	0,1	86,8	1,7	1,7	—
Centrais de produção de calor	400,2	0,6	384,4	15,8	15,3	0,6
Exploração de hidrocarbonetos	2 439,1	3,9	2 431,6	7,4	7,4	—
Combustíveis sólidos	56,2	0,1	55,2	1,0	1,0	—
Transporte, armazenagem e reprocessamento	2 233,3	3,6	2 213,5	19,8	19,8	—
Electricidade	711,2	1,1	708,3	2,8	2,8	—
Gás natural e petróleo	986,5	1,6	969,6	16,9	16,9	—
Combustíveis nucleares	535,6	0,9	535,6	—	—	—
Distribuição	3 207,5	5,1	2 909,4	298,1	295,9	2,2
Electricidade	1 676,8	2,7	1 638,5	38,3	38,3	—
Gás natural	1 431,8	2,3	1 205,3	226,5	224,3	2,2
Calor	98,8	0,2	65,5	33,3	33,3	—
Transportes	14 428,5	23,2	13 334,3	1 094,2	1 094,2	—
Caminhos-de-ferro	3 481,1	5,6	3 420,9	60,2	60,2	—
Estradas e auto-estradas	5 293,1	8,5	4 721,6	571,5	571,5	—
Transportes marítimos	576,7	0,9	532,5	44,2	44,2	—
Transportes urbanos	1 718,9	2,8	1 325,6	393,3	393,3	—
Transportes aéreos	3 151,8	5,1	3 136,6	15,2	15,2	—
Terminais de carga e outros	207,0	0,3	197,2	9,8	9,8	—
Telecomunicações	8 129,2	13,0	8 129,2	—	—	—
Equipamento convencional	6 467,1	10,4	6 467,1	—	—	—
Redes especializadas	235,7	0,4	235,7	—	—	—
Satélites e estações	1 088,2	1,7	1 088,2	—	—	—
Cabos internacionais	338,2	0,5	338,2	—	—	—
Água, saneamento e resíduos sólidos	6 323,7	10,1	4 940,7	1 383,0	1 383,0	—
Abastecimento de água potável	515,2	0,8	334,5	180,7	180,7	—
Tratamento de águas residuais	2 290,7	3,7	1 383,9	906,7	906,7	—
Abastecimento e saneamento	2 424,1	3,9	2 344,8	79,3	79,3	—
Tratamento de resíduos sólidos e líquidos	562,7	0,9	426,2	136,5	136,5	—
Empreendimentos com finalidade múltipla	531,0	0,9	451,3	79,7	79,7	—
Infra-estruturas urbanas	370,0	0,6	318,1	51,9	51,9	—
Renovação urbana	105,8	0,2	103,9	1,9	1,9	—
Exposições, feiras e congressos	231,0	0,4	206,7	24,3	24,3	—
Edifícios públicos e administrativos	12,5	—	7,5	4,9	4,9	—
Empreendimentos urbanos compostos	20,8	—	—	20,8	20,8	—
Infra-estruturas diversas	1 411,6	2,3	1 104,5	307,1	307,1	—
Infra-estruturas compostas	1 254,2	2,0	951,3	303,0	303,0	—
Ordenamento agrícola e florestal	157,4	0,3	153,3	4,1	4,1	—
Indústria, serviços e agricultura	20 496,9	32,9	9 365,6	11 131,3	10 472,0	659,2
Indústria	17 333,8	27,8	8 496,7	8 837,0	8 242,5	594,6
Indústrias extractivas	99,1	0,2	—	99,1	91,2	7,9
Indústrias metalúrgicas de base	240,8	0,4	37,0	203,8	193,1	10,7
Indústria metalomecânica	1 874,2	3,0	208,7	1 665,5	1 558,2	107,4
Construção de equipamento de transporte	3 821,6	6,1	3 575,6	246,0	222,3	23,7
Engenharia electrotécnica	892,5	1,4	464,3	428,1	405,4	22,8
Electrónica	582,3	0,9	500,4	81,9	75,2	6,7
Indústria química	2 528,2	4,1	1 940,0	588,1	552,7	35,4
Borracha e matérias plásticas	654,0	1,0	136,3	517,7	480,2	37,5
Vidro e cerâmica	475,1	0,8	154,8	320,3	284,4	35,9
Materiais de construção	626,2	1,0	87,7	538,5	522,4	16,1
Indústria da madeira	572,4	0,9	84,9	487,6	441,9	45,7
Produtos alimentares	1 907,5	3,1	419,4	1 488,1	1 405,9	82,2
Têxteis, vestuário e calçado	698,8	1,1	14,6	684,2	620,3	63,9
Pasta de papel, papel e tipografia	1 739,1	2,8	863,3	875,8	811,6	64,2
Indústrias transformadoras diversas	177,6	0,3	9,5	168,1	149,3	18,8
Engenharia civil e construção	444,4	0,7	—	444,4	428,6	15,8
Serviços	2 976,0	4,8	865,8	2 110,2	2 049,7	60,6
Turismo, tempos livres e saúde	1 203,4	1,9	337,0	866,3	860,5	5,8
Investigação e desenvolvimento	159,4	0,3	130,3	29,1	29,1	—
Serviços às empresas e às autarquias	1 063,3	1,7	46,7	1 016,6	967,1	49,5
Recuperação e reciclagem de resíduos	66,1	0,1	—	66,1	61,7	4,5
Centros de formação e de ensino	103,6	0,2	101,7	1,9	1,6	0,2
Serviços especializados de informação	250,0	0,4	250,0	—	—	—
Comércio por grosso	130,2	0,2	—	130,2	129,7	0,5
Agricultura, pescas e silvicultura	187,1	0,3	3,1	184,0	179,9	4,1
Total geral	62 325,7	100,0	47 881,2	14 444,5	13 778,6	665,9

Quadro G: Financiamentos de interesse regional em 1992 e de 1989 a 1992

(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

(milhões de ecus)

Países	1992			1989-1992		
	Desenvolvimento regional	Regiões de intervenção comunitária	Regiões objectivo 1	Desenvolvimento regional	Regiões de intervenção comunitária	Regiões objectivo 1
Bélgica	64,6	57,0	—	199,2	172,0	—
Dinamarca	370,4	224,5	—	1 204,4	675,7	—
Alemanha	1 135,1	990,4	707,4	2 295,5	1 767,0	1 087,7
Grécia	392,0	392,0	392,0	977,3	977,3	977,3
Espanha	2 970,2	2 929,1	2 023,4	6 946,5	6 696,0	4 277,5
França	1 371,0	1 094,8	67,0	4 749,6	3 569,2	95,5
Irlanda	291,0	291,0	291,0	929,8	929,8	929,8
Itália	2 386,5	2 183,8	1 559,3	9 696,6	8 467,2	6 540,6
Luxemburgo	11,9	11,9	—	23,7	23,7	—
Países Baixos	25,3	15,6	—	204,0	135,4	—
Portugal	1 303,6	1 303,6	1 303,6	3 815,1	3 815,1	3 815,1
Reino Unido	1 471,5	1 431,2	27,9	3 753,5	3 434,0	156,4
Total	11 792,8	10 924,9	6 371,6	34 795,2	30 662,4	17 879,9

Quadro H: Apresentação dos financiamentos por região (em 1992 e de 1989 a 1992)

(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

Este quadro apresenta a distribuição dos financiamentos por região (Nuts (1) 1 ou 2 segundo o país). Na medida do possível, procedeu-se à decomposição dos empréstimos individuais relativos a várias regiões

(montantes em milhões de ecus)

	PIB/hab. (1)	População (1)	1992			1989-1992		
			Total	Empréstimos	Créditos	Total	Empréstimos	Créditos
Bélgica	105	9 967	318,6	131,3	187,3	701,3	168,7	532,6
Bruxelles-Brussel	166	962	34,6	25,0	9,6	62,1	38,5	23,6
Vlaams Gewest	106	5 754	171,7	31,1	140,6	456,5	41,5	415,0
Région wallonne	85	3 251	37,1	—	37,1	94,0	—	94,0
Projectos multirregionais	—	—	75,2	75,2	—	88,7	88,7	—
Dinamarca	107	5 140	702,0	636,6	65,4	2 340,6	2 093,0	247,6
Hovedstadsregionen	-	1 720	176,4	169,9	6,5	521,7	479,7	41,9
Øst for Storebælt	-	587	218,3	210,2	8,2	376,8	358,8	18,0
Vest for Storebælt	-	2 833	221,5	170,7	50,7	959,1	771,5	187,7
Projectos multirregionais	—	—	85,8	85,8	—	483,0	483,0	—
Alemanha	117	63 232	2 164,2	791,3	1 372,9	4 449,1	2 112,2	2 336,9
Hamburg	183	1 641	21,6	16,2	5,4	102,8	77,2	25,6
Bremen	148	679	10,8	—	10,8	39,9	—	39,9
Hessen	135	5 718	80,9	62,2	18,6	146,4	86,5	59,9
Baden-Württemberg	123	9 729	93,8	20,7	73,1	359,3	146,8	212,5
Bayern	119	11 337	163,9	97,9	66,0	574,5	435,4	139,1
Berlin *	116	2 118	16,9	6,5	10,4	72,6	55,8	16,8
Nordrhein-Westfalen	112	17 248	753,1	121,8	631,2	1 357,4	368,6	988,8
Saarland	109	1 071	45,2	6,1	39,1	91,3	13,4	77,9
Rheinland-Pfalz	103	3 735	26,2	—	26,2	64,9	—	64,9
Niedersachsen	101	7 342	134,8	—	134,8	338,2	48,6	289,6
Schleswig-Holstein	99	2 615	21,8	—	21,8	70,6	17,9	52,7
Mecklenburg-Vorpommern *	-	2 000	46,0	7,4	38,6	57,9	15,6	42,3
Brandenburg *	-	2 600	132,4	69,2	63,2	146,2	77,4	68,8
Sachsen-Anhalt *	-	3 000	72,6	17,9	54,8	84,3	26,0	58,2
Sachsen *	-	4 900	306,5	185,6	120,9	536,8	407,5	129,3
Thüringen *	-	2 700	139,8	81,9	57,9	251,9	188,8	63,2
Projectos multirregionais	—	—	97,9	97,9	—	154,1	146,8	7,3

Quadro H: **Apresentação dos financiamentos por região (em 1992 e de 1989 a 1992)** (continuação)
(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

(montantes em milhões de ecus)

	PIB/hab. (°)	População (°)	1992			1989-1992		
			Total	Empréstimos	Créditos	Total	Empréstimos	Créditos
Grécia	47	10 123	391,9	311,8	80,2	972,6	730,1	242,5
Attiki	50	3 477	155,8	149,6	6,1	224,3	182,1	42,2
Kentriki Ellada	45	2 382	82,2	43,8	38,4	279,9	202,7	77,1
Voreia Ellada	46	3 286	34,9	19,7	15,2	177,9	122,4	55,5
Nisia	45	978	55,1	34,7	20,4	107,9	54,1	53,8
Projectos multirregionais	—	—	64,0	64,0	—	182,6	168,7	13,9
Espanha	75	38 959	3 195,3	2 948,4	246,9	8 977,9	7 830,1	1 147,8
Baleares	97	682	19,0	18,9	0,1	74,3	63,7	10,6
Navarra	98	521	12,7	8,0	4,7	142,0	127,4	14,6
País Vasco	90	2 129	135,0	126,3	8,7	302,9	254,8	48,1
Madrid	96	4 878	295,1	277,9	17,1	1 407,5	1 288,2	119,2
Cataluña	92	6 008	601,0	579,1	21,9	1 661,2	1 517,0	144,2
La Rioja	83	260	10,6	10,2	0,4	33,5	26,5	7,0
Aragón	83	1 213	24,6	20,6	4,0	100,9	71,1	29,8
Comunidad Valenciana	74	3 787	312,4	278,8	33,5	703,6	583,5	120,1
Canarias	76	1 485	34,9	27,8	7,0	163,4	131,8	31,6
Asturias	70	1 126	98,6	91,8	6,8	149,6	130,6	19,0
Cantabria	74	527	19,0	17,5	1,4	145,5	133,9	11,6
Murcia	74	1 027	154,0	146,3	7,7	261,8	209,7	52,1
Castilla-León	67	2 626	174,6	143,9	30,7	439,2	313,3	125,9
Castilla-La Mancha	63	1 714	277,4	260,8	16,6	568,2	496,5	71,7
Galicia	58	2 804	121,1	108,4	12,8	360,9	280,5	80,4
Andalucía	57	6 920	806,4	746,9	59,5	1 565,4	1 343,9	221,5
Extremadura	49	1 128	58,5	44,5	13,9	112,2	71,7	40,5
Projectos multirregionais	—	—	40,6	40,6	—	785,8	785,8	—
França	112	57 880	2 039,8	1 159,2	880,6	6 750,0	3 987,4	2 762,6
Île-de-France	166	10 633	175,3	142,4	32,9	536,5	292,9	243,6
Alsace	115	1 619	74,9	45,0	29,9	209,5	63,5	145,9
Haute-Normandie	106	1 731	105,6	94,5	11,1	133,9	94,5	39,3
Rhône-Alpes	109	5 338	229,6	109,6	120,0	906,9	582,5	324,4
Champagne-Ardenne	112	1 341	45,1	40,3	4,8	214,8	182,5	32,3
Centre	102	2 363	11,8	—	11,8	71,9	14,1	57,8
Franche-Comté	103	1 092	22,9	7,9	15,0	59,1	7,9	51,1
Aquitaine	101	2 787	12,6	—	12,6	207,1	50,8	156,3
Provence-Côte d'Azur	101	4 250	103,0	—	103,0	515,9	287,5	228,4
Bourgogne	100	1 602	50,7	43,1	7,6	78,5	44,1	34,4
Picardie	96	1 804	69,6	60,4	9,2	158,4	124,2	34,2
Basse-Normandie	97	1 385	13,0	8,7	4,4	71,2	8,7	62,5
Pays de la Loire	97	3 048	223,1	160,2	62,9	377,4	175,5	201,9
Lorraine	98	2 293	78,0	—	78,0	194,6	7,2	187,4
Midi-Pyrénées	91	2 423	103,3	36,3	67,0	407,7	271,4	136,3
Bretagne	93	2 784	93,7	—	93,7	278,4	11,0	267,5
Poitou-Charentes	90	1 588	32,8	12,4	20,4	62,8	12,4	50,4
Auvergne	91	1 314	23,9	—	23,9	81,3	22,4	59,0
Nord - Pas-de-Calais	91	3 945	483,0	398,4	84,7	1 509,2	1 292,9	216,2
Languedoc-Roussillon	87	2 113	3,3	—	3,3	148,9	28,7	120,2
Limousin	87	719	16,8	—	16,8	34,8	—	34,8
Corse	79	249	0,1	—	0,1	1,5	—	1,5
DOM	-	1 460	67,5	—	67,5	95,1	18,0	77,1
Projectos multirregionais	—	—	—	—	—	394,9	394,9	—

Quadro H: **Apresentação dos financiamentos por região (em 1992 e de 1989 a 1992)** (continuação)

(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

(montantes em milhões de ecus)

	PIB/hab. (¹)	População (²)	1992			1989-1992		
			Total	Empréstimos	Créditos	Total	Empréstimos	Créditos
Irlanda	68	3 503	291,1	290,4	0,6	925,4	905,9	19,5
Itália	102	57 663	3 779,0	2 731,5	1 047,5	15 145,9	10 983,8	4 162,2
Lombardia	135	8 926	398,9	251,6	147,3	1 416,5	729,4	687,1
Emilia-Romagna	127	3 925	322,2	215,1	107,1	1 031,0	623,9	407,1
Valle d'Aosta	131	116	7,8	7,8	—	14,4	14,4	—
Piemonte	121	4 357	372,9	291,3	81,6	1 446,8	1 067,1	379,8
Trentino-Alto Adige	120	889	83,0	34,2	48,8	317,9	73,1	244,8
Veneto	117	4 392	239,8	160,1	79,7	813,4	455,4	357,9
Friuli-Venezia Giulia	122	1 202	32,9	22,7	10,3	400,4	334,1	66,4
Liguria	116	1 723	42,6	14,6	28,0	342,1	260,2	81,9
Lazio	115	5 181	250,5	196,2	54,2	1 159,1	920,7	238,4
Toscana	110	3 562	256,1	177,4	78,7	745,2	465,9	279,3
Marche	105	1 433	82,3	34,6	47,7	336,3	121,5	214,8
Umbria	99	822	72,1	38,3	33,8	200,3	79,9	120,4
Abruzzi	89	1 269	298,6	201,5	97,1	808,6	610,6	198,0
Molise	79	336	33,8	27,6	6,2	183,1	148,7	34,4
Sardegna	73	1 661	157,7	135,6	22,1	851,1	727,4	123,7
Puglia	74	4 076	316,1	278,5	37,7	1 115,0	952,1	162,8
Sicília	66	5 185	195,7	153,2	42,5	1 007,0	827,5	179,5
Campania	69	5 831	256,3	159,2	97,2	1 176,4	905,7	270,6
Basilicata	64	624	127,9	106,4	21,5	505,4	434,8	70,6
Calabria	61	2 153	112,3	106,2	6,1	578,7	539,9	38,7
Projectos multirregionais	—	—	119,4	119,4	—	697,3	691,2	6,1
Luxemburgo	124	381	42,8	42,8	—	83,1	83,1	—
Países Baixos	101	14 947	151,9	67,7	97,3	871,7	604,8	267,0
West-Nederland	110	6 996	39,4	—	39,4	171,4	68,2	103,1
Noord-Nederland	102	1 596	7,1	—	7,1	28,0	—	28,0
Zuid-Nederland	95	3 306	67,9	41,6	26,3	215,0	153,5	61,5
Oost-Nederland	85	3 050	37,6	13,0	24,5	110,0	35,6	74,4
Projectos multirregionais	—	—	—	13,0	—	347,4	347,4	—
Portugal	56	9 377	1 303,6	1 210,5	93,1	3 806,0	3 266,1	539,9
Lisboa e Vale do Tejo	76	3 305	443,3	399,5	43,8	1 159,5	1 001,9	157,6
Alentejo	35	550	241,4	239,7	1,7	362,4	345,0	17,4
Algarve	49	338	32,2	32,2	—	76,5	64,7	11,8
Norte	49	3 453	279,6	250,9	28,7	884,1	705,3	178,7
Centro	41	1 732	101,5	83,0	18,5	629,6	469,0	160,6
Açores	—	254	39,2	39,2	—	154,2	150,1	4,2
Madeira	—	271	5,3	4,9	0,4	19,9	10,9	9,0
Projectos multirregionais	—	—	161,1	161,1	—	519,8	519,2	0,7
Reino Unido	101	57 411	2 407,2	2 407,2	—	7 905,0	7 733,1	171,9
South East	121	17 458	624,3	624,3	—	1 817,6	1 777,3	40,3
East Anglia	102	2 059	33,5	33,5	—	130,5	123,9	6,6
South West	96	4 667	84,4	84,4	—	447,6	439,9	7,6
East Midlands	97	4 019	62,0	62,0	—	207,6	187,3	20,3
Scotland	93	5 102	163,0	163,0	—	1 241,4	1 223,4	18,0
North West	91	6 389	206,4	206,4	—	735,6	709,3	26,3
West Midlands	92	5 219	81,1	81,1	—	390,3	375,6	14,7
Yorkshire and Humberside	92	4 952	69,6	69,6	—	458,6	448,5	10,1
North	87	3 075	301,1	301,1	—	745,6	732,9	12,6
Wales	84	2 881	519,4	519,4	—	676,2	660,8	15,4
Northern Ireland	74	1 589	27,9	27,9	—	156,6	156,6	—
Projectos multirregionais	—	—	234,5	234,5	—	897,5	897,5	—
Outros	—	—	159,7	159,7	—	850,7	850,7	—
Total	—	—	16 960,3	12 888,5	4 071,8	53 779,4	41 349,0	12 430,4

(¹) Nomenclatura das unidades territoriais estatísticas.

(²) Estimativas para 1990 da EUROSTAT, do PIB *per capita* expresso em poder de compra padrão (CE = 100).

(³) Em milhares de habitantes (1990).

(⁴) As estimativas das populações em causa não estão incluídas no total.

- : dados não disponíveis.

Quadro I: **Créditos concedidos em 1992 no âmbito de empréstimos globais em curso**

Apresentação sintética

(montantes em milhões de ecus)

	Total		Recursos próprios		Recursos NIC	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
Total créditos 1992 (*)	8 788	4 071,6	8 770	4 054,8	18	16,8
Desenvolvimento regional	5 903	2 547,2	5 903	2 547,2	—	—
Infra-estruturas	1 121	1 084,1	1 121	1 084,1	—	—
PMEs regiões assistidas	4 782	1 463,1	4 782	1 463,1	—	—
Objectivos energéticos	77	165,6	77	165,6	—	—
Tecnologias avançadas	3	7,5	3	7,5	—	—
PMEs fora das regiões assistidas	2 529	802,8	2 511	785,9	18	16,8
Ambiente	589	1 090,2	589	1 090,2	—	—
Infra-estruturas comunitárias	8	5,8	8	5,8	—	—

(*) Certos créditos correspondem a mais de um objectivo, pelo que o total das diferentes rubricas não é acumulável.

Quadro J: **Créditos concedidos em 1992 no âmbito de empréstimos globais em curso**

Distribuição por regiões e por objectivos

(montantes em milhões de ecus)

Regiões	Total		Desenvolvimento Regional		Fora das regiões assistidas			Infra-estruturas comunitárias		
	Número	Montante	Infra-estruturas	Indústria	Recursos próprios	Recursos NIC	Tecnologias avançadas	Energia	Ambiente	
Bélgica	288	187,2	4,2	48,5	134,6	—	—	—	—	—
Vlaams Gewest	186	140,6	4,2	25,0	111,4	—	—	—	—	—
Région Wallonne	90	37,1	—	23,5	13,6	—	—	—	—	—
Bruxelles-Brussel	12	9,6	—	—	9,6	—	—	—	—	—
Dinamarca	160	65,4	—	24,5	27,9	—	—	—	8,6	4,8
Vest for Storebælt	123	50,7	—	24,5	21,4	—	—	—	0,4	4,8
Hovedstadsregionen	31	6,5	—	—	6,0	—	—	—	0,5	—
Øst for Storebælt	6	8,2	—	—	0,4	—	—	—	7,8	—
Alemanha	900	1 372,7	357,2	384,1	44,6	—	3,7	54,5	950,7	—
Nordrhein-Westfalen	318	631,2	157,0	19,0	29,8	—	3,7	19,8	550,0	—
Niedersachsen	66	134,8	61,0	34,6	4,8	—	—	13,5	87,8	—
Sachsen	145	120,9	14,7	106,2	—	—	—	—	31,7	—
Baden-Württemberg	43	73,1	9,8	2,0	3,3	—	—	1,2	67,7	—
Bayern	29	66,0	—	21,0	1,6	—	—	5,2	41,0	—
Brandenburg	54	63,2	17,8	45,5	—	—	—	—	25,7	—
Thüringen	63	57,9	14,3	43,5	—	—	—	—	23,7	—
Sachsen-Anhalt	56	54,8	6,6	48,1	—	—	—	—	20,9	—
Saarland	16	39,1	36,6	2,5	—	—	—	—	32,2	—
Mecklenburg-Vorpommern	38	38,6	12,9	25,7	—	—	—	2,4	14,8	—
Rheinland-Pfalz	20	26,2	2,0	3,0	3,8	—	—	2,0	19,4	—
Schleswig-Holstein	21	21,8	17,6	2,4	—	—	—	10,4	9,6	—
Hessen	11	18,6	—	13,2	1,3	—	—	—	17,3	—
Bremen	4	10,8	6,8	4,0	—	—	—	—	1,1	—
Berlin	13	10,4	—	10,4	—	—	—	—	2,5	—
Hamburg	3	5,4	—	3,0	—	—	—	—	5,4	—

Quadro J: Créditos concedidos em 1992 no âmbito de empréstimos globais em curso (continuação)

Distribuição por regiões e por objectivos

(montantes em milhões de ecus)

Regiões	Total		Desenvolvimento Regional		Fora das regiões assistidas		Tecnologias avançadas	Energia	Ambiente	Infra-estruturas comunitárias
	Número	Montante	Infra-estruturas	Indústria	Recursos próprios	Recursos NIC				
Grécia	64	80,2	32,0	48,1	—	—	—	—	27,2	—
Kentriki Ellada	25	38,4	18,6	19,8	—	—	—	—	15,3	—
Nisia	16	20,4	11,0	9,3	—	—	—	—	9,9	—
Voreia Ellada	18	15,2	2,4	12,8	—	—	—	—	1,9	—
Attiki	5	6,1	—	6,1	—	—	—	—	—	—
Espanha	705	246,9	84,9	101,6	43,6	16,8	—	—	—	—
Andalucía	100	59,5	18,8	30,2	—	10,5	—	—	—	—
Comunidad Valenciana	137	33,5	10,2	22,7	—	0,6	—	—	—	—
Castilla León	70	30,7	11,9	17,7	—	1,1	—	—	—	—
Cataluña	98	21,9	—	0,7	18,6	2,6	—	—	—	—
Madrid	73	17,1	—	—	17,1	—	—	—	—	—
Castilla La Mancha	58	16,6	7,5	9,1	—	—	—	—	—	—
Extremadura	18	13,9	12,2	1,8	—	—	—	—	—	—
Galicia	27	12,8	9,2	3,4	—	0,2	—	—	—	—
País Vasco	38	8,7	—	6,5	2,3	—	—	—	—	—
Murcia	18	7,7	3,4	2,8	—	1,5	—	—	—	—
Canarias	11	7,0	5,0	2,0	—	—	—	—	—	—
Asturias	19	6,8	4,1	2,4	—	0,3	—	—	—	—
Navarra	8	4,7	1,9	—	2,8	—	—	—	—	—
Aragón	21	4,0	0,4	1,1	2,6	—	—	—	—	—
Cantabria	5	1,4	—	1,4	—	—	—	—	—	—
La Rioja	3	0,4	0,2	—	0,1	—	—	—	—	—
Baleares	1	0,1	—	—	0,1	—	—	—	—	—
França	4 433	880,6	552,2	220,3	103,2	—	—	—	56,3	1,0
Rhône-Alpes	652	120,0	79,4	20,5	15,6	—	—	—	8,8	—
Provence-Côte d'Azur	315	103,0	75,9	25,1	2,0	—	—	—	—	0,2
Bretagne	469	93,7	61,6	32,2	—	—	—	—	8,7	—
Nord - Pas-de-Calais	348	84,7	60,9	23,7	—	—	—	—	0,8	0,1
Lorraine	316	78,0	47,8	30,2	—	—	—	—	6,7	—
Midi-Pyrénées	168	67,0	55,1	11,2	0,7	—	—	—	1,6	—
Pays de la Loire	220	62,9	50,9	10,5	1,5	—	—	—	6,6	—
Île-de-France	488	32,9	—	—	32,5	—	—	—	—	0,4
Réunion	79	34,6	31,2	3,4	—	—	—	—	—	—
Alsace	248	29,9	1,9	10,3	17,6	—	—	—	3,2	—
Auvergne	78	23,9	19,3	4,3	0,4	—	—	—	0,4	—
Poitou-Charentes	64	20,4	17,0	3,4	—	—	—	—	2,1	0,1
Martinique	44	19,2	11,5	7,7	—	—	—	—	—	—
Limousin	51	16,8	13,0	3,8	—	—	—	—	2,2	—
Franche-Comté	127	15,0	5,1	3,3	6,6	—	—	—	5,1	—
Aquitaine	135	12,6	4,4	8,0	0,3	—	—	—	4,4	—
Centre	128	11,8	0,2	2,9	8,6	—	—	—	0,6	0,2
Haute-Normandie	98	11,1	—	4,3	6,8	—	—	—	—	—
Picardie	115	9,2	—	3,6	5,6	—	—	—	1,4	—
Guadeloupe	27	8,8	8,6	0,3	—	—	—	—	—	—
Bourgogne	56	7,6	2,7	3,1	1,8	—	—	—	2,7	—
Champagne-Ardenne	77	4,8	—	2,8	2,0	—	—	—	—	—
Guyane	6	4,8	4,8	—	—	—	—	—	—	—
Basse-Normandie	77	4,4	0,3	2,9	1,2	—	—	—	0,3	—
Languedoc-Roussillon	44	3,3	0,7	2,6	—	—	—	—	0,7	—
Corse	3	0,1	—	0,1	—	—	—	—	—	—
Irlanda	1	0,6	—	0,6	—	—	—	—	—	—

Quadro J: **Créditos concedidos em 1992 no âmbito de empréstimos globais em curso** (continuação)

Distribuição por regiões e por objectivos

(montantes em milhões de ecus)

Regiões	Total		Desenvolvimento Regional		Fora das regiões assistidas			Energia	Ambiente	Infra-estruturas comunitárias
	Número	Montante	Infra-estruturas	Indústria	Recursos próprios	Recursos NIC	Tecnologias avançadas			
Itália	1 927	1 047,5	9,2	561,6	360,1	—	3,9	102,2	35,0	—
Lombardia	140	147,3	—	—	107,1	—	—	28,5	15,2	—
Emilia-Romagna	114	107,1	—	0,8	82,7	—	3,9	12,4	10,6	—
Campania	247	97,2	1,9	95,2	—	—	—	1,9	—	—
Abruzzi	139	97,1	—	97,1	—	—	—	—	—	—
Piemonte	91	81,6	—	—	58,5	—	—	20,8	2,3	—
Veneto	85	79,7	—	13,7	56,4	—	—	17,7	0,6	—
Toscana	122	78,7	—	37,4	35,7	—	—	—	5,5	—
Lazio	72	54,2	2,3	47,6	4,4	—	—	2,3	—	—
Trentino-Alto Adige	80	48,8	2,3	43,1	—	—	—	5,7	—	—
Marche	130	47,7	—	47,6	0,1	—	—	—	—	—
Sicilia	144	42,5	—	42,5	—	—	—	—	—	—
Puglia	199	37,7	2,6	35,0	—	—	—	2,6	—	—
Umbria	58	33,8	—	30,4	2,7	—	—	—	0,8	—
Liguria	53	28,0	—	15,2	7,0	—	—	5,9	—	—
Sardegna	115	22,1	—	22,1	—	—	—	—	—	—
Basilicata	52	21,5	—	21,5	—	—	—	—	—	—
Friuli-Venezia Giulia	39	10,3	—	0,1	5,7	—	—	4,5	—	—
Molise	16	6,2	—	6,2	—	—	—	—	—	—
Calabria	31	6,1	—	6,1	—	—	—	—	—	—
Países Baixos	202	97,3	—	25,3	72,0	—	—	—	—	—
West-Nederland	91	39,4	—	4,8	34,6	—	—	—	—	—
Zuid-Nederland	47	26,3	—	5,8	20,5	—	—	—	—	—
Oost-Nederland	49	24,5	—	9,2	15,3	—	—	—	—	—
Noord-Nederland	15	7,1	—	5,4	1,7	—	—	—	—	—
Portugal	108	93,1	44,5	48,6	—	—	—	8,8	12,4	—
Lisboa e Vale do Tejo	27	43,8	16,2	27,6	—	—	—	—	12,4	—
Norte	44	28,7	17,2	11,5	—	—	—	4,1	—	—
Centro	28	18,5	10,7	7,7	—	—	—	4,8	—	—
Alentejo	8	1,7	0,4	1,3	—	—	—	—	—	—
Madeira	1	0,4	—	0,4	—	—	—	—	—	—
Total geral	8 788	4 071,6	1 084,1	1 463,1	785,9	16,8	7,5	165,6	1 090,2	5,8

Quadro K: **Créditos concedidos de 1988 a 1992 no âmbito dos empréstimos globais em curso**

Apresentação sintética

(montantes em milhões de ecus)

	Total		Recursos próprios		Recursos NIC	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
Total créditos 1988-1992 (*)	40 678	14 444,5	38 946	13 778,6	1 732	665,9
Desenvolvimento regional	25 664	8 818,7	25 664	8 818,7	—	—
Infra-estruturas	2 328	2 426,2	2 328	2 426,2	—	—
PMEs regiões assistidas	23 336	6 392,5	23 336	6 392,5	—	—
Objectivos energéticos	429	489,8	420	482,5	9	7,3
Tecnologias avançadas	550	436,7	550	436,7	—	—
PMEs fora das regiões assistidas	13 369	3 635,9	11 646	2 977,3	1 723	658,6
Ambiente	1 404	1 988,4	1 404	1 988,4	—	—
Infra-estruturas comunitárias	39	31,5	39	31,5	—	—

(*) Certos créditos correspondem a mais de um objectivo, pelo que o total das diferentes rubricas não é acumulável.

Quadro L: **Créditos concedidos de 1988 a 1992 no âmbito de empréstimos globais em curso**

Distribuição por regiões e por objectivos

(montantes em milhões de ecus)

Regiões	Total		Desenvolvimento Regional		Fora das regiões assistidas		Tecnologias avançadas	Energia	Ambiente	Infra-estruturas comunitárias
	Número	Montante	Infra-estruturas	Indústria	Recursos próprios	Recursos NIC				
Bélgica	708	537,2	4,2	183,3	326,1	23,6	—	—	—	—
Vlaams Gewest	459	418,5	4,2	113,2	283,0	18,1	—	—	—	—
Région Wallonne	209	94,5	—	70,1	20,8	3,5	—	—	—	—
Bruxelles-Brussel	40	24,3	—	—	22,3	2,1	—	—	—	—
Dinamarca	767	307,5	32,8	89,5	99,1	62,6	—	—	44,9	4,8
Vest for Storebælt	560	236,9	23,5	85,4	72,8	46,0	—	—	24,3	4,8
Hovedstadsregionen	153	51,1	7,8	—	25,0	14,4	—	—	10,2	—
Øst for Storebælt	54	19,5	1,6	4,1	1,3	2,1	—	—	10,4	—
Alemanha	2 400	2 507,1	698,6	658,3	230,9	—	58,4	111,7	1 539,0	—
Nordrhein-Westfalen	701	1 116,4	348,7	110,9	102,0	—	4,6	26,2	821,4	—
Niedersachsen	206	302,7	147,5	101,8	9,4	—	—	16,4	179,6	—
Baden-Württemberg	572	226,2	9,9	3,3	53,0	—	53,8	12,9	117,2	—
Bayern	124	146,9	—	29,3	22,4	—	—	14,8	87,0	—
Sachsen	188	129,3	14,7	114,6	—	—	—	—	31,7	—
Saarland	34	78,5	62,8	15,6	—	—	—	—	71,0	—
Rheinland-Pfalz	65	70,6	5,4	20,4	11,1	—	—	2,6	38,6	—
Brandenburg	84	68,8	17,8	51,0	—	—	—	—	25,7	—
Hessen	75	66,8	—	16,5	31,2	—	—	—	33,2	—
Thüringen	84	63,2	14,3	48,9	—	—	—	—	25,9	—
Sachsen-Anhalt	79	58,2	6,6	51,6	—	—	—	—	20,9	—
Schleswig-Holstein	50	53,9	36,1	6,7	1,2	—	—	21,9	30,3	—
Mecklenburg-Vorpommern	73	42,3	12,9	29,4	—	—	—	2,4	14,8	—
Bremen	19	39,9	21,2	18,7	—	—	—	14,4	18,5	—
Hamburg	26	26,5	0,7	22,9	0,6	—	—	—	15,8	—
Berlin	20	16,8	—	16,8	—	—	—	—	7,3	—

Quadro L: Créditos concedidos de 1988 a 1992 no âmbito de empréstimos globais em curso (continuação)

Distribuição por regiões e por objectivos

(montantes em milhões de ecus)

Regiões	Total		Desenvolvimento Regional		Fora das regiões assistidas			Energia	Ambiente	Infra-estruturas comunitárias
	Número	Montante	Infra-estruturas	Indústria	Recursos próprios	Recursos NIC	Tecnologias avançadas			
Grécia	429	305,9	108,0	194,7	—	3,3	—	14,6	27,9	—
Kentriki Ellada	105	84,3	28,2	55,2	—	0,9	—	1,5	15,3	—
Voreia Ellada	113	74,7	33,9	40,7	—	0,1	—	5,3	2,6	—
Nisia	128	66,0	36,4	29,3	—	0,3	—	6,4	9,9	—
Attiki	79	45,7	9,4	34,3	—	2,0	—	1,4	—	—
Projectos multirregionais	4	35,2	0,1	35,1	—	—	—	—	—	—
Espanha	3 359	1 431,7	280,7	737,7	225,9	119,1	—	—	3,5	—
Andalucía	593	280,5	51,5	213,8	1,3	13,5	—	—	—	—
Cataluña	446	178,2	—	38,9	93,1	30,1	—	—	—	—
Madrid	329	151,1	1,9	9,4	75,0	33,0	—	—	2,1	—
Comunidad Valenciana	401	145,2	18,5	95,6	11,3	13,3	—	—	—	—
Castilla León	359	140,5	45,7	82,5	5,9	6,4	—	—	—	—
Galicia	137	101,3	70,4	28,5	0,1	2,3	—	—	—	—
Castilla La Mancha	249	85,1	29,4	45,4	3,1	7,1	—	—	—	—
Canarias	112	67,9	5,6	60,6	—	1,7	—	—	—	—
Murcia	146	65,6	16,9	45,0	1,5	2,2	—	—	1,3	—
País Vasco	130	56,8	0,9	45,8	4,3	2,9	—	—	—	—
Extremadura	137	47,1	26,0	21,0	—	0,1	—	—	—	—
Aragón	107	37,5	1,2	15,1	13,0	3,2	—	—	—	—
Asturias	70	22,8	9,7	12,6	0,2	0,3	—	—	—	—
Navarra	55	19,1	1,9	0,9	11,6	1,4	—	—	—	—
Cantabria	38	14,1	1,0	12,6	0,1	0,4	—	—	—	—
Baleares	14	10,6	—	8,7	0,4	0,3	—	—	—	—
La Rioja	36	8,4	0,2	1,0	4,8	1,0	—	—	—	—
França	20 059	3 011,6	1 161,4	1 119,4	613,1	103,2	2,5	2,2	118,3	10,6
Rhône-Alpes	2 833	343,6	141,0	75,2	100,5	17,9	0,3	—	16,5	0,6
Bretagne	1 324	289,8	108,6	176,3	—	4,9	—	—	10,2	—
Île de France	3 232	277,9	—	1,8	254,1	18,6	0,9	1,0	1,2	0,4
Provence-Côte d'Azur	1 287	251,0	134,3	111,4	2,0	2,6	0,6	—	1,3	0,2
Nord - Pas-de-Calais	1 001	236,7	127,1	107,6	—	2,0	—	—	0,8	3,4
Pays de la Loire	1 086	209,3	89,2	101,8	13,5	4,8	0,2	—	7,5	0,4
Lorraine	1 200	197,3	65,9	122,5	0,5	8,4	—	—	23,7	1,3
Alsace	1 377	184,7	11,8	82,2	88,0	2,7	0,1	—	16,7	—
Aquitaine	827	179,9	104,0	72,4	0,6	1,9	0,3	1,0	10,4	0,6
Midi-Pyrénées	669	146,0	91,9	51,3	2,1	0,7	—	—	3,8	0,2
Languedoc-Roussillon	431	123,5	84,0	39,1	—	0,4	—	—	0,7	0,7
Basse Normandie	512	68,1	36,1	18,6	9,6	3,8	—	—	0,3	—
Auvergne	337	62,0	34,8	21,7	3,1	2,5	—	—	0,4	—
Centre	718	61,9	0,8	5,9	40,7	14,3	—	0,3	0,6	0,8
Poitou-Charentes	328	54,3	28,4	25,0	—	0,9	0,1	—	7,1	0,9
Franche-Comté	496	52,2	7,7	11,3	28,3	4,8	—	—	8,5	—
Haute-Normandie	530	47,6	2,3	17,9	24,3	3,1	—	—	—	—
Réunion	113	39,9	31,2	8,7	—	—	—	—	—	—
Picardie	491	38,7	7,0	9,1	21,7	0,9	—	—	1,4	—
Limousin	185	36,6	24,4	12,1	—	0,2	—	—	2,2	—
Bourgogne	470	36,5	5,7	12,1	16,8	1,9	0,1	—	5,1	0,6
Champagne-Ardenne	480	35,5	0,5	22,5	7,3	5,1	0,1	—	—	0,5
Martinique	70	23,6	11,5	11,8	—	0,3	—	—	—	—
Guadeloupe	28	8,9	8,6	0,3	—	—	—	—	—	—
Guyane	7	4,8	4,8	0,0	—	—	—	—	—	—
Corse	27	1,6	—	1,1	—	0,5	—	—	—	—

Quadro L: Créditos concedidos de 1988 a 1992 no âmbito de empréstimos globais em curso (continuação)

Distribuição por regiões e por objectivos

(montantes em milhões de ecus)

Regiões	Total		Desenvolvimento Regional		Fora das regiões assistidas			Energia	Ambiente	Infra-estruturas comunitárias
	Número	Montante	Infra-estruturas	Indústria	Recursos próprios	Recursos NIC	Tecnologias avançadas			
Irlanda	88	22,0	—	22,0	—	—	—	—	—	—
Itália	10 145	5 239,8	68,3	2 677,3	1 283,7	247,4	375,8	543,9	242,2	16,1
Lombardia	847	845,2	—	2,6	398,5	84,7	161,5	129,5	106,8	—
Emilia-Romagna	595	491,9	—	9,2	276,4	48,2	37,3	85,4	39,6	—
Veneto	633	481,8	8,8	71,8	232,8	60,7	43,2	52,6	16,6	16,1
Piemonte	420	443,3	—	0,4	214,2	25,1	89,2	90,9	33,4	—
Campania	1 137	375,3	2,0	373,3	—	—	—	9,5	0,7	—
Toscana	649	356,7	—	175,6	116,4	21,5	18,1	38,7	27,7	—
Trentino-Alto Adige	570	354,0	5,9	332,9	—	0,3	—	21,6	—	—
Lazio	342	293,2	5,1	246,7	8,4	0,7	14,1	16,3	7,1	—
Marche	613	263,6	4,7	253,8	0,3	—	5,0	9,4	—	—
Abruzzi	471	228,8	5,2	223,6	—	—	—	6,7	—	—
Sicilia	929	222,7	8,6	214,1	—	—	—	11,2	6,2	—
Puglia	1 047	194,8	14,6	180,1	—	—	—	14,6	—	—
Sardegna	705	175,1	—	175,1	—	—	—	—	—	—
Umbria	255	157,0	1,3	147,6	2,7	—	7,3	13,7	0,8	—
Liguria	207	99,0	4,5	53,1	26,7	4,3	—	14,9	—	—
Basilicata	255	86,4	0,3	86,1	—	—	—	1,6	—	—
Friuli-Venezia Giulia	176	80,7	0,6	55,2	7,3	—	—	14,8	3,4	—
Calabria	211	45,3	6,7	38,6	—	—	—	6,7	—	—
Molise	76	36,9	—	36,9	—	—	—	—	—	—
Projectos multirregionais Norte	3	7,6	—	—	—	1,9	—	5,6	—	—
Projectos multirregionais										
Mezzogiorno	4	0,7	—	0,7	—	—	—	—	—	—
Países Baixos	344	283,5	1,1	93,0	189,4	—	—	—	—	—
West-Nederland	146	106,3	—	20,8	85,4	—	—	—	—	—
Oost-Nederland	88	77,0	—	31,1	45,9	—	—	—	—	—
Zuid-Nederland	77	72,3	—	19,6	52,6	—	—	—	—	—
Noord-Nederland	33	28,0	1,1	21,5	5,4	—	—	—	—	—
Portugal	2 102	624,3	71,2	520,3	—	31,5	—	17,4	12,7	—
Norte	684	197,7	29,0	163,8	—	4,9	—	10,9	—	—
Centro	696	197,1	15,8	163,2	—	16,9	—	6,4	0,2	—
Lisboa e Vale do Tejo	530	178,4	19,0	153,1	—	6,3	—	0,05	12,4	—
Alentejo	105	18,6	1,3	16,9	—	0,4	—	—	—	—
Algarve	44	14,1	—	9,1	—	2,4	—	—	—	—
Madeira	11	9,7	2,7	9,0	—	0,8	—	—	—	—
Projectos multirregionais	13	4,4	—	4,4	—	—	—	—	—	—
Açores	19	4,2	3,3	0,9	—	—	—	—	—	—
Reino Unido	277	173,9	—	96,9	9,0	67,9	—	—	—	—
South East	75	40,3	—	—	—	40,3	—	—	—	—
North West	35	26,3	—	22,6	2,3	1,4	—	—	—	—
East Midlands	32	20,3	—	10,6	—	9,7	—	—	—	—
Scotland	17	18,0	—	16,7	1,3	—	—	—	—	—
Wales	23	17,3	—	17,3	—	—	—	—	—	—
West Midlands	29	14,7	—	9,2	—	5,5	—	—	—	—
North	15	12,6	—	10,5	1,7	0,5	—	—	—	—
Yorkshire and Humberside	18	10,1	—	8,4	—	1,7	—	—	—	—
South West	18	7,6	—	1,7	0,2	5,8	—	—	—	—
East Anglia	15	6,6	—	—	3,5	3,1	—	—	—	—
Total geral	40 678	14 444,5	2 426,2	6 392,5	2 977,3	658,6	436,7	689,7	1 988,4	31,5

Quadro M: Financiamentos nos Estados ACP e nos PTU de 1976 a 1992

(Convenções de Lomé)

Distribuição segundo a localização dos projectos

(milhões de ecus)

	Total			Recursos próprios			Recursos orçamentais		
	Total	Lomé I + II + III	Lomé IV	Total	Lomé I + II + III	Lomé IV	Total	Lomé I + II + III	Lomé IV
ÁFRICA	2 672,9	2 229,9	443,0	1 664,5	1 385,0	279,5	1 008,4	844,9	163,5
África Ocidental	1 220,0	944,8	275,2	863,2	664,7	198,5	356,8	280,1	76,7
Projectos regionais	30,3	30,3	—	15,0	15,0	—	15,3	15,3	—
Nigéria	436,0	306,0	130,0	433,0	303,0	130,0	3,0	3,0	—
Costa do Marfim	198,1	191,6	6,5	191,2	185,7	5,5	6,9	5,9	1,0
Gana	98,3	78,3	20,0	57,0	37,0	20,0	41,3	41,3	—
Senegal	82,0	69,0	13,0	46,0	33,0	13,0	36,0	36,0	—
Mauritânia	78,5	53,5	25,0	40,0	25,0	15,0	38,5	28,5	10,0
Guiné	77,7	34,7	43,0	26,9	11,9	15,0	50,8	22,8	28,0
Mali	40,3	30,3	10,0	—	—	—	40,3	30,3	10,0
Burkina Faso	38,3	35,3	3,0	8,0	8,0	—	30,3	27,3	3,0
Togo	37,8	37,8	—	20,7	20,7	—	17,1	17,1	—
Benim	31,9	31,9	—	13,5	13,5	—	18,4	18,4	—
Niger	31,2	31,2	—	16,0	16,0	—	15,2	15,2	—
Serra Leoa	15,5	7,5	8,0	—	—	—	15,5	7,5	8,0
Guiné-Bissau	14,3	7,3	7,0	—	—	—	14,3	7,3	7,0
Libéria	14,0	14,0	—	10,9	10,9	—	3,1	3,1	—
Cabo Verde	13,8	8,4	5,4	—	—	—	13,8	8,4	5,4
Gâmbia	12,4	8,1	4,3	—	—	—	12,4	8,1	4,3
África Central e Equatorial	403,4	394,9	8,5	239,9	238,4	1,5	163,5	156,5	7,0
Projectos regionais	8,1	8,1	—	7,6	7,6	—	0,5	0,5	—
Camarões	135,8	134,3	1,5	129,8	128,3	1,5	6,0	6,0	—
Zaire	95,7	88,7	7,0	50,0	50,0	—	45,7	38,7	7,0
Congo	57,9	57,9	—	28,1	28,1	—	29,8	29,8	—
Gabão	34,5	34,5	—	32,0	32,0	—	2,5	2,5	—
Burundi	20,6	20,6	—	—	—	—	20,6	20,6	—
Chade	17,7	17,7	—	—	—	—	17,7	17,7	—
Ruanda	17,7	17,7	—	—	—	—	17,7	17,7	—
Centráfrica	15,1	15,1	—	—	—	—	15,1	15,1	—
Guiné Equatorial	6,0	6,0	—	—	—	—	6,0	6,0	—
São Tomé e Príncipe	2,4	2,4	—	—	—	—	2,4	2,4	—
África Oriental	420,9	369,7	51,2	193,4	173,4	20,0	227,5	196,3	31,2
Projectos regionais	6,5	6,5	—	6,0	6,0	—	0,5	0,5	—
Quênia	199,9	177,9	22,0	186,9	166,9	20,0	13,0	11,0	2,0
Tanzânia	64,5	45,3	19,2	5,0	5,0	—	59,5	40,3	19,2
Etiópia	50,0	44,0	6,0	—	—	—	50,0	44,0	6,0
Sudão	38,5	38,5	—	—	—	—	38,5	38,5	—
Uganda	29,9	25,9	4,0	—	—	—	29,9	25,9	4,0
Somália	25,2	25,2	—	—	—	—	25,2	25,2	—
Seychelles	7,6	7,6	—	1,5	1,5	—	6,1	6,1	—
Jibuti	5,4	5,4	—	—	—	—	5,4	5,4	—
África Austral	577,5	483,4	94,1	354,0	308,5	45,5	223,5	174,9	48,6
Zimbábwe	151,9	110,8	41,1	146,0	105,0	41,0	5,9	5,8	0,1
Zâmbia	81,9	71,9	10,0	42,0	42,0	—	39,9	29,9	10,0
Malawi	77,8	63,0	14,8	32,5	32,5	—	45,3	30,5	14,8
Botsuana	67,8	65,3	2,5	62,0	59,5	2,5	5,8	5,8	—
Madagáscar	61,1	54,6	6,5	—	—	—	61,1	54,6	6,5
Maurícia	55,9	50,8	5,1	46,5	44,5	2,0	9,4	6,3	3,1
Suazilândia	36,7	33,2	3,5	25,0	25,0	—	11,7	8,2	3,5
Moçambique	18,0	15,0	3,0	—	—	—	18,0	15,0	3,0
Lesoto	12,6	12,6	—	—	—	—	12,6	12,6	—
Angola	7,1	4,0	3,1	—	—	—	7,1	4,0	3,1
Comores	4,2	2,2	2,0	—	—	—	4,2	2,2	2,0
Namíbia	—	—	—	—	—	—	2,5	—	2,5
Projecto multirregional	51,0	37,0	14,0	14,0	—	14,0	37,0	37,0	—
CARAÍBAS	259,5	202,5	57,0	197,7	147,7	50,0	61,8	54,8	7,0
Projectos regionais	5,0	5,0	—	3,0	3,0	—	2,0	2,0	—
Trinidade e Tobago	94,9	56,9	38,0	92,0	54,0	38,0	2,9	2,9	—
Jamaica	57,6	45,6	12,0	50,3	38,3	12,0	7,3	7,3	—
Barbados	25,4	25,4	—	24,3	24,3	—	1,1	1,1	—
Baamas	17,6	17,6	—	17,6	17,6	—	—	—	—
Guiana	11,2	11,2	—	—	—	—	11,2	11,2	—
Santa Lúcia	9,6	9,6	—	6,0	6,0	—	3,6	3,6	—
São Vicente e Grenadinas	9,0	9,0	—	3,0	3,0	—	6,0	6,0	—
Dominica	7,3	4,8	2,5	—	—	—	7,3	4,8	2,5
Suriname	7,3	7,3	—	—	—	—	7,3	7,3	—
Granada	6,6	5,1	1,5	—	—	—	6,6	5,1	1,5
Belize	6,1	6,1	—	4,5	4,5	—	1,6	1,6	—
República Dominicana	3,0	—	3,0	—	—	—	3,0	—	3,0
São Cristóvão e Nevis	2,5	2,5	—	—	—	—	2,5	2,5	—
Antígua	1,5	1,5	—	—	—	—	1,5	1,5	—

Quadro M: **Financiamentos nos Estados ACP e nos PTU de 1976 a 1992** (continuação)
(Convenções de Lomé)

Distribuição segundo a localização dos projectos

(milhões de ecus)

	Total			Recursos próprios			Recursos orçamentais		
	Total	Lomé I + II + III	Lomé IV	Total	Lomé I + II + III	Lomé IV	Total	Lomé I + II + III	Lomé IV
PACÍFICO	217,1	210,1	7,0	169,4	164,4	5,0	47,7	45,7	2,0
Papuásia-Nova Guiné	109,1	107,1	2,0	87,9	87,9	—	21,2	19,2	2,0
Fiji	88,9	83,9	5,0	79,5	74,5	5,0	9,4	9,4	—
Samoa Ocidentais	7,5	7,5	—	—	—	—	7,5	7,5	—
Tonga	6,1	6,1	—	2,0	2,0	—	4,1	4,1	—
Vanuatu	3,0	3,0	—	—	—	—	3,0	3,0	—
Salomão	2,2	2,2	—	—	—	—	2,2	2,2	—
Kiribati	0,2	0,2	—	—	—	—	0,2	0,2	—
Tuvalu	0,1	0,1	—	—	—	—	0,1	0,1	—
Total: Estados ACP	3 149,5	2 642,5	507,0	2 031,5	1 697,0	334,5	1 117,9	945,4	172,5
PTU	78,8	63,8	15,0	55,5	42,0	13,5	23,3	21,8	1,5
Antilhas Neerlandesas	22,6	15,6	7,0	19,8	12,8	7,0	2,8	2,8	—
Polinésia Francesa	15,9	15,9	—	11,0	11,0	—	4,9	4,9	—
Nova Caledónia	11,0	11,0	—	7,0	7,0	—	4,0	4,0	—
Ilhas Caimão	8,0	6,0	2,0	8,0	6,0	2,0	—	—	—
Aruba	6,7	4,2	2,5	3,3	1,3	2,0	3,4	2,9	0,5
Ilhas Virgens Britânicas	4,0	4,0	—	3,0	3,0	—	1,0	1,0	—
Montserrat	3,3	3,3	—	0,9	0,9	—	2,4	2,4	—
Ilhas Malvinas	2,6	0,1	2,5	2,5	—	2,5	0,1	0,1	—
Mayotte	2,2	1,2	1,0	—	—	—	2,2	1,2	1,0
Anguila	1,5	1,5	—	—	—	—	1,5	1,5	—
Índias Ocidentais	1,0	1,0	—	—	—	—	1,0	1,0	—
Total geral ACP e PTU	3 228,2	2 706,2	522,0	2 087,0	1 739,0	348,0	1 141,2	967,2	174,0

Quadro N: **Estados ACP e PTU de 1976 a 1992**

(Financiamentos e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

Distribuição sectorial

(montantes em milhões de ecus)

	Financiamentos		Lomé IV Créditos		Financiamentos		Lomé I + II + III Créditos	
	Montante	%	Número	Montante	Montante	%	Número	Montante
Energia	150,9	28,9	—	—	664,6	24,1	9	5,5
Produção	120,4	23,1	—	—	420,2	15,2	6	2,5
Centrais térmicas convencionais	45,4	8,7	—	—	158,4	5,7	3	1,8
Centrais hidroeléctricas e geotérmicas	20,0	3,8	—	—	229,3	8,3	3	0,7
Hidrocarbonetos	55,0	10,5	—	—	32,5	1,2	—	—
Transporte e distribuição	30,5	5,8	—	—	214,4	7,8	3	3,0
Electricidade	28,0	5,4	—	—	201,4	7,3	3	3,0
Petróleo	2,5	0,5	—	—	13,0	0,5	—	—
Reestruturação do sector	—	—	—	—	30,0	1,1	—	—
Infra-estruturas	87,8	16,8	—	—	443,1	16,1	5	2,0
Transportes	30,0	5,7	—	—	116,6	4,2	4	1,0
Caminhos-de-ferro	—	—	—	—	10,0	0,4	—	—
Transportes marítimos	11,0	2,1	—	—	68,1	2,5	3	0,8
Transportes aéreos	19,0	3,6	—	—	38,5	1,4	1	0,2
Telecomunicações	19,0	3,6	—	—	140,0	5,1	1	1,0
Água (adução, distribuição e tratamento)	37,3	7,1	—	—	185,5	6,7	—	—
Ordenamento agrícola e florestal	1,5	0,3	—	—	1,0	0,0	—	—
Indústria, agricultura e serviços	283,3	54,3	39	16,6	1 648,4	59,8	1 087	442,0
Indústria	124,7	23,9	26	10,7	1 007,2	36,5	765	358,0
Indústrias extractivas	28,1	5,4	1	1,0	248,7	9,0	22	11,1
Indústrias metalúrgicas de base	15,0	2,9	—	—	47,5	1,7	9	4,0
Indústria química	41,0	7,9	3	1,2	66,7	2,4	54	30,6
Produtos alimentares	18,6	3,6	6	2,7	350,2	12,7	185	87,4
Têxteis, vestuário e calçado	22,0	4,2	—	—	112,8	4,1	114	75,4
Indústrias transformadoras diversas	—	—	16	5,8	156,3	5,7	381	149,5
Apoio à indústria	—	—	—	—	25,0	—	—	—
Agricultura, silvicultura e pescas	—	—	2	0,7	3,5	0,1	31	10,8
Serviços	4,5	0,9	11	5,2	64,3	2,3	279	68,8
Empréstimos globais	153,5	29,4	—	—	538,3	19,5	—	—
Bancos de fomento	0,6	0,1	—	—	35,1	1,3	12	4,4
Total	522,0	100,0	39	16,6	2 756,1	100,0	1 101	449,5

Quadro O: Financiamentos nos países da Bacia Mediterrânica de 1988 a 1992

Distribuição por países

(montantes em milhões de ecus)

	Total		Recursos próprios	Recursos orçamentais
	Montante	%	Montante	Montante
Ex-Jugoslávia	450,0	28,0	450,0	—
Argélia	238,0	14,8	234,0	4,0
Marrocos	242,0	15,1	231,0	11,0
Tunísia	211,0	13,1	198,0	13,0
Egipto	279,5	17,4	270,3	9,2
Jordânia	80,0	5,0	78,0	2,0
Síria	20,4	1,3	20,4	—
Israel	57,0	3,5	57,0	—
Malta	28,5	1,8	26,0	2,5
Chipre	20,0	1,2	15,0	5,0
Total	1 606,4	100,0	1 564,7	41,7

Quadro P: Países da Bacia Mediterrânica de 1988 a 1992

(financiamentos e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

Distribuição sectorial

(montantes em milhões de ecus)

	Financiamentos		Créditos	
	Montante	%	Número	Montante
Energia e infra-estruturas	1 244,1	76,5	6	14,2
Energia	187,7	11,5	—	—
Produção	45,0	2,8	—	—
Centrais térmicas convencionais	45,0	2,8	—	—
Centrais hidroeléctricas	—	—	—	—
Hidrocarbonetos	—	—	—	—
Transporte e distribuição	142,7	8,8	—	—
Electricidade	117,7	7,2	—	—
Gás natural	25,0	1,5	—	—
Transportes	569,0	35,0	2	0,4
Caminhos-de-ferro	77,0	4,7	—	—
Estradas	476,0	29,3	2	0,4
Transportes marítimos	—	—	—	—
Transportes aéreos	16,0	1,0	—	—
Telecomunicações	80,0	4,9	—	—
Água, saneamento e resíduos sólidos	192,0	11,8	4	13,8
Infra-estruturas diversas	215,4	13,2	—	—
Indústria, agricultura e serviços	382,3	23,5	1 437	199,1
Indústria	84,0	5,2	281	110,5
Agricultura, silvicultura e pescas	—	—	1 020	44,2
Serviços	3,0	0,2	136	44,5
Empréstimos globais	293,0	18,0	—	—
Bancos de fomento	2,4	0,1	—	—
Total	1 626,4	100,0	1 443	213,3

Quadro Q: Financiamentos nos países da Europa Central e Oriental de 1990 a 1992

Distribuição por países e por sectores

(montantes em milhões de ecus)

	Total		Sector			
	Montante	%	Energia	Transportes	Telecomu- nicações	Indústria (empréstimos globais)
Bulgária	115,0	14,0	45,0	—	70,0	—
Hungria	305,0	37,2	50,0	70,0	80,0	105,0
Polónia	290,0	35,4	50,0	70,0	70,0	100,0
Roménia	25,0	3,0	25,0	—	—	—
Ex-R.F.C.E.	85,0	10,4	—	—	—	85,0
Total	820,0	100,0	170,0	140,0	220,0	290,0

Quadro R: Recursos obtidos em 1992

Mês de emissão	Local de emissão	Moeda de subscrição	Valor em moeda nacional (milhões)	Valor em ecus (milhões)	Duração do empréstimo (anos)	Taxa nominal (%)	
I. Operações a médio e a longo prazo (antes de swaps)							
EMPRÉSTIMOS PÚBLICOS							
Janeiro	Alemanha	DEM	500	245,6	10	8,000	
	Luxemburgo	ITL	500 000	324,2	10	10,500	
	Luxemburgo	USD	400	298,3	10	7,125	
	Reino Unido	GBP	100	139,6	5	10,000	
Fevereiro	Espanha	ESP	15 000	115,7	10	10,125	
	Luxemburgo	ECU	500	500,0	10	variável	
	Luxemburgo	FRF	3 000	431,4	10	8,500	
	Luxemburgo	SEK	1 000	134,2	7	10,000	
	Luxemburgo	USD	500	372,9	7	7,125	
	Luxemburgo	JPY	60 000	358,1	3	5,000	
	Suíça	CHF	200	110,0	6	6,500	
	Espanha	ESP	20 000	154,2	5	10,200	
Março	Luxemburgo	CAD	500	322,4	10	8,875	
	Luxemburgo	JPY	20 000	119,4	3	5,000	
Abril	França	FRF	2 000	288,8	8	8,800	
	Luxemburgo	ECU	400	400,0	12	8,500	
	Luxemburgo	USD	500	402,0	5	7,000	
	Espanha	ESP	25 000	193,6	5	10,000	
Maio	Luxemburgo	JPY	35 000	211,6	16	variável	
	Portugal	PTE	15 000	85,2	7	10,400	
	Reino Unido	GBP	200	279,8	10	9,000	
	Junho	Alemanha	DEM	300	146,9	6	8,000
	Bélgica	BEF	10 000	237,9	10	8,750	
	Luxemburgo	JPY	50 000	302,3	8	5,875	
	Reino Unido	GBP	200	279,8	10	9,000	
	Julho	Alemanha	DEM	1 000	487,9	5	8,000
	Luxemburgo	ECU	550	550,0	10	9,000	
	Luxemburgo	FRF	2 000	290,3	5	8,875	
	Luxemburgo	ITL	500 000	322,6	10	11,250	
	Reino Unido	CAD	450	280,1	10	8,125	
	Agosto	Alemanha	DEM	300	146,4	10	variável
	Países Baixos	NLG	500	216,5	10	variável	
	Austrália	AUD	350	194,7	7	7,750	
	Outubro	Alemanha	DEM	1 000	507,3	10	7,500
	Luxemburgo	FRF	2 000	300,2	10	8,750	
	Luxemburgo	USD	400	286,1	10	variável	
	Luxemburgo	JPY	50 000	299,0	5	4,500	
	Suíça	CHF	300	174,4	12	6,750	
	Novembro	Luxemburgo	LUF	2 000	49,2	5	8,000
	Luxemburgo	ITL	150 000	86,7	5	12,750	
	Luxemburgo	USD	100	71,5	10	variável	
	Reino Unido	CAD	200	114,4	5	7,250	
	Dezembro	Luxemburgo	FRF	1 000	150,1	10	8,750
		Luxemburgo	USD	120	85,8	4	5,750
Luxemburgo		JPY	25 000	149,5	5	4,500	
Reino Unido		GBP	200	254,0	5	7,000	
Suíça		CHF	500	290,7	8	6,250	
Suíça		CHF	500	290,7	5	6,000	
48 operações			12 052,1				
EMPRÉSTIMOS PRIVADOS							
	2	ECU	180	180,0	2—7	8,500—8,800	
	1	DEM	100	48,8	10	8,300	
	1	NLG	200	86,6	15	7,8195	
	1	ITL	100 000	64,9	10	10,500	
	1	CHF	150	81,1	10	7,250	
	1	USD	100	74,6	5	4,880	
7 operações			535,9				
TÍTULOS A MÉDIO PRAZO							
6 operações		USD	305	219,8	2—8	4,280—6,520	
Total (I)				12 807,8			
II. Operações a curto prazo							
Papel comercial		ITL	200 000	111,9			
Total geral (I + II)				12 919,7			

Quadro S: Recursos obtidos de 1988 a 1992 (após swaps)

(montantes em milhões de ecus)

	1988		1989		1990		1991		1992	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Moedas comunitárias										
ECU	1 329	17,3	1 839	20,4	1 765	16,1	2 500	18,3	1 937	14,9
DEM	1 545	20,2	959	10,6	1 124	10,2	1 198	8,8	1 583	12,2
FRF	854	11,1	1 164	12,9	1 114	10,1	1 378	10,1	1 461	11,3
GBP	752	9,8	1 769	19,6	1 331	12,1	1 837	13,4	1 428	11,0
ITL	652	8,5	626	6,9	851	7,7	1 466	10,7	1 326	10,2
BEF	473	6,2	346	3,8	330	3,0	166	1,2	238	1,8
NLG	500	6,5	317	3,5	528	4,8	369	2,7	303	2,3
DKK	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—
IEP	32	0,4	52	0,6	—	—	—	—	—	—
LUF	85	1,1	92	1,0	52	0,5	24	0,2	49	0,4
GRD	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
ESP	237	3,1	701	7,8	614	5,6	813	5,9	648	5,0
PTE	29	0,4	86	1,0	124	1,1	250	1,8	85	0,7
Total	6 488	84,6	7 954	88,0	7 833	71,2	10 002	73,2	9 058	69,8
taxa fixa	5 657	73,8	7 206	79,8	6 055	55,1	6 812	49,8	5 962	46,0
taxa variável	831	10,8	748	8,3	1 778	16,2	3 190	23,3	3 096	23,9
Moedas não comunitárias										
USD	308	4,0	385	4,3	1 574	14,3	2 262	16,5	1 529	11,8
CHF	556	7,3	264	2,9	818	7,4	782	5,7	947	7,3
JPY	314	4,1	432	4,8	771	7,0	627	4,6	1 440	11,1
ATS	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	1 178	15,4	1 080	12,0	3 163	28,8	3 670	26,8	3 916	30,2
taxa fixa	1 101	14,4	1 080	12,0	3 084	28,0	3 413	25,0	2 924	22,5
taxa variável	77	1,0	—	—	79	0,7	257	1,9	992	7,6
Total geral	7 666	100,0	9 034	100,0	10 996	100,0	13 672	100,0	12 974	100,0
taxa fixa	6 758	88,2	8 286	91,7	9 139	83,1	10 225	74,8	8 886	68,5
taxa variável	908	11,8	748	8,3	1 857	16,9	3 447	25,2	4 087	31,5

Quadro T: Recursos obtidos em ecus de 1981 a 1992

(milhões de ecus)

Ano	Empréstimos a taxa fixa		Empréstimos a taxa variável				Total obtido em ecus (A)	Total obtido (B)	A/B em %
	Antes swaps	Após swaps	Após swaps	Papel comercial	Certificados de depósito	Total			
1981	85,0	85,0	—	—	—	—	85,0	2 309,7	3,7
1982	112,0	112,0	—	—	—	—	112,0	3 205,2	3,5
1983	230,0	230,0	—	—	—	—	230,0	3 619,4	6,4
1984	455,0	455,0	—	—	100,0	100,0	555,0	4 360,9	12,7
1985	720,0	720,0	—	—	—	—	730,6	5 709,1	12,8
1986	827,0	897,0	—	—	—	—	897,0	6 785,5	13,2
1987	675,0	807,4	—	—	—	—	807,4	5 592,7	14,4
1988	959,0	993,0	82,9	—	252,5	335,4	1 328,4	7 666,1	17,3
1989	1 395,0	1 526,0	75,1	200,0	37,5	312,6	1 838,6	9 034,5	20,4
1990	1 271,8	1 254,9	—	500,0	10,0	510,0	1 764,9	10 995,6	16,1
1991	1 550,0	1 550,0	450,0	500,0	—	950,0	2 500,0	13 672,3	18,3
1992	1 130,0	1 130,0	806,5	—	—	806,5	1 936,5	12 973,6	14,9
Total	9 409,8	9 760,3	1414,6	1 200,0	400,0	3 014,6	12 785,5	85 924,6	14,9

No que respeita a 1985, inclui 10,6 milhões referentes à participação de terceiros no financiamento de empréstimos.

NOTAS AO LEITOR

1. **Ecu:** salvo indicação em contrário, todos os montantes referidos no Relatório são expressos em ecus.

2. **Unidade de conta:** Nos termos do artigo 4º dos Estatutos, a unidade de conta do Banco é definida como sendo o ecu utilizado pelas Comunidades Europeias; ver também Demonstrações Financeiras, nota A, ponto 1.

3. **Normes ISO:** O Banco utiliza as abreviaturas adoptadas pela International Organization for Standardization (ISO) para indicar os países e as unidades monetárias (ver quadro a seguir).

Bélgica	BE	Grécia	GR	Irlanda	IE	Países Baixos	NL	Estados Unidos	US
Dinamarca	DK	Espanha	ES	Itália	IT	Portugal	PT	Suíça	CH
Alemanha	DE	França	FR	Luxemburgo	LU	Reino Unido	GB	Japão	JP

4. Taxas de conversão

a) *Estatística:* para efeitos de elaboração das estatísticas relativas aos seus financiamentos, assinaturas e desembolsos e à obtenção de recursos, o Banco utiliza durante cada trimestre as taxas de conversão em vigor no último dia útil do trimestre anterior, sendo as mesmas em 1992:

		1º trimestre (em 31. 12. 1991)	2º trimestre (em 31. 03. 1992)	3º trimestre (em 30. 06. 1992)	4º trimestre (em 30. 09. 1992)
1 ecu =	ECU				
Franco belga	BEF	41,9308	42,0371	42,1743	40,6118
Coroa dinamarquesa	DKK	7,92945	7,92670	7,87581	7,63446
Marco alemão	DEM	2,03553	2,04206	2,04966	1,97117
Dracma	GRD	235,065	237,167	249,382	253,890
Peseta	ESP	129,668	129,129	129,385	138,434
Franco francês	FRF	6,95338	6,92420	6,88923	6,66145
Libra irlandesa	IEP	0,766332	0,766969	0,768949	0,750078
Lira italiana	ITL	1 542,40	1 541,37	1 550,13	1 730,69
Franco luxemburguês	LUF	41,9308	42,0371	42,1743	40,6118
Florim	NLG	2,29352	2,29965	2,30992	2,22030
Escudo	PTE	179,886	176,072	171,041	175,448
Libra esterlina	GBP	0,716117	0,714742	0,706461	0,787381
Dólar americano	USD	1,34093	1,24379	1,34228	1,39800
Franco suíço	CHF	1,81763	1,86320	1,84966	1,72023
Iene	JPY	167,549	165,425	168,993	167,200

b) *Contabilística:* o balanço e as demonstrações financeiras são elaborados com base nas taxas de conversão em 31 de Dezembro do exercício em apreço.

5. Actividade na Comunidade

a) *Estatísticas:* o Banco concede empréstimos individuais, garantias e empréstimos globais. Estes últimos são concedidos a instituições financeiras, que reafectam as verbas outorgadas sob a forma de créditos para projectos de pequena e média dimensão.

Para uma informação mais completa sobre as actividades do BEI na Comunidade, as estatísticas do Relatório Anual incluem, desde 1988:

— como anteriormente, os contratos de financiamento assinados: empréstimos individuais (incluindo garantias) e empréstimos globais;

— e ainda, os financiamentos efectivados: empréstimos individuais e créditos afectados no âmbito dos empréstimos globais em curso.

Para garantir a continuidade das estatísticas, as comparações com os exercícios anteriores obedecem aos mesmos critérios: deste modo, certos valores dos relatórios anuais publicados desde 1988 diferem dos constantes de relatórios anteriores.

b) *Objectivos de política comunitária:* certos empréstimos na Comunidade correspondem simultaneamente a vários objectivos, pelo que os totais dos quadros correspondentes a objectivos diferentes não são acumuláveis.

c) *Países:* de um modo geral, os países da Comunidade são apresentados nos quadros por ordem alfabética, segundo a designação nas respectivas línguas nacionais.

d) *Outros:* Financiamentos equiparados aos financiamentos na Comunidade: os projectos situados no exterior do território europeu dos Estados-membros, que se revestem de interesse para a Comunidade, são equiparados aos projectos na Comunidade. O Conselho de Governadores pode autorizar o seu financiamento caso a caso, nos termos do 2º parágrafo do N.º 1, do artigo 18º dos Estatutos do Banco. Este artigo permite também os financiamentos concedidos fora da Comunidade, no quadro de acordos e de protocolos específicos.

e) *Recursos próprios*: o produto dos empréstimos obtidos no mercado de capitais constitui essencialmente o que o BEI designa por recursos próprios, que incluem também capitais próprios (capital realizado e reservas). Esta designação foi adoptada para distinguir estes fundos dos recursos geridos sob mandato da Comunidade ou dos Estados-membros. Os financiamentos a cargo de recursos próprios são inscritos no balanço, enquanto os financiamentos sob mandato, embora também façam parte integrante das actividades do Banco, figuram numa conta em gestão fiduciária, na «Secção Especial».

6. Ajustamentos, acumulações e arredondamentos: Devido a **ajustamentos** estatísticos, os valores relativos a exercícios anteriores podem não coincidir com os publicados noutros relatórios.

Os montantes são indicados aos preços e às taxas de câmbio correntes. A sua acumulação durante um período de tempo longo deve ser interpretada com prudência, na medida em que o significado dos dados relativos aos diferentes anos é afectado pela evolução dos preços e pelas variações cambiais entretanto ocorridas.

Em virtude de se ter procedido a **arredondamentos**, poderão verificar-se diferenças entre os totais indicados e a soma dos montantes individuais.

7. Deflacionador: O deflacionador aplicável à actividade do Banco é um índice sintético da variação dos índices nacionais de preços derivados da formação bruta de capital fixo (FBCF), corrigidos pelo índice de variação das taxas de conversão das moedas nacionais em ecus, e ponderados pela quota-parte de cada Estado-membro nos financiamentos do Banco a cargo de recursos próprios. Este deflacionador foi calculado em 1,8% para o exercício de 1992.

Abreviaturas e siglas utilizadas

<i>Comunidade ou CEE</i>	= <i>Comunidade Económica Europeia</i>
<i>Comissão</i>	= <i>Comissão das Comunidades Europeias</i>
<i>Conselho</i>	= <i>Conselho das Comunidades Europeias</i>
<i>BERD</i>	= <i>Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento</i>
<i>OCDE</i>	= <i>Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico</i>
<i>FEDER</i>	= <i>Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional</i>
<i>NIC</i>	= <i>Novo Instrumento Comunitário</i>
<i>FBCF</i>	= <i>Formação bruta de capital fixo</i>
<i>PIB/PNB</i>	= <i>Produto Interno Bruto/Produto Nacional Bruto</i>
<i>PMEs</i>	= <i>Pequenas e médias empresas</i>
<i>ACP</i>	= <i>África, Caraíbas e Pacífico</i>
<i>PTU</i>	= <i>Países e Territórios Ultramarinos</i>
<i>PECO</i>	= <i>Países da Europa Central e Oriental</i>
<i>METAP</i>	= <i>Programa de Assistência Técnica para o Ambiente no Mediterrâneo</i>
<i>EFTA</i>	= <i>European Free Trade Association (Associação Europeia de Comércio Livre)</i>
<i>Interreg</i>	= <i>Iniciativa comunitária relativa às áreas fronteiriças</i>
<i>LIFFE</i>	= <i>London International Financial Futures Exchanges</i>
<i>PHARE</i>	= <i>Plano de acção para uma ajuda coordenada à Polónia e à Hungria</i>
<i>EURATOM</i>	= <i>Comunidade Europeia da Energia Atómica</i>
<i>ALA</i>	= <i>América Latina e Ásia</i>
<i>Envireg</i>	= <i>Acções regionais em matéria de ambiente</i>

. = dado não significativo

— = irrelevante

n.d. = não disponível

Para quaisquer informações adicionais, dirigir-se a:

BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO

100, bd Konrad Adenauer — L-2950 Luxemburgo

Tel. 4379-1 — Telex 3530 bnkeu lu

Telecopiador 43 77 04

ou aos seus escritórios externos:

Departamento Itália

Via Sardegna, 38 — I-00187 Roma

Tel. 4719-1 — Telex 611130 bankeu i

Telecopiador 487 34 38

Gabinete de Atenas

12, Amalias, GR-10557 Atenas

Tel. 3220 773 ou 3220 774 ou 3220 775 — Telex 222126 bkeu gr

Telecopiador 3220 776

Gabinete de Lisboa

Avenida da Liberdade, 144-156, 8º, P-1200 Lisboa

Tel. 342 89 89 ou 342 88 48 — Telex 15576 bnkeu p

Telecopiador 347 04 87

Gabinete de Londres

68, Pall Mall — Londres SW1Y 5ES

Tel. 071-839 3351 — Telex 919159 bankeu g

Telecopiador 071-930 99 29

Gabinete de Madrid

Calle José Ortega y Gasset, 29 — E-28006 Madrid

Tel. 431 13 40 — Telex 44670 bnkeu e

Telecopiador 431 13 83

Gabinete de Representação em Bruxelas

Rue de la Loi 227 — B-1040 Bruxelas

Tel. 230 98 90 — Telex 21721 bankeu b

Telecopiador 230 58 27

que têm igualmente à disposição as seguintes publicações:

Estatutos

1991; 40 p.; (DA, DE, EN, ES, FR, GR, IT, NL, PT)

Relatórios anuais

desde 1958

(DE, EN, FR, IT, NL, desde 1972 em dinamarquês, desde 1980 em grego e desde

1985 em espanhol e em português)

BEI-Informações

Boletim periódico de informações

(DA, DE, EN, ES, FR, GR, IT, NL, PT)

O Banco Europeu de Investimento: 35 anos

1993, 24 p.; (DA, DE, EN, ES, FR, GR, IT, NL, PT)

Financiamentos para a Construção da Comunidade Europeia

1990, 20 p.; (DA, DE, EN, ES, FR, GR, IT, NL, PT)

Possibilidades de Financiamento no âmbito da Quarta Convenção de Lomé

1991, 20 p.; (DA, DE, EN, ES, FR, GR, IT, NL, PT)

Possibilidades de Financiamento nos países terceiros mediterrânicos

1992, 20 p.; (DA, DE, EN, ES, FR, GR, IT, NL, PT)

A Protecção do Ambiente (série temática)

1990, 9 p.; (DA, DE, EN, ES, FR, GR, IT, NL, PT)

As Comunicações (série temática)

1991, 13 p.; (DA, DE, EN, ES, FR, GR, IT, NL, PT)

Financiar o Futuro da Europa (papel e actividades do BEI — folheto)

1992; (DA, DE, EN, ES, FR, GR, IT, NL, PT)

O Banco Europeu de Investimento agradece aos promotores de investimentos que permitiram a realização das fotografias apresentadas no presente relatório.

Autores das fotografias: capa: The Image Bank (J. Smith); p. 54: La Vie du Rail (C. Recoura) (1); Storebælt Billedarkiv (J. K. Winther) (2); Nouvelle Maurilait (3); Compagnie Française pour le Développement des Fibres Textiles (4).

Impresso por:

Saarbrücker Druckhaus der Saarbrücker Zeitung Verlag und Druckerei GmbH, Saarbrücken

DEN EUROPÆISKE INVESTERINGSBANK
EUROPÄISCHE INVESTITIONSBANK
ΕΥΡΩΠΑΪΚΗ ΤΡΑΠΕΖΑ ΕΠΕΝΔΥΣΕΩΝ
EUROPEAN INVESTMENT BANK
BANCO EUROPEO DE INVERSIONES
BANQUE EUROPEENNE D'INVESTISSEMENT
BANCA EUROPEA PER GLI INVESTIMENTI
EUROPESE INVESTERINGSBANK
BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO